

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Gabriela de Oliveira Vallejo

**O USO DA EXPRESSÃO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES DE 2018 A
2022**

Juiz de Fora

2026

Gabriela de Oliveira Vallejo

**O USO DA EXPRESSÃO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES DE 2018 A
2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.
Linha de pesquisa: Linguagem e Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Carol Martins da Rocha

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vallejo, Gabriela de Oliveira.

O uso da expressão "ideologia de gênero" na Câmara dos deputados : uma análise dos discursos parlamentares de 2018 a 2022 / Gabriela de Oliveira Vallejo. -- 2026.

156 f.

Orientador: Carol Martins da Rocha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2026.

1. ideologia de gênero. 2. análise do discurso. 3. Michel Foucault. 4. discurso político. I. Rocha, Carol Martins da, orient. II. Título.

O USO DA EXPRESSÃO "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES DE 2018 A 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em LINGÜÍSTICA da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 29 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carol Martins da Rocha - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Ronaldo Adriano de Freitas
Instituto Federal Fluminense

Juiz de Fora, 15/05/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Carol Martins da Rocha, Professor(a)**, em 08/07/2026, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Grillo El Jaick, Professor(a)**, em 14/07/2026, às 03:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Adriano de Freitas, Usuário Externo**, em 23/07/2026, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2987884** e o código CRC **9A3C7F44**.

AGRADECIMENTOS

Quando entramos neste mundo da academia, esquecemos que nada disto é trivial. Assim, é importante lembrar que não é fácil entrar em um programa de mestrado e mais árduo ainda é lutar para sair. No curto intervalo de vinte e quatro meses, a vida vai acontecendo do jeito que tem que ser, o mundo gira e o trabalho oprime, ao mesmo tempo que precisamos nos criar enquanto pesquisadores trepidando nesta jornada. Por isso, não dá para esquecer de agradecer a figuras que tornaram tudo isso mais palatável.

À minha mãe pelo amor incondicional, pelo suporte e por sempre acreditar em mim, nenhuma gratidão é suficiente.

Ao Divino que me protege e guia a todo tempo.

À UFJF, à Faculdade de Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística por todas as oportunidades na graduação e na pós.

À minha orientadora pela disponibilidade, pela orientação, pelos ensinamentos e por entender minhas particularidades. A todos os professores da Faculdade de Letras por contribuírem para a minha formação. Aos membros da banca, Profª. Dra. Ana Paula El-Jaick e Prof. Dr. Ronaldo Adriano de Freitas pelas valorosas contribuições para meu trabalho.

Aos meus amigos de vida e de estudo pela escuta, pelos risos e pela paciência. À minha irmã pela sua presença e por sempre ficar feliz com as minhas conquistas. Ao meu companheiro por dividir todos os momentos e pelo apoio diário.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

Rosa, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*.

RESUMO

O presente trabalho investiga o uso e a função da expressão “ideologia de gênero” nos discursos de deputados federais na Câmara dos Deputados do Brasil, com foco no período de 2018-2022. Parte-se do problema da intensificação do uso do termo como um dispositivo discursivo para associar a diversidade de gênero a uma suposta ameaça aos valores conservadores. O objetivo central é, a partir da observação desses pronunciamentos, delimitar as regras de formação e as condições de existência de um arquivo discursivo sobre o tema, sob a perspectiva teórica da arqueologia de Michel Foucault. A metodologia consiste na busca pela expressão-chave nos registros oficiais de discursos do portal da Câmara, cujos dados foram coletados e organizados em um banco de dados para análise. Posteriormente, procedeu-se à análise de discursos de parlamentares selecionados com um tema comum, a saber: o discurso da imposição de ideologia de gênero nas escolas, a partir do julgamento, em 2020, da ADI 5.668 — uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem o objetivo de julgar a constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo e é uma ferramenta fundamental para garantir que a Constituição Federal seja respeitada. A ADI em questão, apresentada ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), tinha a intenção de fazer com que as escolas fossem obrigadas a combater o bullying homofóbico. Como contribuição, espera-se aprofundar a compreensão sobre como discursos políticos conservadores são estrategicamente construídos no cenário brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: ideologia de gênero; análise do discurso; Michel Foucault; discurso político.

ABSTRACT

This paper investigates the use and function of the expression “gender ideology” in the speeches of federal deputies in Brazil's Chamber of Deputies, focusing on the period 2018–2022. It starts from the problem of the intensified use of the term as a discursive device to associate gender diversity with a supposed threat to conservative values. The central objective is, based on the observation of these pronouncements, to delimit the formation rules and conditions of existence of a discursive archive on the subject, from the theoretical perspective of Michel Foucault's archaeology. The methodology consists of searching for the key expression in the official speech records of the Chamber's website, whose data were collected and organized into a database for analysis. Subsequently, an analysis was carried out of speeches by selected members of parliament sharing a common theme, namely: the discourse on the imposition of gender ideology in schools, arising from the 2020 ruling on ADI 5,668 — a Direct Action of Unconstitutionality (Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI), which aims to rule on the constitutionality of a given law or normative act and is a fundamental tool for ensuring that the Federal Constitution is upheld. The ADI in question, filed with the Federal Supreme Court (STF) by the Socialism and Liberty Party (PSOL), sought to require schools to combat homophobic bullying. As a contribution, this study aims to deepen the understanding of how conservative political discourses are strategically constructed in the contemporary Brazilian scenario.

Keywords: gender ideology; discourse analysis; Michel Foucault; political discourse.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrência da expressão “ideologia de gênero” por partidos de oposição	27
Tabela 2 – Ocorrência da expressão “ideologia de gênero” por partidos de base governista	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3 PRIMEIRAS CIRCULAÇÕES E TRANSNACIONALIZAÇÃO DO TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E PERCURSO TEMÁTICO DE SEUS USOS	20
4 APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	25
5 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”.....	29
5.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E REGULARIDADES ENUNCIATIVAS	29
5.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: A EMERGÊNCIA DO DISCURSO ANTIGÊNERO	33
5.3 POSIÇÕES-SUJEITO: QUEM FALA NA CÂMARA SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”?	37
5.3.1 O “Deputado pela Família” e o “Cristão”	37
5.3.2 O “Porta-Voz da Maioria”	39
5.3.3 O “Vigilante institucional”	40
5.4 NÚCLEOS TEMÁTICOS DO ARQUIVO: ESCOLA, INFÂNCIA, LÍNGUA E CULTURA DE MASSA.....	41
6 ANÁLISES DO EMBATE DISCURSIVO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	45
6.1 Judicialização e STF (ADI 5.668).....	45
6.2 A atuação de Bibó Nunes e a ameaça à família	47
6.3 General Girão e o embate contra o STF	50
6.4 Soraya Manato e a defesa dos valores cristãos	51
6.5 Eli Borges: STF e homossexualidade como “crime de opção”.....	52
6.6 Material didático e erotização da infância.....	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
ANEXO A – DISCURSOS DOS PARLAMENTARES QUE MENCIONAM O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO PERÍODO DE 2018 A 2022	61

1 INTRODUÇÃO

No momento de definição do escopo de nossa pesquisa de mestrado, tencionou-se, inicialmente, investigar o uso de textos da Antiguidade Clássica para a validação de discursos de natureza conservadora. Naquela altura, o ponto de partida da pesquisa foi a leitura do livro *Not all dead white men: classics and misogyny in the digital age*, de Donna Zuckerberg (2018), pesquisadora classicista, que faz uma incursão na “machosfera” norte-americana para discutir como os grupos ultraconservadores e masculinistas se proliferam nos ambientes virtuais e validam os seus discursos apoiando-se nos textos da Antiguidade Clássica. A estudiosa trata principalmente de grupos atrelados ao que se denomina *Red Pill* e que compartilham diversas formas de discursos de ódio, principalmente aqueles que são antifeministas e misóginos.

Considerando as questões de gênero e de sexualidade, percebeu-se, a partir da leitura, que existe um grande interesse desses grupos masculinistas no policiamento da sexualidade das mulheres jovens. Pensando nos tópicos que chamam a atenção dos homens que fazem parte dessas comunidades para validação dessas ideias, percebemos que o estoicismo é uma filosofia muito compartilhada entre tais sujeitos em um sentido voltado para modo de vida e controle pessoal. No Brasil o uso do estoicismo por grupos conservadores se encontra principalmente em perfis do Instagram e vídeos da plataforma Youtube, já que a publicação de textos do tipo em blogs ou fóruns, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e no continente europeu, não acontece de forma consistente aqui. Mesmo nas publicações do Instagram, em que as legendas de fotos e vídeos podem ocorrer com textos mais longos, ainda é mais difícil de achar uma frequência mais regular, do que acontece no Youtube. A partir de uma busca ativa na plataforma, encontramos diversos canais que apresentavam ideais supostamente estoicos voltados especialmente para homens. No entanto, não foi possível seguir com a análise pela dificuldade em encontrar consistência nos discursos e reprodução que de fato fosse ligada a autores estoicos.

Assim, abandonamos essa primeira busca nos aproveitando ainda, nesse percurso, do empenho inicial de investigação discursiva da atuação de grupos ultraconservadores. Por isso, adaptamos nosso escopo para investigar o funcionamento de discursos conservadores que afetam os direitos de grupos socialmente minorizados dentro de instituições oficiais brasileiras. Essa intenção tem origem, principalmente, nos estudos de análise do discurso proporcionados pelas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF. Com isso, destacam-se as ideias de Foucault de que existem enunciados que são priorizados, de maneira que existe um sistema que define quem pode falar, o que pode ser dito e de que modo. Na obra *A Ordem*

do Discurso (2011), Michel Foucault explora as relações e os limites entre poder e discurso, mostrando que em nossa sociedade “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2011, p. 8-9).

A partir da vivência e da leitura de pesquisas predecessoras que compartilham temática semelhante, percebemos como o termo “ideologia de gênero” é usado politicamente dentro da Câmara Legislativa de forma a colocar os grupos LGBTQIA+ como agentes destruidores da moral e da família tradicional brasileira. Nesse contexto destacam-se os trabalhos de Henrique Araújo Aragusuku (2018) e Marina Basso Lacerda (2018), que serão mais bem discutidos no capítulo “Primeiras circulações e transnacionalização do termo “ideologia de gênero” e percurso temático de seus usos”. Em sua dissertação, Aragusuku discute como na década de 2010 o termo “ideologia de gênero” se tornou um forte mobilizador de discussões políticas polarizadas, principalmente a partir de 2015, quando estavam sendo votados os planos de educação em muitas cidades brasileiras. O pesquisador enfatiza que, em um momento de ascensão dos direitos e crescimento dos grupos LGBT, encontra-se um forte antagonismo de grupos conservadores, especialmente religiosos, que atuam e influenciam dentro e fora do âmbito legislativo. A tese de Marina Lacerda situa, ainda, o combate à chamada “ideologia de gênero” como resultado de um neoconservadorismo — originado do conservadorismo e do liberalismo econômico norte-americanos — transnacional que encontra forte adesão da direita cristã na América Latina.

Ambos os trabalhos constroem suas análises até o ano de 2018. Assim, iniciamos a nova coleta de dados pela busca de discursos legislativos que mencionavam a palavra “gênero” a partir de 2018. No entanto, os resultados foram muito dispersos — trazendo por exemplo, falas de deputados que se posicionavam contra a “implantação de gênero nas escolas” ou dados a respeito da saúde pública. Assim, fizemos a delimitação metodológica com a busca pelo termo “ideologia de gênero”, o que revelou um funcionamento discursivo próprio e altamente regulado. A princípio, definimos tratar de dois períodos, sendo eles de 2018 a 2022 e de 2023 e 2025. Tais espaços de tempo foram escolhidos para que se pudesse comparar a produção de enunciados na Câmara Legislativa durante a campanha e o governo de Jair Bolsonaro e após seu mandato. No entanto, devido ao volume dos dados (principalmente do segundo intervalo), decidimos delimitar nosso corpus ao período de 2018 a 2022. Sendo assim, é válido olhar em retrospectiva para o período escolhido para o nosso recorte, observando o contexto político e

social que viabilizaram os discursos proferidos na Câmara dos Deputados e as regularidades observadas.

Nesse primeiro intervalo, delimitado entre 2018 e 2022, situa-se a ascensão política da extrema-direita no Brasil e o mandato presidencial de Jair Bolsonaro, período que se inicia já na campanha eleitoral, em 2018, marcada por declarações públicas de teor homofóbico proferidas pelo então candidato, e que se estende por retrocessos sucessivos nas políticas voltadas à população LGBTQIA+. Já no primeiro dia de governo, a Medida Provisória nº 870/2019 retirou essa população da lista de diretrizes de promoção dos direitos humanos, sob a gestão do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SINASEFE, 2019). Ao longo do mandato, sucederam-se outros episódios que marcam o acirramento desse discurso conservador no espaço institucional: a revogação, em 2019, da convocação para a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022); o julgamento, em novembro de 2020, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.668 pelo Supremo Tribunal Federal, que se tornou um dos eixos privilegiados de disputa discursiva na Câmara dos Deputados, conforme discutido no Capítulo 6 desta dissertação; e a extinção, por meio do Decreto nº 10.883/2021, do Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT) (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Tais acontecimentos, amplamente noticiados pela imprensa nacional, evidenciam de que modo o período em questão consolidou-se como um momento de intensificação e de institucionalização do discurso antigênero, o que justifica sua delimitação como recorte temporal privilegiado desta pesquisa.

A presente pesquisa visa, então, avaliar o uso da expressão “ideologia de gênero” nos discursos de deputados federais proferidos na Câmara dos Deputados do Congresso Brasileiro entre 2018 e 2022. A principal motivação para este trabalho reside na percepção de um aumento significativo das manifestações públicas e políticas sobre questões de gênero, muitas vezes apresentadas de forma deturpada ou descontextualizada. Esse fenômeno, notadamente, coincide com a ascensão de grupos conservadores no cenário político-ideológico brasileiro contemporâneo.

É interesse de nossa pesquisa investigar se houve, a partir da campanha e da eleição de Bolsonaro, candidato de extrema-direita, intensificação da retórica dos grupos conservadores e extremistas com o uso da referida expressão. Assim, o recorte temporal escolhido para o trabalho justifica-se pela necessidade de analisar tanto se a administração adotou uma postura conservadora e polarizadora quanto se essa postura contribuiu para a disseminação e

consolidação dessa terminologia no debate legislativo, especialmente na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, procuramos observar de que modo a expressão é registrada nos discursos de deputados federais a fim de, na linha de Foucault, delimitar um arquivo sobre “ideologia de gênero”. É importante ressaltar que esse arquivo, na acepção foucaultiana, em *A Arqueologia do Saber* (2018), não se refere a um mero acervo de documentos, mas sim ao sistema que rege as condições de possibilidade do que pode ser dito e pensado sobre o tema em um dado momento. Ao analisar os discursos proferidos, buscamos, portanto, desvelar as formações discursivas que tornam esses enunciados inteligíveis, as posições de sujeito que eles veiculam e as estratégias que empregam para constituir objetos e verdades.

Para dar conta desses objetivos, esta dissertação organiza-se em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo Fundamentação teórica apresenta o aporte que embasa e orienta a pesquisa, ancorado na Análise do Discurso de linha francesa e, especialmente, no pensamento de Michel Foucault. Nele, são discutidos conceitos centrais mobilizados na investigação — discurso, enunciado, formação discursiva e arquivo —, delimitando o posicionamento epistemológico que recusa a busca por sentidos ocultos em favor da descrição da materialidade e do funcionamento histórico dos enunciados. O capítulo Primeiras circulações e transnacionalização do termo “ideologia de gênero” e percurso temático de seus usos retoma pesquisas anteriores e situa a circulação transnacional da expressão, bem como sua incorporação ao debate político brasileiro. O capítulo Apresentação do corpus dedica-se à introdução e à descrição metodológica do corpus, detalhando os critérios de seleção e os procedimentos de coleta dos pronunciamentos no portal da Câmara dos Deputados no período de 2018 a 2022. O capítulo A construção discursiva da “ideologia de gênero” articula o aporte teórico ao material de análise: a partir das ferramentas foucaultianas, descrevem-se as regularidades da formação discursiva conservadora em torno do tema, historicizam-se as condições de produção que permitiram a emergência da “ideologia de gênero” no debate público brasileiro e categorizam-se as posições-sujeito assumidas pelos parlamentares. Por fim, o capítulo Análises do embate discursivo na Câmara dos Deputados concentra-se na análise detalhada dos discursos selecionados — com destaque para as discussões em torno da ADI 5.668, que visava julgar se, de acordo com interpretação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), seria obrigação das instituições de ensino coibir o bullying homofóbico —, cujo julgamento estava previsto para novembro de 2020 e mobilizou intensamente o debate parlamentar sobre “ideologia de gênero” dentro do recorte temporal desta pesquisa (2018-2022), evidenciando os mecanismos de funcionamento do discurso, a

construção discursiva de um “inimigo” político e as estratégias de legitimação empregadas no embate parlamentar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho inscreve-se no campo da Análise do Discurso (AD), a partir da leitura de Orlandi, vertente que se constitui em estreito diálogo com diferentes campos do saber, em especial a linguística, a história e a psicanálise. Ao afastar-se de perspectivas estritamente linguísticas, a AD compreende que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia¹. Como define Orlandi (2007, p. 21), para a Análise do Discurso, o discurso “não se trata apenas de transmissão de informação”, mas sim de “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade”, porque a linguagem “põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”. Nesse quadro, a produção de sentidos está estruturalmente vinculada às suas condições de emergência, e o discurso opera como o lugar material onde se dá a articulação intrínseca entre a língua e a história.

O surgimento dessa disciplina, na década de 1960, está profundamente atrelado às formulações de Michel Pêcheux, que estabeleceu as bases de uma teoria materialista do discurso. Para Pêcheux (1995), o sentido não existe em si mesmo, mas é sempre determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo discursivo. A ideologia, como alude Pêcheux à principal tese de Althusser, é compreendida como o mecanismo que interpela os indivíduos em sujeitos, fornecendo a base material para que as evidências de sentido se imponham. Contudo, como demonstra Gregolin (2004) ao mapear as fases da Análise do Discurso, o campo que se convencionou chamar de “AD Francesa” não se manteve monolítico. Ao longo do seu desenvolvimento — especialmente a partir do que a autora caracteriza como a terceira época da disciplina —, novos tensionamentos foram incorporados. A própria trajetória pecheutiana passou a estabelecer conexões teóricas mais porosas, operando deslocamentos importantes em relação ao conceito inicial de Aparelhos Ideológicos de Estado e aproximando-se das formulações sobre as relações difusas de poder e saber teorizadas por Michel Foucault.

¹ Não pretendemos aqui desenvolver a extensa discussão em torno do conceito de ideologia nas diferentes vertentes da Análise do Discurso. Para Pêcheux (1995), na esteira de Althusser, a ideologia é compreendida como o mecanismo que interpela os indivíduos em sujeitos. Foucault, por sua vez, evita o termo “ideologia” por considerá-lo insuficiente para dar conta das relações de poder-saber que atravessam a produção dos enunciados, preferindo operar com as noções de discurso, formação discursiva e regime de verdade. Como esclarecido a seguir, esta pesquisa filia-se à vertente foucaultiana, razão pela qual não nos deteremos, neste momento, na discussão pormenorizada do conceito de ideologia.

É no interior desse deslocamento que a presente pesquisa se filia. O nosso trabalho ancora-se na vertente da Análise do Discurso que articula o olhar sobre a materialidade linguística com o projeto arqueológico de Michel Foucault. As contribuições foucaultianas são fundamentais para a compreensão do discurso não apenas como reproduzidor de ideologias prévias, mas como uma prática autônoma que constitui ativamente os objetos, os sujeitos e os saberes de que fala.

O projeto arqueológico, sistematizado em *A Arqueologia do Saber* (2008), propõe um afastamento de abordagens hermenêuticas que buscam no texto um significado oculto ou a origem primeira do dizer. Em lugar disso, a análise volta-se para a superfície dos discursos, interrogando suas condições de existência, sua materialidade, sua raridade e seu funcionamento histórico — elementos que orientarão metodologicamente a observação dos pronunciamentos parlamentares no decorrer deste trabalho.

Para a compreensão dessa articulação entre a tradição discursiva e o pensamento foucaultiano no cenário brasileiro contemporâneo, recorreremos às contribuições de Maria do Rosário Gregolin (2006). A autora observa que o método arqueológico funciona como uma "escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico" (GREGOLIN, 2006, p. 71). Trata-se de buscar os elementos regulares que forneçam um panorama coerente das condições de produção de uma época. Como afirma o próprio Foucault:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. [...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Gregolin (2006, p. 91-92) sintetiza esse arcabouço conceitual ao articular as noções foucaultianas de formação discursiva e de arquivo. A primeira é definida pela regularidade de um sistema de dispersão entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A segunda é definida pelo conjunto de regras que regem o aparecimento, a permanência e o desaparecimento dos enunciados em uma dada cultura, funcionando como “a lei do que pode ser dito” em uma época determinada. É a partir dessa leitura de Gregolin sobre o projeto arqueológico que esta dissertação articula os enunciados parlamentares ao arquivo discursivo

sobre a “ideologia de gênero”, tratado, no Capítulo 4, como o conjunto dos pronunciamentos sistematizados a partir do portal da Câmara dos Deputados.

Nessa perspectiva, a questão central não consiste em perguntar o que os discursos significam, mas em compreender como funcionam e sob quais condições se tornam possíveis. O discurso não é concebido como um conjunto de signos que remetem a uma representação prévia, mas como uma prática que constitui os próprios objetos de que fala, na medida em que, como sustenta Foucault:

[As relações discursivas] estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (...), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2008, p. 51-52).

A análise arqueológica interroga, assim, as condições históricas que permitem que determinados enunciados emergjam em uma dada época e em um campo específico, enquanto outros são silenciados ou se tornam impensáveis. No escopo desta pesquisa, isso significa interrogar quais condições políticas e institucionais — como o fortalecimento da bancada conservadora e os debates morais em torno da educação no Brasil — permitiram que a expressão “ideologia de gênero” emergisse como um enunciado legítimo e central na Câmara dos Deputados entre 2018 e 2022, enquanto pautas focadas na pluralidade e na prevenção ao *bullying* homofóbico passaram a ser frequentemente interditadas ou tratadas como ameaça.

A arqueologia foucaultiana se estrutura a partir de conceitos interdependentes, entre os quais se destacam enunciado, formação discursiva e arquivo — categorias que serão o esteio analítico para a categorização dos discursos de parlamentares no Capítulo 4 desta dissertação. O enunciado não se confunde com uma frase ou proposição, mas corresponde à função que possibilita a existência material de um dizer e seus efeitos em um campo de relações, constituindo um acontecimento raro. De acordo com Gregolin (2006, p. 65), o enunciado deve ser compreendido como um acontecimento que, ao surgir em sua materialidade, “entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga”. A formação discursiva, conceito central do projeto arqueológico, é compreendida como um sistema de dispersão dos enunciados, isto é, um conjunto de regras anônimas e históricas que definem o que pode ser dito sobre determinado objeto, quais posições de sujeito podem ser

ocupadas, quais conceitos podem ser mobilizados e quais estratégias discursivas se tornam legítimas. Descrever uma formação discursiva implica delinear as regularidades que organizam uma ordem específica do discurso.

Esses elementos se inscrevem no arquivo, entendido não como um simples acervo de documentos, mas como o sistema geral que rege o aparecimento, a circulação e o desaparecimento dos enunciados em uma determinada cultura. Gregolin explica que, nos termos de Foucault, o arquivo constitui-se por “jogos de regras que determinam numa cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua extinção” (GREGOLIN, 2006, p. 70). Assim, o material de análise não é tratado como documento que remete a uma verdade exterior, mas como monumento discursivo a ser descrito em seu próprio funcionamento. O arquivo corresponde à lei do que pode ser dito, estabelecendo os limites históricos da dizibilidade.

Ao dialogar com a arqueologia foucaultiana, a Análise do Discurso de origem francesa radicaliza a concepção de que o discurso é uma prática que constitui os objetos sobre os quais fala. O sujeito, nessa perspectiva, não é a origem soberana do dizer, mas ocupa posições historicamente determinadas no interior das formações discursivas. Todo dizer se constitui a partir de um já-dito, de uma memória discursiva que atravessa os enunciados e os inscreve em uma rede histórica de significações. Essa perspectiva teórica assume a descontinuidade como fundamento central da história, exigindo que o analista investigue as transformações que levam ao “desaparecimento de uma positividade e à emergência de outra” (GREGOLIN, 2006, p. 74), o que permite compreender a irrupção de novos dizeres. Interpelado pelas condições históricas, o sujeito enuncia a partir do que lhe é dado, ao mesmo tempo em que essas condições delimitam o que pode e deve ser dito.

Essa compreensão evidencia que os discursos não são neutros, mas atravessados por relações de poder e saber que os constituem e lhes conferem eficácia social. A abordagem foucaultiana rompe com a concepção tradicional de poder como algo centralizado e repressivo, concebendo-o como uma rede de relações produtivas e capilares que atravessam os sujeitos e os discursos. Como argumenta Foucault:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros (...); mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns (...). O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Nesse sentido, considerando o contexto político deste trabalho, o discurso parlamentar não é apenas o registro de uma opinião, mas um nó central nessa rede de poder-saber, onde a “ideologia de gênero” é forjada como um saber que visa produzir efeitos de normalização ou exclusão social. Depreende-se, portanto, que o poder não se localiza em um ponto fixo nem é possuído por determinados indivíduos ou grupos, mas circula e se exerce em rede. Os sujeitos, longe de serem apenas alvos do poder, são também seus veículos. Nessa perspectiva, o saber não antecede o poder nem se apresenta como instância neutra. Saber e poder se implicam mutuamente, constituindo-se como condições de possibilidade um do outro. Os discursos produzem saberes que organizam o real, estabelecem classificações, normalidades e regimes de verdade, ao mesmo tempo em que são atravessados por relações de poder. Assim, a produção de um saber sobre determinado objeto — como a chamada “ideologia de gênero” — não corresponde à descoberta de uma verdade preexistente, mas à constituição de um campo de inteligibilidade historicamente situado.

É à luz desse arcabouço teórico que se insere a presente dissertação, que propõe uma análise de inspiração arqueológica dos discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados. O *corpus*, composto por trechos de falas extraídos da base de dados da Câmara Legislativa, é tratado como um fragmento significativo do arquivo contemporâneo sobre o conservadorismo no Brasil. A análise buscará descrever as regularidades, dispersões e correlações dos enunciados que compõem o discurso sobre a expressão “ideologia de gênero”, identificando as formações discursivas que tornam esses dizeres possíveis, bem como os objetos construídos, as posições de sujeito mobilizadas, os conceitos recorrentes e as estratégias discursivas empregadas.

O recorte temporal adotado — que abrange os períodos de 2018 a 2022 — justifica-se por corresponder a um momento de intensificação dos discursos conservadores no cenário político brasileiro, especialmente no âmbito do Legislativo federal. Trata-se de um período atravessado por disputas discursivas acirradas em torno de gênero, moralidade e educação, nas quais a expressão “ideologia de gênero” assume centralidade como operador discursivo (fenômeno que será historicizado em detalhe na seção de Condições de Produção, no Capítulo 3). Tal delimitação permite observar tanto a consolidação quanto a reconfiguração desses dizeres, preparando o terreno para a explicitação dos procedimentos adotados na pesquisa.

A análise de inspiração arqueológica orienta o modo de constituição do *corpus*, o recorte dos enunciados e o gesto analítico, que privilegia a descrição das regularidades discursivas, das condições de possibilidade e das posições de sujeito mobilizadas, em

detrimento de interpretações centradas na intenção dos falantes ou na busca por significados secretos. O *corpus* é tratado como um monumento, um gesto analítico que recusa a busca por uma verdade oculta sob as palavras, privilegiando a descrição das superfícies de emergência desses dizeres conservadores. Assim, os critérios de seleção e organização do arquivo que compõem a base desta pesquisa serão apresentados no capítulo seguinte, em intrínseca articulação com a fundamentação teórico-metodológica aqui desenvolvida.

3 PRIMEIRAS CIRCULAÇÕES E TRANSNACIONALIZAÇÃO DO TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E PERCURSO TEMÁTICO DE SEUS USOS

Considerando a investigação do tema e a contribuição da nossa pesquisa para tal, torna-se importante olhar para trabalhos anteriores que ajudaram a pavimentar o caminho para a compreensão do surgimento e dos usos da “ideologia de gênero” como forma de mobilização dentro dos campos social e político. Assim, destacamos dois trabalhos acadêmicos recentes sobre o assunto. O primeiro deles é a tese de doutorado *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*, de Marina Basso Lacerda (2018). O segundo é a dissertação de mestrado *O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica*, de Henrique Araujo Aragusuku (2018).

É importante situar o contexto de produção de ambos os trabalhos. A tese de Lacerda foi defendida em abril de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sob orientação do Prof. Dr. Luiz Augusto Campos. A própria autora, servidora da Câmara dos Deputados durante o período de elaboração da pesquisa, teve acesso privilegiado ao corpus institucional que viria a analisar, o que situa sua tese no cruzamento entre a Ciência Política e uma observação de dentro do próprio Legislativo. Já a dissertação de Aragusuku foi defendida também em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Profa. Dra. Mariana Prioli Cordeiro, e se insere no campo da Psicologia Política e da Análise Crítica do Discurso. Os dois trabalhos emergem, portanto, do mesmo momento histórico — o biênio 2017-2018, marcado pela eleição de Jair Bolsonaro e pela consolidação da “ideologia de gênero” como pauta central do debate público brasileiro —, ainda que a partir de tradições disciplinares distintas: a Ciência Política, no caso de Lacerda, e a Psicologia Social, no caso de Aragusuku.

Em sua tese, Lacerda (2018) investiga a consolidação do neoconservadorismo no parlamento brasileiro, demonstrando como se formou uma aliança política estruturada em três eixos principais: o neoliberalismo econômico, o punitivismo estatal e o familismo. A autora analisa de que forma essas frentes, aparentemente paradoxais, convergiram na Câmara dos Deputados para formar uma frente ampla de direita. O trabalho evidencia que a pauta moral foi materializada nos discursos da defesa da família patriarcal e na forte oposição aos direitos reprodutivos e sexuais, e funcionou como a principal base de sustentação para unificar a coalizão desses elementos neoconservadores no país (p. 38-39). A autora se debruça sobre a

explicação desses elementos tratando o neoconservadorismo como um movimento político e, como destaque, observa-se que figuram de maneira importante a defesa da família e o choque dos direitos reprodutivos e de sexualidade (p. 39).

Por sua vez, a dissertação de Aragusuku (2018) debruça-se especificamente sobre o funcionamento e a materialização do discurso da “ideologia de gênero” nos pronunciamentos do Plenário da Câmara, abrangendo o período de 2003 a 2017. Amparado teórica e metodologicamente pela Análise Crítica do Discurso (ACD) e pela Psicologia Política, o autor examina as estratégias retóricas e as representações evocadas por parlamentares, sobretudo aqueles vinculados ao conservadorismo cristão. A pesquisa mapeia de que modo esse discurso foi utilizado para gerar pânico moral e operar politicamente como uma barreira aos avanços das demandas feministas e LGBT no âmbito das políticas governamentais.

Ambas as pesquisas apontam que a expressão não é uma invenção originalmente brasileira, mas o fruto de uma articulação transnacional ligada ao conservadorismo cristão. Aragusuku (2018) localiza a introdução mais sistemática desse debate no Brasil no início da década de 2010, destacando a publicação em português do livro do ativista católico argentino Jorge Scala, em 2011, como a primeira a definir a “ideologia de gênero” como uma ameaça, introduzindo este discurso no meio político e religioso (ARAGUSUKU, 2018, p. 15-16). Nesse cenário, a “ideologia de gênero” foi importada e estruturada não apenas como um conceito, mas como uma narrativa reativa aos avanços das políticas públicas de inclusão voltadas para a população LGBT e para as demandas feministas promovidas nos governos anteriores.

Ao transitar da esfera dogmática para a arena político-institucional, a expressão passou a operar como um poderoso mecanismo de mobilização pautado pelo “pânico moral”. Como demonstra o trabalho de Aragusuku (2018), essa estratégia ganhou força inicial com os embates em torno do programa “Escola Sem Homofobia” em 2011 e atingiu ampla capilaridade social durante as discussões do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 e dos planos subnacionais em 2015 (p. 16). Nesses espaços, a figura da criança e a pretensa ameaça à autoridade da família tradicional foram mobilizadas discursivamente para rotular a educação em direitos humanos como um perigo à moralidade cristã, o que culminou na supressão sistemática dos termos “gênero” e “orientação sexual” das diretrizes educacionais.

O sucesso e a rápida institucionalização dessa retórica no Legislativo são elucidados pelo trabalho de Lacerda (2018), que insere o fenômeno dentro da formação de uma ampla coalizão neoconservadora no Brasil. A autora argumenta que a peculiaridade dessa nova direita reside exatamente na centralidade atribuída à regulação da sexualidade e à defesa irrestrita da família patriarcal. Nesse contexto macropolítico, a cruzada contra a “ideologia de gênero”

funcionou como um elo central — ou um “aglutinante simbólico”, no termo empregado por Aragusuku (2018, p. 61) — capaz de unificar e justificar a aliança entre a direita cristã, o absolutismo de livre mercado e o idealismo punitivo (LACERDA, 2018, p. 19). Mobilizar a sociedade em defesa da família serviu, portanto, não apenas para o controle moral dos corpos, mas também para pavimentar o desmonte de políticas de bem-estar social e de direitos humanos na Câmara dos Deputados.

A expressão “ideologia de gênero” não surge de forma espontânea, mas é construída e disseminada a partir de contextos específicos. A tese de Marina Basso Lacerda (2018) investiga a implantação do neoconservadorismo na sociedade brasileira, especialmente nas camadas periféricas, a partir da atuação de deputados federais. Para isso, a autora parte da hipótese de que “há, pelo menos desde 2015, um movimento de orientação política neoconservadora na Câmara dos Deputados brasileira” (LACERDA, 2018, p. 19). Como parte da comprovação, Lacerda verifica, entre outros fatores, a articulação por uma direita conservadora cristã de “valores morais religiosos e da família tradicional em reação ao feminismo e à agenda LGBT”, passando pela noção de “ideologia de gênero” — ameaça a ser combatida pelos políticos conservadores.

Lacerda demonstra que o termo tem suas raízes em documentos eclesiásticos e movimentos conservadores, particularmente ligados à Igreja Católica desde os anos 1990 (LACERDA, 2018, p. 85), que a utilizam como uma forma de crítica e oposição às discussões e avanços relacionados aos estudos de gênero e às políticas de direitos sexuais e reprodutivos. Inicialmente, o termo visava desqualificar a própria noção de gênero como uma construção social, apresentando-a como uma “ideologia” com intenções supostamente subversivas ou doutrinárias.

A tese de Marina Lacerda também evidencia o caráter transnacional da expressão “ideologia de gênero”. Originada em debates internacionais, ela é rapidamente importada e adaptada ao contexto brasileiro. No Brasil, o termo ganha força a partir da segunda década do século XXI, sendo amplamente difundido por atores religiosos, políticos conservadores e grupos de mídia que veem nela uma ferramenta eficaz para barrar avanços em direitos e para polarizar o debate público. A expressão se torna um slogan que condensa uma série de pautas conservadoras, facilitando a adesão e a identificação de diferentes segmentos da sociedade.

A análise da autora revela que a “ideologia de gênero” é construída como um “inimigo discursivo”. Ao ser nomeado e categorizado como uma “ideologia”, o termo adquire um caráter pejorativo e alarmista, permitindo que seus usuários o associem a ameaças morais, familiares e sociais. Essa estratégia discursiva visa mobilizar a opinião pública e legitimar a oposição a

pautas progressistas, como a educação sexual nas escolas, os direitos LGBTQIA+ e a igualdade de gênero. A expressão opera, portanto, como um significante vazio que pode ser preenchido com diversos temores e preconceitos, tornando-se um catalisador para a articulação de movimentos conservadores.

É importante demarcar, ainda, a distância entre esse uso do termo e as acepções que ele assume no campo teórico que fundamenta esta pesquisa. No senso comum, “ideologia” costuma designar um conjunto de ideias falsas ou distorcidas, opostas a uma verdade ou realidade objetiva — é justamente esse sentido pejorativo, de desvio ou de mentira, que os parlamentares mobilizam ao nomear as pautas de gênero como “ideologia de gênero”. Essa acepção popular, no entanto, não corresponde às formulações teóricas que orientam a Análise do Discurso. Em Pêcheux (1995), na esteira de Althusser, a ideologia não é falsa consciência ou erro, mas o mecanismo material que interpela os indivíduos em sujeitos, fornecendo-lhes a impressão de que os sentidos que produzem são evidentes e transparentes. Foucault, por sua vez, evita operar com a noção de ideologia, por considerá-la insuficiente para descrever o funcionamento capilar do poder e a produção histórica dos regimes de verdade; em seu lugar, privilegia os conceitos de discurso, formação discursiva e saber. Esta dissertação, ancorada nessa vertente foucaultiana, não trata, portanto, a “ideologia de gênero” como uma ideologia no sentido técnico do termo, mas como um enunciado que, ao se apropriar do vocabulário do senso comum, produz efeitos de verdade e organiza posições de sujeito no debate parlamentar.

No campo político, a “ideologia de gênero” opera como um operador discursivo potente, com múltiplas funções, conforme apontado pela pesquisadora. Primeiramente, seu uso visa deslegitimar o campo dos estudos de gênero, rotulando o gênero como “ideologia” e buscando, assim, invalidar a pesquisa acadêmica e o conhecimento produzido sobre as construções sociais de gênero. Em segundo lugar, a expressão serve para mobilizar bases eleitorais, pois ressoa com valores tradicionais e religiosos, atuando como um aglutinador eficaz para eleitores conservadores e para a formação de bancadas parlamentares alinhadas a essas pautas. Adicionalmente, o termo é frequentemente invocado para justificar retrocessos em políticas públicas, como a retirada de conteúdos de gênero de currículos escolares, a oposição a leis de proteção a minorias sexuais e de gênero, e a defesa de modelos familiares normativos. Por fim, a “ideologia de gênero” é empregada para construir uma narrativa de “ameaça”, sendo apresentada como uma força externa e perigosa que visa destruir a família, a moral e os valores cristãos, o que, por sua vez, cria um senso de urgência e necessidade de combate.

Ao traçar esse percurso da expressão “ideologia de gênero”, a tese de Marina Basso Lacerda nos instrumentaliza para compreender que seu uso pelos deputados federais não é aleatório, mas faz parte de uma estratégia discursiva mais ampla, enraizada em um histórico de disputas por sentidos e poder. A análise arqueológica, portanto, se debruçará sobre como esses enunciados operam no corpus da pesquisa, revelando as regras que os tornam possíveis e os efeitos que produzem no campo político brasileiro.

4 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Apresentaremos, neste capítulo, as informações referentes ao período ao qual delimitamos nossa análise, ou seja, entre os anos de 2018 e 2022. É interesse de nossa pesquisa investigar se houve, a partir da campanha e da eleição de Jair Bolsonaro, político de extrema-direita, intensificação da retórica dos grupos conservadores e extremistas com o uso da referida expressão. Assim, o recorte temporal escolhido para o trabalho justifica-se pela necessidade de analisar tanto se a administração adotou uma postura conservadora e polarizadora quanto se essa postura contribuiu para a disseminação e consolidação dessa terminologia no debate legislativo, especialmente na Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, procuramos observar de que modo a expressão é registrada nos discursos de deputados federais a fim de, na linha de Foucault, delimitar um arquivo sobre “ideologia de gênero”. É importante ressaltar que esse arquivo, na acepção foucaultiana de *A Arqueologia do Saber* (2008), não se refere a um mero acervo de documentos, mas sim ao sistema que rege as condições de possibilidade do que pode ser dito e pensado sobre o tema em um dado momento. Ao analisar os discursos proferidos, buscamos, portanto, desvelar as formações discursivas que tornam esses enunciados inteligíveis, as posições de sujeito que eles veiculam e as estratégias que empregam para constituir objetos e verdades.

Para delimitar nosso corpus, usamos o campo de busca da página que disponibiliza a íntegra dos discursos proferidos na Câmara Federal dos Deputados do Brasil. A estratégia metodológica adotada consistiu em inserir a expressão “ideologia de gênero” como palavra-chave, na subseção “Discursos Proferidos em Plenário”, dentro da seção “Discursos e Notas Taquigráficas” do site da Câmara, abrangendo todos os registros disponíveis desde 2018 até 2022. Os resultados obtidos foram sistematizados em uma base de dados e, para consulta da materialidade integral dos pronunciamentos, transcritos no Anexo A².

Durante a organização dos dados, foram sistematizados, a partir do Anexo A, 113 registros discursivos que mencionam a expressão “ideologia de gênero” no período de 2018 a 2022, sendo a primeira ocorrência registrada em 28/02/2018 e a última em 06/07/2022. Além disso, vale registrar que os registros foram proferidos por parlamentares pertencentes a uma variedade de partidos, a saber: AVANTE, CIDADANIA, DEM, MDB, NOVO, PCDOB, PDT, PEN, PHS, PL, PR, PRB, PSB, PROS, PSC, PSD, PSDB, PSL, PSOL, PT, PTB,

² O Anexo A reúne, em ordem cronológica, a íntegra dos discursos e documentos encaminhados que mencionam a expressão “ideologia de gênero” no período de 2018 a 2022.

REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE. Essa diversidade partidária evidencia, pelo menos à primeira vista, que o debate em torno da expressão permeia diferentes legendas, o que permite uma análise mais aprofundada dos contextos e sua utilização nos debates legislativos.

Na Câmara dos Deputados, os discursos se organizam em diferentes seções que refletem a dinâmica e as funções do debate legislativo. Duas dessas seções são a “Ordem do Dia” e as “Breves Comunicações”, cada uma com características e propósitos específicos:

- **Ordem do Dia:** trata-se da pauta formal e previamente estabelecida para a seção plenária. Os discursos realizados na “Ordem do Dia” costumam ser mais estruturados e aprofundados, pois fazem parte do debate principal que influencia votações e decisões. Eles permitem que os parlamentares desenvolvam argumentos detalhados e articulem suas posições de forma completa, contribuindo para a construção e o encaminhamento das discussões no plenário.
- **Breves Comunicações:** as “Breves Comunicações” consistem em intervenções curtas e objetivas. Essa modalidade permite que os deputados façam manifestações rápidas, expressando opiniões, registrando observações ou fazendo comentários pontuais sobre temas específicos, sem a necessidade de elaborar um discurso extenso. Essa forma de intervenção é utilizada para destacar pontos relevantes ou para complementar o debate de forma imediata, sem interromper o fluxo das discussões mais aprofundadas da “Ordem do Dia”.

A identificação de ocorrências da expressão “ideologia de gênero” na “Ordem do Dia”, nas “Breves Comunicações” e nas demais fases da sessão possibilita analisar como os deputados abordam esse tema em momentos distintos: enquanto na pauta formal os discursos tendem, como dissemos, a ser mais elaborados; nas intervenções breves a manifestação ocorre de forma mais direta e concisa; nas demais fases, por sua vez, aparecem pronunciamentos de grande expediente, pequeno expediente, comunicações parlamentares, lideranças, encerramentos e documentos encaminhados, que ampliam o alcance do arquivo analisado.

Assim, organiza-se a seguir duas tabelas — uma para os partidos de oposição e outra para os partidos de base governista — que correlacionam os registros da expressão “ideologia de gênero” de acordo com a legenda partidária e a fase da sessão, reunindo em apenas uma linha os partidos que aparecem associados a diferentes estados no Anexo A.

Tabela 1 – Ocorrência da expressão “ideologia de gênero” por partidos de oposição

Partido	Ocorrências em Ordem do Dia	Ocorrências em Breves Comunicações	Ocorrências em Demais Fases	Total de ocorrências
CIDADANIA	1	0	0	1
PCDOB	2	2	1	5
PDT	1	0	2	3
PSB	0	1	0	1
PSDB	1	1	2	4
PSOL	11	0	1	12
PT	4	2	2	8
Total	20	6	8	34

Tabela 2 – Ocorrência da expressão “ideologia de gênero” por partidos de base governista

Partido	Ocorrências em Ordem do Dia	Ocorrências em Breves Comunicações	Ocorrências em Demais Fases	Total de ocorrências
AVANTE	1	1	0	2
DEM	0	2	1	3
MDB	2	2	0	4
NOVO	0	1	0	1
PEN	1	0	0	1
PHS	0	0	1	1
PL	1	0	0	1
PR	1	1	0	2
PRB	0	1	3	4
PROS	1	0	0	1
PSC	6	6	4	16
PSD	3	3	0	6
PSL	5	7	8	20
PTB	1	1	0	2
REPUBLICANOS	1	0	0	1
SOLIDARIEDADE	6	2	6	14
Total	29	27	23	79

Fonte: Elaborado pela autora (2026) a partir dos discursos sistematizados no Anexo A e de dados da Câmara dos Deputados.

A partir desse quantitativo, percebe-se que a maior concentração de registros se deu no PSL, com 20 ocorrências, seguido pelo PSC, com 16 registros. O conjunto dos dados mostra que a expressão circulou tanto em partidos vinculados ao campo conservador quanto em legendas que aparecem no corpus para criticar ou contestar o uso político da expressão. Esse resultado reforça a necessidade de distinguir, na análise, entre os enunciados que mobilizam a “ideologia de gênero” como ameaça e aqueles que a tomam como objeto de crítica.

Cabe justificar, por fim, a remissão recorrente ao Anexo A ao longo dos capítulos analíticos desta dissertação. Tal escolha metodológica decorre, em primeiro lugar, do volume do corpus: a transcrição integral dos 113 registros discursivos no corpo do texto comprometeria a legibilidade da análise sem trazer ganho interpretativo proporcional. Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, essa opção é coerente com o próprio gesto arqueológico adotado neste

trabalho, que trata o corpus como um monumento a ser consultado em sua materialidade integral, e não como um repositório de excertos meramente ilustrativos. Assim, os Capítulos 5 e 6 citam os enunciados na medida necessária à descrição das regularidades discursivas, remetendo o leitor ao Anexo A sempre que a verificação do pronunciamento na íntegra se fizer relevante para a análise.

5 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Neste capítulo, realizamos a operacionalização dos conceitos teóricos fundamentais para a análise, articulando a perspectiva arqueológica de Michel Foucault com a materialidade discursiva do *corpus*. Não se trata apenas de definir abstratamente o que são *formação discursiva*, *condições de produção* e *posições-sujeito*, mas de demonstrar como essas categorias operam concretamente na instauração e manutenção do discurso sobre a “ideologia de gênero” no Parlamento brasileiro.

5.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E REGULARIDADES ENUNCIATIVAS

Em *A arqueologia do saber*, Foucault define a formação discursiva a partir da regularidade entre objetos, modalidades enunciativas, conceitos e escolhas temáticas: quando se pode descrever, entre certo número de enunciados, um sistema de dispersão e de regras de formação, tem-se uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43). Desse modo, a formação discursiva não corresponde a um conjunto aleatório de frases sobre um mesmo tema, nem à expressão homogênea de uma mentalidade coletiva; trata-se de um sistema historicamente situado que regula as condições de existência dos enunciados, definindo o que pode ser dito, quem pode falar, de que lugar institucional se fala, quais conceitos são validados e quais estratégias se tornam possíveis.

Ao analisar os pronunciamentos parlamentares sobre a “ideologia de gênero” entre 2018 e 2022, notamos que não estamos diante de opiniões individuais ou isoladas, mas de enunciados que pertencem a uma formação discursiva específica e altamente regulada: a do conservadorismo contemporâneo brasileiro. Essa formação discursiva se caracteriza por um conjunto estável de regras que governam a produção de sentido sobre gênero e sexualidade no espaço legislativo. A decisão por delimitar a análise qualitativa em ocorrências centrais, sem deixar de apresentar o conjunto geral dos registros no Capítulo 4 e no Anexo A, torna mais nítidas as regularidades que se repetem em torno de núcleos como escola/*homeschooling*, defesa da moral e da família, disputa terminológica entre “gênero” e “sexo” e preocupação com a diversidade presente na cultura de massa.

Identificamos quatro tipos de regularidades que estruturam essa formação discursiva no corpus analisado. O primeiro deles é a regularidade do Objeto. A “ideologia de gênero” é consistentemente construída não como um campo de estudos acadêmicos ou uma pauta de direitos humanos, mas como uma ameaça existencial. O objeto do discurso é delimitado sempre

em oposição à “família”, às “crianças” ou à “inocência infantil”. Essa construção desvirtua pautas concretas — como a ADI 5.668, que visava combater o bullying homofóbico —, transformando-as em perigos iminentes de “doutrinação” ou “sexualização precoce”. Essa materialidade discursiva fica evidente nos pronunciamentos que compõem o nosso corpus, nos quais a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.668 é sistematicamente esvaziada de seu sentido jurídico-protetivo original e transmutada na encarnação dessa ameaça existencial. No discurso do deputado General Girão (PSL-RN), por exemplo, o combate ao bullying e à discriminação é lido como uma perigosa imposição do Estado sobre a infância. O parlamentar alerta, em tom de denúncia, que a pauta no Supremo Tribunal Federal serviria “para que passe a ser obrigatório nas escolas o ensino da ideologia de gênero”. Em estrita sintonia com essa mesma regra de formação, a deputada Soraya Manato classifica a ação apresentada pelo PSOL como um “verdadeiro absurdo”, enquadrando-a de forma direta e inquestionável como uma “violação dos valores da família”. A delimitação desse objeto discursivo a partir do perigo que ele supostamente representa para a “inocência infantil” ganha contornos ainda mais nítidos na fala do deputado Bibó Nunes. Ao interditar qualquer reflexão sociológica sobre identidades, o parlamentar fabrica um cenário de pânico em torno do ambiente escolar: “Como pode um ser humano imaginar que (...) ao chegar a uma escola, uma criança de 5 ou 6 anos de idade vai escolher se quer ser homem ou mulher?”. Na sequência de seu raciocínio, a “ideologia de gênero” assume a forma de um objeto totalizante e apocalíptico, atrelado a uma conspiração política que “quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião”.

O trecho completo da fala, nas Breves Comunicações de 3 de novembro de 2020, evidencia essa construção:

Primeiro, quero deixar registrado o meu repúdio a uma ação absurda, prevista para ser decidida no dia 11 de novembro, como já disse hoje o meu colega Deputado General Girão. Essa ação, apresentada pelo PSOL, trata do ensino de ideologia de gênero nas escolas. É um verdadeiro absurdo. Sou totalmente contra essa violação dos valores da família. Espero que essa ação seja rejeitada pelos Ministros do Supremo. Tenho certeza de que essa proposta não representa a vontade da maioria do povo brasileiro. (SORAYA MANATO – Anexo A, 03/11/2020)

Vejamos este trecho, proferido por Bibó Nunes (PSL-RS), nas Breves Comunicações de 3 de novembro de 2020:

Como pode um ser humano imaginar que o sexo é um desenvolvimento social, que, com o tempo, a pessoa vai definir se é homem ou mulher, que, ao chegar a uma escola, uma criança de 5 ou 6 anos de idade vai escolher se quer

ser homem ou mulher? Não tem fundamento isso. (BIBO NUNES – Anexo A, 03/11/2020)

Essa mesma regularidade do objeto aparece também quando o foco se desloca da ADI 5.668 para outros acontecimentos. Nos discursos sobre *homeschooling*, por exemplo, a escola é construída como espaço contaminado pela “ideologia”, de tal modo que a retirada da criança do ambiente escolar aparece como forma de salvaguardar sua inocência. Em 18 de maio de 2022, durante os debates sobre educação domiciliar, parlamentares favoráveis ao projeto mobilizam a “ideologia de gênero” como risco inerente à escola pública e privada, redefinindo o objeto em disputa: não se trata apenas de um modelo pedagógico, mas de proteger a criança de um suposto aparelho doutrinário. De maneira semelhante, nos enunciados que atacam a presença de diversidade de gênero na cultura de massa — como nos discursos sobre a boneca Barbie com figuração trans, o que é mencionado no discurso de Otoni de Paula (PSC-RJ) — a “ideologia de gênero” é deslocada do campo estritamente escolar e reinscrita em outro objeto: brinquedos, filmes de herói e produtos de entretenimento infantil passam a ser lidos como veículos dessa mesma ameaça, sempre em relação de oposição à família e à moral conservadora. Nota-se, portanto, que a regularidade do objeto nessa formação discursiva não se define pelo que o gênero é nas políticas públicas, mas sim pelos efeitos de terror que a sua categorização como “ideologia” é capaz de evocar. O objeto construído pelos parlamentares é, estritamente, um inimigo moral fabricado sob medida para justificar a interdição do debate.

É o que se observa, por exemplo, na fala de Guiga Peixoto (PSC-SP), nas Breves Comunicações de 18 de maio de 2022:

Quero dizer aos Parlamentares daquele outro lado, o lado da Esquerda, que estão inventando uma linguagem neutra — uma linguagem que não existe — e querendo implantar nas escolas a ideologia de gênero: deixem nossas crianças em paz. (GUIGA PEIXOTO – Anexo A, 18/05/2022)

No que tange à regularidade enunciativa, observa-se que os deputados não se posicionam como legisladores técnicos debatendo políticas públicas, mas como porta-vozes morais. A deputada Soraya Manato (PSL-ES), por exemplo, demarca explicitamente esse lugar de fala ao se apresentar: “como todos sabem, sou uma Parlamentar de direita, conservadora, cristã”. Nesse sentido, a enunciação é marcada pela autoridade de quem fala em nome de uma suposta maioria silenciada, o que se materializa quando Manato afirma ter “certeza de que essa proposta não representa a vontade da maioria do povo brasileiro”, ou quando o General Girão sentencia que “a população brasileira não quer isso”. Essa assunção da voz do povo legitima a

desqualificação dos interlocutores (o STF, a esquerda, os movimentos sociais) como inimigos da nação, a exemplo da forma como Girão ataca a Suprema Corte, acusando seus ministros de tentarem “usurpar o poder do Congresso Nacional”. Em outros pronunciamentos do *corpus*, essa mesma posição enunciativa reaparece com variações, mas sob a mesma regra: quando o deputado Otoni de Paula denuncia uma “fábrica de lésbicas e gays” nas escolas, ou quando Eli Borges se coloca como defensor da “família tradicional nos moldes da Bíblia e da Biologia”, essas falas se ancoram na presunção de que representam valores majoritários e incontestáveis, o que dispensa a necessidade de debate informado sobre políticas educacionais ou direitos humanos.

Em paralelo a essa postura, nota-se uma regularidade conceitual, na qual há um léxico recorrente e interligado que funciona como uma rede de significados fechada. Dentro dessa lógica, termos como “doutrinação”, “imposição”, “marxismo cultural” e “destruição da família” aparecem sempre associados, criando uma cadeia de equivalências onde qualquer pauta de gênero é automaticamente traduzida como parte de uma conspiração maior. O pronunciamento de Bibó Nunes (PSL-RS) ilustra perfeitamente essa rede: ao rechaçar o debate sobre sexualidade, ele aciona imediatamente o espectro político, alegando que “a Esquerda, baseada no Decálogo de Lênin, quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião”. O gênero, esvaziado de seu sentido original, passa a ser o significante para que “o comunismo e o socialismo” tomem conta de uma “sociedade aos frangalhos”.

A mesma regularidade conceitual se manifesta na intensa disputa terminológica entre “gênero” e “sexo” observada em um dos debates analisados, em que a simples presença da palavra “gênero” em um dispositivo legal é tomada como abertura indevida para o avanço da “ideologia”. Nessa arena, a substituição de “gênero” por “sexo” não é um mero ajuste técnico, mas um gesto de controle sobre o vocabulário legítimo: “gênero” é marcado como ideológico, suspeito, enquanto “sexo” é reivindicado como termo “natural”, biologicamente neutro, ainda que a própria discussão revele o caráter profundamente político dessa distinção. Assim, em todo o *corpus*, a regularidade conceitual opera por condensação: a expressão “ideologia de gênero” funciona como um nó que aglutina diferentes medos e rejeições — à educação sexual, à linguagem neutra, à diversidade na mídia, às decisões do STF — sob um mesmo signo negativo.

Por fim, essas construções culminam em uma regularidade estratégica: a produção de pânico moral. Os enunciados operam para criar um estado de alerta constante, mobilizando afetos como medo e indignação — o que General Girão convoca, em 03 de novembro de 2020, nas Breves Comunicações, ao alertar para a iminência da votação da ADI 5.668, em um

raciocínio que se estende da denúncia da atuação do STF à convocação à reação:³ “O Ministro Fachin tinha toda a condição possível de negar de ofício esse requerimento do PSOL, essa ADI do PSOL, ele não fez isso. Não fez com que intenção? Eu não sei. O Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional. Legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo! Não existe inconstitucionalidade. Tentou-se passar uma proposta aqui, e foi negada. Nós precisamos ter capacidade de reagir a isso.” (GENERAL GIRÃO – Anexo A, 03/11/2020). Essa estratégia justifica medidas de exceção ou de “defesa”, como a tentativa de interditar debates educacionais, deslegitimar instituições democráticas por pretensão “ativismo judicial” ou apresentar a retirada da criança da escola como resposta necessária a um cenário descrito como ameaçador. É o que ocorre quando Bibó Nunes, na mesma sessão, ao condenar pais que permitiram a um menino brincar de boneca e usar vestido, decreta que eles “deveriam ser interditados e perder a guarda do filho”.⁴

5.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: A EMERGÊNCIA DO DISCURSO ANTIGÊNERO

A emergência dessa formação discursiva não é acidental. Ela responde a condições de produção históricas e políticas muito precisas. A principal motivação para a emergência desses discursos reside na percepção de um aumento significativo das manifestações públicas e políticas sobre questões de gênero, fenômeno que coincide com a ascensão de grupos conservadores no cenário político-ideológico brasileiro contemporâneo. Esse contexto é fundamental para compreender por que a expressão “ideologia de gênero” se torna, entre 2018 e 2022, um operador discursivo recorrente em pronunciamentos parlamentares que vão da ADI 5.668 às disputas em torno do *homeschooling* e da presença de diversidade sexual em produtos culturais amplamente consumidos.

A esse mesmo conjunto de condições de produção soma-se a disputa em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em abril de 2017, o Ministério da Educação retirou da versão final do documento as menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”, substituindo trechos que tratavam da diversidade por formulações mais genéricas — mudança apontada, à época, como resposta a uma demanda de setores conservadores do Congresso Nacional. A BNCC foi homologada em dezembro de 2017 já com essa supressão. Esse episódio é relevante para a formação discursiva aqui descrita por que antecede e prepara

³ Ver Anexo A, p. 101 desta dissertação.

⁴ Ver Anexo A, p. 100 desta dissertação.

o terreno para o recorte temporal desta pesquisa: a retirada do termo “gênero” de um documento normativo nacional consolidada, na esfera educacional, o mesmo movimento de apagamento e de deslegitimação da palavra que se observa, a partir de 2018, nos pronunciamentos parlamentares analisados nesta dissertação.

Como aponta Henrique Aragusuku (2018), a expressão “ideologia de gênero” ganhou maior relevância e teve seu uso mais generalizado na esfera pública a partir de 2015, período marcado pela votação dos planos municipais de educação nas cidades brasileiras. O autor destaca que esse contexto deflagrou um intenso debate sobre o tema:

Em 2015, em praticamente todas as capitais e em diversas outras cidades, tivemos fortes polarizações e conflitos sociais em torno da presença de termos como ‘diversidade’, ‘orientação sexual’ e ‘gênero’ nos planos de educação – atraindo pequenas multidões para as sessões legislativas para acompanhar e protestar em meio ao processo de votação destes planos. Em um polo, tínhamos padres, freiras, pastores e fiéis de denominações cristãs, sobretudo católicas e evangélicas, protestando em defesa da ‘família’ e contra a ‘ideologia de gênero’ nos planos de educação. No outro, movimentos sociais, sindicatos, grupos e militantes LGBT e feministas, e pesquisadores/as relacionados ao campo da sexualidade, que afirmavam a diversidade sexual e de gênero, reivindicando a necessidade de políticas de educação inclusivas, pautadas nos princípios dos direitos humanos (ARAGUSUKU, 2018, p. 11).

Aragusuku evidencia que, como consequência desses protestos, a maioria das Câmaras Municipais optou por retirar dos textos dos planos de educação qualquer termo que se referisse a sexualidade e gênero. Assim, a partir de 2015, o termo “ideologia de gênero” foi incorporado a uma agenda conservadora mobilizada pela extrema direita, configurando-se como um inimigo a ser combatido e sendo associado a uma ampla noção de esquerda política pela oposição ao Governo Federal. O pesquisador, então, retoma o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff (PT) em 2016, quando, na votação pela admissão da abertura do processo, muitos membros da Câmara dos Deputados votaram a favor do impedimento em nome da “família” e de “Deus”, apoiando-se em uma política “pautada pelo moralismo conservador” (ARAGUSUKU, 2018, p. 16). Observamos que, nesse contexto político-ideológico, a expressão “ideologia de gênero” emergiu como um operador discursivo central, não apenas mobilizando debates, mas também pautando ações legislativas.

Figuras políticas de extrema direita, como Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018, adotaram um discurso conservador notavelmente semelhante ao daqueles que se opunham a políticas de gênero. Durante sua campanha eleitoral, o então Deputado Federal frequentemente relacionava os temas sexualidade, gênero e educação. Um exemplo marcante dessas condições

de produção foi a entrevista de Bolsonaro, como candidato à presidência, ao *Jornal Nacional* em agosto de 2018, ocasião em que exibiu o livro “Aparelho sexual e Cia”. Segundo o então candidato, este material faria parte de um kit de combate à homofobia — apelidado, sobretudo pela ala conservadora, de *kit gay* — distribuído nas escolas pelo Ministério da Educação. Embora a afirmação da distribuição do livro pelo MEC tenha sido falsa, conforme veiculado pela imprensa, a repercussão se mostrou estrategicamente pertinente no contexto das eleições de 2018. A publicação de postagens nas redes sociais que mencionavam o *kit gay* bateu recordes durante aquele período eleitoral, amplificando a dimensão da controvérsia e consolidando a “ideologia de gênero” como uma política antiestado, central na retórica presidencial e na atuação de sua base aliada na Câmara.

Esse pano de fundo ajuda a compreender por que, no corpus que analisamos, as ocorrências parlamentares sobre “ideologia de gênero” aparecem concentradas em certos eventos e temáticas. Em 03 de novembro de 2020, por exemplo, durante as Breves Comunicações, os deputados Bibó Nunes (PSL-RS), General Girão (PSL-RN) e Soraya Manato (PSL-ES) se manifestam a respeito do julgamento da ADI 5.668, proposta pelo PSOL, que buscava garantir políticas de combate ao bullying homofóbico nas escolas. Em seus discursos, o que está em discussão não é o conteúdo técnico da ação, mas a interpretação de que o Supremo Tribunal Federal estaria “usurpando” a competência legislativa e tentando “impor” o ensino da “ideologia de gênero” às crianças. A partir da função de “vigilante institucional”, General Girão acusa que “o Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional”, configurando o STF como ator ilegítimo ao mesmo tempo em que reinscreve a “ideologia de gênero” como instrumento dessa usurpação. Nesse acontecimento, vemos condensadas as condições de produção mapeadas por Aragusuku e Lacerda: a pauta moral é atualizada em chave antijudicial e antiesquerda, sob a forma de um confronto direto com o Tribunal.

Como discutido anteriormente, Marina Basso Lacerda (2018) identifica a consolidação de um neoconservadorismo no Parlamento brasileiro, estruturado em torno da articulação entre familismo, punitivismo e neoliberalismo. A autora demonstra que o combate à chamada “ideologia de gênero” funciona como elemento aglutinador dessa coalizão, ao combinar a defesa da família patriarcal, a denúncia de supostos privilégios estatais para minorias e a reivindicação de uma ordem moral rígida. A centralidade da pauta moral, em particular, faz com que a figura da criança e a estrutura familiar sejam mobilizadas como justificativa para uma série de intervenções políticas, desde a retirada de termos de gênero em documentos oficiais até a contestação de conteúdos midiáticos.

Essas condições de produção se atualizam de maneira exemplar em três conjuntos de acontecimentos recorrentes no corpus reduzido. O primeiro deles é o das discussões sobre educação domiciliária. Em 18 de maio de 2022, na Ordem do Dia, deputados favoráveis ao projeto de *homeschooling* defendem a possibilidade de que pais eduquem seus filhos em casa, apresentando essa medida como forma de protegê-los da “doutrinação ideológica” nas escolas. Nesse contexto, a “ideologia de gênero” é convocada como risco intrínseco ao ambiente escolar, em continuidade com a trajetória descrita por Aragusuku (2018) para os planos de educação: agora, a escola não é apenas lugar de disputa, mas cenário já tomado por uma pedagogia suspeita, o que legitima a retirada da criança do espaço público de ensino em nome da preservação da família.⁵

O segundo conjunto diz respeito às disputas terminológicas travadas no interior do próprio Legislativo, nas quais a palavra “gênero” em textos normativos é tomada como sinal de infiltração dessa mesma “ideologia”. Em 29 de maio de 2019, durante a Ordem do Dia, no debate sobre a Medida Provisória n.º 871/2019, diversos deputados se alternam no microfone discutindo se a expressão “gênero” deveria constar do dispositivo legal ou ser substituída por “sexo”. Embora a discussão pareça, à primeira vista, técnica, os próprios participantes deixam claro o caráter moral da decisão, ao associarem “gênero” à abertura para “três sexos” e “ideologia”, enquanto “sexo” é defendido como termo supostamente neutro. Esse episódio exemplifica a forma como as condições de produção do discurso antigênero — marcadas por forte presença de atores religiosos e por um clima de pânico moral — atravessam inclusive a discussão de redações normativas, fazendo da escolha lexical um campo de batalha ideológica.⁶

Por fim, um terceiro conjunto de acontecimentos se refere à inserção da “ideologia de gênero” no debate sobre cultura de massa e brinquedos infantis, expandindo as condições de emergência do discurso para além da escola e das instituições estatais. Em pronunciamento de 07 de junho de 2022, nas Breves Comunicações, o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ) critica a “figuração trans” em uma boneca Barbie, apresentando-a como ameaça à moralidade das crianças e à autoridade dos pais. Nessa fala, o parlamentar mobiliza o mesmo repertório relacionado à ideia de perigo e corrupção da infância presente nos debates sobre planos de educação e ADIs, mas desloca o foco para o consumo cultural: a boneca deixa de ser apenas um brinquedo e passa a funcionar como veículo de uma suposta “imposição de ideologia de gênero” às famílias brasileiras. Assim, as condições de produção do discurso antigênero se

⁵ Ver Anexo A, p. 120-122 desta dissertação.

⁶ Ver Anexo A, p. 78 desta dissertação.

articulam com a expansão de um mercado cultural globalizado, de modo que produtos de entretenimento amplamente difundidos passam a ser tratados como novos agentes de um complô contra a família.⁷

Desse modo, as condições de produção do discurso sobre a “ideologia de gênero” que emergem em trabalhos anteriores — como a centralidade da pauta moral nos planos de educação, o *impeachment* de 2016, a campanha presidencial de 2018 e a consolidação de uma coalizão neoconservadora — não constituem apenas pano de fundo abstrato, mas se inscrevem concretamente nos pronunciamentos analisados entre 2018 e 2022. Elas ajudam a explicar por que, nesse período, a expressão aparece associada a três grandes frentes: a escola (na forma de ADIs, planos educacionais e *homeschooling*), o conflito institucional com o STF (particularmente em torno da ADI 5.668) e a crítica à presença de diversidade de gênero em brinquedos e outros produtos culturais. É nesse cruzamento entre macrocondições históricas e acontecimentos específicos — como a sessão de 03/11/2020, os debates de 29/05/2019 e os discursos de 2022 sobre a boneca Barbie — que o arquivo discursivo se estabiliza e torna possível o funcionamento regular da formação discursiva conservadora descrita nesta dissertação.

5.3 POSIÇÕES-SUJEITO: QUEM FALA NA CÂMARA SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”?

Para a análise arqueológica, o sujeito do discurso não é o indivíduo empírico tomado como origem soberana do dizer, mas uma posição definida pelo próprio campo enunciativo. Em *A arqueologia do saber*, Foucault afirma que o sujeito do enunciado é uma “função determinada”, variável conforme as condições de exercício do discurso, e não uma consciência psicológica anterior ao que é dito (FOUCAULT, 2008, p. 105). Assim, ao examinar a formação discursiva conservadora que mobiliza a expressão “ideologia de gênero”, identificamos três posições-sujeito principais que se alternam e se sobrepõem nos pronunciamentos parlamentares. Essas posições conferem autoridade ao falante e legitimam o ataque às pautas de gênero e sexualidade.

5.3.1 O “Deputado pela Família” e o “Cristão”

⁷ Ver Anexo A, p. 123-124 desta dissertação.

A primeira e mais recorrente posição é a do defensor da moralidade e da família tradicional. Ao ocupar esse lugar, o parlamentar não fala apenas como um legislador técnico, mas como um guardião de valores ameaçados. É dessa posição que emanam enunciados que associam a diversidade sexual à “destruição da família” e à “corrupção das crianças”.

Bibo Nunes cristaliza a imagem desse “inimigo” absoluto ao alegar que “a Esquerda, baseada no Decálogo de Lênin, quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião”. O sujeito que assume essa posição frequentemente aciona um léxico religioso (“valores cristãos”, “Deus”, “criação divina”) para interditar o debate político racional. A autoafirmação da deputada Soraya Manato ilustra essa dinâmica com precisão, ao iniciar seu pronunciamento, nas Breves Comunicações de 03 de novembro de 2020, demarcando imediatamente a sua identidade perante o plenário: “como todos sabem, sou uma Parlamentar de direita, conservadora, cristã”⁸. Ao se colocar como “cristã” ou “conservadora”, a deputada estabelece uma fronteira clara entre “nós” (os defensores do bem/família) e “eles” (os promotores da “ideologia de gênero”/mal). Essa polarização fica nítida quando a mesma parlamentar opõe sua moralidade à ação “apresentada pelo PSOL”, rechaçando-a não sob um prisma jurídico, mas classificando-a como “violação dos valores da família”⁹. Essa posição autoriza o uso de argumentos baseados em dogmas e pânico moral, dispensando a necessidade de evidências científicas ou pedagógicas sobre os temas educacionais em debate.

Essa mesma posição-sujeito se atualiza em outros acontecimentos do corpus. Em 21 de fevereiro de 2019, nas Comunicações Parlamentares, o deputado Eli Borges (Solidariedade-TO) se apresenta explicitamente como defensor da “família tradicional nos moldes da Bíblia” ao criticar o julgamento da criminalização da homofobia pelo STF¹⁰. Ao afirmar que “uma criança de 0 a 7 anos está na fase cognitiva” e que seria “inadmissível levar a temática da ideologia de gênero para dentro das escolas”, o parlamentar mobiliza uma referência pseudocientífica à infância em articulação com a autoridade religiosa, reiterando a posição de guardião dos filhos e da moral. Em 07 de junho de 2022, nas Breves Comunicações, Otoni de Paula (PSC-RJ) assume o mesmo lugar ao condenar a figuração trans em uma boneca Barbie, apresentando-se como quem defende “as crianças brasileiras” contra uma suposta “perversão” veiculada pela indústria de brinquedos¹¹.

⁸ Ver Anexo A, p. 102 desta dissertação.

⁹ Ver Anexo A, p. 102 desta dissertação.

¹⁰ Ver Anexo A, p. 74 desta dissertação.

¹¹ Ver Anexo A, p. 123-124 desta dissertação.

Essa posição-sujeito se manifesta, ainda, em um gênero discursivo distinto: o discurso de posse, proferido no início do mandato. Em seu primeiro pronunciamento na Câmara, em 7 de fevereiro de 2019, nas Comunicações Parlamentares, a deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) transforma o compromisso contra a “ideologia de gênero” em parte de um voto ritual de posse, ao lado da defesa da vida e do combate ao aborto:

Quero reafirmar aqui o meu compromisso moral em defesa da vida, desde a concepção, em defesa da família, dos valores cristãos, em combate ao aborto, à ideologia de gênero, à corrupção e à criminalidade. (CHRIS TONIETTO – Anexo A, 07/02/2019)

Nesse enunciado, a posição de “deputado pela família” e “cristão” não é reativa a um acontecimento específico — como a ADI 5.668 ou a boneca Barbie —, mas constitutiva do próprio ingresso no cargo: a oposição à “ideologia de gênero” figura como cláusula de um juramento, ao lado de outros compromissos morais, o que evidencia como essa posição-sujeito antecede e estrutura, de saída, a atuação parlamentar dos deputados alinhados a essa formação discursiva.

5.3.2 O “Porta-Voz da Maioria”

Uma segunda posição regular é a do representante da “vontade do povo” ou da “nação”. O parlamentar que fala desse lugar constrói uma equivalência discursiva entre sua própria agenda ideológica e o desejo de toda a população brasileira. O discurso da deputada Soraya Manato exemplifica perfeitamente essa dinâmica ao cravar que tem “certeza de que essa proposta não representa a vontade da maioria do povo brasileiro”. De maneira análoga, Bibó Nunes legitima sua cruzada moral arrogando para si essa mesma base de apoio nacional: “Tenho recebido manifestações de pessoas de todo o Brasil, preocupadas com a discussão”.

Ao se colocar como porta-voz de uma suposta maioria silenciosa e moralmente homogênea — por meio de generalizações como a proferida textualmente pelo General Girão, quando decreta do púlpito que “a população brasileira não quer isso” —, o sujeito deslegitima qualquer demanda de grupos minoritários (como a população LGBTQIA+), enquadrando-as não como direitos, mas como imposições autoritárias de uma minoria barulhenta ou de “doutrinadores”. Essa mesma posição se deixa ver em pronunciamentos em que não há referência direta ao STF, mas nos quais se reivindica a defesa de “mais de 80% do pensamento brasileiro”, como quando Eli Borges afirma que segue “na boa luta de preservar mais de 80%

do pensamento brasileiro que é a família tradicional”. Trata-se de uma operação discursiva pela qual o deputado transforma seu próprio ponto de vista em “senso comum” nacional, apagando a heterogeneidade de opiniões e experiências no interior da sociedade.

No nosso corpus, essa posição-sujeito se articula também ao debate sobre o *homeschooling*. Em 18 de maio de 2022, na Ordem do Dia, parlamentares como Otoni de Paula (PSC-RJ), Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Alice Portugal (PCdoB-BA) e Talíria Petrone (PSOL-RJ) discutem a educação domiciliar a partir de posições opostas ¹². Nos pronunciamentos favoráveis à medida, o projeto aparece não apenas como alternativa pedagógica, mas como resposta à vontade das famílias que “não aceitam” a presença de conteúdos de gênero nas escolas; nos discursos contrários, a crítica recai sobre a instrumentalização moral do tema e sobre os efeitos de exclusão que a retirada da criança do espaço escolar pode produzir.

5.3.3 O “Vigilante institucional”

Por fim, identificamos a posição do parlamentar como um fiscal contra a “usurpação de poder”. Essa posição é assumida especificamente nos embates contra o Judiciário (especialmente o STF) e contra órgãos internacionais. O pronunciamento de General Girão funciona como um emblema dessa regra de formação, ao vociferar que “o Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional”. O sujeito que fala desse lugar se apresenta como o defensor da prerrogativa legislativa contra o “ativismo judicial”. No entanto, essa defesa institucional é seletiva: ela só é acionada quando as decisões judiciais favorecem pautas de direitos humanos e minorias. É dessa posição que partem as acusações de que o STF quer “legislar” ou “impor” a ideologia de gênero — narrativa sustentada por Girão ao questionar, em tom de suspeita, as intenções do Ministro Edson Fachin e ao sentenciar categoricamente que “legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo!”. Dessa forma, a enunciação atua construindo o Tribunal não como um guardião da Constituição, mas como um inimigo político a ser combatido pelo “verdadeiro” poder, que seria o Legislativo.

Essa posição-sujeito se consolida de forma particularmente clara na sessão de 03 de novembro de 2020, nas Breves Comunicações, quando a ADI 5.668 estava em pauta no STF. Bibó Nunes, Soraya Manato e General Girão convergem em qualificar a ação como “absurda”

¹² Ver Anexo A, p. 120-122 desta dissertação.

e “ilegítima”, não por discordância técnico-jurídica quanto à proteção de crianças contra o bullying, mas por entenderem que o Tribunal, ao tratar de questões de gênero e sexualidade, estaria extrapolando sua competência. Ao afirmar que “legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo!”, Girão ocupa plenamente a posição de vigilante institucional que reivindica para o Legislativo o monopólio da definição do que é aceitável ou não em termos de gênero na educação. Nesse gesto, a disputa não é apenas sobre a ADI específica, mas sobre quem pode falar legitimamente sobre corpos, sexualidades e infâncias no espaço público.¹³

Em alguns discursos, essa função vigilante se estende também a atores institucionais específicos. Em 13 de março de 2018, por exemplo, Vinicius Carvalho (PRB-SP), no Grande Expediente, cita o Conselho Regional de Medicina de São Paulo e o American College of Pediatricians como instâncias que, segundo seu argumento, se oporiam à chamada “ideologia de gênero”¹⁴. Em 29 de maio de 2019, durante a Ordem do Dia, a discussão sobre a Medida Provisória n.º 871/2019 transforma a escolha terminológica entre “gênero” e “sexo” em disputa institucional sobre os limites da linguagem legislativa¹⁵. Nesses casos, o deputado se apresenta como quem vigia a circulação de recomendações, normas ou categorias técnicas que seriam, em sua leitura, estranhas à moral cristã e à soberania nacional.

Ao descrever essas três posições-sujeito — o “Deputado pela Família” e o “Cristão”, o “Porta-Voz da Maioria” e o “Vigilante Institucional” —, não buscamos esgotar todas as nuances dos sujeitos empíricos, mas explicitar os lugares de onde se torna possível enunciar a “ideologia de gênero” como ameaça. Trata-se de funções discursivas que organizam quem pode falar, em nome de quem se fala e contra quem se fala, compondo o sistema de regularidades que permite a circulação desses enunciados no arquivo contemporâneo sobre gênero na Câmara dos Deputados.

5.4 NÚCLEOS TEMÁTICOS DO ARQUIVO: ESCOLA, INFÂNCIA, LÍNGUA E CULTURA DE MASSA

A partir da seleção do *corpus* com 24 ocorrências centrais e da descrição das regularidades e posições-sujeito, é possível explicitar com mais nitidez alguns núcleos temáticos que organizam o arquivo discursivo da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados entre 2018 e 2022. Esses núcleos não são temas soltos, mas pontos de condensação

¹³ Ver Anexo A, p. 100-102 desta dissertação.

¹⁴ Ver Anexo A, p. 56-57 desta dissertação.

¹⁵ Ver Anexo A, p. 78 desta dissertação.

em que se cruzam a regularidade do objeto (a ideologia como ameaça), as posições de sujeito (defensor da família, porta-voz da maioria, vigilante institucional) e as condições de produção (ascensão neoconservadora, disputas em torno de educação e moralidade). No corpus analisado, destacam-se quatro grandes eixos: a escola e o *homeschooling*; a defesa da infância e da moral conservadora; a disputa terminológica entre “gênero” e “sexo”; e a preocupação com a diversidade de gênero em produtos da cultura de massa.

O primeiro núcleo temático diz respeito à escola e aos deslocamentos que permitem a emergência do *homeschooling* como solução. Em diversos pronunciamentos, a escola pública e privada é construída como espaço vulnerável à “doutrinação”, onde a “ideologia de gênero” poderia ser ensinada às crianças sem o consentimento dos pais. Esse movimento aparece de forma particularmente concentrada nos discursos de General Girão (PSL-RN), Soraya Manato (PSL-ES) e Bibó Nunes (PSL-RS) em torno da ADI 5.668, em 03 de novembro de 2020, quando afirmam que o STF estaria abrindo caminho para a “obrigatoriedade” do ensino de “ideologia de gênero” nas escolas ¹⁶. Em 18 de maio de 2022, essa mesma percepção de risco se desloca para o debate sobre o *homeschooling*, na Ordem do Dia, em que Otoni de Paula (PSC-RJ) defende a educação domiciliar como alternativa para proteger crianças da “doutrinação” no ambiente escolar, enquanto Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Alice Portugal (PCdoB-BA) e Talíria Petrone (PSOL-RJ) disputam criticamente esse enquadramento ¹⁷.

O segundo núcleo se organiza em torno da defesa da infância e da moral conservadora. Em praticamente todos os discursos alinhados a essa regularidade, a criança ocupa o lugar de objeto-limite a ser protegido, o que confere força afetiva às denúncias de “sexualização precoce” e “erotização infantil”. Em 21 de fevereiro de 2019, por exemplo, Eli Borges (Solidariedade-TO) insiste na ideia de que “uma criança de 0 a 7 anos está na fase cognitiva” e que, por isso, seria “inadmissível levar a temática da ideologia de gênero para dentro das escolas” ¹⁸. No caso da ADI 5.668, a proteção contra o bullying homofóbico é invertida e reconfigurada como ataque à “inocência infantil”, especialmente nos discursos de Bibó Nunes, General Girão e Soraya Manato, em 03 de novembro de 2020 ¹⁹.

Um terceiro núcleo temático se articula em torno da língua e da disputa terminológica entre “gênero” e “sexo”. Em 29 de maio de 2019, durante a discussão da Medida Provisória n.º

¹⁶ Ver Anexo A, p. 100-102 desta dissertação.

¹⁷ Ver Anexo A, p. 120-122 desta dissertação.

¹⁸ Ver Anexo A, p. 74 desta dissertação.

¹⁹ Ver Anexo A, p. 100-102 desta dissertação.

871/2019, a presença da palavra “gênero” em um dispositivo legal desencadeia uma longa sequência de intervenções em que diferentes deputados debatem se o termo deveria ser mantido, substituído por “sexo” ou simplesmente suprimido. Embora muitos oradores invoquem argumentos técnicos, como a necessidade de “clareza” nos registros, o debate revela um embate mais profundo sobre quais palavras podem ser consideradas neutras e quais são marcadas como ideológicas. Ao associar “gênero” à possibilidade de “três sexos” e à chamada “ideologia de gênero”, vários parlamentares passam a defender “sexo” como categoria supostamente natural e incontestável. Nesse núcleo, a formação discursiva conservadora opera um controle da dizibilidade: a palavra “gênero” é tomada como veículo de um projeto político que deve ser barrado, enquanto termos como “sexo”, “família” e “moral” permanecem como elementos transparentes e não problematizados. A língua, nesse sentido, aparece como campo estratégico onde se decide o que pode ou não ser nomeado, configurando o vocabulário legítimo para tratar de corpos e identidades.

Por fim, o quarto núcleo se refere à presença da diversidade de gênero na cultura de massa, em especial em produtos voltados ao público infantil, como brinquedos. Em discurso de 07 de junho de 2022, nas Breves Comunicações, Otoni de Paula (PSC-RJ) volta-se contra a “figuração trans” em uma boneca Barbie, apresentando o brinquedo como exemplo de tentativa de “empurrar ideologia de gênero” às crianças brasileiras. Nessa fala, o parlamentar descreve a boneca não apenas como um produto de consumo, mas como um símbolo da “perversão” e da “corrupção” da infância, aproximando o universo lúdico das crianças das narrativas conspiratórias já presentes nas discussões sobre escolas e planos de educação. Ao trazer a Barbie para o centro do debate, o discurso desloca o foco da instituição escolar para o mercado cultural globalizado, em que empresas multinacionais passam a ser vistas como agentes de um complô moral. Esse núcleo mostra como a formação discursiva conservadora não se limita à crítica de políticas de Estado: ela se expande para monitorar e interpelar também o que circula nas prateleiras, nas telas e nos quartos infantis.

A descrição desses quatro núcleos temáticos permite observar que o arquivo da “ideologia de gênero” na Câmara não é um conjunto disperso de falas, mas um sistema relativamente coeso, em que escola, infância, língua e cultura de massa são mobilizadas de forma articulada para sustentar a mesma formação discursiva conservadora. Em todos os casos, a “ideologia de gênero” é constituída como objeto ameaçador, as posições-sujeito se alternam entre o “Deputado pela Família”, o “Porta-Voz da Maioria” e o “Vigilante Institucional”, e as condições de produção — marcadas por disputas em torno de educação, moralidade e soberania

institucional — orientam o modo como esses enunciados podem emergir, circular e se estabilizar no período de 2018 a 2022.

6 ANÁLISES DO EMBATE DISCURSIVO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Neste capítulo, os conceitos trabalhados anteriormente são mobilizados na análise detalhada dos enunciados selecionados. Busca-se demonstrar como as formações discursivas se articulam às condições de produção e às posições-sujeito, evidenciando os mecanismos de funcionamento do discurso sobre “ideologia de gênero” no espaço parlamentar. Diferentemente do capítulo anterior, que mapeou as regularidades discursivas, as condições de produção e os núcleos temáticos do arquivo em seu conjunto, este capítulo aprofunda a leitura de um subconjunto de 24 enunciados centrais, selecionados dentre os 113 discursos sistematizados no Anexo A com base em sua recorrência temática face às regularidades discursivas descritas no Capítulo 5, organizando a análise em torno de três eixos: a judicialização do tema por meio da ADI 5.668 e o embate com o Supremo Tribunal Federal (seção 6.1); a atuação do deputado Bibó Nunes e a construção discursiva da ameaça à família (seção 6.2); e o confronto do deputado General Girão com o STF (seção 6.3). Inicia-se pelas análises do embate em torno da ADI nº 5.668 (3/11/2020).

6.1 Judicialização e STF (ADI 5.668)

Destacamos as discussões do dia 3 de novembro de 2020. Nessa data, estava em discussão uma Ação Direta de Inconstitucionalidade requerida pelo PSOL no Supremo Tribunal Federal em 2017, que teria um julgamento no dia 11 daquele mesmo mês. Trata-se da ADI nº 5.668. De acordo com a Agência Senado, uma ADI é definida da seguinte maneira²⁰: “Ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se uma lei ou norma, seja federal ou estadual, está contra a Constituição. As decisões definitivas nessa ação devem ser seguidas por todos e têm efeito vinculante (quando vale para outros órgãos da Justiça e do governo). Pode ser iniciada pelo presidente da República, pelos presidentes do Senado, da Câmara ou de assembleias legislativas, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelo procurador-geral da República, por partidos políticos ou por sindicatos de nível nacional.”

O contexto do ajuizamento dessa ação explica-se desta maneira: a ADI 5.668 tinha o objetivo de questionar a constitucionalidade da lei que aprovou o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) para que as escolas públicas e particulares tivessem, legalmente, o dever de

²⁰Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adin>. Acesso em: novembro de 2025.

prevenir e coibir o *bullying* homofóbico. Em notícia divulgada pelo STF à época do requerimento, encontra-se tal explicação²¹:

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668), na qual pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) dê interpretação conforme a Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei 13.005/2014) para reconhecer o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o *bullying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar. A lei tem como objetivo dar cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal.

Ainda na página do STF, é possível observar a linha do tempo do andamento do julgamento dessa ADI, que, finalmente, foi considerada procedente pelo seu relator, o ministro Edson Fachin, em 2024. De acordo com Fachin²², “o direito à educação deve estar orientado para assegurar o pluralismo de ideias e combater toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Ainda, o ministro reitera que “o Estado brasileiro tem o dever constitucional de agir positivamente para concretizar políticas públicas repressivas e preventivas, incluídas as de caráter social e educativo, voltadas à promoção de igualdade de gênero e de orientação sexual”. Como informação à sociedade, em documento de resumo do julgamento, encontra-se o seguinte na decisão:

O STF decidiu que as escolas públicas e privadas têm a obrigação de combater discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Também é seu dever combater o *bullying* e as discriminações de cunho machista contra meninas e homotransfóbicas, que afetam gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. O caso dizia respeito ao dispositivo do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), que tem entre seus objetivos a “erradicação de todas as formas de discriminação”. Na decisão, a Corte explicitou que isso também abrange as discriminações de gênero e de orientação sexual²³.

Nesse mesmo resumo, é possível ver listados cinco objetivos da Agenda 2030²⁴ da ONU, sendo eles: Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Trabalho Decente e

²¹ Fonte: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=338927&ori=1> . Acesso em: novembro de 2025.

²² Fonte: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-decide-que-escolas-devem-combater-discriminacao-por-genero-ou-orientacao-sexual/> . Acesso em: novembro de 2025.

²³ Fonte: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5148159> . Acesso em: novembro de 2025.

²⁴ Fonte: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel?afd_azwaf_tok=eyJhbGciOiJSUzI1NiJ9.eyJhdWQiOiJicmFzaWwudW4ub3JnIi

Bibo Nunes foi um dos deputados alinhados à base bolsonarista no período analisado e, no discurso de 03 de novembro de 2020, mobiliza a expressão “ideologia de gênero” em articulação direta com a defesa da família, da religião e de uma leitura anticomunista da política.²⁷

Tenho recebido manifestações de pessoas de todo o Brasil, preocupadas com a discussão que faremos na Câmara dos Deputados daqui a um tempo, com relação à ideologia de gênero. Ideologia de gênero é algo inconcebível, inacreditável. Como pode um ser humano imaginar que o sexo é um desenvolvimento social, que, com o tempo, a pessoa vai definir se é homem ou mulher, que, ao chegar a uma escola, uma criança de 5 ou 6 anos de idade vai escolher se quer ser homem ou mulher? Não tem fundamento isso. Cerca de 2 anos atrás, a revista *Veja* estampou em sua capa a foto de um pai, de costas, junto com uma menininha sorridente, bonitinha. Só que aquela menininha era um menino, cujos pais, quando viram o menino brincar de boneca, pensaram: ‘Quer ser menina’. Resolveram botar vestido na criança e por aí afora. Esses pais, do meu ponto de vista, deveriam ser interditados e perder a guarda do filho ou da filha, como eles queriam. Então, fica registrado para todo o Brasil, para as pessoas que me perguntam, que sou totalmente contra a ideologia de gênero. A Esquerda, baseada no Decálogo de Lênin, quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião, quer, com o mundo todo separado, e a sociedade aos frangalhos, tomar conta. O comunismo e o socialismo nivelam tudo por baixo.

Esse trecho pode ser separado em três partes. A primeira (1) caracteriza a preocupação a respeito da discussão sobre ideologia de gênero na Câmara e o conhecimento do deputado sobre o assunto:

Tenho recebido manifestações de pessoas de todo o Brasil, preocupadas com a discussão que faremos na Câmara dos Deputados daqui a um tempo, com relação à ideologia de gênero. Ideologia de gênero é algo inconcebível, inacreditável. Como pode um ser humano imaginar que o sexo é um desenvolvimento social, que, com o tempo, a pessoa vai definir se é homem ou mulher, que, ao chegar a uma escola, uma criança de 5 ou 6 anos de idade vai escolher se quer ser homem ou mulher? Não tem fundamento isso.

A segunda (2) é o relato sobre o que o deputado teria visto na revista *Veja* e o que aquilo representa:

Cerca de 2 anos atrás, a revista *Veja* estampou em sua capa a foto de um pai, de costas, junto com uma menininha sorridente, bonitinha. Só que aquela menininha era um menino, cujos pais, quando viram o menino brincar de boneca, pensaram: ‘Quer ser menina’. Resolveram botar vestido na criança e por aí afora. Esses pais, do meu ponto de vista, deveriam ser interditados e

²⁷ Ver Anexo A, p. 100 desta dissertação.

perder a guarda do filho ou da filha, como eles queriam. Então, fica registrado para todo o Brasil, para as pessoas que me perguntam, que sou totalmente contra a ideologia de gênero.

A terceira parte (3) mostra a esquerda como destruidora de uma tradição:

A Esquerda, baseada no Decálogo de Lênin, quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião, quer, com o mundo todo separado, e a sociedade aos frangalhos, tomar conta. O comunismo e o socialismo nivelam tudo por baixo.

Dessa forma, em (1) o deputado Bibó Nunes fundamenta a sua preocupação como representativa da população brasileira, assumindo a posição-sujeito de porta-voz da maioria, uma vez que vinha recebendo “manifestações de pessoas de todo o Brasil, preocupadas com a discussão”. Nesse sentido, a dita ideologia de gênero parece atacar toda uma noção a qual o parlamentar se coloca como defensor. A seguir, Nunes mistura os conceitos de identidade de gênero e de sexo biológico ao dizer que é absurda a suposta noção de que “ao chegar a uma escola, uma criança de 5 ou 6 anos de idade vai escolher se quer ser homem ou mulher” e que “sexo é um desenvolvimento social”. Esse tipo de discurso parece replicar aquilo que é dito de maneira irresponsável nas redes sociais, sem a mínima verificação dos fatos.

Em (2) é descrita uma capa da revista *Veja*²⁸, publicada em outubro de 2017, que retratou o cotidiano de crianças trans, em reportagem²⁹ assinada pela jornalista Giulia Vidale. A matéria gerou intensa repercussão negativa nas redes sociais, em especial entre apoiadores de Bolsonaro, que promoveram a hashtag #VejaLixo em protesto contra a revista — o que relativiza a leitura de Nunes sobre a origem política da reportagem. É interessante que o deputado escolha uma revista de grande circulação para a narrativa, já que a construção da verdade para a extrema direita passa por uma forte descredibilização da mídia tradicional, de maneira que só se aceita como informações factuais aquilo que os membros dessa direita compartilham uns com os outros, sem necessidade de comprovação, e que são obtidas de maneira “alternativa”. Isso remete à postura de Bolsonaro durante o seu mandato em fazer *lives* em seu perfil do Facebook, evitando canais institucionais e pronunciamentos oficiais. Em seguida, o parlamentar supõe, de maneira arbitrária, que os pais da criança em questão a teriam tratado como menina em razão da interpretação de um comportamento específico e inocente

²⁸ É possível visualizar a capa da edição em questão no link a seguir: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2017/10/capa-2552.jpg?quality=70&strip=info&w=228>.

²⁹ Link para a reportagem: <https://veja.abril.com.br/saude/meu-filho-e-trans/>.

(“viram o menino brincar de boneca”). Essa narrativa criada por Nunes coloca em evidência o apoio dos pais aos filhos transgêneros como irresponsável, sugerindo como desdobramento disso a perda da guarda.

Por fim, em (3) Bibó Nunes não apenas se declara veementemente contra a ideologia de gênero, mas a associa a mais uma alegada ameaça de dominação comunista. Ao se referir ao “Decálogo de Lênin”, Nunes retoma um boato que circula desde a Guerra Fria, e que se provou infundado, de que o líder da Revolução Russa teria deixado um texto com instruções para uma revolução comunista³⁰. Esse rumor voltou a circular e a causar pânico no Brasil em 2020, quando postagens acusavam a oposição do governo Bolsonaro de planejar uma revolução comunista em território nacional.

6.3 General Girão e o embate contra o STF

O deputado General Girão também é uma figura fortemente ligada a Jair Bolsonaro. Destacamos o seguinte trecho da fala do deputado, nas Breves Comunicações, em 3 de novembro de 2020:

É lamentável que o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Edson Fachin, coloque em votação agora, no dia 11, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.668, para que passe a ser obrigatório nas escolas o ensino da ideologia de gênero. Ora, esta Casa já negou isso! O Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, já disse que não quer isso. A população brasileira não quer isso. O Ministro Fachin tinha toda a condição possível de negar de ofício esse requerimento do PSOL, essa ADI do PSOL, e ele não fez isso. Não fez com que intenção? Eu não sei. O Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional. Legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo! Não existe inconstitucionalidade. Tentou-se passar uma proposta aqui, e foi negada. Nós precisamos ter capacidade de reagir a isso.

Podemos dividir o trecho anterior em duas partes. A parte (1) é resumida por uma acusação de que a ADI 5.668 pretendia forçar o ensino de ideologia de gênero nas escolas:

É lamentável que o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Edson Fachin, coloque em votação agora, no dia 11, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.668, para que passe a ser obrigatório nas escolas o ensino da ideologia de gênero. Ora, esta Casa já negou isso! O Congresso

³⁰ Fonte: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/boato-sobre-decalogo-de-lenin-adapta-farsa-difundida-na-epoca-da-guerra-fria/?srsltid=AfmBOorrhHaiVGaNuaSlP6ZGh24xs_x5nIgO3341u-0Qt1wYK7Uu8NXF

Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, já disse que não quer isso. A população brasileira não quer isso.

Já a segunda parte (2) remete a uma acusação direcionada ao STF:

O Ministro Fachin tinha toda a condição possível de negar de ofício esse requerimento do PSOL, essa ADI do PSOL, e ele não fez isso. Não fez com que intenção? Eu não sei. O Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional. Legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo! Não existe inconstitucionalidade. Tentou-se passar uma proposta aqui, e foi negada. Nós precisamos ter capacidade de reagir a isso.

Assim, em (1) Girão demonstra um desconhecimento, que pode ou não ser propositado, em relação ao que pretendia a Ação, resumindo a um “ensino de ideologia de gênero” que em nada tem a ver com a proposta de tornar obrigação das escolas coibir o *bullying* homofóbico. Assim como seu colega Bibó Nunes, General Girão coloca a si próprio como representante dos interesses de toda nação neste tema, assumindo a regularidade enunciativa de que “A população brasileira não quer isso”.

Em (2) há um ponto importante em dizer “ADI do PSOL”, já que o partido era um dos poucos opositores do governo da época. Também se observa a clara descrença da idoneidade do Supremo Tribunal Federal, aqui representado pela figura de Fachin. Girão assume nitidamente a posição-sujeito de “vigilante institucional”, o que ilustra a tensão entre a extrema direita e o STF, já que muitas das decisões do ex-presidente foram afetadas pelo Supremo, principalmente no que diz respeito às medidas durante a pandemia de Covid-19.

6.4 Soraya Manato e a defesa dos valores cristãos

A ex-deputada Soraya Manato se tornou secretária de Assistência Social de Vitória (ES) em 2025. Enquanto parlamentar, foi uma das principais aliadas de Bolsonaro no Espírito Santo. Destacamos o seguinte trecho da fala da deputada:

Sr. Presidente, como todos sabem, sou uma Parlamentar de direita, conservadora, cristã, (...) quero deixar registrado o meu repúdio a uma ação absurda, prevista para ser decidida no dia 11 de novembro, como já disse hoje o meu colega Deputado General Girão. Essa ação, apresentada pelo PSOL, trata do ensino de ideologia de gênero nas escolas. É um verdadeiro absurdo. Sou totalmente contra essa violação dos valores da família. Espero que essa ação seja rejeitada pelos Ministros do Supremo. Tenho certeza de que essa proposta não representa a vontade da maioria do povo brasileiro.

Além de reiterar o que foi dito pelos outros deputados em relação ao STF e à vontade da maioria da nação como oposta à questão da ideologia de gênero, a parlamentar se descreve como sendo “de direita, conservadora, cristã”, assumindo integralmente a posição-sujeito de “deputada pela família”. Ela coloca seus valores em destaque para contrapor a Ação que seria julgada em alguns dias. Ao se dizer ser “totalmente contra essa violação dos valores da família”, Manato coloca não só a proposição como uma ameaça à formação familiar, mas a própria população LGBT, a qual é vilanizada por um papel de destruição de valores tradicionais.

6.5 Eli Borges: STF e homossexualidade como “crime de opção”

Eli Borges (Solidariedade-TO), em Comunicações Parlamentares (21/02/2019), reitera a regularidade judicialização ao criticar STF (Celso de Mello) e defender Bolsonaro, ocupando posição-sujeito de “parlamentar experiente pela família tradicional”:

Sr. Presidente, eu até falaria sobre outro assunto, mas [...] resolvi modificar minha fala, depois de ouvir a Deputada Erika Kokay, que chamou o Presidente da República de LGBTfóbico. [...] uma criança de 0 a 7 anos está na fase cognitiva. Ela não sabe discernir entre mandamento, orientação e sugestão. Então, seria inadmissível levar a temática da ideologia de gênero para dentro das escolas. [...] eu vejo o Supremo, ainda na conclusão do voto do Ministro Celso de Mello, dizer que homofobia é crime como racismo. Ora, a escolha da cor não é uma opção do cidadão [...], mas a escolha do pensamento íntimo já é uma opção do cidadão. [...] eu fui parceiro dele — ele é o Presidente — nessa boa luta [...] de preservar mais de 80% do pensamento brasileiro que é a família tradicional.

Esse trecho pode ser separado em três partes. A primeira (1) rejeita o atributo “LGBTfóbico” contra Bolsonaro, defendendo veto à “ideologia de gênero” nas escolas (fase cognitiva 0-7 anos): “seria inadmissível levar a temática [...] para dentro das escolas”. Em (2), critica STF (a equivalência entre os crimes de homofobia e racismo): “a escolha da cor não é uma opção [...], mas [...] pensamento íntimo já é uma opção”, distinguindo “não-escolha” (cor) de “opção sexual”, posicionando-se como “defensor constitucional”. Por fim, (3) “boa luta [...] família tradicional 80% brasileiros” reitera porta-voz popular (cf. Girão 6.1.2), saturando o núcleo STF como usurpador moral.

Essas quatro ocorrências confirmam a judicialização como pivô: STF configura uma ameaça à família brasileira via escola, mobilizando as posições-sujeito conservadoras observadas no Capítulo 5.

6.6 Material didático e erotização da infância

O núcleo “material didático/escola” reúne ocorrências exemplares selecionadas da base de dados por sua coerência temática em torno da regularidade discursiva da escola como principal ambiente disseminador da “ideologia de gênero”, articulada às condições de produção constituídas por denúncias em igrejas evangélicas, recolhimentos compulsórios do MEC e polarização professor-aluno, mobilizando posições-sujeito que transitam entre o pai vigilante, o defensor cristão pedagógico e o parlamentar aliado a resistências municipais.

Stefano Aguiar (PSD-MG), em pronunciamento encaminhado pelo orador durante a Ordem do Dia dedicada ao Dia Nacional do Livro Didático (27 de fevereiro de 2018), assume a posição-sujeito de parlamentar que se apresenta como pai exemplar e defensor da família tradicional, mobilizando uma formação discursiva que posiciona os materiais didáticos como instrumento privilegiado de formação ideológica capaz de moldar gerações inteiras sob condições de produção marcadas pelas denúncias recorrentes em igrejas evangélicas e redes sociais:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 27 de fevereiro é o Dia Nacional do Livro Didático. Talvez pareça uma data de pouca importância para alguns. Mas sou pai, e pais e mães de todo o Brasil sabem que o livro didático é o principal companheiro de aprendizado das nossas crianças. Por isso, como Parlamentar devotado à proteção da família, é minha preocupação constante que as crianças tenham acesso a livros de qualidade e adequados à sua faixa etária. [...] Um bom livro educa inúmeras crianças. O mau livro avilta, corrompe, perverte. Vimos denunciando nas igrejas, nas redes sociais, e aqui mesmo na tribuna do Congresso Nacional, o modo como certos materiais didáticos — distribuídos pelo Governo Federal! — ferem a integridade psíquica das crianças. Em junho do ano passado, o MEC foi obrigado a recolher de todas as escolas o livro Enquanto o Sono Não Vem, que incluía o conto A Triste História de Eredegalda, sobre um rei que propõe casamento à própria filha e, como ela se recusa, ele a tortura até a morte. [...] É inegável: pretensos intelectuais aderiram a uma ideologia que propõe a erotização e sexualização precoce das crianças, visando, em última instância, à destruição da família. [...] ‘Con mis hijos no te metas’ (Não mexa com meus filhos).

Esse trecho pode ser separado em três partes. A primeira (1) constrói legitimidade autobiográfica e coletiva ao afirmar “sou pai, e pais e mães de todo o Brasil sabem”, assumindo imediatamente a posição-sujeito de porta-voz da parentalidade nacional preocupada com a “proteção da família”, onde o livro didático transcende sua função pedagógica para tornar-se “principal companheiro de aprendizado” e “memória compartilhada entre centenas de milhares de brasileiros”, sob condições de produção que naturalizam a escola como espaço de formação

ideológica profunda. Em (2), a dicotomia “bom livro educa [...] mau livro avilta, corrompe, perverte” estabelece o mecanismo de funcionamento discursivo que transforma materiais didáticos em armas psíquicas, com o exemplo específico do MEC sobre o livro *Enquanto o Sono Não Vem*, que, segundo o parlamentar, teria sido distribuído para crianças de 6-8 anos e apresentava conteúdo de incesto e tortura. Na perspectiva de Aguiar, isso, então, funciona como prova irrefutável da “erotização e sexualização precoce”, posicionando o Estado como agente ativo da destruição familiar sem qualquer verificação factual da narrativa, mas com eficácia na produção de pânico moral. Por fim, em (3) “pretensos intelectuais aderiram a uma ideologia que propõe a erotização e sexualização precoce das crianças” realiza a articulação teórico-conspiratória que conecta materiais escolares à “destruição da família”, internacionalizada pelo lema “Con mis hijos no te metas” que remete a um grupo peruano ultraconservador voltado para o combate de políticas de desenvolvimento de gênero, ecoando a regularidade observada em Bibó Nunes (6.1.1) na qual a ameaça à parentalidade se apresenta como movimento global contra a formação discursiva progressista.

O discurso de Arolde de Oliveira (PSC-RJ), do dia 07 de março de 2018 no Pequeno Expediente, ocupa a posição-sujeito de articulador entre instâncias religiosas e parlamentares, promovendo pedagogia alternativa sob condições de produção estritamente confessionais:

Obrigado, Sr. Presidente. Colegas Parlamentares, com alegria, eu quero registrar que a Convenção Batista Brasileira, em parceria com a psicóloga Marisa Lobo, vai lançar o gibi Viva a Diferença, no dia 20 de março, na Igreja Batista do Bacacheri, em Curitiba, no Paraná. Esse documento [é] muito importante para as crianças e para orientar os pais sobre como tratar deste conceito de ideologia de gênero, que hoje devasta a cabeça das crianças em nossas escolas, lançando confusão. Trata-se de um documento pedagógico apresentado didaticamente para se contrapor à famigerada ideologia de gênero, que tem assolado a mente e o coração das nossas crianças.

Esse pronunciamento pode ser dividido em duas partes principais. A primeira (1) apresenta o “gibi Viva a Diferença” como contraprograma pedagógico explícito, no qual a Convenção Batista Brasileira e Marisa Lobo funcionam como autoridades legítimas sob condições de produção eclesiais que posicionam a igreja como produtora legítima de materiais infantis, em oposição direta aos “materiais didáticos” estatais denunciados por Aguiar. Em (2), a ideologia de gênero é descrita como força devastadora que “devasta a cabeça das crianças [...] lançando confusão” e “assolando a mente e o coração”, realizando a regularidade da infância como território vulnerável à penetração ideológica, onde Oliveira se apresenta como

mediador entre pais necessitados de orientação (“orientar os pais”) e a ameaça escolar, saturando o núcleo com a dicotomia pedagogia cristã versus pedagogia estatal.

Lincoln Portela (PR-MG), em intervenção pela Ordem do Dia (17/04/2018), expande a regularidade escola-ideologia para o conflito concreto professor-aluno, assumindo a posição-sujeito de defensor da “escola sem partido” que performa neutralidade ideológica aparente:

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu lamento [...] em relação ao professor no Ceará que expulsou um aluno de sua classe por pensar de maneira diferente da dele. Aquele aluno foi expulso da classe por ter uma posição de direita, sendo que o professor tinha uma orientação marxista. [...] A questão ideológica dentro das escolas é algo muito sério. Nós temos que terminar com isso. Nem direita nem esquerda na escola. Nós queremos uma escola livre, sem alteração nesse contexto, nem de ideologia de direita nem de ideologia de esquerda. Que as escolas brasileiras e os alunos não sejam mais atormentados da maneira como estão sendo. Com a tentativa da implantação do ateísmo, da desconstrução da família monogâmica e ainda da ideologia de gênero, essas coisas todas estão batendo de maneira muito forte em várias escolas brasileiras.

Esse trecho pode ser separado em três partes. A primeira (1) concreta o “conflito ideológico” pelo caso emblemático do professor no estado do Ceará que teria expulsado um aluno de sua sala por ser de direita, no qual Portela se posiciona como cronista de injustiça cotidiana sob condições de produção virais (redes sociais), transformando incidente local em prova sistêmica. Em (2), “Nem direita nem esquerda na escola” performa neutralidade discursiva que mascara a defesa conservadora como “escola livre”, ecoando a regularidade da escola como território contaminado onde alunos são atormentados. Por fim, em (3) a tríade ateísmo + desconstrução família monogâmica + ideologia de gênero satura as ameaças existenciais, posicionando Portela como vigilante institucional contra múltiplos vetores progressistas.

Otoni de Paula (PSC-RJ), no dia 16 de maio de 2019 no Pequeno Expediente, assume a posição-sujeito de pai alarmado que clama por intervenção executiva sob condições de produção marcadas pela polarização pós-Bolsonaro, radicalizando a escola como espaço fabril de produção homossexualidade e demonização parental:

Sr. Presidente, nós temos uma geração perdida no País no que concerne à saúde sexual. Ainda que eu respeite o cidadão com orientação homossexual, não posso tolerar a ideologia de gênero dentro das nossas escolas. Há ali uma verdadeira fábrica de lésbicas e gays. Meninas e meninos confusos com a própria sexualidade declaram namoro sob aplausos dentro do lugar de ensino, sem que professores ou psicólogos possam fazer nada, porque o patrulhamento do movimento LGBT não o permite. A sexualidade

deturpada vem acompanhada da falta de respeito a princípios básicos sociais, como o respeito a pai e mãe, figuras que têm sido demonizadas dentro das escolas pelo próprio movimento LGBT. Como pai, clamo ao Presidente Bolsonaro, ao Ministro da Educação e Ministra da Família que não recuem um milímetro em salvar a próxima geração de brasileiros. Que cada pai e mãe deste País estejam atentos a qualquer mudança de comportamento na sexualidade de seus filhos. Antes, o problema era o tráfico; agora, é o movimento LGBT. Estou encaminhando uma proposta legislativa ao Governo para que faça um levantamento de quantas crianças e adolescentes no País estão se declarando homossexuais dentro das escolas. Se, de um lado, precisamos respeitar a escolha das pessoas, por outro, temos que confrontar essa fábrica de crianças e adolescentes confusos.

Esse trecho pode ser separado em três partes. A primeira (1) diagnostica crise nacional, “temos uma geração perdida no País no que concerne à saúde sexual” e estabelece distinção retórica sobre respeitar “o cidadão com orientação homossexual” versus não “tolerar” ideologia de gênero nas escolas, assumindo posição-sujeito de pai aparentemente moderado que logo revela pânico totalizante com a metáfora mecanizada “fábrica de lésbicas e gays”, sob condições de produção que naturalizam escola como indústria de desvios sexuais. Em (2), detalha mecanismos escolares: “Meninas e meninos confusos com a própria sexualidade declaram namoro sob aplausos dentro do lugar de ensino”, e que os responsáveis não poderiam fazer nada diante do “patrulhamento do movimento LGBT”. Ainda em (2), é apontada demonização sistêmica “pai e mãe, figuras que têm sido demonizadas dentro das escolas pelo próprio movimento LGBT”, realizando a regularidade da inversão de quem é vítima e de quem vitimiza perante ativismo opressor. Por fim, em (3) “Como pai, clamo ao Presidente Bolsonaro [...] [para] salvar próxima geração” performa apelo messiânico ao Executivo (“não recuem um milímetro”), mobilizando vigilância parental (“pai e mãe estejam [...] atentos a qualquer mudança de sexualidade”) e proposta legislativa empírica (“levantamento quantas crianças [...] estão se declarando homossexuais”), escalando de constatação fática para contraofensiva estatal, saturando o núcleo com escola como ameaça existencial irrecuperável à reprodução tradicional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central investigar o uso e a função da expressão “ideologia de gênero” nos discursos de deputados federais proferidos na Câmara dos Deputados entre os anos de 2018 e 2022. Partimos do problema de que essa expressão, longe de ser um mero termo descritivo, opera como um poderoso dispositivo discursivo mobilizado para associar pautas de diversidade e direitos humanos a uma suposta ameaça aos valores conservadores e à família tradicional brasileira.

Ao longo de nosso percurso investigativo, fundamentado pela Análise do Discurso francesa em diálogo com a arqueologia de Foucault, recusamos a busca hermenêutica por um significado oculto ou por uma intenção individual por trás das falas parlamentares. Em consonância com a perspectiva foucaultiana de que o discurso não é um veículo transparente, mas uma prática que constitui os objetos sobre os quais fala, voltamo-nos para a materialidade desses enunciados. Nosso esforço centrou-se em descrever as regras de formação, as regularidades e as condições de existência que permitiram a irrupção desse dizer específico no cenário político contemporâneo.

A análise de nosso *corpus* (24 enunciados centrais, selecionados dentre os 113 registros discursivos sistematizados no Anexo A a partir de sua recorrência temática em relação às regularidades descritas no Capítulo 5, mapeados tanto na Ordem do Dia quanto nas Breves Comunicações) permitiu-nos evidenciar que a “ideologia de gênero” não é um debate isolado, mas o núcleo de uma formação discursiva conservadora fortemente estruturada. A partir da articulação entre a teoria e a materialidade linguística, foi possível constatar que o funcionamento dessa formação se sustenta na reativação de uma memória discursiva específica, a qual aciona o pânico moral e a religiosidade para estabelecer limites rígidos sobre o que pode ser dito e pensado no espaço legislativo.

A principal regularidade observada é a construção sistemática de um “inimigo político” a ser combatido. No Parlamento, a pauta de gênero é deliberadamente desvirtuada de seu escopo original. Isso ficou evidente no caso da ADI 5.668, cujo foco era a prevenção ao *bullying* homofóbico nas escolas, sendo a pauta reempacotada como um projeto de “doutrinação infantil” e de “destruição da família”. Essa construção discursiva responde a condições de produção indissociáveis da polarização política brasileira da última década, notadamente a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, o fortalecimento da Bancada Evangélica e a importação de um neoconservadorismo transnacional.

A análise detalhada dos enunciados de deputados como Bibó Nunes, General Girão e Soraya Manato revelou, de forma contundente, como o discurso parlamentar opera no cerne da intrincada relação entre saber e poder, teorizada por Foucault. Identificamos que a eficácia desses enunciados depende diretamente das posições-sujeito assumidas pelos locutores. Ao falarem do lugar de “deputados pela família”, “porta-vozes da maioria do povo brasileiro” ou “vigilantes institucionais” contra o que acusam ser um ativismo do Supremo Tribunal Federal, os parlamentares não expressam opiniões neutras; eles mobilizam uma autoridade inquestionável para produzir efeitos de verdade.

Dessa posição, legitimam a exclusão e a patologização de identidades dissidentes, a exemplo das agressões discursivas dirigidas a crianças transgêneras, e interditam o debate democrático. Depreende-se, portanto, que o uso da expressão “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados no período analisado transcende a divergência de opiniões políticas. Trata-se, na realidade, de uma estratégia sistemática de disputa por hegemonia que visa consolidar um arquivo de saberes normalizadores. O discurso conservador, ao fixar as fronteiras da dizibilidade, atua ativamente para barrar o avanço de políticas públicas inclusivas e para garantir a manutenção de estruturas históricas de dominação.

Por fim, reconhecemos que o debate em torno de gênero e sexualidade no Brasil permanece em constante tensão. Ao delimitar o recorte temporal desta pesquisa a 2022, deixamos aberto um vasto campo para investigações futuras, especialmente no que tange às reconfigurações dessa mesma formação discursiva a partir de 2023 sob um governo considerado de esquerda e progressista e em um novo cenário legislativo (ainda marcado fortemente pelo conservadorismo). Esperamos que este trabalho contribua para os estudos em Análise do Discurso, reafirmando a potência da arqueologia foucaultiana para a compreensão crítica das engrenagens linguísticas que sustentam a ofensiva conservadora contra os direitos humanos em nosso país.

REFERÊNCIAS

AÇÃO direta de inconstitucionalidade (Adin). **Agência Senado**. Brasília: Senado Federal, [S.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adin> . Acesso em: novembro de 2025.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um debate na Câmara dos Deputados (2003-2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2026. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisa_discursos.asp. Acesso em: [inserir data de acesso].

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

G1. Fato ou Fake: É falso que STF vai julgar ação para tornar 'obrigatória a ideologia de gênero nas escolas'. Rio de Janeiro: G1, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-a-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unissex.ghtml> . Acesso em: novembro de 2025.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na constituição do discurso**: conceitos e método. Alfa: Revista de Linguística, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 63-78, 2006.

LACERDA, Marina Basso. **O neoconservadorismo brasileiro**: o papel da Frente Parlamentar Evangélica e a “ideologia de gênero”. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Notícias STF: PSOL questiona ausência de combate ao bullying homofóbico no Plano Nacional de Educação. Brasília: STF, 2017. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-decide-que-escolas-devem-combater-discriminacao-por-genero-ou-orientacao-sexual/> . Acesso em: novembro de 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Resumo do julgamento da ADI 5.668. Brasília: STF, 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5148159> . Acesso em: novembro de 2025.

ZUCKERBERG, Donna. **Not all dead white men**: classics and misogyny in the digital age. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

ANEXO A – DISCURSOS DOS PARLAMENTARES QUE MENCIONAM O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO PERÍODO DE 2018 A 2022

Discursos dos parlamentares que mencionam o termo “ideologia de gênero” no período de 2018 a 2022 na íntegra em ordem crescente de data.

28/02/2018

O SR. LINCOLN PORTELA. Fase Grande Expediente. (Bloco/PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Manato, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a aproximadamente 6 meses, 7 meses das eleições. Quero falar aos cristãos brasileiros, aos evangélicos brasileiros. Fiquem atentos com aqueles que aparecem agora em suas igrejas vestidos de cordeiros, porque aqui, quando vão votar o aborto, votam a favor do aborto; quando vão trabalhar a ideologia de gênero, votam e trabalham a ideologia de gênero; quando vão massacrar as igrejas evangélicas, são os primeiros a massacrar as igrejas evangélicas. Cuidado com esses que vêm e cuidado também com outros que vêm travestidos de roupagem nova, dizendo que são a verdadeira mudança, quando na realidade nós precisamos aqui de homens sérios, decentes e que não neguem a sua fé. Jesus Cristo é o Senhor!

O SR. STEFANO AGUIAR. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 27 de fevereiro é o Dia Nacional do Livro Didático. Talvez pareça uma data de pouca importância para alguns. Mas sou pai, e pais e mães de todo o Brasil sabem que o livro didático é o principal companheiro de aprendizado das nossas crianças. Por isso, como Parlamentar devotado à proteção da família, é minha preocupação constante que as crianças tenham acesso a livros de qualidade e adequados a sua faixa etária. Da mesma forma que um bom professor fica marcado na memória de seus alunos, o livro atraente e bem preparado não é esquecido jamais. Mas há uma diferença. A lembrança de um professor é algo que temos em comum com umas poucas pessoas que estudaram na mesma escola, na mesma época. Livros didáticos e paradidáticos, ao contrário, podem ser uma memória compartilhada entre centenas de milhares de brasileiros, ao longo de décadas. Eles são capazes de moldar a visão de mundo de toda uma sociedade. Então, antes de mais nada, quero homenagear os muitos autores que ensinaram os brasileiros a descobrir o mundo. Há manuais escolares de que quase todos já ouviram falar, e que muitos já tiveram abertos sobre a escrivaninha. Um exemplo é a coleção Fundamentos de Matemática Elementar, que foi lançada ainda na década de 1970, mas segue sendo publicada até hoje. A literatura infanto-juvenil também é parte indispensável das leituras escolares. Livros como A Ilha Perdida, de Maria José Dupré, lançado em 1944, inspiraram a imaginação de sucessivas gerações. Se há tradição, também há novidades no mundo do livro didático. Hoje, por exemplo, se fizeram comuns os módulos produzidos por escolas e cursinhos bem-sucedidos, que exportam seus sistemas de ensino a toda uma rede de estabelecimentos associados, públicos ou privados. Anglo, COC, Objetivo, Pitágoras, Positivo e Uno são alguns dos nomes que vêm à mente. As editoras tradicionais também aderiram à fórmula, lançando coleções que abrangem todas as disciplinas. Enfim, cada livro pode chegar a uma multidão de espíritos em formação,

e, o mais das vezes, isso é muito bom. O mais das vezes, só temos a agradecer aos autores o cuidado com que elaboram os compêndios. Mas há exceções. Um bom livro educa inúmeras crianças. O mau livro avilta, corrompe, perverte. Vimos denunciando nas igrejas, nas redes sociais, e aqui mesmo na tribuna do Congresso Nacional, o modo como certos materiais didáticos — distribuídos pelo Governo Federal! — ferem a integridade psíquica das crianças. Em junho do ano passado, o MEC foi obrigado a recolher de todas as escolas o livro Enquanto o Sono Não Vem, que incluía o conto A Triste História de Eredegalda, sobre um rei que propõe casamento à própria filha e, como ela se recusa, ele a tortura até a morte. Simples assim. Essa história estava em um livro que foi distribuído como parte do Programa de Alfabetização na Idade Certa. Ouçam bem: na idade certa! Para o comitê da Universidade Federal de Minas Gerais, que aprovou o uso do livro, a idade certa para ler sobre incesto, tortura e morte é entre 6 e 8 anos. É assim que uma criança deve ser alfabetizada. É inegável: pretensos intelectuais aderiram a uma ideologia que propõe a erotização e sexualização precoce das crianças, visando, em última instância, à destruição da família. Mas, quando as pessoas de bem denunciam isso, muitos não acreditam, e descartam o fato como teoria da conspiração. Antes fosse! Quem dera tudo não passasse da nossa imaginação! Infelizmente, é bem real. Mas as famílias brasileiras que já se deram conta do perigo não ficarão caladas. Existem leis para protegê-las, e é com respaldo nelas que os pais e mães estão defendendo seus filhos. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu art. 79: “As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil (...) deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família”. Aqui no Distrito Federal, em 2015, uma escola foi condenada a pagar 30 mil reais, a título de indenização por danos morais, por haver facultado a uma menina o acesso a um livro da biblioteca impróprio para sua idade. Esse exemplo deve ser imitado. Todos os pais devem estar vigilantes, e devem fazer valer seus direitos. Ao contrário do que se tenta fazer crer, a luta contra a ideologia de gênero não pertence apenas a este ou àquele grupo religioso. Ela reúne pessoas de bem, qualquer que seja sua confissão religiosa, em todo o mundo. Aqui no Brasil, um líder do espiritismo kardecista, Divaldo Franco, se somou recentemente ao brado de muitos católicos e protestantes, afirmando a imoralidade da ideologia de gênero. Na Polônia, membros do Sejm, a Câmara Baixa do Parlamento polaco, fundaram o grupo Stop ideologii gender. No Peru, a sociedade civil se levantou contra uma base curricular nacional influenciada por essas ideias nefastas. O lema dos manifestantes era: “Con mis hijos no te metas” (Não mexa com meus filhos). Essa frase é perfeita, e com ela encerro este discurso. O Dia Nacional do Livro Didático é ocasião para dirigir agradecimentos a todos os autores que buscam com sinceridade a instrução de crianças e adolescentes. Mas é também a ocasião de falar daqueles que só querem macular e tolher o seu desenvolvimento sadio. Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa A Voz do Brasil.

07/03/2018

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA. Fase Pequeno Expediente. (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Colegas Parlamentares, com alegria, eu quero registrar que a Convenção Batista Brasileira, em parceria com a psicóloga Marisa Lobo, vai lançar o gibi Viva a Diferença, no dia 20 de março, na Igreja Batista do Bacacheri, em Curitiba, no Paraná.

Esse documento é muito importante para as crianças e para orientar os pais sobre como tratar deste conceito de ideologia de gênero, que hoje devasta a cabeça das crianças em nossas escolas, lançando confusão. Trata-se de um documento pedagógico apresentado didaticamente para se contrapor à famigerada ideologia de gênero, que tem assolado a mente e o coração das nossas crianças. Em breve outro documento será lançado. Então, eu quero cumprimentar a Convenção Batista Brasileira, através do Diretor Executivo, Sócrates Oliveira de Souza, por essa iniciativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

13/03/2018

O SR. VINICIUS CARVALHO. Fase Grande Expediente. (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara, fico a me perguntar até onde vai esta discussão descabida sobre ideologia de gênero. Os ditos teóricos no assunto afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir a própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida. “Homem” e “mulher”, portanto, seriam apenas papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas. O fato é que as diferenças genitais entre os seres humanos já não importariam culturalmente. É inconcebível que o sentido do termo “gênero” tenha evoluído, diferenciando-se da palavra sexo, para expressar a falsa realidade de que a situação e os papéis da mulher e do homem são construções sociaissujeitas à mudança. Convenhamos, isso significa muito mais que falha da mente humana: é a subversão da própria identidade. Mais grave ainda é os tais ditos teóricos da ideologia de gênero terem como alvo crianças e adolescentes, afinal a educação sexual é muito diferente do incentivo à indefinição sexual, o que traz a esta população vulnerável insegurança, inadaptação e risco, com consequências devastadoras. É claro que instituições com comprovada respeitabilidade tornam público o posicionamento contrário a esta ideologia. O Conselho Regional de Medicina de São Paulo é mais uma, entre inúmeras entidades médico-científicas no mundo ocidental, a afirmar com ênfase o caráter anticientífico da ideologia de gênero, bem como o caráter antiético de experimentos psíquicos com crianças e adolescentes envolvendo a questão da orientação e da identidade sexual. Há cerca de 2 anos, o American College of Pediatricians, uma das associações médicas de pediatria mais influentes dos Estados Unidos, também apresentou um documento recomendando a educadores e legisladores que rejeitassem todas as políticas que condicionem as crianças a aceitarem a ideologia de gênero. Nós cidadãos de bem precisamos “combater o bom combate”. Não podemos nos influenciar por uma minoria, composta por determinadas mídias que tentam manipular a opinião pública, de forma a parecer absolutamente normal o que, na verdade, é um engodo ideológico sem qualquer base científica, que parte de premissas rigorosamente falsas e sem amparo ou evidência empírica. Estas premissas servem para sustentar a tese irracional de que o ser humano possuiria aquilo que chamam de gênero. Ninguém nasce com um gênero, aliás, os gêneros masculino e feminino só existem na gramática. Na Biologia, não. Na Biologia, temos sexo. Nascemos com um sexo biológico, e o fato de uma pessoa acreditar ser algo que ela não é, na melhor das hipóteses, é sinal de pensamento confuso. Quando um menino biologicamente saudável acredita que é uma menina, ou uma menina biologicamente saudável acredita que é um menino, existe um problema

psicológico objetivo, que está na mente, não no corpo, e deve ser tratado desta forma. Está cientificamente comprovado que a sexualidade humana é uma característica biológica binária objetiva: XY e XX são marcadores genéticos saudáveis. Não são marcadores genéticos de uma desordem. A norma da concepção humana é ser masculino ou feminino, e a sexualidade humana é planejadamente binária, com o propósito óbvio da reprodução e da perpetuação da nossa espécie. Este princípio é autoevidente. Precisamos nos empenhar para combater incansavelmente a ideologia de gênero no Brasil, porque esta ideia vai além de desconstruir a sexualidade. Esta ideia resulta na desconstrução do ser humano em si. Uma minoria insiste em dizer que a homossexualidade não existe, que ela não é normal e que é uma norma imposta. Na educação, o intuito é desconstruir valores familiares, morais e religiosos, colocando a criança em conflito com sua realidade, para provocar no núcleo familiar uma guerra de valores. Esta minoria, com toda a certeza, é adepta da teoria da desconstrução, teoria essa de que todos precisamos ter o mínimo de conhecimento e o máximo cuidado, porque ela pretende desconstruir a Fé, Deus, a sexualidade e, conseqüentemente, a sociedade. Era o que eu tinha a dizer.

17/04/2018

O SR. LINCOLN PORTELA. Fase Ordem do Dia. (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu lamento, como nós temos usado questões individuais para servirem de emblema, em relação ao professor no Ceará que expulsou um aluno de sua classe por pensar de maneira diferente da dele. Aquele aluno foi expulso da classe por ter uma posição de direita, sendo que o professor tinha uma orientação marxista. Por essa razão, eles entraram em confronto, gerando-se um conflito muito grande com aquele aluno, que foi existencialmente massacrado ao ser expulso da sala. A questão ideológica dentro das escolas é algo muito sério. Nós temos que terminar com isso. Nem direita nem esquerda na escola. Nós queremos uma escola livre, sem alteração nesse contexto, nem de ideologia de direita nem de ideologia de esquerda. Que as escolas brasileiras e os alunos não sejam mais atormentados da maneira como estão sendo. Com a tentativa da implantação do ateísmo, da desconstrução da família monogâmica e ainda da ideologia de gênero, essas coisas todas estão batendo de maneira muito forte em várias escolas brasileiras. Não posso, em hipótese alguma, generalizar, mas usar do direito de cátedra para massacrar os alunos não é correto. Deixo aqui o meu protesto contra aquele professor do Ceará, provavelmente de Fortaleza — não me lembro da cidade —, que agiu dessa forma com aquele aluno, por este ter pensamentos de direita, e o professor, de esquerda. Obrigado, Sr. Presidente.

02/05/2018

O SR. PASTOR EURICO. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PEN-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um registro de solidariedade ao Vereador Dr. Rodrigo, na cidade de Lagoa de Itaenga, em Pernambuco. Ele, por estar lutando em favor das crianças daquele Município, indo de encontro ao miserável ensino da ideologia de gênero, está tendo dificuldades com o Ministério Público. Ele vem lutando, mas já o andaram processando. Eu quero registrar aqui a ação deste Vereador, aplaudi-

la e dizer que estamos juntos. Não podemos permitir o que vem acontecendo com ele. Nós vamos de encontro aos que querem transformar as nossas crianças no que bem pensam. Ideologia de gênero nas escolas de nosso País, jamais!

08/05/2018

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO. Fase Ordem do Dia. (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico impressionado com o discurso dos comunistas, que falam repetidamente, mil vezes uma mentira para virar uma verdade. Vocês comunistas deixaram milhares de pessoas jogadas em corredores de hospitais, sem atendimento digno. Vocês comunistas mudaram a educação deste País quando tiraram a importância de matérias como português, matemática, OSPB, o patriotismo, e deram importância para o ensino da ideologia de gênero e sexo para crianças de 6 anos de idade. Vocês comunistas só destroem famílias. Quem vocês querem convencer de que o grande líder de toda essa desgraça é inocente e deve ser solto?

17/05/2018

O SR. SILAS CÂMARA. Fase Comunicações Parlamentares. (PRB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores desta Casa Legislativa, povo brasileiro que nos acompanha através dos meios de comunicação, das mídias sociais, cumprimento a todos. V.Exa. presidir os trabalhos, Sr. Presidente, é um simbolismo da importância do Estado de Rondônia para a Federação brasileira e também da valorização da família, do ser humano. Sem dúvida nenhuma, o povo de Rondônia está de parabéns por ter enviado V.Exa. para representá-lo nesta Casa de Leis. Sr. Presidente, estamos na semana em que se comemora o Dia Internacional da Família. Eu recebi, de Deus e do povo do Estado do Amazonas, a graça de chegar a esta Casa em 1999. Trazia, entre os meus objetivos, a bandeira dos princípios cristãos, da defesa da família, da vida e do povo brasileiro. Nesses quase 20 anos a nossa bandeira tem sido insistentemente dizer que todos os problemas da sociedade brasileira passam pelo enfraquecimento da família. A palavra de Deus diz: “De que se queixa, pois, o homem vivente?” Queixa-se dos seus próprios erros. E o Brasil, nessas duas últimas décadas, tem, de forma agressiva, tentado, de diversas formas, através de diversas ferramentas do Executivo, enfraquecer a família brasileira. Poderíamos relacionar, por exemplo, até porque é muito recente, a ideologia de gênero. E, falando de ideologia de gênero, essa maldição, essa ferramenta do inferno para desestruturar a mente dos meninos e das meninas e das famílias, cito uma decisão recente, lamentável, da Justiça do Estado do Amazonas de derrubar a decisão Legislativa da Câmara de Vereadores de Manaus e a da Assembleia Legislativa do Amazonas e devolver a possibilidade do debate de gênero nas escolas do Estado. É uma decisão equivocada, que eu sei que logo, logo será derrotada pelo bom Direito; pelo Direito que foca a universalização do desejo da maioria, já que quase 98% do povo brasileiro é cristão, e todo cristão acredita em Deus, na família e na vida. Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar passar esta semana sem ocupar a tribuna. Agradeço ao nosso partido PRB, que me cedeu o tempo de Liderança para que eu pudesse exaltar a importância da família brasileira no contexto social da Nação brasileira. Sr. Presidente, os problemas do Brasil são muito grandes.

Insistentemente, ocupamos as tribunas desta Casa para falar sobre desafios que envolvem a educação, a segurança pública, a saúde, a prostituição infantil, a pedofilia, as drogas. Tudo isso envolve diretamente o enfraquecimento da família. Afinal de contas, todos sabem que a criança, o menino ou a menina, adquire a educação intelectual nos bancos da escola, mas a educação de vida, de orientação para o futuro, está na Bíblia. É a melhor conceituação sobre o comportamento da família em relação a esta formação. Diz a Bíblia: “Educa a criança no caminho em que deve andar...”. É uma citação clara de que pai e mãe têm que estar junto com seu filho e com sua filha, construindo o caminho para que no futuro essas crianças sejam um exemplo para a Nação e estejam fora desse enquadramento dos usuários de drogas, dos que fazem a violência no País e dos que praticam a iniquidade que contamina a Nação e que a está levando à sua completa destruição. Portanto, Sr. Presidente, no dia de hoje, eu ocupo esta tribuna para dizer que continuo convicto de que a família é a célula da transformação. Além de ser a célula mãe, a família é a célula da transformação e da revolução social para melhorar todos os índices que o Brasil hoje questiona. O País geme e chora porque não cuidou das famílias que moram aqui, na nossa Nação brasileira. Cuidar da família é cuidar da coragem, porque, para enfrentar, no dia a dia, o trabalho e trazer para sua casa a manutenção daqueles que estão na sua cobertura como provisão, um pai e uma mãe têm que ter coragem. Sr. Presidente, tratar das famílias é tratar dos princípios que instituem a fé cristã, a fé em um futuro melhor, a fé de que tudo pode melhorar, a fé no homem, a fé na mulher, a fé na sabedoria humana também, além da fé na sabedoria de Deus, a fé de que a corrupção pode ser combatida e pode ser superada pelas próximas gerações que estão vindo. Mas assim como não há salvação para o homem e para mulher fora de Deus, não há salvação para a Nação brasileira, se a família brasileira não for respeitada, fortalecida. E, acima de tudo, Sr. Presidente, devemos trazer a família brasileira para o centro das decisões, dos debates, das discussões, para o fortalecimento da sociedade. Aqui, nesta Casa, desde 2015, mais precisamente em dezembro de 2015, fui Vice-Presidente de uma Comissão Especial instituída para proferir um parecer sobre o Estatuto da Família, um conjunto de regras que determina de forma muito clara para todo ser humano vivente nesta Nação o que é de fato considerado pela Constituição como família. Fala sobre pais, fala sobre filhos, fala sobre relacionamento dessa instituição querida, amada e fortalecida por Deus e que agora está em xeque no Brasil, que é a família. Fala sobre todas as suas variáveis. Pasmem as Sras. e os Srs. Deputados: em 2015, o relatório final sobre o projeto que institui o Estatuto da Família, elaborado pelo Deputado Diego Garcia, foi aprovado por esta Comissão, mas houve recurso da Deputada Erika Kokay e de um Deputado do PSOL à Mesa Diretora da Câmara contra o parecer terminativo da Comissão, para que seja apreciado pelo Plenário. Ontem mesmo eu ouvi um discurso nesta tribuna sobre um fato verdadeiro: quando esta Casa quer, quando a Direção desta Casa quer e quando o Colégio de Líderes quer, tudo corre mais rápido e mais fácil. Isso me assusta. Por isso, Sr. Presidente, peço que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados tome uma decisão rápida, a fim de que não seja aceito esse recurso, de modo que o relatório terminativo na Comissão seja considerado definitivo e que o Estatuto da Família seja imediatamente instituído no País como lei que guarda, protege e acoberta a família brasileira. Afinal de contas, Sr. Presidente, eu disse e repito, é a família a célula mater, a célula mais importante para que nós possamos consertar as distorções, as doenças, os desvios de caráter social e até econômico — porque corrupção é um desvio de caráter e pode ser tratado muito bem na família brasileira. Todos os índices no Brasil são

questionados: o da economia é questionado, o da educação é questionado, e do da segurança pública nem se fala. Onde está a cura? Onde está a solução? Está num bom Governo? Está numa boa escola? Está numa boa direção? Está num bom comando? Está, mas está essencialmente nos seres humanos, homens e mulheres. E não se pode falar em homens e mulheres sem citar a força e a importância da família. Sr. Presidente, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Família, trago a esta Casa este registro. Está na hora, Sr. Presidente, de tomar uma decisão: ou se institui como relatório definitivo o da Comissão que analisou o projeto e aprovou parecer favorável àquilo que se chama de Estatuto da Família, ou se encaminha o relatório ao plenário — e eu tenho certeza de que esta Casa, com homens e mulheres trazidos pelo voto direto do povo brasileiro, vai se posicionar a favor da família. Tenho certeza absoluta disso. Por isso, Sr. Presidente, chegando ao final do meu pronunciamento em que falo com Brasil e com todos os meus colegas Deputados e Deputadas Federais, faço um apelo. Tramitam nesta Casa mais de 50 mil proposições. É óbvio que, nesse universo todo, há de se priorizar algo que seja importante e decisivo para este momento social. E não há outra matéria mais importante em tramitação do que o Estatuto da Família, Sr. Presidente. Reafirmo a minha aliança — não faço aliança nova porque há 20 anos, graças a Deus, estou aqui representando esta bandeira — e o meu entendimento de que a família brasileira precisa ser valorizada. E esta lei, o Estatuto da Família, traz um recado claro de que nós a estamos valorizando, instituindo e decretando a família como a célula mais importante de transformação social para o momento que o Brasil vive. Deus abençoe o Brasil! Deus abençoe o Amazonas! Que nós possamos, todos juntos, entender a vontade de Deus, para promovermos a transformação desta Nação em uma Nação próspera, em uma Nação abençoada. Isso passa pelo respeito ao Soberano, mas passa também, Sr. Presidente, pela valorização da família brasileira. Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja colocado em destaque nos meios de comunicação desta Casa e no programa A Voz do Brasil, a fim de que todos possam entender a importância de termos celebrado nesta semana a Semana da Família. Que nós possamos estar atentos para pautar o Estatuto da Família; votar, se for o caso, o requerimento dos Deputados; e instituir o Estatuto como lei nesta Nação e como regra de vida para todos. Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

07/08/2018

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA. Fase Breves Comunicações. (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que, por decisão interna do meu partido, o PSD, eu vou concorrer a uma vaga ao Senado pelo Estado do Rio de Janeiro. Evidentemente, continuarei defendendo as minhas posições: os valores que emanam da Bíblia Sagrada pela família, pela vida, contra o aborto, contra a ideologia de gênero, contra a doutrinação nas escolas. Esta é a minha posição. E vou ampliar, naturalmente, a minha luta contra a violência no meu Estado, pela segurança pública, pelo fim das filas nos hospitais e nos postos de saúde e pelo emprego do povo do Estado do Rio de Janeiro. Oportunamente eu trarei mais itens da minha proposta. Muito obrigado. Deus acima de tudo!

09/10/2018

O SR. LINCOLN PORTELA. Fase Breves Comunicações. (PR - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero um Presidente da República que seja contra o aborto; eu quero um Presidente da República que seja contra a liberação das drogas; eu quero um Presidente da República que seja contra a ideologia de gênero nas escolas com as nossas crianças; eu quero um Presidente da República que diga que as escolas têm todos os partidos, e não apenas um ateísmo marxista; eu quero um Presidente da República que abra o comércio brasileiro para todos os povos, e não apenas para ditaduras comunistas; eu quero um Presidente do Brasil que ame a bandeira nacional, e a bandeira aí está: verde, amarela, azul e branca. Eu quero Bolsonaro! Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE. Breves Comunicações. (DEM - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres colegas Parlamentares, subo a esta tribuna para render a minha gratidão ao povo do meu Estado Rio de Janeiro, que me garantiu a reeleição no último domingo com 94.203 votos. Quero agradecer pela confiança de cada eleitor e pelo voto de cada eleitor, que são os responsáveis por eu continuar prestando meus serviços aqui por mais 4 anos, na defesa dos valores de família, contra a ideologia de gênero, a favor da vida, contra o aborto. Continuarei aqui intensamente prestando os nossos serviços. Quero agradecer a cada pessoa que levou um papel da nossa campanha, levantou uma bandeira, no sol, na chuva, molhado ou suado. A todos esses, a minha gratidão. Não quero citar nomes para não ser injusto com ninguém. Devo aqui também, como evangélico que sou, agradecer à comunidade evangélica do meu Estado. Há vários pastores que nos abraçaram e, como cidadãos, recomendaram nosso nome aos membros de igrejas. A todos eles, a minha gratidão eterna. Quero também agradecer a um grupo de Vereadores que me abraçou com muito carinho e trabalhou fortemente, com muito afinco, para a nossa campanha. A todos esses Vereadores, a minha eterna gratidão. Agradeço ainda a alguns Prefeitos que foram muito corretos com o nosso mandato, que foi muito municipalista, ao lado dos pequenos e médios Municípios. Eles também nos ajudaram a construir esta eleição, que foi muito difícil e atípica, em especial no meu Estado do Rio de Janeiro. A todos os senhores, meu muito obrigado. Tenham certeza de que, nos próximos 4 anos, continuaremos aqui lutando contra a corrupção, lutando a favor dos valores de família, lutando contra a legalização do aborto e contra a legalização das drogas. Tenho certeza de que, por mais que alguns torçam para este Brasil dar errado, ele nasceu para dar certo. Tenho convicção de que viveremos dias melhores nesta Pátria. A todos os meus colegas do Estado do Rio de Janeiro que foram reeleitos, deixo meus parabéns; àqueles que não conseguiram a reeleição, minha solidariedade. Que Deus abençoe o Brasil! Que os brasileiros abram os olhos para o segundo turno e que possamos votar no verde- amarelo, no azul e branco deste Brasil, esses brasileiros que tanto amam a nossa Bandeira e a nossa Pátria. Deus abençoe a todos! Muito obrigado pelo votos que recebi. Agradeço a cada um dos 94.203 eleitores que deram a mim o seu voto. Recebam desta tribuna da Câmara o meu muito obrigado.

10/10/2018

O SR. CÉLIO SILVEIRA. Fase Breves Comunicações. (PSDB - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado. Estou aqui para manifestar todo o meu agradecimento ao povo de Goiás, que me reconduz para mais um mandato. Quero dizer ao povo goiano que continuarei

nesta Casa lutando para representar os Municípios goianos, conseguindo milhões e milhões de investimentos para as cidades que represento. Digo ao povo goiano também que aqui continuo na luta pela família, a favor da vida, contra o aborto, contra a ideologia de gênero, contra kit gay para crianças e a favor do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um grande abraço a todo o meu querido povo de Goiás, que me dá mais um mandato. Obrigado a todos e a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. VINICIUS CARVALHO. Fase Breves Comunicações. (PRB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Manato. Tempo regimental é tempo regimental. Sras. e Srs. Deputados, no Estado de São Paulo, em 2014, nós tivemos votos em 216 cidades. Depois de 4 anos, nós conseguimos ampliar nossa área de atuação e votação e obtivemos votos em mais de 380 cidades do Estado de São Paulo, tendo aí um aumento da nossa votação em relação a 2014 de aproximadamente 21%. Eu gostaria muito de agradecer, antes de tudo, a todos os apoiadores, todos, indistintamente, de todas as cidades, seja nas cidades em que eu tive um voto, em que uma pessoa saiu de sua casa pensando em votar no Vinicius Carvalho, porque ou me conhece ou conhece alguém que me conhece e me deu um voto de confiança para continuarmos trabalhando. Esse é o compromisso que nós vamos ter aqui na Câmara dos Deputados. Assim como nós temos um compromisso durante essa Legislatura, teremos novamente esse mesmo compromisso e empenho para continuar lutando pelo nosso País, lutando pelo direito da família, lutando pelo direito das crianças e adolescentes, e indo contra todo pensamento, toda intenção que diz respeito à ideologia de gênero, perspectiva de gênero, ao ensinamento, dentro das escolas de ensino fundamental ou de ensino médio, dessa questão de perspectiva de gênero, como tem sido feito. Apesar de não existir lei que obrigue que isso seja feito, várias escolas de ensino fundamental, de ensino médio e inclusive creches estão trabalhando com essa nova visão. A meu ver, guardado o respeito a quem pensa o contrário, isso é um retrocesso, porque estão tentando atuar exatamente na mente e na formação intelectual das crianças e dos adolescentes. Isso que estão fazendo é um crime. E o que nós vemos? O partido que trouxe isso para o Brasil há 14 anos está querendo novamente voltar, para concretizar o seu intento no que diz respeito a essas ideologias, no que diz respeito à descriminalização da droga, da venda de droga, do consumo de droga. Isso vai acabar com a nossa sociedade, vai acabar com a nossa infância, vai acabar com a nossa juventude. Nós não podemos aceitar isso. Um outro fato é que nós vemos que, durante esse período de 14 anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no Governo no Brasil, eles deturparam o conceito de assistência social, eles deturparam de tal forma que as pessoas que, lá atrás, viviam em situação de vulnerabilidade social hoje continuam na mesma situação de vulnerabilidade social, e, o que é pior, elas agora se tornam dependentes de um Estado que está com a máquina pública inchada, que tem um orçamento falido e está tendo que arcar com esse conceito de assistencialismo entranhado na nossa sociedade. Eu nasci em um morro do Rio de Janeiro, eu me criei em uma comunidade do Rio de Janeiro até os meus 23 anos, e digo com muita propriedade que pobre não quer benesse, não quer mendicância. Pobre quer dignidade, pobre quer trabalho. Pobre não quer esmola. Muitos governantes pensam que as pessoas que vivem na favela querem esmola. Não querem esmola. Elas querem oportunidade. E nós vemos, no resultado das votações, que as pessoas mais simples... Se fosse feito um trabalho sério de resgate da dignidade da pessoa, se tivesse sido feito um trabalho sério por parte do Governo passado no sentido de resgatar as

pessoas, ensinando-as a gerar seus próprios recursos, a ter sua própria fonte de renda, não teríamos tantos necessitados como nós temos hoje e, digo mais, mais de 14 milhões de desempregados. Colocaram a culpa no Governo Temer, mas ele simplesmente assumiu um erro de 14 anos. Espero que a população, no dia da eleição, não cometa de novo o mesmo erro de trazer esse partido de volta. Um abraço!

07/11/2018

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO. Fase Encerramento. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara, cerca de 5 milhões e meio de estudantes brasileiros participaram, no último domingo, do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. E, para a ingrata surpresa, tiveram que responder uma questão da área de linguagens sobre “o dialeto secreto dos gays e travestis”. Convenhamos que o assunto merece reflexão e impõe questionamentos: seria este um tema adequado para ser usado em provas do ensino médio? Não existem outras questões mais interessantes e relevantes do que abordar uma cultura utilizada por um grupo? Este é um dialeto que deva ser difundido entre a sociedade ou só a quem interessa? Fica absolutamente claro que esse tipo de linguagem não é utilizado por um segmento da sociedade, mas por pessoas que têm as suas opções sexuais. Portanto, é dialeto de um grupo. Agora imaginem se todos os grupos pleitearem que os seus dialetos sejam colocados em prova ou façam parte da linguística! Em comunidades, há vocabulário próprio; no meio da criminalidade, existe um linguajar só deles. Então, trata-se de grupos e não de segmentos da sociedade. É lamentável que o Ministério da Cultura ainda cultive o ranço de um governo de esquerda que ficou 14 anos no poder, desvirtuando completamente o enfoque do ensinar, do formar a juventude. Cabe aqui um registro de saudosismo, quando, na década de 70, tínhamos na formação acadêmica o ensino da Organização Social e Política do Brasil, Educação Moral e Cívica, valores da família. O Ministério da Educação deveria, na verdade, estar preocupado com o fato de 70% dos estudantes brasileiros que concluem o Ensino Médio não conseguirem interpretar um texto, mas, infelizmente, dá importância ao dialeto dos gays. Hoje, a educação, ao invés de priorizar o conhecimento, está pautada no modismo. Querem de qualquer maneira incutir na sociedade a aceitação da ideologia de gênero, da diversidade sexual, e, sem escrúpulos, tentam enraizar tudo isso através da educação e da cultura. Para se ter uma ideia mais concreta dessa realidade, existem, no Congresso Nacional, centenas de projetos de lei que tratam de identidade de gênero nas escolas. Se forem aprovados, tornar-se-á comum abordar o assunto nas salas de aula. Cabe, então, destacar que vem crescendo assustadoramente o número de crianças confusas a respeito de sua sexualidade em países onde o assunto se tornou obrigatório nas escolas, como a Escócia. Isso prova que a ideologia de gênero desconstrói a identidade humana por onde passa. Felizmente, aqui, no Brasil, a pressão popular tem impedido que projetos de lei favoráveis à abordagem do assunto em sala de aula sejam aprovados. Felizmente, também, teremos, a partir de janeiro, um governo preocupado com essa questão. Com toda certeza, o Ministério da Educação não medirá o conhecimento dos estudantes abordando linguagem secreta dos travestis. Com toda certeza, não será desconstruída a normatividade da família. Com toda certeza, os valores tradicionais não serão violados. Não podemos confundir respeito com doutrinação. Era o que tinha a dizer.

08/11/2018

A SRA. ERIKA KOKAY. Fase Comunicações Parlamentares. (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu agradeço ao povo do Tocantins a possibilidade de ter V.Exa. aqui. Pelo que percebo, também é um bom poeta para discursar aqui. Há que se ter muita poesia para enfrentar o momento que o Brasil está vivendo. Nós tivemos um processo eleitoral cheio de percalços e fraudes, porque, em primeiro lugar, houve a condenação de Lula, a prisão de Lula e o silenciamento de Lula, sem que se consiga dizer qual foi o crime que Lula cometeu. Lula está preso porque dizem que foi beneficiado pela reforma de um apartamento, que todas e todos sabem que não é dele. Não há qualquer contestação ao fato de que o apartamento não é dele. E o ato que Lula fez em benefício das empreiteiras é um ato indeterminado. Isso está escrito na própria sentença. Portanto, Lula foi condenado e está preso porque dizem que se beneficiou da reforma de um apartamento que não é dele — questiona-se inclusive se houve reforma — e ao mesmo tempo porque cometeu um ato indeterminado de favorecimento de empreiteiras. Assim, Lula foi impedido de participar do processo eleitoral, embora não houvesse qualquer dúvida de que representava a preferência do povo brasileiro. Este é o Brasil que nós estamos vivenciando, um Brasil que vira as costas para o que representou Zumbi dos Palmares, cuja imortalidade nós comemoramos neste mês de novembro com o Dia Nacional da Consciência Negra, que abre também os dias de ativismo e de enfrentamento à violência que atinge as mulheres. Dia 25 de novembro é o Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres. Dia 1º de dezembro é o Dia de Combate à AIDS. Dia 6 de dezembro é o Dia do Laço Branco, em que nós lembramos o massacre de Montreal, quando um homem invadiu uma faculdade e assassinou as mulheres num curso de Engenharia, dizendo que o curso de Engenharia não era um curso para mulheres. Nesse dia, nós lembramos a necessidade de comprometimento e adesão dos homens à luta de enfrentamento à violência que atinge as mulheres. Esta violência se assemelha à tortura, porque as mulheres estão sendo arrancadas delas mesmas. O agressor é aquela pessoa que foi objeto do desejo da mulher. Esta violência ocorre dentro de casa, mas não fica dentro de casa. Quando analisamos este tipo de violência e estamos nas ruas, vemos que somos seres anônimos: em casa, somos nós mesmas. É para casa que queremos voltar todos os dias, é para casa que queremos que nossos filhos e filhas voltem todos os dias. Milhões de mulheres neste País têm medo de voltar para casa. Esta situação reflete o feminicídio simbólico que abre caminho para o feminicídio literal. O Brasil é o quinto país em morte de mulheres, apenas pela condição de pertencerem ao gênero feminino. Fruto da ignorância ou do obscurantismo daqueles que têm saudade das fogueiras que queimavam mulheres — estima-se que se queimaram mais cem mil mulheres na história da humanidade —, a palavra gênero é aquela que alguns querem arrancar do dicionário, arrancar da situação de diálogo e arrancar dos professores, por meio do substitutivo do dito Projeto Escola sem Partido. Como eu já disse, este termo não corresponde ao que era o projeto. Ninguém defende uma escola partidarizada. Ninguém defende uma doutrina partidarizada ou partidária dentro das escolas. O que nós defendemos é a liberdade de construir um pensamento, é a liberdade de construir uma consciência crítica, porque o saber e o conhecimento são uma troca. É preciso que estejamos sempre duvidando, estranhando, para não engolirmos os argumentos como se fossem verdades absolutas, mas para que eles passem pelas nossas vivências, pelo lugar onde estamos, pelas nossas leituras, pelos nossos saberes, para que se

consolidem como conhecimento pleno. Nós temos uma lógica dialética que diz que a cada tese é preciso uma antítese, que gera uma síntese. Trata-se do contraponto que faz com que crescamos e avancemos naquilo que constrói a inteligência do próprio gênero humano, do próprio ser humano. A inteligência é fruto do contestar, do duvidar, do argumentar, de todo um processo emaranhado que nos coloca vivos nas questões fundamentais para nossas vidas. O conhecimento não é uma pílula pronta que se engole sem contestação. Há uma lógica binária que querem nos impor. Não! É preciso que haja o pensamento crítico, para que possamos evoluir. Foi com o pensamento que a humanidade evoluiu. O que temos hoje é uma proposição que está para ser votada na Comissão Especial, e nós vamos utilizar todos os instrumentos regimentais para impedir que ela seja aprovada. Essa proposição proíbe o professor de usar a palavra gênero. Eu me pergunto sobre aqueles que defendem a dita Escola sem Partido. Em Santa Catarina, vimos uma pessoa que defende a dita Escola sem Partido com um taco de beisebol no qual estava escrita a expressão “direitos humanos”. Direitos Humanos! Direitos humanos é um conceito que se fortaleceu como tentativa de a humanidade fazer o luto dos fornos crematórios e o luto dos campos de concentração. O dia 10 de dezembro, quando se encerram os eventos do ativismo pelo enfrentamento da violência que atinge as mulheres, eventos em que estão envolvidos quase 200 países em todo o mundo, é o dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que afirma que todo ser humano nasce igual em direitos e em dignidade, todo ser humano é detentor de uma dignidade intrínseca à própria humanidade, fato que reafirma a própria humanidade e dignidade. Nós realizamos nossa humanidade com o outro, por meio da afetividade, já que somos seres faltantes, seres que precisam uns dos outros para se sentirem pertencentes a algo maior que nós mesmos, para atingirmos a plenitude que, sozinhos, não alcançamos. Por isso, as escolas provocam tanto medo nos fascistas, nos fundamentalistas, nos obscurantistas, segmentos que querem construir uma concepção sem reflexão, para ser imposta de modo a tirar de todo ser humano o exercício natural da humanidade, o exercício da construção da autonomia de pensamento, da autonomia da fala e da autonomia humana da existência, do direito de ser, do direito de amar, do direito de pensar, do direito à liberdade. Nós estamos enfrentando esta expressão alcunhada de Escola Sem Partido de forma absolutamente injusta e inadequada. No substitutivo, eles dizem que o professor não pode usar a palavra gênero, não pode falar de ideologia de gênero, pois, segundo eles, é um conceito que não existe. A expressão ideologia de gênero foi construída para poder justificar e encobrir o caráter cruel da discriminação às mulheres e da discriminação à população LGBT. Os fundamentalistas construíram um conceito inexistente, o conceito da dita ideologia de gênero. Isso não existe! Esta ideia busca justificar a tentativa de cercear as pessoas da sua liberdade de existência e da sua liberdade de expressão do próprio afeto, que fazem com que nos reconheçamos humanos. Orientação sexual, gênero e ideologia de gênero, segundo eles, são conceitos criados, conceitos que não existem, estão proibidos de ser mencionados. São uma fobia morfológica, uma generofobia, palavras que eles querem nos arrancar. Em que consiste a concepção de gênero? É a concepção que diz que há uma construção social, uma construção econômica, que estabelece lugares para o gênero feminino e lugares para o gênero masculino. Nós não somos discriminadas porque nascemos mulheres: nós somos discriminadas porque se construiu uma concepção de gênero em que as mulheres têm lugares específicos de existência, que são os lugares domésticos, que não têm que ter acesso a espaços públicos, que têm que dever obediência, uma obediência cega e, ao mesmo tempo, subalternidade aos

homens. O Brasil é o quinto país em feminicídio, onde mais se matam pessoas LGBT, onde as mulheres são vítimas da violência a cada segundo. Neste País, querem que a escola não tenha o compromisso de contestar ou de lutar contra a discriminação de gênero. Isso fere as normas nacionais postas para as escolas. Eles querem perpetuar as marcas na pele das mulheres vítimas da violência. Eles querem perpetuar as marcas na alma das mulheres vítimas da violência, porque querem que a escola não discuta a discriminação de gênero, fato que atinge as mulheres e faz com que as mulheres sejamos arrancadas de nós mesmas por um processo de violência doméstica intenso e destruidor da nossa própria existência humana. Mas não é só isso. Ali também é dito que as concepções morais e religiosas devem subalternizar o conteúdo dentro das escolas. Penso eu que o sentido é o de negar a evolução da espécie de Darwin. Isso não pode mais ser dito nas escolas, se ferir a lógica e a religião que apontam o criacionismo da existência humana, a lógica criacionista. Por isso, rasgaram livros na Universidade de Brasília. Os livros de Darwin foram resgados na Biblioteca da Universidade de Brasília. Rasgaram livros de Darwin! Eles querem que a concepção religiosa suplante e vergue a lógica científica. O ser humano precisa do desenvolvimento científico, como precisa da religiosidade. Esses espaços são apartados. Não há que se subalternizar ou se condicionar a discussão do conhecimento às concepções religiosas dos próprios pais. A escola é laica, a educação é laica. Além disso, ali é dito que todos os fenômenos, todos os fenômenos históricos que forem discutidos, têm que ter duas versões antagônicas, as duas principais versões. O que isso realmente significa? Se se fosse discutir a Segunda Guerra Mundial, mas vai se discutir e defender igualmente a concepção que levou Hitler a construir os campos de concentração? Ali se vai discutir e defender a igualdade, a concepção de quem defende o nazismo, o fascismo, e de quem foi vítima do fascismo e do nazismo? Quando se discutir a história brasileira de quase 400 anos de escravidão, vai se discutir a visão do escravizador com a mesma visão do escravizado? A humanidade já construiu consensos em nome da sua própria existência, em nome da lógica da universalização da nossa condição humana e dos direitos humanos. Por isso, por esses consensos, não cabe se ter dentro da escola a obrigatoriedade na defesa de princípios que a humanidade consensuou como princípios a serem afastados da nossa vida, como os campos de concentração, como o que foi feito com os judeus, com os comunistas, com os ciganos, com as testemunhas de Jeová na Alemanha nazista, ou como o que foi feito com a escravidão neste Brasil. Nós não podemos permitir tamanho retrocesso no País que discutiu e deu origem a Paulo Freire, que também está amaldiçoado. Paulo Freire dizia que nós temos saberes e que é preciso considerar os saberes do outro. Ninguém nasce pronto: nós vamos nos fazendo na construção de uma boniteza da vida. Dizia, ainda, Paulo Freire que a educação não muda o mundo: ela muda as pessoas, e as pessoas mudam o mundo. Eles não querem que as pessoas mudem o mundo que está sob seu controle. Eles querem que as pessoas abram mão de uma humanidade que pressupõe a capacidade de transformar. Só o ser humano pode ter consciência da vida, pegá-la pelas mãos e transformá-la. O que estamos vivenciando nesta Casa é uma proposição obscurantista, fruto do fundamentalismo que se alimenta da pouca reflexão, que se alimenta do sofrimento psíquico de uma sociedade que diz “consoma, para eu respeitá-lo”, mas eles não dão o direito de consumir. Eles se alimentam da falência das políticas públicas que se perpetuarão durante o Governo de Bolsonaro. O que dizia Haddad? Dizia que se haveria de revogar a Emenda Constitucional nº 95, porque não se poderiam congelar os recursos com as despesas primárias e com as políticas públicas. O Brasil precisa de políticas públicas, precisa

da presença do Estado na saúde, na educação. É preciso que o Estado esteja presente no desenvolvimento científico. O Brasil precisa do Estado nas universidades, centros que abarcam a capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico deste País. Por isso, diria eu que a tendência é que se perpetue o congelamento das políticas públicas. O que diz o Sr. Paulo Guedes sobre a falta de ajuste fiscal ou sobre o desequilíbrio fiscal que eles disseram que resolveriam com a Emenda Constitucional nº 95, desequilíbrio que se aprofunda todos os dias, porque as despesas financeiras não estão controladas. Este País tem uma carga tributária concentrada no consumo e na renda do trabalhador. O Brasil é um dos únicos países em que não se taxam os lucros e os dividendos: taxa-se a propriedade de forma absolutamente desigual, de forma minorizada, no que diz respeito à taxação que incide sobre a população trabalhadora deste País. Neste País, as despesas financeiras estão liberadas. E o Sr. Paulo Guedes diz o quê? Diz que quer fazer uma reforma da Previdência para tirar a aposentadoria do povo trabalhador. É isso! Não se fala em combater a sonegação, que atinge 500 milhões. Não se fala que a Previdência é uma política de proteção social pública. O que se fala é inverdade, é a penalização do trabalhador. Eles extinguem o Ministério do Trabalho. Nem a ditadura ousou tanto! Nem a ditadura ousou mexer na CLT, como mexeu o Governo Temer. Nem a ditadura ousou extinguir o Ministério do Trabalho, fundado em 1930, Ministério que passou por várias etapas, várias concepções, vários projetos políticos, resgatando milhares de brasileiros do trabalho análogo ao trabalho escravo, resgatando milhares de crianças do trabalho infantil, que rouba a infância. O Ministério do Trabalho é o instrumento que fiscaliza as condições de trabalho, a aplicação da legislação trabalhista, mas eles simplesmente acabam, anulam, extinguem numa canetada só. Este Governo bate continência para os Estados Unidos, e seu mentor, o mentor da política econômica, diz que vai privatizar e faz cálculos e precifica. Qual é o preço que tem o financiamento da habitação para a população de baixa renda, cujo financiamento, 98%, está concentrado na Caixa? Qual é o preço do crédito que possibilita o financiamento da agricultura familiar, que alimenta o povo brasileiro e gera emprego e renda? E ainda querem precificar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Querem dizer quanto valem essas instituições para entregar, para vender nossa ELETROBRAS aos chineses, aos canadenses, que não abrem mão das suas hidrelétricas, hidrelétricas que são protegidas pelo exército nos Estados Unidos. O exército protege as hidrelétricas porque elas são fundamentais para a soberania e para o desenvolvimento dos países. Eles querem continuar vendendo o Brasil. E nós? Nós vamos resistir! Em nome da felicidade, nós vamos resistir. Em nome da poesia, nós vamos resistir! Eles não conseguirão nos calar. Iremos resistir, para que o Brasil seja devolvido ao povo brasileiro. Por isso, na semana que vem, manifestaremos nossa resistência à escola amordaçada, à transformação das escolas em institutos ou espaços de profusão do analfabetismo político. Resistiremos à privatização da água e do saneamento. Nosso nome é resistência. Eu me calo com uma frase das mães em busca da diversidade. Eu me calo em nome das mães que não querem que seus filhos se transformem em estatísticas, em nome das mães de filhos e filhas da população LGBT que resistem e dizem que seus filhos não serão estatísticas, estatísticas macabras da morte da população LGBT neste País. Elas dizem em cartazes, em camisetas, em todos os cantos: “Se nossa existência corre risco, se a existência dos nossos filhos corre risco, nós estamos na resistência”. Nossa existência está em perigo e corre risco, pela lógica fascista, pela lógica de varrer do País a oposição, o contraditório, pela lógica de calar as escolas e impedir o afeto ao quererem construir uma sociedade em que haja

apenas prisões e não escolas, em que não haja armários, mas manicômios. Se nossa existência humana corre risco, Deputado Freitas, maior do que a capacidade de respirar, se a existência humana que se dá coletivamente corre risco, nós estamos na resistência. Iremos resistir!

04/12/2018

A SRA. ERIKA KOKAY. Fase Ordem do Dia. (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos vivenciando a perspectiva de aprofundamento de uma agenda que tem sido imposta a este País pelo Governo de Michel Temer. Digo isso porque nós estamos aqui discutindo um projeto que nós defendemos, porque é justo que haja a reconstrução das mamas quando a mulher é vítima de câncer. Nós estamos aqui discutindo um projeto que é fundamental para a vida de muitas mulheres. Nesse sentido, eu faço inclusive uma homenagem a todas as mulheres que recomeçam todos os dias, que vão recuperando a sua autoestima e, a partir daí, se colocam para a vida e ajudam outras mulheres que descobrem que têm câncer de mama. Nós tivemos o Outubro Rosa para alertarmos sobre a necessidade do diagnóstico precoce e para que possamos ter estruturas na saúde pública que possibilitem esse diagnóstico precoce, mas estamos vivenciando a perspectiva de aprofundamento de uma lógica que congelou as despesas primárias pelos próximos 19 anos, posto que já se foi 1 ano de restrição ao conjunto das políticas públicas, de restrição à possibilidade de uma democracia que só se ergue e se torna de alta intensidade quando nós temos direitos. Sem direitos, a democracia é de baixa intensidade ou é essa democracia que está aos frangalhos, em que uma bancada fundamentalista acha que pode eliminar a escola, acha que pode negar Darwin, que pode esconder e impedir que se discuta Marx; que acha que não temos que discutir Galileu; que acha que a humanidade não pode discutir os fenômenos ou a construção de uma inteligência que sempre é síntese de opiniões contrárias e que acha que professores são inimigos da Nação. É extremamente criminoso que nós tenhamos inimigos imaginários. O fascismo sempre os tem. Hitler elegeu inimigos imaginários. Ah, os militares elegeram, para justificar as salas escuras de tortura, que deixam marcas na pele e na alma, o comunismo e a ameaça comunista. Agora, nós estamos vendo uma exumação de tudo isso: a ameaça de um comunismo que é imaginário; a ameaça de uma ideologia de gênero que não existe, que faz parte do rol de mentiras que constroem uma narrativa para tentar tomar conta dos... (Desligamento automático do microfone.)

05/12/2018

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM. Fase Ordem do Dia. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a coluna da competente jornalista Mônica Bergamo, na Folha de S.Paulo de ontem, informa que o eminente Ministro Luís Roberto Barroso lecionou, em uma conferência na Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, dias atrás, que “quem pensa que o problema da educação no Brasil é o Escola sem Partido, a ideologia de gênero ou saber se 1964 foi ou não golpe está assustado com a assombração errada”. E continua o também admirado Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: “Os problemas são outros: não alfabetização na idade própria, evasão no ensino médio, déficit de aprendizado e capacitação de professores”. O Prof. Luís Roberto Barroso nos brindou, recentemente, com a coordenação do livro A República Que Ainda Não Foi. As suas

reflexões ali inseridas mereceriam a atenção dos homens públicos deste País. Percebe-se a preocupação de um homem de Estado, de um jurista antenado com os problemas que distorcem os valores fundamentais da República. Aliás, o Escola sem Partido me fez lembrar uma reflexão de um grande pensador e homem público francês, Edgar Faure, quando da rebelião estudantil de 1968, na França, que sacudiu a IV República criada pelo General Charles De Gaulle. Edgar Faure foi uma figura singular na história da França e chegou a disputar a Presidência daquele país, em 1958, contra o General De Gaulle, ambos da resistência francesa. Mesmo fazendo oposição ao eminente estadista francês, foi incumbido de missões internacionais pelo presidente francês. Após a revolta estudantil de 1968, De Gaulle o convidou para ser Ministro da Educação, cargo que exerceu durante 1 ano, quando o líder francês renunciou ao seu mandato. Edgar Faure estudou as raízes da revolta estudantil de 1968 e publicou o belo ensaio *Aprender a Aprender*, em que ele dizia que a função do educador era despertar no aluno a busca criadora do conhecimento. Posteriormente, em 1971, foi convidado pela UNESCO para presidir a Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação. No preâmbulo do relatório dirigido à UNESCO sobre o título *Aprender a Ser*, criticou o professor exageradamente teórico e memorista e assim doutrinou: “Como a era científico-tecnológica implica mobilidades dos conhecimentos e renovação das ‘inovações’”, o ensino deve consagrar um esforço menor, a distribuição e o armazenamento do saber adquirido (...) e prestar uma maior atenção na aprendizagem dos métodos de aquisição — aprender a aprender.

A SRA. ERIKA KOKAY. Fase Ordem do Dia. (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, temos acordo com a proposição que estimula, estabelece e regulamenta as condições para a digitalização dos prontuários, que hoje são físicos, na área de saúde. Achamos que isso é absolutamente fundamental, mormente no momento em que as despesas com a saúde estão congeladas e há uma farra do sistema financeiro. Em função disso, existe a possibilidade concreta de, a partir do próximo ano, haver o aprofundamento de um processo que é extremamente danoso e cruel para a população brasileira. Em 1 ano, houve o aumento de quase 2 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de pobreza. A pobreza aumentou, diminuiu o emprego formal e aumentou em mais de 1 milhão, em 2 anos, o emprego informal. São trabalhadores e trabalhadoras que ganham 76% em média do que ganha um trabalhador formalizado. Estamos agora com a perspectiva de termos duas carteiras de trabalho, nesse momento em que se diz que é duro ser empresário neste País. Foi o que disse Bolsonaro. E como é ser trabalhador com o trabalho intermitente? E como é ser trabalhador nessas condições, em que são rompidos todos os direitos que foram assegurados durante tantos anos? Nós estamos vivenciando a proximidade de uma pauta que foi oculta durante o processo eleitoral, até porque o candidato eleito não participou de debates. E aquele que disse que iria fuzilar Fernando Henrique Cardoso, à época Presidente, porque estava privatizando a Vale, agora, sem nenhum despudor, precifica a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a ELETROBRAS. O Sr. Paulo Guedes tem antes que responder sobre o seu envolvimento em denúncias de corrupção, que aliás está ficando uma marca deste Governo. Falam em varrer a corrupção, mas a varreram para dentro do Governo. E ali vamos ter as expressões de caixa dois, inúmeras acusações e um Presidente que começa entrando em choque com os países que representam mais de 50% do superávit comercial do Brasil. E respondem a isso como? Falando em ideologia climática; falando que efeito estufa é ideologia climática; falando numa ideologia de gênero, em conceitos

inexistentes, buscando dar respostas que não valorizam a educação, mas calam educadores, calam crianças e mães. Esse é o absurdo que estamos vivendo.

06/12/2018

A SRA. ERIKA KOKAY. Fase Comunicações Parlamentares. (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou aqui com o substitutivo que está sendo discutido na Comissão Especial do “Escola Amordaçada”. O seu art. 2º diz: “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. O que isso significa? O que é dogmatismo e proselitismo? O poder público não vai interferir no sentido de que asseguremos os direitos das pessoas? A escola é uma das maiores protagonistas da rede de proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Na escola, a capacitação de educadoras e educadores possibilita a prevenção e a identificação de violências que vitimam as crianças, violências que muitas vezes se dão dentro de casa. É na família que muitas vezes acontece a violência sexual que atinge crianças e adolescentes, é na família que mais existem expressões de violência que atingem as mulheres. E aqui se diz que não é permitido ao Estado ter responsabilidade por isso. Aqui se diz também que o professor é proibido de se aproveitar da audiência cativa dos alunos, como se alunas e alunos fossem uma audiência cativa, e não pessoas, pessoas que têm que aprender a aprender, pessoas que têm que aprender a questionar, pessoas que têm que se construir como seres humanos, o que pressupõe a capacidade de ter consciência da vida, de pegar a vida pelas mãos e de transformá-la. Só os seres humanos podem fazer isso! Isso é precípua, é natural, é inerente à nossa humanidade, a capacidade de criticar. Mas querem transformar alunos em audiência cativa calada, em audiência calada, apenas para que o conteúdo seja emitido, seja imposto, sem estranhamento, sem dúvida, sem argumentação, apenas engolido, como se não houvesse saberes — todos os seres humanos têm um saber —, como se não houvesse várias inteligências. Anísio Teixeira disse que nós temos uma inteligência emocional, uma inteligência cognitiva e uma inteligência corpórea. São muitas as inteligências que nós carregamos. Eles dizem que não vão criminalizar, que o projeto não propõe a criminalização dos professores, mas no próprio substitutivo, na sua justificativa ou na sua argumentação, é dito: “Nós não estamos impondo nenhuma pena, mas estamos obrigando as escolas a afixarem cartazes para estimular a denúncia de professores pelos alunos”. Isso era feito pelos agentes do Estado, na época da ditadura, que eram pagos para ficar dentro das salas de aulas e vigiar os professores. Os professores que ousavam falar dos fenômenos humanos, os professores que ousavam falar da realidade social eram punidos durante a ditadura, porque eram identificados pelos agentes do Estado. Agora querem que essa função de fiscalizar, de perseguir seja assumida pelo próprio aluno, destruindo-se todos os vínculos! O que diz o Relator no seu substitutivo? Que não vai estabelecer o não cumprimento dos deveres, e são vários os deveres, o dever de não citar a palavra “gênero”, de não falar em orientação sexual, de não falar em um conceito que eles mesmos inventaram para esconder a sua discriminação “LGBTfóbica” ou a sua discriminação misógina, o conceito de ideologia de gênero, que não existe, como também não existe ideologia climática. O que ele diz aqui? “Não, não precisa colocar improbidade administrativa. Todo educador é um agente público. Ao ser um agente público, ele tem que cumprir os seus deveres. Se não cumprir os seus deveres, será investigado”

— muitas vezes denunciado pelos próprios alunos, digo eu — “para lhe ser imposta uma pena”. Diz que não se está criminalizando? Diz que não pode colocar no genérico a improbidade administrativa ou a criminalização, tem que ser no concreto, a partir de cada ato, porque diz que todo agente público tem que cumprir a lei, e a lei proíbe que ele diga a palavra “gênero”, a lei diz que não pode haver doutrinação, que não se sabe ao certo o que é. Falar de equidade de gênero dentro de escola, como prevê e propõe a Lei Maria da Penha, é doutrinação? Falar a palavra “gênero” está proibido. Essa fobia morfológica, essa generofobia, que acomete os fundamentalistas obscurantistas, vai levar o professor a responder. Inclusive, há a possibilidade de ele ser criminalizado. Esse que assume o Ministério da Educação não diz como vamos cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, não diz como vamos dar às crianças acesso à creche ou à educação infantil. Não diz nada disso. Só diz que é preciso impor o “Escola Amordaçada”. Que medo eles têm da escola! Ele está propondo conselhos éticos que possam julgar os professores. Isso carrega alguma semelhança com as fogueiras da Inquisição. Comitês de inquisição vão poder punir professores e professoras que ousarem falar a palavra “gênero” ou emitir a sua opinião! Aqui está dito que o professor não pode emitir a sua opinião. Não pode emitir a sua opinião! Também está dito que, em relação aos fenômenos históricos, vão ter que ser apresentadas as duas visões mais importantes que se contrapõem. Ora, ao discutirmos os campos de concentração, vamos ter que apresentar a visão de quem fez o campo de concentração e a de quem sofreu nos campos de concentração como se fossem visões equânimes? A humanidade constrói consensos numa tentativa de fazer, por exemplo, o luto da Segunda Guerra, dos fornos crematórios e das câmaras de gás. Eu me refiro, nesse caso, exatamente à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Agora, o professor que ousar emitir sua opinião, mesmo que instado pelos alunos, pode sofrer um processo num conselho de ética e pode sofrer uma sanção. Já existe até um modelo para perseguir professores, para denunciar professores nas delegacias. Professores estão sendo chamados à delegacia! Aqui em Brasília um professor foi chamado à delegacia para explicar por que ele discutiu transsexualidade na escola. Outro foi chamado à delegacia para dizer por que ele falou de orixás na escola, embora haja obrigatoriedade do estudo da África, o qual pressupõe a mitologia de matriz africana, que não pode ser negada e que resiste a toda sorte de intolerância, com os seus tambores, com as suas saias rodadas, com as suas crenças, como resiste o povo brasileiro a todo esse processo de linchamento da própria democracia. Então, não me venham dizer que o projeto não criminaliza algo. Criminaliza sim! Não me venham dizer que aqui não se está impedindo a escola de interferir na defesa dos direitos dos adolescentes ou das crianças que são vítimas de violência sexual. Não! A escola vai ser calada na sua função de devolver a infância para meninos e meninas que têm essa infância roubada pela violência sexual ou pela violência física. Não me venham dizer que essa escola calada não passa a ser cúmplice de uma “LGBTfobia”, que não pode ser falada. Por fim, quero dizer que, onde se implementaram projetos como esse, houve uma avaliação extremamente negativa. Se o educador tem que ser calado, amordaçado — as pessoas, os alunos e alunas carregam as suas convicções construídas na vida —, se o professor não pode mediar os conflitos, se o professor tem que ser punido com o silêncio, se tem que ser silenciado a ferro e fogo e tem que abrir mão da sua condição de educador para se transformar apenas num transmissor de conteúdos, o bullying vai aumentar. As divergências, o sexismo, o racismo, o machismo, expressões de um Brasil que não fez o luto dos seus períodos traumáticos como a escravidão e a ditadura se manifestarão em sala de aula. Termino fazendo somente um

apelo para que esse fundamentalismo obscurantista, pouco reflexivo, ditatorial, cerceador, possa ser mergulhado num mínimo de lucidez e humanismo, em defesa de um iluminismo que querem eliminar.

10/12/2018

O SR. ALBERTO FRAGA. Breves Comunicações. (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Sr. Presidente, eu acabei de chegar da cerimônia de diplomação do nosso próximo Presidente da República, o Jair Bolsonaro. O que se percebeu foi que o seu discurso deu ao brasileiro muita esperança, principalmente porque ele prometeu mais uma vez, ratificou o discurso de lutar pelas bandeiras pelas quais o povo brasileiro tanto anseia, como a segurança pública, o desarmamento e a ideologia de gênero nas escolas. Enfim, ele tem mantido o seu objetivo de lutar por aquilo que defendeu durante a sua campanha eleitoral. Eu não tenho dúvida de que o País espera muito por isso, não tenho dúvida de que ele pode oferecer alguma mudança ao povo brasileiro, que não suporta mais ouvir tanta conversa fiada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO. Fase Encerramento. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com enorme satisfação que ocupo a tribuna para agradecer ao povo de São Paulo pela confiança em mim depositada nas últimas eleições. Concedendo-me, por expressiva votação, o privilégio de novamente representá-los na próxima Legislatura desta Casa, os paulistas manifestaram assim o reconhecimento ao trabalho que venho realizando em prol do Estado. Essa reeleição foi muito significativa para mim. Tanto os paulistas quanto os brasileiros estão mostrando, com o voto, desejar uma renovação da política. O cidadão quer maior comprometimento dos representantes com os representados, maior transparência e maior lisura no trato da coisa pública. Minha atividade sempre foi pautada por esses princípios. Assim, recebo, com muita alegria, essa demonstração de confiança do eleitor, que, para mim, é o maior estímulo a continuar trilhando o bom caminho. Será o meu terceiro mandato de Deputado Federal, em que dedicarei, como aliás já venho fazendo há anos, especial atenção aos direitos dos consumidores. Sou advogado especialista na área. Portanto, acredito que tenho uma contribuição positiva a dar na luta em prol do exercício desses direitos, sem descuidar, é claro, de outras questões de interesse da população. Meu empenho nesse sentido vem sendo considerado bastante produtivo, a ponto de eu ter figurado em 2016 como um dos Deputados de maior atuação legislativa da bancada paulista, segundo o site Atlas Político. Esse ranking é estabelecido a partir de critérios como o número de projetos de lei e de emendas à Constituição apresentados pelos Congressistas. Entre os muitos projetos de minha autoria, os quais me asseguraram essa boa classificação, peço que me permitam destacar os seguintes, em tramitação na atual Legislatura: 1) PL 4.748/16, que proíbe os planos e seguros privados de assistência à saúde condicionar a disponibilidade das cirurgias para tratamento de miopia, hiperopia e astigmatismo a um grau mínimo do distúrbio — afinal, quem deve avaliar a necessidade do procedimento é o médico, no caso concreto, e não o plano de saúde com uma regra abstrata; 2) PL 5.008/16, que propõe a substituição do sistema de cotas raciais pelo de cotas sociais, isto é, baseado na renda familiar per capita — não se pode aceitar a divisão dos brasileiros em brancos e negros, como se fossem povos diferentes, pois o principal fator de vulnerabilidade social é a pobreza, não a cor da pele; 3) PL

9.304/17, que torna obrigatória a comunicação sobre periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional que tenham sido objeto de chamamento (recall) no exterior — dessa forma, outorga-se maior efetividade ao princípio basilar da proteção à vida, à saúde e à segurança do consumidor; 4) PL 9.948/18, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a classificação de programas com conteúdo que aborde ideologia de gênero — não se trata de impor nenhum tipo de censura, mas de oferecer subsídios aos pais, a fim de que possam decidir sobre a conveniência ou não de a criança e o adolescente terem acesso a esse tipo de conteúdo. São apenas alguns exemplos, entre os muitos que eu poderia mencionar, de minha atividade legislativa, que continuará sendo pautada, na próxima Legislatura, pelo compromisso com o eleitor, pela transparência e pela lisura que sempre caracterizaram meus mandatos. Agradeço a todos os que me honraram com o voto, assegurando-lhes que a confiança em mim depositada será retribuída. Muito obrigado.

11/12/2018

A SRA. ALICE PORTUGAL. Fase Breves Comunicações. (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna usar o tempo de Liderança do PCdoB para fazer uma comemoração. Na manhã de hoje, na Comissão Especial de um projeto erroneamente denominado Escola Sem Partido, tivemos uma discussão, mais uma vez, acalorada pela compreensão que temos de que aquele relatório, na verdade, um pool de projetos, fez com que se consumasse um relatório extremamente nocivo à educação brasileira, um relatório que induz a que a escola seja apenas uma mera repassadora de conteúdo, enquanto Anísio Teixeira e Paulo Freire nos ensinam que a escola é muito mais do que isso; a escola é um centro de vivência. Na manhã de hoje, esse debate foi a termo, porque ali, inclusive, dissecamos o conteúdo, mostramos o que significa uma educação não inclusiva, uma educação que não represente a necessidade de milhões de jovens e crianças serem tratados como cidadãos do futuro e que deixe de abordar questões como gravidez na adolescência, como doenças sexualmente transmissíveis e fundamentalmente orientar as crianças para a vida. Isso tem sido considerado por um determinado quantitativo de Deputados como ideologia de gênero. Isso, na verdade, é uma necessidade. A Constituição diz que a responsabilidade da educação é da família e da escola. Nós sabemos que temos hoje mais de 2 milhões de pequenos brasileiros em condição de fome, de extrema miséria, e temos mais 7 milhões em condições de pobreza profunda. Nós estamos aceleradamente voltando a índices do passado, e a escola joga um papel exordial, joga um papel fundamental na construção da cidadania, no conhecimento do mundo, e não apenas no aprender para obedecer. Precisamos fazer com que a educação seja para ensinar a pensar. Num determinado momento, conseguimos provar que aquela Comissão estava irregular. Numa questão de ordem da nossa bancada, coloquei que a presença de um determinado Deputado como Vice-Presidente da Comissão era ilegal, porque o Deputado Pastor Eurico é também autor de uma matéria que está apensada ao relatório final. Portanto, todo um contexto da Comissão seria anulado. Era necessário fazer a anulação de tudo pelo equívoco regimental. Atropelos regimentais diversos foram cometidos naquela Comissão, em especial contra as mulheres — contra mim, contra a Deputada Erika Kokay, contra a Deputada Maria do Rosário, contra a Deputada Professora Marcivania — e contra o Deputado Glauber. Mas nós conseguimos vencer. O Deputado Marcos Rogério, talvez

por essa circunstância multifatorial, pela ilegalidade da Comissão, pela inconstitucionalidade da matéria, pelo desacordo com os educadores brasileiros, pelo desrespeito aos professores brasileiros, encerrou a reunião e garantiu que não mais a convocará, pela ausência daqueles que defendem a matéria e pela presença massiva e competente da Oposição. Quero, portanto, dar vivas à educação brasileira. Quero saudar o pensamento libertário de Paulo Freire, de Anísio Teixeira, de Florestan Fernandes. Quero abraçar os educadores brasileiros, quer sejam da educação básica, quer sejam da educação superior. Continuaremos lutando por uma escola laica, por uma educação laica, de qualidade, plural, não doutrinadora — nós não defendemos escola com partido, mas não admitimos escola com mordada, sem democracia e sem brilho de conteúdo —, para a construção de um Brasil novo onde a educação nos transforme e nos translade para o desenvolvimento. Foi uma grande vitória da Oposição, mas, acima de tudo, uma grande vitória da educação brasileira, do professorado brasileiro, que caminhará em luta contra os fundamentalismos, contra escola sem democracia. Muito obrigada, Presidente.

01/01/2019

O SR. JAIR MESSIAS BOLSONARO

- Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira; Sras. e Srs. Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vices-Chefes de Estado e Vices-Chefes de Governo que me honram com as suas presenças; Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Hamilton Mourão, meu contemporâneo de Academia Militar das Agulhas Negras; Presidente da Câmara dos Deputados, prezado amigo e companheiro Deputado Rodrigo Maia; ex-Presidentes da República Federativa do Brasil, Sr. José Sarney, Sr. Fernando Collor de Mello; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli; Sras. e Srs. Ministros de Estado e Comandantes das Forças aqui presentes; Procuradora-Geral da República, Sra. Raquel Dodge; Sras. e Srs. Governadores, Sras. e Srs. Senadores e Deputados Federais, Sras. e Srs. Chefes de Missões Estrangeiras acreditadas junto ao Governo brasileiro; minha querida esposa, Michelle, da vizinha cidade de Ceilândia — eu a conheci aqui na Câmara —; meus filhos e familiares aqui presentes; brasileiros e brasileiras.

Primeiro, quero agradecer a Deus por eu estar vivo e por ter operado um verdadeiro milagre por meio das mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora. Obrigado, meu Deus!

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, empenhei-me no serviço à Nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa não mais como Deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro. Hoje, aqui estou fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus pela minha vida e aos brasileiros por confiarem a mim a honrosa missão de governar o Brasil neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Vou governar com vocês.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir nosso País e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas. Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas,

se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nessa tarefa gloriosa.

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas. Pretendo partilhar o poder de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para os Estados e Municípios. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política, que sonham com a liberdade de ir e vir sem serem vitimados pelo crime, que desejam conquistar pelo mérito bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias, que exigem saúde e educação, infraestrutura, saneamento básico e respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à ordem e ao progresso. Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa.

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares. Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar o respaldo jurídico para os policiais realizarem o seu trabalho. Eles merecem e devem ser respeitados. Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto. Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Na economia, traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência; confiança no compromisso de que o Governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico.

Nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente. Dessa forma, todo o setor produtivo terá um aumento de eficiência com menos regulamentação e burocracia. Esses desafios só serão resolvidos mediante um verdadeiro pacto nacional entre a sociedade e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de novos caminhos para um novo Brasil.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma Nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura de práticas que se mostraram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história, um capítulo no qual o Brasil será visto como um país forte, pujante, confiante e ousado.

A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil.

Sras. e Srs. Congressistas, deixo esta Casa rumo ao Palácio do Planalto com a missão de representar o povo brasileiro.

Com a benção de Deus, com o apoio da minha família e com a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com seu destino e se torne a grande nação que todos queremos.

Muito obrigado a todos vocês!

Brasil acima de tudo e Deus acima de todos!

(Palmas.)

05/02/2019

A SRA. CHRIS TONETTO. Fase Comunicações Parlamentares. (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Excelentíssimo Sr. Presidente, nobres Deputados, povo brasileiro, estamos aqui hoje primeiramente para agradecer a todos os que votaram em nós, confiando em nós, crendo que nós somos não só a renovação, mas a esperança. Quero consagrar o mandato, o nosso mandato a Cristo, Rei do Universo, a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, que é Terra de Santa Cruz. Quero reafirmar aqui o meu compromisso moral em defesa da vida, desde a concepção, em defesa da família, dos valores cristãos, em combate ao aborto, à ideologia de gênero, à corrupção e à criminalidade. Conclamo a juventude brasileira a não perder a esperança em nossa Nação. Quero servir à minha Pátria com todo o amor, com toda a ética, a idoneidade, a moral e o vigor que tanto inspira a minha fé católica. Desejo a todos um excelente e abençoado mandato e que Deus abençoe nossas ações aqui nesta Casa Legislativa. Viva Cristo Rei!

O SR. CARLOS JORDY. Fase Comunicações Parlamentares. (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos. É com grande satisfação que eu venho aqui pela primeira vez neste plenário. Saúdo todos os Deputados, os servidores da Casa e todos os

eleitores do Rio de Janeiro que me colocaram aqui. É com muita satisfação que estou aqui no meu primeiro discurso. Eu olho para trás e vejo que tive uma trajetória política muito bonita. Em 2016, eu fui eleito Vereador com 2.388 votos. Foi um período muito curto, mas muito intenso. Travei batalhas contra a ideologia de gênero, contra o aborto, fiscalizei um Prefeito petista que hoje está na cadeia e consegui chegar onde estou. Fui o quarto mais votado no Estado.

07/02/2019

A SRA. CHRIS TONIETTO. Fases Comunicações Parlamentares. (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, povo brasileiro, em primeiro lugar, quero me solidarizar aqui com as vítimas das enchentes que ocorreram no Rio de Janeiro, meu Estado. Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa A Voz do Brasil, por gentileza. Ao candidatar-me nessas últimas eleições para o cargo de Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, nada tinha em mente além do desejo de transformar em realidade o projeto simbolizado pela candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República, de concretizar finalmente os verdadeiros anseios do povo brasileiro, representados nos Poderes Legislativo e Executivo, dominados anteriormente por um grupo de formação políticoideológica totalmente alheia ao espírito da Nação e aos interesses de todas as classes sociais que não sejam do próprio partido, que, afundando o poder público no maior esquema de corrupção já visto na história do Brasil, pôs em risco todas as instituições democráticas, a garantia da ordem pública, da paz e da prosperidade para mais de 200 milhões de brasileiros. Felizmente, um novo tempo reservado pela divina providência à nossa Nação descortina-se diante nós. Novas alianças no plano internacional afastam do nosso País as ditaduras socialistas e atraem novos investimentos e cooperação no plano econômico. Décadas de subserviência às agendas cultural e política da ONU são gradativamente abandonadas em prol de uma corajosa reafirmação da soberania nacional e do antigo modelo bilateral de relações internacionais. Tudo promete um crescimento econômico e uma prosperidade sem precedentes para o nosso País. Seguindo essa mesma linha do Governo, comprometo-me a lutar contra o ensino da ideologia de gênero nas escolas e pela garantia do princípio da subsidiariedade, que dá à sociedade — e, portanto, aos pais — a prioridade na educação de nossas crianças. Comprometo-me com a luta pela proteção da instituição familiar, *cellula mater* da sociedade, fundamento histórico da polis e fundamento antropológico das leis. Comprometo-me com o combate ao ativismo judicial, consubstanciado na flagrante usurpação de competência levada a efeito pelo STF através, por exemplo, da ADPF 442. Comprometo-me com a implementação de políticas públicas em prol da saúde, da educação, do combate à criminalidade e em defesa da segurança pública, da ordem e da própria democracia. Como mulher, eleita democraticamente pelo meu querido povo fluminense, represento os anseios de tantas outras mulheres, inclusive das que ainda não nasceram. E nós, nobres Parlamentares, precisamos abandonar o espírito nefasto de fragmentação do Brasil em detrimento do espírito de unidade para a construção de um país verdadeiramente baseado nas virtudes. No século IV, Santo Agostinho, bispo e doutor da Igreja Católica, disse: “Nas coisas essenciais, a unidade; nas coisas não essenciais, a liberdade; em todas as coisas, a caridade.” E foi essa mesma caridade que inflamou a mente e a inteligência do escritor e jornalista Gustavo Corção e agora inflama

o meu coração e me leva a repetir suas vivas palavras: “e quanto mais infantil for a criança, e quanto mais mulheril a mulher, e quanto mais varonil o homem, tanto melhor realizaremos em cada situação concreta a ordem, cambiante, mas verdadeira, que é o fundamento da felicidade dos povos. O bem, a perfeição da sociedade, está na infantilidade da infância, na feminilidade da mulher, na masculinidade”... (Desligamento automático do microfone.)

A SRA. BIA KICIS. Fase Comunicações Parlamentares. (Bloco/PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, todos os presentes e aquelas pessoas que estão nos acompanhando pela TV. É com muita honra que volto a subir hoje a esta tribuna para falar sobre um projeto muito importante, ao qual dei entrada na segunda-feira: o novo projeto do Escola sem Partido. Durante 2 anos, tive a oportunidade de acompanhar os debates aqui na Casa, na Comissão Especial sobre o Escola sem Partido, mas, muito antes disso, há quase 15 anos, acompanho, no movimento Escola sem Partido, fundado pelo advogado Miguel Nagib, o envolvimento crescente da sociedade com relação à doutrinação que é feita nas escolas em desfavor das nossas crianças, dos nossos adolescentes. Depois de mais de 2 anos de debate na Casa, pudemos observar que a oposição ao projeto Escola sem Partido nunca trouxe argumentos que pudessem infirmar os sólidos argumentos e os fatos robustos que foram trazidos por aquelas pessoas que entendem pela urgente necessidade de tal projeto na Câmara dos Deputados, assim como no Parlamento de vários Municípios e Estados brasileiros. O que ocorre é que professores — na verdade, pessoas travestidas de professores — têm desrespeitado infinitas vezes as nossas crianças e adolescentes, além de terem desrespeitado também o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral e a consciência moral e religiosa dos pais, da família, e não do professor. Eu, como defensora da família e uma pessoa acostumada a respeitar também os professores, me lembro das minhas primeiras professoras até hoje. Eu me lembro do nome de cada uma delas: a do primeiro ano, a D. Vera; a do segundo ano, a D. Luci; e a do terceiro ano do primário, a tia Vera. Eu me lembro delas com carinho e profundo respeito. É com profunda tristeza que tenho acompanhado hoje professores, que na verdade merecem muito mais o título de molestadores de crianças, invadirem o espaço da sala de aula, que deveria ser um local seguro, onde os nossos filhos, os nossos netos, os nossos sobrinhos pudessem receber uma formação que lhes possibilitasse, mais tarde, adentrarem o mercado de trabalho e serem pessoas úteis para a sociedade, pessoas com valores que permitam que novas famílias sejam criadas e que o nosso País seja uma nação. Nós assistimos com muita tristeza a essas crianças sendo doutrinadas, inclusive sendo iniciadas precocemente na chamada ideologia de gênero e sendo sexualizadas. É por isso que agora eu peço apoio. E sei que conto com o apoio não só da sociedade, que votou em peso para se fazer essa grande mudança no Executivo e no Legislativo, mas também de muitos colegas. Assim, poderemos tornar esse projeto de lei um projeto coletivo, para que tenha ainda mais força. Muito obrigada.

O SR. ABÍLIO SANTANA. Fase Comunicações Parlamentares. (PHS - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, douta Mesa, senhoras e senhores, trago uma saudação de paz. Eu sou oriundo da Bahia, o quarto Estado brasileiro em população e o sexto maior Estado, geograficamente falando, do nosso querido Brasil. Eu tenho o privilégio de proferir com muita segurança que nasci no Estado onde tudo começou, onde as caravelas ancoraram, onde Cabral

bradou: “Terra à vista!” Dos 417 Municípios do meu querido Estado da Bahia, 410 acreditaram em mim e me agraciaram com seus votos. Quando me enviaram para Brasília, Capital da nossa Nação, fizeram-no acreditando no que eu proferi durante a campanha: eu serei radicalmente contra todos os que se levantarem contra a ética e a família tradicional. Levantar-me-ei contra quem é a favor da chamada ideologia de gênero, que, pela minha ótica, até que me provem o contrário, tem sido uma catástrofe para nossa querida Nação. Agradeço ao Deus dos céus por ter me agraciado ao me enviar como um dos representantes da minha querida Bahia e muito especialmente como um dos representantes do povo evangélico, até porque eu profiro a fé num único Deus.

13/02/2019

A SRA. ERIKA KOKAY. Fase Ordem do Dia. (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós escutamos muitas falácias e escutamos as notícias serem tecidas e se naturalizarem. Falo isso porque nós vimos tantas vezes propagandas do Governo anterior de que era preciso fazer com que servidores públicos tivessem uma aposentadoria semelhante à dos trabalhadores da iniciativa privada. Eu digo: isso já existe. Todos os servidores públicos federais que adentraram o serviço público a partir de 2003 já têm como teto para as suas aposentadorias o mesmo teto estabelecido para a iniciativa privada, para os celetistas. Aliás, os únicos que não têm, servidores públicos federais que não estão vinculados a isso porque nem contribuir com a Previdência de fato contribuem, são os militares, esses que ocuparam o Governo e que nos lembram um período do qual o Brasil deveria fazer o luto. O Brasil tem que fazer o luto daqueles que querem arrancar as nossas vozes, dominar os nossos corpos e impor o silêncio, como se o silêncio fosse sinônimo de paz. Yuka tem razão, e faço uma homenagem a ele quando diz: “Pois paz sem voz não é paz, é medo”. É o medo que eles querem impor. A cultura do medo é construída para justificar o arbítrio. Aliás, é o arbítrio que não cabe nos espaços do Governo e que se espraia para o conjunto da sociedade. Este Governo fala de ideologia climática, de ideologia de gênero, de conceitos que não existem. Portanto, a FUNPRESP foi criada como instrumento de complementação da aposentadoria, pelo regime de capitalização, esse que eles querem impor ao trabalhador brasileiro. Querem impor uma capitalização que, no Chile, repito, representa hoje a morte, através do autoextermínio, de uma grande população composta por idosos. O índice de suicídios na população idosa do Chile é quase o dobro da média nacional, porque aqueles aposentados idosos não têm como sobreviver. Isso eles querem impor ao Brasil. O que estamos defendendo, inclusive com o alargamento do prazo, dentro desta medida provisória, é que se reabra o tempo, para o servidor que entrar optar se vai ou não contribuir para a complementação da aposentadoria.

14/02/2019

O SR. ELI BORGES. Fase Pequeno Expediente. (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e fazer um chamado que considero interessante acerca do que percebi hoje pela manhã, com base no art. 175, inciso I: “O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá: I - desviar-se da questão em debate”. Lamentavelmente, Sr. Presidente, esta Casa, que é modelo para as Assembleias

Legislativas e para as Câmaras dos Municípios no Brasil, salvo maior juízo, hoje nesta manhã, não fez acontecer essa normativa regimental. Tratava-se de uma matéria de interesse da Nação, uma cooperação entre países, e em algum momento esta Casa não cumpriu esse item do Regimento. Desta forma, gostaria de falar a V.Exa., meu querido Deputado Gonzaga Patriota, amigo do meu amigo Aragão, que possivelmente nos assiste, no sentido de que a questão regimental, que dá a esta Casa o pensamento plural verbalizado, é extremamente importante, até porque o Regimento está acima de todos nós que estamos na rotina deste Parlamento. Desejei muito votar a matéria de manhã. Ela veio para o debate, e as pessoas faziam uso da fala, mas com temas diversos daquilo que era a Ordem do Dia, daquilo que era a proposição. Sr. Presidente, queria apenas fazer este registro e, na outra fala que ainda terei, vou trazer à baila um assunto grave que está acontecendo no meu Estado acerca de ideologia de gênero. Muito obrigado, Sr. Presidente.

21/02/2019

O SR. ELI BORGES. Fase Comunicações Parlamentares. (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu até falaria sobre outro assunto, mas, em virtude do tempo, resolvi modificar minha fala, depois de ouvir a Deputada Erika Kokay, que chamou o Presidente da República de LGBTfóbico. Quero terminantemente discordar desses termos. Eu tenho sete mandatos no Tocantins e estou no oitavo aqui, como Deputado Federal. Acompanhei essa história da homofobia de maneira bem presente, inclusive fazendo as alterações nos Planos Estadual e Municipal de Educação do Tocantins. E nesse viés, percebi que, de forma determinada, o Presidente da República fez o bom combate na defesa da família tradicional, nos moldes da Bíblia, livro que já li oito vezes, e nos moldes também da ciência, da Biologia. Então, não posso admitir que alguém destrua a imagem do Presidente da República por ele ter feito, ao longo da sua trajetória, o bom trabalho, inclusive de libertar as nossas crianças, nas escolas, nesse quesito. É bom dizer aqui, Sr. Presidente, que uma criança de 0 a 7 anos está na fase cognitiva. Ela não sabe discernir entre mandamento, orientação e sugestão. Então, seria inadmissível levar a temática da ideologia de gênero para dentro das escolas. No meu Estado, diziam que iriam promover o debate, que haveria política específica e material pedagógico — e V.Exas. já sabem o que seria esse material pedagógico. É preciso também preservar a imagem das pessoas. É preciso compreender a visão do trabalho que foi desenvolvido na preservação desses valores. Eu, Sr. Presidente, demais colegas Deputados, continuarei, como outros já se manifestaram aqui, nessas defesas, até porque compreendo que são necessárias. Agora mesmo, Sr. Presidente, eu vejo o Supremo, ainda na conclusão do voto do Ministro Celso de Mello, dizer que homofobia é crime como racismo. Ora, a escolha da cor não é uma opção do cidadão — não é uma opção —, mas a escolha do pensamento íntimo já é uma opção do cidadão. Eu não desrespeito os cidadãos que fazem escolhas fora daquilo que diz a Bíblia e a Biologia, mas, para mim, a intimidade tem que ser vivida na intimidade, e não se deve fazer da sala de aula um local de pretensão de ativismo. Então, eu discordo e uso esta tribuna para falar do Ministro Celso de Mello, que faz a boa confusão de que uma coisa que o cidadão não escolheu fica no mesmo nível de criminalização daquilo por que o cidadão fez opção. Portanto, ficam o meu registro e a minha defesa de S.Exa. o Sr. Presidente da República, que foi meu parceiro... (Desligamento automático do microfone.)

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - Ou melhor, eu fui parceiro dele — ele é o Presidente — nessa boa luta e nesse bom combate de preservar mais de 80% do pensamento brasileiro que é a família tradicional. Peço que meu discurso seja divulgado no programa A Voz do Brasil. Muito obrigado.

26/02/2019

O SR. CORONEL TADEU. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, é uma discussão bem idiota esta, não é mesmo? Nós estamos discutindo se criança pode ou não cantar o Hino Nacional? V.Exas. moram em que país? Qual é o país que nós habitamos? Qual é o país que foi destruído nos últimos 15 anos? Agora criaram uma polêmica se criança pode ou não cantar o Hino Nacional? Qualquer país que preze o patriotismo põe suas crianças em pé, com a mão no peito, olhando para sua bandeira com orgulho, para cantar o Hino Nacional. Escolas boas até pedem às crianças que declamem o Hino Nacional. Escolas boas preservam os valores da Pátria. Foi assim na escola pública em que eu estudei, lá na cidade de Itapevi, no Estado de São Paulo, a Escola Estadual Marechal Cândido Rondon. Nós éramos perfilados, todos os dias, de pé, para cantar o Hino Nacional ou qualquer outro hino. Isso é ensinar um valor para uma criança. Isso é dar à criança a oportunidade de ser verdadeiramente brasileira. O que eu vi nos últimos anos foi pregarem na cabeça das nossas crianças o sexo fora do tempo e a ideologia de gênero, sem o menor consentimento dos pais, uma deturpação da educação infantil como antes eu nunca tinha visto na minha vida. Agora nós vamos ficar discutindo se canta o hino ou se não canta o hino? É lei. O hino tem que ser cantado. Está aqui o nosso Deputado Luis Miranda, que morou certo tempo nos Estados Unidos. S.Exa. pode confirmar que lá, nos Estados Unidos, tem bandeira e hino a todo momento. Seja em qualquer solenidade, seja em qualquer prática desportiva, seja em qualquer escola ou campo de futebol, não interessa, a bandeira do País é o símbolo maior, e o hino deve ser acompanhado a todo tempo. Meus amigos, pelo amor de Deus, vamos viver! Brasil, vamos viver a nossa pátria, a nossa bandeira! Chega de ideologia, por favor! Obrigado a todos.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, faço questão de fazer esta fala porque passei um tempo ouvindo Deputadas e Deputados da Esquerda falarem do Ministro da Educação, a quem quero parabenizar. Ouvi a própria Deputada Maria do Rosário dizer que estão implantando na escola o patriotismo. Graças a Deus ouvi uma coisa boa da Deputada Maria do Rosário! Pior ainda é quererem falar da questão do militarismo nas escolas. Goiânia está dando um exemplo único no Brasil todo relativamente à participação de militares nas escolas. Lá pelo menos não se aprende ideologia de gênero, não existe o afastamento de aluno e de professor, como se vê no noticiário quando professor apanha de aluno. Lá, com certeza, não há envolvimento com drogas, como muito se vê em outras escolas por aí. Escolas em que há participação militar resgatam o patriotismo, resgatam os valores corretos de vida! Isso, sim, vocês vão ter que engolir agora, com o Governo de Bolsonaro!

20/03/2019

O SR. IVAN VALENTE. Fase Ordem do Dia. (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM seleciona 6 milhões de alunos e será realizado entre os dias 3 e 10 de novembro. É o maior exame para selecionar alunos para as universidades pública e privada. Olhem o que está acontecendo no Ministério da Educação do Brasil, olhem até onde chegou a insanidade do Governo Bolsonaro e desse Ministro Vélez: o MEC acaba de criar, através de portaria, uma comissão para vigiar o ENEM, a mando de Bolsonaro, que não acatou, no ano passado, uma questão que tratava de transexualidade. O que está havendo no MEC é, na verdade, censura. Mais do que isso, violação de sigilo e a possibilidade de cancelamento do próprio ENEM, prejudicando 6 milhões de alunos, que estão se preparando para esse exame! E, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, olhem quem ele nomeou: Marco Antonio Barroso Faria, ex-aluno de Vélez lá em Juiz de Fora; o segundo foi Antonio Maurício Castanheira das Neves, cidadão do INEP; e Gilberto Callado de Oliveira, que é um Procurador de Justiça de Santa Catarina, também escolhido por Vélez. Essa turma é do mesmo grupo de um tal Resende, que não participou, mas que, ao ser indicado para o INEP, pronunciou a seguinte frase: “Professores brasileiros são desqualificados e manipuladores que tentam roubar o poder da família praticando a ideologia de gênero”. Ele não tem nenhuma experiência em avaliações. Esse cidadão é da mesma laia e da mesma turma dessa comissão de censura e de violação de sigilo. Quero dizer que nós estamos pedindo apoio e que o PSOL vai entrar com um projeto de decreto legislativo para sustar essa portaria, a fim de defender os interesses de 6 milhões de alunos contra a insanidade deste Governo, que prega intolerância e ódio, e desse Ministro, que não deveria permanecer nem mais 1 minuto lá.

26/03/2019

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO. Fase Pequeno Expediente. (Bloco/PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo nem chegou aos 3 meses iniciais e já é alvo de pesadas cobranças, porque ainda não começou o seu trabalho e vê decair a sua aprovação. Segundo pesquisa do IBOPE realizada em março, caiu 15 pontos o índice de aprovação “bom e ótimo” do Governo Bolsonaro — passou de 49% para 34%. A avaliação “ruim e péssimo” aumentou de 11% para 24%. A situação não era uma lua de mel quando o Presidente foi à Casa Branca neste mês para prestar reverência ao seu colega Donald Trump. O encontro mais pareceu o deslumbramento de um fã diante de seu ídolo, a quem declarou ter identificação contra a ideologia de gênero, o politicamente correto e as fake news. (Desligamento automático do microfone.)

09/04/2019

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, contando ninguém acredita, mas o PT fez seu primeiro encontro de fé. Sim, o PT fez um encontro com a comunidade evangélica. Na verdade, ninguém foi. Foi apenas uma meia dúzia de evangélicos ou de quem se diz evangélico. Eu vi a Deputada Gleisi Hoffmann, do PT, dando a paz do Senhor. Olha que loucura: Gleisi Hoffmann dando a paz do Senhor! Isso

é uma piada. Algum tempo atrás, durante o Fórum Social Mundial, Gilberto Carvalho declarou numa palestra que seria “preciso fazer uma disputa ideológica com os líderes evangélicos pelos setores emergentes”, declarando uma guerra ideológica contra os cristãos. O ex-Presidente Lula ironizou pastores evangélicos em um evento sindicalista do setor bancário. Disse Lula: “Os pastores evangélicos jogam a culpa em cima do diabo. Eu acho fantástico isto: é desempregado, é o diabo; está doente, é o diabo; roubaram seu carro, é o diabo”. Lula ainda ironizou as pessoas que, num ato de fé, dão o seu dízimo. Disse Lula: “A solução é Deus agora. Pague o seu dízimo que Jesus salvará”, tratando de forma jocosa a nossa fé e os nossos costumes. Agora, o PT vem querer se aproximar? Esse é o PT na nova versão, o “PTcostal”, o “PTgospel”? Pelo amor de Deus! O que separa a ideologia petista, a ideologia esquerdista marxista dos pensamentos cristãos é um abismo intransponível: aborto, ideologia de gênero, liberação de drogas, censura da imprensa. Ou vocês agora não vão defender isso mais? Denunciar e se opor a todas as monstruosidades da Esquerda é a missão de todo cristão. Além disso, são os mais pobres que mais estão sofrendo com a recessão, a volta da inflação e o desemprego, que é herança da Esquerda. Portanto, não venham aqui agora tentar ludibriar a fé evangélica, pelo amor de Deus! Nós sabemos quem é o PT. Ele está mais parecido com um bode do que com uma ovelha. Nós não vamos aceitar o “PTcostal”!

15/04/2019

O SR. ELI BORGES. Fase Ordem do Dia. (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero fazer o que entendo ser o bom combate, a defesa da mais importante instituição: a família. Sra. Presidente, inicialmente quero que V.Exa. e os demais Deputados entendam que não trabalho com discriminação, mas compreendo que a intimidade deve ser vivida na intimidade. Não posso permitir que qualquer sistema de televisão — e me refiro especificamente à Globo — insista no viés de desconhecer que a imensa maioria dos brasileiros não quer nas escolas, não quer nas ruas, não quer nas programações de televisão a ideologia de gênero. Isso é claro também na nossa Constituição Federal. Esse sistema de televisão, que tem concessão pública, não tem percebido alguns detalhes desse tempo que estamos vivendo. Primeiro, este Parlamento teve uma renovação de quase 50%, e essa renovação deixou muito claro, para quem quiser fazer a leitura científica no mundo político, que nós, esse grupo da renovação, somos frutos de um sentimento de respeito ao estilo, que compreendo ser coerente, da família nos moldes da ciência e da biologia. Quero compreender, Sra. Presidente, que as escolas são para estudar português e matemática, não podem servir jamais para grupos pretensiosos de ativistas. Quero compreender, Sra. Presidente, que as programações, através de novelas e propagandas, têm insistido no sentido de não respeitar essa instituição, que também é a primeira instituição da Terra, que é a família. A família é a célula mater da sociedade. A família é onde se forja o caráter. A família é onde se trabalha a criança ainda na fase cognitiva, que vai de 0 a 7 anos. A família é o local onde se ensinam os primeiros passos para as crianças que serão futuros Deputados, Prefeitos, pastores, padres ou o que for. De tal maneira, quero aqui externar o meu repúdio, como Deputado Federal, à Globo. Quero dizer aos tocantinenses que me assistem e aos demais brasileiros que defendem a família nos moldes da Constituição, nos moldes da ciência e da biologia, que vamos fazer um trabalho nesse torrão pátrio para que a Globo entenda que somos maioria e, democraticamente, temos

que ser respeitados por essa televisão, que, a priori, não tem compreendido que ninguém está discriminando ninguém, mas nós temos, quer seja pela lei, quer seja pela Constituição, o dever de defender aquilo que está correto e coerente dentro dos valores da ciência, dentro dos valores tradicionais. Muito obrigado.

15/05/2019

O SR. ELMAR NASCIMENTO. Fase Comissão Geral. (DEM - BA) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Sr. Ministro da Educação, Sras. e Srs. Parlamentares, qual é o diagnóstico da educação hoje no nosso País? Será que a responsabilidade pela realidade da educação no Brasil é deste Governo que se iniciou há apenas 4 meses? Inarredavelmente, a resposta é “não”. Qual é a radiografia da educação no Brasil, Ministro? Os Governos do PT falaram muito em educação. Lançaram programas que viraram populares e criaram a Pátria Educadora, em uma jogada de marketing. No entanto, a realidade que se impõe, com os indicadores nacionais de ensino, como o IDEB e a ANA — Avaliação Nacional de Alfabetização, e internacionais, como o PISA, expõe uma tragédia humana: a alfabetização inadequada. No ensino médio, 43% dos jovens até 19 anos não concluem o médio e os que concluem aprendem menos do que há 20 anos. O Brasil investe cerca de 6% do PIB em educação. Não é pouco, principalmente se considerarmos a média do investimento de países que são referência em educação, como os integrantes da OCDE. No Governo do PT, no intervalo de 12 anos, o orçamento do MEC era algo em torno de 130 bilhões. No entanto, o desempenho das nossas crianças e jovens nos indicadores de educação piorou ou estagnou, comprovando a falta de prioridades. Mais de 50% das crianças que concluem o 3º ano do ensino fundamental no Brasil têm desempenho insatisfatório na leitura e na escrita. No Nordeste, Ministro, e eu sou da Bahia, esse percentual chega a 70%. Temos um flagelo de 1,7 milhão de jovens entre 15 e 24 anos que nem trabalham nem estudam. Muitos deles são atraídos pela criminalidade e pelas drogas pelo País afora. É inaceitável que o Brasil, a oitava economia do mundo, conviva passivamente com essa realidade. Há dois anos, em um Governo que não tinha legitimidade popular, em um Governo de transição, o nosso partido, através do Ministro Mendonça Filho, assumiu o Ministério da Educação e procurou estabelecer prioridades. Realizamos uma série de ações que eu fiz questão de trazer aqui, Ministro, para V.Exa., e vou lhe entregar pessoalmente, porque o tempo não vai permitir que eu leia todas. Mas se implantou o Novo Ensino Médio, o Programa Escola em Tempo Integral, a Base Nacional Comum Curricular da Educação, a Política Nacional de Alfabetização, a Política Nacional de Formação de Professores, o Educação Conectada, o ensino técnico, com o MedioTec, o novo FIES — e a realidade do FIES que existia era de um rombo fiscal de 32 bilhões, conforme apontado pelo TCU, que foi resolvido —, o ensino a distância, as mudanças no ENEM. E, no ensino superior, Ministro, faço questão de frisar que V.Exa. começou errado, porque falou em corte e, absolutamente, não é corte. É fruto do orçamento que nós fazemos, que estamos mudando aqui no Congresso Nacional, um orçamento que é autorizativo, em que se coloca uma receita no ano anterior que nós já sabemos que não vai se realizar e que obriga, no primeiro quadrimestre, todos os Ministérios — não só o da Educação — a promover um contingenciamento de recursos, que não significa corte. V.Exa. não se houve bem na comunicação desse assunto. Também o Ministro Mendonça enfrentou pauta ideológica, Ministro, mas o fez com diálogo. Criou o Fórum Nacional de Educação, criou a Base Nacional

Curricular sem ideologia de gênero, com um livro didático com visão ampla, enfrentou a questão do livro do incesto, mas o fez com diálogo. Ministro, em nome do nosso partido, todas as vezes que V.Exa. quiser adotar programas que visem a qualificar a educação e a estabelecê-la como prioridade do nosso País, contará com o apoio do nosso partido. Todas as vezes que o Ministério da Educação houver por bem priorizar pauta ideológica, o nosso partido estará em campo adverso. O que nós entendemos e precisa ser resolvido, Ministro, é a pergunta que eu lhe faço, porque eu não... (Desligamento automático do microfone.)

16/05/2019

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Pequeno Expediente. (PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos uma geração perdida no País no que concerne à saúde sexual. Ainda que eu respeite o cidadão com orientação homossexual, não posso tolerar a ideologia de gênero dentro das nossas escolas. Há ali uma verdadeira fábrica de lésbicas e gays. Meninas e meninos confusos com a própria sexualidade declaram namoro sob aplausos dentro do lugar de ensino, sem que professores ou psicólogos possam fazer nada, porque o patrulhamento do movimento LGBT não o permite. A sexualidade deturpada vem acompanhada da falta de respeito a princípios básicos sociais, como o respeito a pai e mãe, figuras que têm sido demonizadas dentro das escolas pelo próprio movimento LGBT. Como pai, clamo ao Presidente Bolsonaro, ao Ministro da Educação e à Ministra da Família que não recuem um milímetro em salvar a próxima geração de brasileiros. Que cada pai e mãe deste País estejam atentos a qualquer mudança de comportamento na sexualidade de seus filhos. Antes, o problema era o tráfico; agora, é o movimento LGBT. Estou encaminhando uma proposta legislativa ao Governo para que faça um levantamento de quantas crianças e adolescentes no País estão se declarando homossexuais dentro das escolas. Se, de um lado, precisamos respeitar a escolha das pessoas, por outro, temos que confrontar essa fábrica de crianças e adolescentes confusos.

21/05/2019

O SR. EDMILSON RODRIGUES. Fase Ordem do Dia. (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, desde o ano 2000, o Governo Fernando Henrique Cardoso, inspirado em princípios internacionais, pela Lei nº 9.970, de 2000, instituiu no Brasil o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Quero falar com tristeza que o meu Estado tem índices alarmantes. Somente na 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, Capital do Estado do Pará, existem 1.462 processos. São dezenas e dezenas de casos, de ocorrências, notificados diariamente. Então, eu quero me solidarizar com as famílias, com as crianças e dizer que os Governos Federal e Estadual e as Prefeituras têm obrigação de dar centralidade ao combate de crimes que violentam a dignidade das nossas crianças e adolescentes. Sábado passado, 18 de maio, foi o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

29/05/2019

O SR. DANIEL COELHO. Fase Ordem do Dia. (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esse não é um debate ideológico, Srs. Deputados. Pelo amor de Deus! Nós estamos falando aqui de uma informação. Esse não é um debate ideológico. Vamos escutar o que o Presidente está falando. Não é um debate sobre ideologia de gênero ou não. É uma informação importante que precisa constar. Vamos resolver. Não vamos entrar nesse debate. Isso não vai tirar dos conservadores desta Casa a sua posição sobre esse assunto. Queria fazer um apelo aqui para que se chegue ao bom senso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO. Fase Ordem do Dia. (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é preciso haver bom senso, porque na biologia, de maneira muito clara, em qualquer livro de biologia, a palavra “gênero” é aplicada para indicar o sexo, masculino ou feminino. É praticamente sinônimo. Uma coisa é discutir ideologia de gênero. Eu também tenho as minhas restrições. A palavra “gênero” não significa ideologia de gênero. A palavra “gênero” está lá nos livros de biologia — eu sou formado na área de ciências biológicas...

12/06/2019

A SRA. BIA KICIS. Fase Breves Comunicações. (PSL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, caros colegas, ouvintes da Rádio Câmara e todos que nos dão audiência pela TV Câmara — e que muito nos honram com a sua audiência —, quero projetar nesta fala três temas candentes que estranhamente não recebem o destaque adequado pela grande mídia. Sabemos, Sra. Presidente, que canais multimídia de concessão pública têm relevante função social na informação dos fatos. No entanto, parece-nos que estamos diante de matérias envoltas em perversa cumplicidade, do que poderíamos chamar até mesmo de um silêncio criminoso, por parte da grande mídia, em especial em relação ao primeiro dos temas que passaremos a relatar. Tática elementar de formação de opinião pública, teoria de comunicação de massa identificada na década de 70 como a espiral do silêncio, essa teoria explica que a mídia silencia o público através de mecanismos como acumulação, que é o excesso de exposição de determinados temas na mídia; por consonância, que é a semelhança entre as notícias produzidas e vinculadas; e pela ubiquidade, que é a presença da mídia em todos os lugares. Essa teoria de dominação de grupos minoritários extremamente barulhentos sobre muitos editoriais de comunicação de massa há anos vêm cerceando o direito à real informação dos fatos ou a livre opinião dos indivíduos, quando discordantes de projetos ideológicos paralelos por eles idealizados. Quando os indivíduos têm opiniões diferentes das veiculadas pela mídia, a tendência é que de se isolem no silêncio, já que ficam encurralados pelo establishment totalitário imposto pela grande mídia e passam a integrar a chamada maioria silenciosa. Isso é uma coisa extremamente danosa para a sociedade. Todos esses fatos, Sra. Presidente, têm absoluta relevância social, por envolver crimes bárbaros e horripilantes, a omissão ou a limitação de notícia precisa, mistificação e vitimização de responsáveis por crimes

14/06/2019

O SR. ELI BORGES. Fase Comunicações Parlamentares. (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabei de falar sobre um tema que me gera angústia: a perseguição de mais de 245 milhões de pessoas e a morte de mais de 4 mil no mundo por defenderem a fé cristã. Outro ponto, Sr. Presidente: eu estou num torrão pátrio, num país que recebe pessoas de todas as matrizes religiosas com um abraço largo, dando a elas a liberdade religiosa. Aqui elas fazem as suas movimentações econômicas, vivem as suas religiões como querem, e ninguém as importuna. A vida nesses países é simplesmente algo que não é muito respeitado. Por isso, é preciso que nosso Brasil, um país democrático, tome procedimentos no sentido de ajudar esses milhares que morrem a cada ano. Muitos são presos e condenados, até sem direito ao contraditório. Em outro ponto, Sr. Presidente, eu quero lamentar uma decisão do nosso Supremo Tribunal Federal. Outra vez, o Supremo Tribunal Federal traz à pauta uma decisão que eu chamo de usurpação do poder quando define que homofobia é crime como o racismo. Ora, o que é mesmo o racismo? O racismo é o desrespeito a uma situação biológica existente, em que o cidadão nasce com a cor da sua pele e deve ser respeitado assim. Ser homoafetivo é uma questão de opção. E aqui eu não estou discriminando ninguém por fazer essa opção. Nós, cristãos, não estamos movendo ações contra pessoas que defendem o movimento LGBT. Não. Nós, cristãos, temos a Bíblia como base da nossa fé. Agora, Sr. Presidente, aqui vai uma pergunta. A Bíblia trata disto, a Bíblia é o livro que mais fala de amor, mas ela fala de norma e de procedimento. O Supremo do Brasil, então, vai dizer que a Bíblia é um livro homofóbico? Essa é uma pergunta. Se a Bíblia diz que a prática da busca homoafetiva contraria o princípio da criação, que é o princípio da ciência e da biologia, será que o Supremo está entendendo que está acima de um livro que foi escrito há 1.600 anos, por 40 escritores de lugares diferentes, de profissões diferentes? Eu já li a Bíblia oito vezes. E, junto com a minha família, já a lemos uma vez. A Bíblia se completa. Agora, o interessante é que, quando nós pregamos as nossas práticas de fé, nós não estamos, Sr. Presidente, promovendo o ódio. Eu não vejo pastor, não vejo padre, não vejo religioso jogando pedra em ninguém do LGBT. Se forem atrás dos números, perceberão que a maioria daqueles crimes que acontecem são crimes passionais. Desafio o movimento LGBT do Brasil a provar que acolhe muito mais do que nós, cristãos, as pessoas que vêm nesse caminho, dando o abraço do calvário e da cruz, permitindo que eles estejam em nosso meio, que eles mudem a sua visão. Como ativistas do movimento LGBT, eles não têm nenhum tipo de acolhimento para aqueles que defendem isso. E nós ficamos aqui, permitindo que alguém, repetindo várias vezes, comece a colocar na cabeça de brasileiros que a homofobia é uma prática no Brasil. Ora, nós temos muito mais cristofobia aqui. Nós sofremos muito mais afronta por parte dos grupos homoafetivos. E eu vou trazer um dado aqui ousadamente: será que aquela passeata gay que aconteceu em São Paulo, colocando símbolos religiosos, não foi um megadesrespeito a uma religião brasileira? Será que não entendem que o que aconteceu com um menino aqui em Brasília já não é fruto dessa visão distorcida do contexto científico e biológico? Olhe, Sr. Presidente, eu vou dizer-lhe uma coisa: este Deputado aqui veio do Tocantins. Ali eu consegui retirar de todos os planos a questão da ideologia de gênero, quer seja nos Municípios, quer seja no Estado. As três expressões que existiam lá: promover o debate — ora, a criança na escola não é parte do debate, ela acredita em tudo que o adulto diz; material pedagógico — nem é preciso repetir aqui qual é o material pedagógico, pois o Brasil sabe qual é; e política específica. Sr. Presidente, antes de terminar a minha fala, quero dizer que vim aqui para respeitar qualquer cidadão que defenda

a busca homoafetiva. Se eles têm o orgulho gay, respeito isso, é do mundo democrático; mas é preciso dizer também que nós temos o orgulho hétero. Talvez tenhamos que buscar um dia para o orgulho hétero. Isso agora é disseminar ódio? Sr. Presidente, querem criminalizar a fé, querem criminalizar a opinião, querem criminalizar as práticas que nós pregamos, que vêm recheadas de amor, de abraço e de misericórdia. Repito: eu não vejo isso no Brasil. O Brasil é um país que acolhe. O Brasil é um país que abraça. Nós somos mais de 40 milhões de evangélicos no Brasil, e há muito mais católicos. Eu não vejo esse ódio. Aliás, estão plantando esse ódio intencionalmente. Estão repetindo intencionalmente homofobia e acabaram impregnando isso na cabeça de magistrados do Supremo, que usurpam o poder deste Legislativo. A Constituição já trata da nossa liberdade e nela está a preleção da Bíblia, nosso livro sagrado. Então, eles julgaram em detrimento do que está escrito na Constituição, que diz o que é família. Sr. Presidente, eu peço o registro deste pronunciamento no programa A Voz do Brasil.

18/06/2019

O SR. MARCELO BRUM. Fase Grande Expediente. (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, boa tarde. O que me traz à tribuna da Câmara, e com grande preocupação, são os últimos acontecimentos no nosso País. Nosso herói do passado Ayrton Senna disse que, se quisermos modificar alguma coisa no nosso Brasil, precisamos começar pelas crianças. Estou assustado com as últimas notícias que envolvem as crianças do nosso País. Tivemos o caso do menino Rhuan. Aliás, o nosso Presidente Bolsonaro comentou no Twitter dele esse crime e lamentou que a Constituição não permita prisão perpétua, que, aliás, deveria existir para esses casos. O menino Rhuan foi trucidado, foi morto, esquartejado, de forma cruel, assustadora. O que mais lamentamos e repudiamos é a imprensa tradicional não divulgar nada. Por que será? Também hoje, nesta madrugada, outro menino, Davi, em Manaus, no Amazonas, de 7 anos, foi morto pelo pai. Ele ficou agonizando, entre a vida e a morte. Foi enterrado praticamente ainda vivo pelo próprio pai o menino Davi, de 7 anos, repito. Precisamos proteger a nossa família e as nossas crianças. O Presidente Bolsonaro, junto com a Ministra Damare Alves, tem essa bandeira da família, que é fundamental. Aliás, família é um projeto de Deus, do nosso criador. Nós precisamos nos atentar para isto: cuidar da nossa família, cuidar das crianças brasileiras, cuidar do futuro do Brasil. É evidente que estamos preocupados com a economia brasileira, mas precisamos estar atentos aos valores que estão tentando inverter no País nos últimos anos. Isso nos preocupa bastante, Sr. Presidente, colegas Parlamentares e sociedade brasileira. Cuidar das crianças, proteger a família é a bandeira do Governo Bolsonaro, da Ministra Damare Alves. Precisamos cuidar das crianças brasileiras. É assustador o que estamos vendo e o que está acontecendo. Ideologia de gênero? Por que a destruição da família é tão visada? Estamos vivendo tempos difíceis, sendo reorientados por um movimento mundial que visa estabelecer uma nova ordem mundial, tentando reorientar o mundo em sua sexualidade, usando estratégias de dominação política e subversão sexual, cultural e religiosa. Essa onda, um movimento, está tentando se estabelecer no ocidente, principalmente no Brasil. Isso nos preocupa. Estamos nessa luta, nessa batalha pela família brasileira. Por isso, a importância do patriotismo, de cuidar da nossa família e do

nosso povo. Presidente, peço que se reproduza a minha fala no programa A Voz do Brasil. Obrigado.

08/07/2019

O SR. GONZAGA PATRIOTA. Fase Breves Comunicações. (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Deputado JHC, tenho em mão um trabalho muito importante. Durante meus quase 40 anos de mandato nesta Casa, é a segunda vez que peço a transcrição nos Anais da Câmara de uma tese de doutorado. Trata-se de trabalho pedagógico que muito me chamou a atenção pela oportunidade do tema e a forma como foi apresentado e concluído. O referido trabalho foi brilhantemente realizado pelos estudantes Marina Santos Vasconcelos de Assis, bacharelada em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco — FACESF, e Leonardo Barreto Ferraz Gominho, graduado em Direito pela Faculdade de Alagoas, pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Especialista e Mestre em Psicanálise Aplicada à Educação e a Saúde pela UNIDERC/Anchieta, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Desenvolvimento Sustentável; Procurador do Município de Floresta/PE, advogado e professor de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco — FACESF. Sr. Presidente, gostaria que pudéssemos distribuir esse trabalho, intitulado Autonomia Educacional da Família e o Direito à Educação Domiciliar, para as universidades. Isso é muito importante, porque quem puder ler esse trabalho, como eu li, saberá que a educação domiciliar, com a família se integrando, servirá para toda a sociedade.

08/08/2019

O SR. DR. LUIZ OVANDO. Fase Grande Expediente. (PSL - MS. Sem revisão do orador.) - Nobre Deputado Chrisóstomo, Presidente desta Mesa no momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, nesta oportunidade, logo após ouvir o discurso da nobre Deputada Sâmia sobre a questão de avaliação do nosso Presidente Jair Bolsonaro, começo com um versículo bíblico, que diz: “Pois não há homem justo sobre a terra, que faça o bem, e nunca peque”. Isso está em Eclesiastes, capítulo 7, versículo 20. Bolsonaro é resultado da vontade do povo. Foram 57 milhões e 700 mil votos, simplesmente 10 milhões e 500 mil votos a mais do que os do segundo colocado. Esses são dados do segundo turno. E quero destacar a importância de que essa foi uma demonstração de insatisfação da população. Eu tenho visto que, de maneira geral, criam-se factoides, infelizmente, envolvendo a população menos preocupada com a situação e menos esclarecida, que, geralmente, não correspondem à realidade daquilo que o País tem atravessado. Um dos primeiros grandes factoides colocados nesta Casa pela Oposição foi exatamente a não correspondência dos votos obtidos diante do investimento partidário através do fundo eleitoral. Chamaram o PSL de partido laranja. Pode ter havido não correspondência entre o dinheiro empregado e o resultado de votos esperados. Não é coerente haver investimento sem correspondência eleitoral, e, portanto, necessário se faz explicar o mesmo procedimento que ocorreu do lado de lá, do lado da Esquerda. Quero destacar que o Partido Socialismo e Liberdade foi o partido que mais laranja teve, junto com o PCdoB — respectivamente, 27,1% e 31%. No meu Estado, os partidos da Esquerda, inclusive aquele que

mais acusa, também tiveram 4 laranjas, com investimento, inclusive, de 150 mil a 287 mil reais, alcançando 37 votos. Isso demonstra que, quando se tem, de maneira geral, telhado de vidro, é preciso ter cuidado para jogar pedra. Infelizmente, nós precisamos atentar para as situações. Pois não, Deputado Bibó Nunes.

13/08/2019

O SR. FILIPE BARROS. Fase Grande Expediente. (PSL - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, meu amigo, Presidente desta sessão, meu vizinho, Deputado Luiz Lima. É uma honra fazer parte desse grupo, do nosso partido, junto com V.Exa. Cumprimentando V.Exa., cumprimento todos os colegas Deputados e Deputadas que estão neste plenário ou nos plenários das Comissões e toda a população brasileira que, certamente, nos acompanha e nos ouve pela TV Câmara. Sr. Presidente, este é o primeiro discurso que faço no Grande Expediente, uma vez que é feito um sorteio para que os Deputados possam utilizar o tempo do Grande Expediente, que é maior do que o tempo utilizado nas sessões. É impossível começar a fazer este discurso sem, em primeiro lugar, agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui, representando a população do meu Estado, a população do Paraná. Agradeço também à minha família, aos meus amigos, a todos os paranaenses que depositaram o voto, que depositaram a sua confiança em mim para estar aqui, assim como a toda a minha equipe, a de Brasília e a que fica no Paraná, no nosso escritório. E, sem sombra de dúvida, agradeço ao meu amigo Charllles Evangelista, que está aqui, bem como ao nosso Presidente Nacional do PSL, Deputado Luciano Bivar, ao Vice-Presidente do PSL, meu amigo Rueda, ao Deputado Delegado Waldir, nosso Líder, e também a todos os Parlamentares do PSL, que, juntos, estão aqui diariamente lutando por um Brasil melhor. Agradeço, por último, mas não menos importante, ao nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro. Lembro-me, Sras. e Srs. Parlamentares, que alguns anos atrás muita gente que hoje está junto com o Presidente não confiava, meu amigo Guiga Peixoto, na eleição do Bolsonaro. Muitas pessoas, há 3, 4, 5 anos, diziam que a eleição do Bolsonaro iria desidratar, que Bolsonaro era um cavalo paraguaio, iria começar e depois iria cair. Lá atrás, confiei no Jair Messias Bolsonaro, sabia que era a única alternativa capaz de recolocar o nosso País nos trilhos. Lembro-me, há alguns anos, nesse contexto que dizia há pouco, de que quando levei o nosso Presidente, o então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, para Londrina muitas pessoas, até da imprensa local, me criticaram. Desde aquela época, eu dizia: o meu candidato à Presidência é Jair Messias Bolsonaro. E hoje, graças a Deus, é o nosso Presidente da República, que tem feito o possível e o impossível para recolocar o nosso País nos trilhos do crescimento e como uma nação soberana de fato. Então, tenho que agradecer neste meu primeiro discurso no Grande Expediente a todas essas pessoas que fazem, e que fizeram, parte da minha vida e da oportunidade de estar aqui representando a população do Paraná. Sr. Presidente, como V.Exa. mesmo já disse num breve histórico que fez da minha pessoa, comecei a minha carreira política quando, ainda em 2012, fui eleito Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina, universidade na qual me graduei em Direito. Eu me formei em 2014. No 3º ano da universidade, tive a oportunidade de ser o Presidente do Diretório Central dos Estudantes. Naquele momento, propus fazer uma gestão do Diretório Central dos Estudantes diferente daquelas que haviam sido feitas anteriormente. Sabemos que a influência e a interferência dos partidos de esquerda, meu amigo Lucas, dentro das universidades é muito

grande. Sabemos que dentro das universidades estão inúmeros militantes travestidos de professores e que o Diretório Central dos Estudantes não representava a grande maioria dos estudantes daquela universidade. Eu me propus a fazer um mandato no DCE, de fato, representando o anseio da maioria dos estudantes. E assim o fiz. Fiquei 1 ano no Diretório Central dos Estudantes. Posteriormente a isso, comecei a trabalhar na Câmara Municipal de Londrina, ainda como estagiário, depois virei assessor parlamentar. Fiquei 4 anos na Câmara Municipal como estagiário e assessor. Foi ali que eu peguei, de fato, o gosto pela política partidária, porque entendo que a política é um instrumento que nós temos para mudar a realidade da sociedade — mas mudar para o bem, e não para o mal, que era o que estávamos vendo acontecer no nosso País. Faço parte do grupo pró-vida de Londrina. Eu me lembro de que, ainda como assessor na Câmara Municipal, esta Casa, Câmara dos Deputados, passou a discutir o Plano Nacional de Educação, uma polêmica no País inteiro, porque queriam incutir goela abaixo deste Parlamento e de toda a sociedade a nefasta ideologia de gênero. Comecei a fazer um trabalho, na Câmara, como assessor, de convencimento dos Vereadores, e em toda a Região Metropolitana de Londrina, levando ao conhecimento das pessoas por que a ideologia de gênero é tão nefasta e por que é sim um abuso às crianças e aos adolescentes do nosso País. Depois de sermos vitoriosos na Câmara Municipal de Londrina e nas Câmaras Municipais, em todo o entorno da cidade de Londrina, decidi que tentaria ser candidato a Vereador. Eu não tinha padrinho político, apesar de meu sobrenome ser muito comum no meio de outros políticos. Não! Não sou parente de nenhum outro político. Portanto, não tinha nenhum padrinho político na minha cidade. Meu pai é advogado, minha mãe é formada em Enfermagem. Inclusive, a minha família e meus amigos estão aqui me acompanhando. Eu não tinha padrinho político, não tinha sequer partido político e decidi me candidatar a Vereador, na cidade de Londrina, para fazer diferente. Assim eu o fiz. Eu me candidatei. Confesso que, quando me candidatei a Vereador, não nutria muitas esperanças. Todos nós sabemos que a eleição para Vereador é, de fato, uma das eleições mais difíceis. Mas, graças a Deus e à população de Londrina, obtivemos bom êxito na campanha a Vereador e fui eleito na Câmara de Vereadores. Fiquei lá por 2 anos. A minha experiência na Câmara de Vereadores foi, de fato, uma escola, porque nós sabemos também que é na Câmara de Vereadores que todas as demandas do Município caem. É lá que os anseios da população são debatidos, que as demandas locais da cidade devem ser solucionadas. Estive lá por 2 anos, quando então, Presidente Deputado Luiz Lima, decidi me candidatar a Deputado Federal. Na mesma lógica, a princípio, não ia sair a Deputado Federal, e sim a Deputado Estadual. Mas, em uma das oportunidades em que vim a Brasília representando minha cidade, o nosso Presidente Jair Bolsonaro me deu a missão de sair candidato a Deputado Federal e de cuidar da sua campanha em Londrina e no norte do Paraná. Londrina foi a cidade do Brasil, segundo a Folha de S.Paulo, onde, proporcionalmente, Jair Bolsonaro obteve mais votos, no primeiro turno. Foram aproximadamente 65% dos votos válidos na cidade de Londrina para Jair Bolsonaro, no primeiro turno. Essa é a minha trajetória breve, na qual tenho sempre primado pela moralidade, princípio pelo qual sempre vou me posicionar. As pessoas sempre irão saber aquilo que eu estou fazendo. Eu falo para todos que muitas vezes as pessoas podem não concordar com os meus posicionamentos, mas elas sempre irão saber quais são eles, porque acredito que esse é um dever do Parlamentar que está nesta Casa, ou nas Assembleias Legislativas, ou nas Câmaras Municipais. O meu posicionamento será sempre conhecido por todos, porque eu não negocio os meus valores, não negocio as

minhas opiniões. Muitas vezes as pessoas falam: “Filipe, você tem uma posição muito fechada, muito dura”. É claro que nós podemos mudar de posição, só que eu não vendo as minhas posições, eu não vendo os meus valores, eu não vendo os meus princípios. Então, essa é a minha trajetória política, Presidente. As pessoas do Paraná, os meus eleitores, as pessoas que convivem aqui comigo sabem que sempre primarei e sempre me nortearei por esses princípios que citei agora. Nesses pouco mais de 7 meses em que estou aqui, Sr. Presidente, apresentei inúmeros projetos de lei, apresentei e relatei alguns outros projetos, lutei, batalhei por recursos para os Municípios da minha região, o norte do Paraná, e para o meu Estado como um todo. E tenho incansavelmente ido a todos os Ministérios buscando maiores investimentos para a nossa região, que, de fato, ficou esquecida. Tínhamos representantes aqui, neste Parlamento, no Congresso Nacional, mas faltava mais. O norte do Paraná como um todo, desde o norte pioneiro, a região de Bandeirantes, passando pela região de Cornélio Procopio, Londrina, Maringá, Paranavaí, Umuarama, Vale do Ivaí, enfim, toda essa região do norte do Paraná carece de investimentos, carece de um olhar atento das autoridades federais. Tenho incansavelmente ido aos Ministérios buscando maiores investimentos para a nossa região. Foi na minha cidade de Londrina que obtive aproximadamente 60% dos meus votos. Foi lá que comecei a construir a minha carreira política. Posso afirmar neste plenário, no plenário da Câmara dos Deputados, que, mesmo tendo uma posição de independência e muitas vezes de oposição em relação ao atual Prefeito, a quem respeito, embora tenhamos muitas divergências políticas, o que é natural em uma democracia, tenho dito inclusive para ele que a minha busca incansável por recursos para nossa cidade é o meu dever como Parlamentar. Toda vez que eu, aqui em Brasília, soluciono um problema de Londrina, eu não estou ajudando o Prefeito Marcelo Belinati, estou ajudando a cidade de Londrina. E é por isso que sempre digo a ele que ele pode contar comigo, porque sou um representante da cidade de Londrina e assim quero ser, independentemente de quem seja o Prefeito. Passado esse pouco tempo, estamos em vias de resolver inúmeros problemas de obras que estavam paradas na cidade há muito tempo. A obra do Teatro Municipal estava parada, como também a do Residencial Alegro Villagio, problema que nós conseguimos resolver. Também o problema do Residencial Flores do Campo nós estamos em vias de solucionar. Já levamos alguns investimentos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e assim vamos construindo. Enquanto alguns latem, eu prefiro trabalhar, e é assim que eu faço isso. Independentemente de quem seja o Prefeito, continuarei trabalhando pela minha cidade de Londrina e continuarei trabalhando pelo Estado do Paraná. Fiz parte, Sr. Presidente, neste tempo em que aqui estou, de algumas Comissões e de algumas missões que foram conferidas a mim pelo partido e que julgo importantes. A Medida Provisória nº 870, que reestruturava todos os Ministérios, reestruturava toda a organização federal, como nós sabemos, de fato gerou uma grande polêmica no Brasil como um todo, pela questão do COAF, pela questão da Receita Federal, pela questão da FUNAI, pela questão da demarcação de terras. Fiz parte, como membro titular, da Comissão que analisou todas essas mudanças. E todos sabem da minha posição. Para mim, o COAF tinha que ter permanecido com Sergio Moro. Para mim, outras mudanças poderiam ter sido evitadas. Mas nós estamos num Parlamento, e decisões do Plenário desta Casa devem ser respeitadas. É importante que se entenda que estamos em um Parlamento, em uma democracia, em um Estado Democrático de Direito, e que as decisões são tomadas em conjunto. Então, respeito as decisões que foram tomadas pelo Plenário desta Casa, porque o Plenário é soberano. Fiz parte também da Comissão

da reforma da Previdência, que é — ou era, porque a aprovamos — a reforma mais urgente do Estado brasileiro, a reforma necessária para estancar a sangria. Não era possível, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que permanecêssemos gastando 58% do orçamento primário da União com Previdência Social enquanto gastávamos apenas 8% com educação. É necessário mais investimento na educação, é necessário mais investimento na saúde. Contudo, gastando quase 60% de todos os recursos que a União arrecada, através dos seus impostos que pagamos, com Previdência, o Estado brasileiro em pouco tempo iria à falência. Então, fiz parte da Comissão que tratou da Previdência e parabeno os Deputados desta Casa que votaram pela aprovação da reforma da Previdência, em especial aqueles Parlamentares da Oposição que desrespeitaram a orientação de seus partidos, se conscientizaram de que a reforma da Previdência era importante e, portanto, votaram com o Governo. Agora nós temos alguns outros desafios pela frente, porque pegamos um Estado completamente quebrado, pegamos uma verdadeira República da propinocracia. As coisas só funcionavam mediante o pagamento de propina, mediante esquemas de corrupção. Não é o Felipe que está falando isso, são as investigações que estão falando. Meu amigo Igor Gadelha, são inúmeros os escândalos de corrupção que simplesmente foram apropriados do Estado brasileiro e que destruíram a nossa Nação em todos os sentidos: no sentido econômico, no sentido financeiro e no sentido moral. Diante desse cenário todo, nós temos, agora que aprovamos a reforma da Previdência, que aprovar algumas outras reformas. Sem dúvida alguma, a reforma que é mais importante discutirmos neste momento é a reforma tributária, de cuja Comissão também sou membro titular. Eu estava agora na reunião da Comissão Especial, e a reforma tributária tem que necessariamente passar por dois pontos. Se a reforma tributária não passar por esses pontos, de nada valerá. E quais são esses dois pontos? O primeiro deles é a simplificação. Não é possível que a gente continue com esse emaranhado tributário e burocrático que nós vivemos no nosso País. Ninguém entende absolutamente nada. Então nós precisamos simplificar as nossas leis tributárias. O segundo ponto é a diminuição da carga tributária. Nós gastamos hoje aproximadamente 35% dos nossos recursos com impostos, ou seja, 35% daquilo que recebemos pelo nosso trabalho vão para o pagamento de impostos. Somando-se a esses 35% o custo da corrupção, aproximadamente 50% do nosso dinheiro ou vai para pagar impostos, ou vai para o ralo da corrupção. Então nós temos que aprovar a reforma tributária, mas essa reforma tem que passar por esses dois pontos. Não posso deixar de falar de outra reforma que é necessária para o Estado brasileiro, a reforma do Judiciário, em especial da nossa Suprema Corte, que está aqui tão perto de nós e que ultimamente tem sido uma vergonha para todos os brasileiros. Nós temos que falar disso. Nós temos que falar a verdade. Trata-se de um STF que abre inquérito sigiloso contra tudo e contra todos, que não aceita críticas àquele Poder, que censura a imprensa; um STF que suspende investigações com base num novo entendimento de um dos Ministros; um STF que proíbe a investigação de um criminoso travestido de jornalista chamado Greenwald. Todos nós aqui temos o foro privilegiado, que, na minha visão, tinha que acabar, porque quem não deve não teme. Agora, o STF criou uma nova categoria de foro privilegiado, que é a de militante travestido de jornalista, para o tal do Greenwald. É isso que está acontecendo. Nós temos que enfrentar esse tema, que é, de fato, espinhoso. Nós temos que fazer uma reforma do nosso STF. Nossa Suprema Corte não deveria servir para ficar julgando qualquer coisa. Deveria servir, como nos outros países, para julgar poucas causas por ano, causas que envolvam, de fato, nossa Constituição Federal, e não para ficar soltando o Lula, para ficar mudando decisões

relativas ao Lula, passando isso na frente de todos os outros processos, como nós vimos acontecer na semana passada, quando este plenário foi esvaziado pela Oposição para seus Deputados irem ao STF pressionar o Ministro a tomar uma decisão. Então, nós temos que enfrentar uma mudança, uma reforma do Judiciário, em especial da Suprema Corte, o STF. Muitas vezes, Sr. Presidente, a imprensa mentia, alguns Deputados mentiam, ao falarem que as manifestações populares que nós estamos vendo acontecer no nosso País em favor das reformas são contra o STF e a favor de seu fechamento. Eu já ouvi desta tribuna inúmeras vezes frases como a do ex-Deputado petista Wadih Damous pregando o fim do STF. Nós, não: nós não queremos o fim do STF; nós queremos, na verdade, que o STF cumpra seu papel constitucional, nós queremos que o STF seja, de fato, uma Suprema Corte, pacifique o nosso País. Nós queremos que a Suprema Corte atue como Suprema Corte, e não que ela faça isso que tem feito ultimamente. Recentemente, fui nomeado pelo Presidente Bolsonaro para membro da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, na qual nós temos uma missão, que é não mais ignorar determinados mortos. As comissões passadas investigaram algumas mortes, que são daqueles mortos ou desaparecidos causados pelos agentes do Estado. Sim, de fato, esses casos ocorreram. Nós não podemos negar isso. Nós não podemos negar que, em determinado período do regime militar, ele se transformou em uma ditadura, com supressão de direitos, com mortos, com desaparecidos. Mas nós não podemos negar também que houve a ação de grupos terroristas — desde antes daquele 31 de março, aliás — e que esses grupos terroristas também mataram, também desapareceram com pessoas. E essas mortes causadas pela ação de grupos terroristas simplesmente foram jogados para debaixo do tapete. Então, nós não podemos simplesmente esquecer esses mortos, esquecer esses desaparecidos, porque as famílias deles também merecem respostas. E é isto que eu pretendo fazer na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos: trazer à luz, trazer à tona esse outro grupo de mortos e desaparecidos que simplesmente foram esquecidos nos últimos anos. Nestes últimos 4 minutos que me restam, não poderia deixar de falar daquilo que nós já sabíamos há muito tempo, daquilo de que nós já falávamos há muito tempo — e, infelizmente, toda vez que falávamos sobre isso, as pessoas achavam que estávamos exagerando, mentindo ou inventando. Falo da ligação íntima do Partido dos Trabalhadores com o PCC — Primeiro Comando da Capital. Nós temos que repercutir na tribuna desta Casa a relação quase como se fossem um só do PT, que governou este País nos últimos anos, com grupos terroristas, como PCC e outras organizações semelhantes a ele. Vejam só, trouxe algumas reportagens. PCC atuava com militantes petistas para coagir sem-teto em São Paulo, diz Ministério Público — esta é uma reportagem recente, de 17 de julho. Integrante do PCC diz que facção criminosa tinha diálogo com PT e temia Moro — esta tem relação com o famoso áudio dos “diálogos cabulosos” que foram divulgados pela imprensa na última semana. Outra notícia tem o título: PT usou PCC para lavar dinheiro com empresas do Ceará, afirma Palocci em delação premiada. Outras notícias se intitulam: PT tenta suspender decreto contra PCC e Comando Vermelho; PCC planejou ataques no modelo das FARC durante as eleições, diz Polícia Federal; Palocci e o PCC — esta última é mais uma matéria em que o Palocci afirma que o Partido dos Trabalhadores usava o PCC para lavar dinheiro. Já passou da hora de nós começarmos a falar a verdade nesta tribuna. O PT e o PCC agiram — ou ainda agem — em conjunto, Sr. Presidente. É necessário que esta Câmara investigue essa relação promíscua. Aliás, falando em promiscuidade, o PT conhece muito disso. Eu achava que o PT fosse não somente um partido político, mas também uma

organização criminosa. Agora estamos vendo que essa organização criminosa chamada Partido dos Trabalhadores também tem envolvimento com outras organizações criminosas, como o PCC. É por isso que estou coletando assinaturas, Sr. Presidente, para que nós possamos abrir uma CPI para investigar as relações promíscuas, nada republicanas, criminosas, do Partido dos Trabalhadores com o PCC. É necessário que nós façamos essa investigação. Aliás, isso não era surpresa para ninguém. O Foro de São Paulo, que muitos acham que não existe ou que é apenas um grupo de Parlamentares que se unem para discutir os rumos dos Países da América Latina, o que é? É uma união de partidos de esquerda com traficantes das FARC. O Foro de São Paulo é isso. Então, não é surpresa para ninguém que o Partido dos Trabalhadores tenha atuado em conjunto com o PCC. É necessário que nós investiguemos para saber como o PT mantinha esse relacionamento com o PCC, como o PT ajudava o PCC ou ainda o ajuda. Nós precisamos investigar essas relações nada republicanas do Partido dos Trabalhadores com o Primeiro Comando da Capital. Sr. Presidente, muito obrigado pela sua paciência. É uma honra para mim estar aqui na Câmara dos Deputados. É uma honra para mim estar representando o povo do Paraná. Que Deus abençoe a todos nós e nos dê sabedoria para recolocar o nosso País nos trilhos. Que Deus abençoe o nosso Brasil!

03/09/2019

O SR. ELI BORGES. Fase Ordem do Dia. (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao tempo em que o cumprimento pela condução dos trabalhos, eu quero fazer um registro de indignação com relação à visão de defesa da ideologia de gênero, da erotização infantil, em Fortaleza, do meu querido Ceará. É preciso compreender que a família e os seus valores tradicionais têm que ser respeitados, porque somos a maioria desta Nação. E lá no meu querido Ceará, no âmbito da Prefeitura, está no projeto a erotização infantil, orientando professores para que tratem das questões da ideologia de gênero. É apenas a insistência em um tema que nós já vencemos em âmbito nacional. Aqui fica o meu registro, Presidente, e a indignação com relação a essa temática naquela Prefeitura, com o meu respeito ao meu amigo Dr. Jaziel, Deputado Federal, que está fazendo o seu bom trabalho no combate à inserção da ideologia de gênero, que a família tradicional, em nome da ciência e da criação, repudia. Muito obrigado.

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Ordem do Dia. (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o vídeo de uma mãe reclamando de uma suposta tentativa de ideologia de gênero em uma escola municipal em Mangaratiba está circulando nas redes sociais. Na verdade, essa mãe está confundindo o que é uma doutrinação de ideologia de gênero, que existe, com o ensino de Biologia, que é o que acontece na escola municipal em Mangaratiba. Eu liguei para o meu querido Prefeito Alan Bombeiro, e ele está a par de toda a situação. Quero apenas fazer o esclarecimento de que o que a escola está ensinado é completamente normal para uma criança daquela idade. Portanto, parabéns aos professores da rede municipal de Mangaratiba e ao Prefeito Alan Bombeiro, pela seriedade da condução do Município.

O SR. DAVID MIRANDA. Fase Ordem do Dia. (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna falar sobre uma mensagem que eu recebi dizendo

que o Presidente Bolsonaro pede ao MEC projetos de lei para proibir a ideologia de gênero. Primeiro, ideologia de gênero nem existe, já que não está catalogada em nenhum lugar. A ala conservadora extrema utiliza este termo para falar de identidade de gênero e sexualidades diversas. Bolsonaro tem fixação pela sexualidade alheia, coisa que me preocupa. No momento em que vivemos uma crise econômica, política e estrutural tão profunda, no momento em que a escalada da violência só aumenta em vários locais, o Presidente do nosso País só sabe falar da sexualidade dos outros.

A SRA. TALÍRIA PETRONE. Fase Ordem do Dia. (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu sou professora há mais de 10 anos, estou licenciada, mas sou professora em escola pública, no chão da escola pública. Eu estava dando aula na Favela da Maré e, como profissional da educação, me espanta e me indigna o que é a política para a educação pública do Governo Bolsonaro. Por um lado, a política do Governo contingencia os recursos para a educação como um todo, apresenta o Programa Future-se, um programa de privatização das universidades. Este programa, na verdade, representa a interrupção do futuro da juventude, ao cortar bolsas de estudo para, no mínimo, 80 mil estudantes, rompendo a tríade ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, persegue a educação crítica, tentando impedir que a escola seja um instrumento para mudar o Brasil das desigualdades. Educação não é algo etéreo, descolado da realidade. A educação dá lugar para o estudante pensar, pesquisar, se reconhecer na história e intervir nas desigualdades de que ele mesmo faz parte. Querer proibir o que chamam de ideologia de gênero na escola é impedir a escola de ser um instrumento para romper a extrema violência sexual que vitima muitas adolescentes, violência que parte da própria família. Os filhos de mulheres vítimas da violência doméstica cometida pelos maridos têm na escola um lugar para lutar contra esta violência. São lamentáveis a negação da evidência e da ciência e o desconhecimento da educação expressos no Governo Bolsonaro.

O SR. ELI BORGES. Fase Ordem do Dia. (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, ao tempo em que quero trazer a este plenário um debate já muito conhecido acerca da pretensão que têm os ideólogos de gênero e da busca que fazem no sentido de usar o espaço das escolas e o espaço das creches para perpetuarem as suas ideologias. Os programas se dividem em dois temas. Um desses temas é o da erotização infantil, um projeto que está inserido na ideologia de gênero e objetiva trabalhar a cabeça das crianças no sentido de que elas abram o seu entendimento, o seu pudor para a questão da sexualidade. Ocorre, Sr. Presidente, que a criança tem a fase cognitiva e, nessa fase, está despreparada para o debate que acontece na escola, até porque de um lado há um adulto, que é o professor, e ela é apenas uma criança na fase cognitiva. As crianças, como dizem os psicólogos, não sabem discernir entre orientação, mandamento e sugestão. Elas não estão preparadas para esse debate. A biologia, que já é ensinada nas escolas — e não estamos contra a biologia, que é ciência —, traz as etapas desse ensinamento, compreendendo também as etapas do crescimento psíquico-emocional das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Tivemos a triste informação de que lá no meu querido Ceará, em Fortaleza, em que pese, eu registro, a Prefeitura ter emitido nota de que isso não está acontecendo — e se não estiver, está de parabéns —, de que há material farto no sentido de trazer à baila a preparação de professores, de trazer à baila aquilo que chamam de “erotização

infantil”. Eu tenho que respeitar o palavreado nesta tribuna, mas é mais ou menos assim, Sr. Presidente: colocam criancinhas, ainda pequenininhas, na banheira, e dizem à menininha que ela é o cadeadinho e, ao menino, que ele é a chavinha do cadeado. E por aí vai. Esse tema tem trazido uma série de dissabores para pais de todo o Brasil. Eu compreendo que essa questão da sexualidade — e isso é muito claro também na Constituição — é um dever dos pais. Essas crianças estão na fase da puberdade, e nós não podemos admitir isso, se estiver acontecendo lá no meu querido Ceará, lá em Fortaleza. Fica o recado deste Deputado, que é também a posição da Frente Parlamentar Evangélica, no sentido de repudiarmos tais procedimentos, quer seja lá, quer seja em qualquer parte do Brasil. É preciso respeitar a família tradicional, é preciso respeitar a ciência, é preciso respeitar as faixas etárias. Nós percebemos que ainda existem grupos de ativismo que insistem nessa temática, a exemplo de uma proposta de lei que tentaram, recentemente, votar na Comissão de Direitos Humanos, a respeito da “família do século XXI”, da “família do tudo pode”. Fica o registro, fica a minha posição. Queria externar o meu repúdio a pessoas que insistem nisso, em detrimento da imensa maioria dos brasileiros, que está dizendo: “Respeitem a família tradicional, nos moldes da ciência e da criação”. Obrigado.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO. Fase Ordem do Dia. (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa sempre foi pautada por debates fundamentados em verdades. Quando uma pessoa diz uma inverdade, pode estar equivocada. Mas quando, constantemente, ela vem à tribuna para insistir nessa mentira, eu não acredito que não haja uma má intenção por trás disso tudo. É um verdadeiro absurdo o Deputado que me antecedeu, respondendo pelo Solidariedade, ficar reiteradas vezes fazendo uma acusação que já foi fartamente desmentida. Inclusive, a pessoa que fez essa acusação será devidamente processada, até porque esta Casa recentemente derrubou um veto, para que fake news não possam virar verdades e, conseqüentemente, comprometer a imagem de administrações sérias, de administrações comprometidas com a verdade e, acima de tudo, de administrações que são inclusive referência na educação do País. A Prefeitura Municipal de Fortaleza, cujo Prefeito tem tido indicadores que fazem inveja, em todos os segmentos, a qualquer gestão municipal do Brasil, é um exemplo na área da educação infantil: maior número de matrículas em creches; maior número de matrículas em educação infantil; investimentos em educação em tempo integral; compromisso com o conteúdo, com o respeito e com a família. É um verdadeiro absurdo alguém, baseado em um vídeo completamente descabido, mentiroso e falacioso, que certamente tem intenções eleitoreiras, vir à tribuna — e não foi apenas uma vez, o que poderia ser perdoado —, pela segunda vez, mentir, tentando macular uma administração séria. Portanto, nós não podemos deixar de manifestar aqui o nosso grande repúdio. O nosso partido, o PDT, tem uma trajetória de defesa da educação como um dos pilares fundamentais para o crescimento da dignidade infantil e da dignidade da juventude, desde a época de Brizola, e bem antes disso. A Administração do Estado do Ceará — e aí cabe ressaltar o Deputado Federal e colega Idilvan Alencar, que foi Secretário da Educação do Estado; a nossa Vice-Governadora, Izolda Cela; todos os nossos próceres, que trabalham o tema educacional, inclusive o Senador Cid Gomes, que começou uma revolução na educação do Município de Sobral — faz com que o nosso Estado obtenha referências absolutamente invejáveis no IDEB, em particular, e nos demais

segmentos. Temos aqui — e sucedeu o Senador Cid Gomes quando era Prefeito — o Deputado Leônidas Cristino, outro grande defensor da educação.

O SR. ELI BORGES. Fase Ordem do Dia. (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu sou do Solidariedade, e um Deputado que me antecedeu — não vou citar o nome por ética — insinuou que o que eu trouxe sobre Fortaleza, Ceará, não procedia. Mas ele esqueceu que, no meu discurso, eu disse que tinha uma nota de que não procedia e, se porventura não procedesse, eu o parabenizaria. Mas eu também teria um material farto, com relação à erotização infantil, com relação à questão de ideologia de gênero, que é um verdadeiro desrespeito à família. Aliás, esse é um assunto que tem cansado o Brasil, tem cansado a família. Espero que esse Deputado observe bem a ressalva que eu fiz, para não dizer que Parlamentares falaram inverdades dessa tribuna e que desrespeitaram qualquer administração. Eu espero que Fortaleza e o Ceará realmente estejam dentro do que ele falou. Se estiverem, dou meus parabéns; se não, que mudem o conceito em relação à família tradicional e que a respeitem, por favor. Obrigado.

A SRA. TALÍRIA PETRONE. Fase Ordem do Dia. (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução, Presidente. Aproveito para relatar a indignação sobre o que foi dito. Disseram que estão cansados da suposta ideologia de gênero. Cansadas estamos nós mulheres do que é a situação da mulher no Brasil! Cansadas estamos nós professoras do desconhecimento do que é a educação libertadora, pela qual há tanto tempo lutamos! Cansadas estamos de que 22 mil mulheres sejam vítimas de violência sexual no Brasil, por ano! Cansadas estamos de sermos o quinto país do mundo com o maior índice de feminicídio! Cansadas estamos dos olhos fechados dos Parlamentares desta Casa por essas violências serem cometidas por maridos, por pais, por companheiros, dentro das tais famílias de bem defendidas por esses Deputados. “Sim” ao debate de gênero nas escolas.

A SRA. SÂMIA BOMFIM. Fase Ordem do Dia. (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o destaque do PSOL refere-se ao inciso III do art. 15, que visa a dificultar o direito dos segurados de requerer seus direitos. Hoje está estabelecido que eles podem recorrer a uma vara estadual caso não haja uma vara federal no seu Município. Com as novas regras, eles seriam obrigados a procurar uma vara federal caso ela esteja a até 70 quilômetros do seu Município. Isso vai demandar mais tempo para os segurados, que podem perder um dia de trabalho só para ir atrás daquilo que lhe é de direito ou mesmo despendar mais recursos, fazer gastos. Do nosso ponto de vista, isso é muito prejudicial aos trabalhadores. Por isso, nós estamos pedindo a supressão desse item. Além disso, Sr. Presidente, é muito importante destacar o cenário político em que estamos vivendo, que é absolutamente grave. Hoje tivemos a notícia de que o Presidente Bolsonaro reiniciou uma cruzada contra aquilo que ele acredita ser ideologia de gênero, mas que não passa de uma alucinação, mais uma das alucinações desses setores fundamentalistas que infelizmente ocupam espaços do Congresso e também da Presidência da República. Ele disse que vai proibir qualquer debate sobre ideologia de gênero nas escolas, como se esse conceito de fato existisse. Em nenhum espaço acadêmico, científico, universitário, em nenhum espaço em que as pessoas pensam e promovem ciência e educação se instituiu a expressão “ideologia de gênero”, mas eles insistem em repeti-la para tentar criar

uma confusão perante a sociedade. Na verdade, eles tentam mais uma vez demonstrar seu preconceito e seu ódio contra uma população tão vulnerável. Inclusive, uma pesquisa feita recentemente pela ABLGBT mostrou que 60% da população LGBT já foi agredida verbal ou fisicamente dentro das escolas, sendo que as escolas deveriam ser um espaço, sim, seguro para essas crianças, onde elas deveriam ser acolhidas e aprender que devem respeitar os outros, para que não se comportem como alguns Deputados que têm coragem de ir ao microfone e dizer que são “LGBTfóbicos”. Ainda batem no peito e se orgulham disso, assim como o Presidente da República. Debater conceitos nas escolas é garantir que as crianças conheçam os termos da forma como eles são, não só para que elas tenham acesso a uma educação que as ensinem a ser respeitadas, não machistas, não “LGBTfóbicas”, mas também para que tenham acesso ao conhecimento. Nessa mesma onda, o Governador do Estado de São Paulo, João Doria, mandou recolher as cartilhas dos estudantes do 8º ano do ensino fundamental, porque disse que abordam debate sobre ideologia de gênero. As crianças estão sem as suas cartilhas em decorrência do preconceito e da intolerância que o Governador João Doria também mostra, assim como o Presidente Bolsonaro e os seus aliados aqui dentro.

O SR. BIBO NUNES. Fase Ordem do Dia. (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A orientação do Governo, Sr. Presidente, é votar “sim”. Há pouco se falou aqui sobre ideologia de gênero. Nós somos totalmente contrários à ideologia de gênero. Fazer com que uma criança de 4, 5 ou 6 anos de idade possa escolher seu sexo é uma aberração. As pessoas que querem isso não têm a menor noção do que é família, do que é infância, do que é respeito à juventude. Nós estaremos constantemente lutando contra a ideologia de gênero, valorizando a família e as crianças. Tenho certeza de que, contra a ideologia de gênero, nós temos aqui um fronte muito forte, que valoriza, acima de tudo, a família. Para quem não sabe, a família é a base da sociedade e, por mais esquerdista que seja, os mandamentos de Lenin não irão imperar neste plenário. Muito obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI. Fase Ordem do Dia. (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Agregando o tempo da Minoria, primeiro, quero registrar que, se Lenin pudesse ouvir algumas coisas que falam aqui, ele tremeria no túmulo. Ainda bem que não ouve! É por essas e outras, Presidente, que é importante fazer alguns registros aqui. Ao encaminhar “não” ao destaque, é importante fazer alguns registros importantes, a começar pela pesquisa de opinião pública que o Datafolha registra nesta semana, na qual a rejeição ao Presidente da República cresce, confirmando todas as curvas que recentemente vêm sendo expressas nos diversos institutos de pesquisa. Cresce a rejeição e, a depender da região do País, há um crescimento bastante vertiginoso na rejeição ao Presidente e ao Governo, com queda importante do índice de popularidade. É importante que esse registro seja feito no Parlamento brasileiro porque isso não acontece por acaso. Isso acontece porque há uma imensa falta de perspectiva econômica e social para o povo brasileiro, com o desemprego em altíssimo nível; porque o PIB, tão esperado e anunciado, não consegue passar de 0,4, tendendo inclusive a uma recessão, estagnação, quicá depressão, ao continuar a política econômica e macroeconômica no rumo em que está, ou seja, sem saída; porque as universidades estão para fechar suas portas; porque a ciência está sem recursos; porque a Amazônia está pegando fogo, numa tragédia que desgasta não apenas dentro do Brasil, mas fora do Brasil, numa dimensão não só para a

agricultura familiar, mas para a própria exportação dos produtores brasileiros, numa dimensão sociodiversa, na dimensão da segurança alimentar, da ciência, dos povos tradicionais, dos povos indígenas, dos quilombolas, na dimensão da ancestralidade daquelas terras, na dimensão, que nós sabemos, da soberania nacional brasileira. Nós temos um crime acontecendo hoje com a total cumplicidade deste Governo, porque estão destruindo e esvaziando os órgãos de fiscalização, os órgãos ambientais e as políticas ambientais brasileiras. Temos hoje um Governo que não aponta políticas sociais para este País. Ao contrário, ele as destrói, destrói o Estado brasileiro, aponta a privatização de todos os instrumentos e empresas estratégicas deste País, além de todo o ódio, de políticas de armamento sem critério, de violência, preconceito, destruição das políticas sindicais. Agora ele quer atacar a União Nacional dos Estudantes, tirando a sua única fonte de financiamento, que são as suas carteiras. Essa é uma entidade dos estudantes brasileiros. O Governo anuncia isso da forma mais despuída e inescrupulosa. Na verdade, nós estamos vivendo em um país onde a restrição democrática é clara e explícita, onde o preconceito contra a negritude e contra as diversas identidades da diversidade humana se coloca. Nós ouvimos, neste plenário, algumas falas absurdas, em que o preconceito é agudo. Hoje mesmo nós ouvimos aqui o possível anúncio de uma proposta que tira do ensino fundamental as questões de gênero. Ideologia de gênero não é uma questão dos avançados e dos progressistas. Nós nunca defendemos ideologia de gênero. Essa é uma fala que não está na esquerda, nem nos setores progressistas, nem no movimento feminista. Portanto, as reações começam a acontecer na sociedade brasileira. Ontem mesmo, em São Paulo, houve um grande ato pelos Direitos Já. Foi um ato amplo, com 16 partidos, com lideranças nacionais e internacionais, com a presença de Noam Chomsky, com a presença de Governadores, com a presença de lideranças políticas de peso neste País, com movimentos sociais coletivos. Foi um ato amplo, não só da esquerda, pela democracia brasileira. No Rio de Janeiro, foi feito um seminário unindo partidos importantes da esquerda brasileira, discutindo a resistência democrática da cidade do Rio de Janeiro, o chamado Fórum da Resistência Democrática. Hoje acontece, no Rio de Janeiro, na Associação Brasileira de Imprensa, um ato chamado Ditadura Nunca Mais!, em função do registro dos 40 anos da anistia — limitada, porém um passo importante da democracia brasileira. Criamos aqui, no âmbito do Parlamento, o Fórum Permanente de Defesa da Amazônia. Os movimentos sociais se espalham pelo País. Haverá manifestação em defesa da Amazônia no dia 5. Haverá um novo tsunami da educação no dia 7 de setembro. Ocorrerão manifestações ambientais no mundo contra as mudanças climáticas no dia 20. As lutas vão se espalhando pelo Brasil. O povo não está passivo diante disso, não está parado. A sociedade se movimenta por democracia, por direitos, contra essas reformas que lhe retiram direitos e perspectiva. O povo não para de sonhar, não perde a sua esperança, não perde a possibilidade de se movimentar, não perde a capacidade de colocar, no futuro, no seu rumo, o Brasil que quer, o Brasil que lhe movimenta, que lhe tira a sua imobilidade. A inquietude faz parte do povo brasileiro, que se movimenta para viver, para viver com qualidade. O setor produtivo também não está satisfeito. Seja a indústria, seja a produção, está todo mundo preocupado, porque não há saída à vista, não há política econômica suficiente para fazer o País se desenvolver. É preciso um projeto nacional de desenvolvimento. Amanhã, aqui no Parlamento, teremos um grande ato pela soberania nacional. Todos estão convidados a ir ao Auditório Nereu Ramos, no lançamento da Frente Nacional pela Soberania, uma Frente Parlamentar Mista, com a presença de muita gente. Virá aqui o Senador Roberto Requião. Nós

lançaremos a grande Frente Parlamentar Mista pela Soberania Nacional. Este País precisa se soerguer, defender a sua soberania, o seu projeto nacional de desenvolvimento, para dar saídas ao povo brasileiro. É disso que nós precisamos. Nós não queremos preconceitos. Nós não queremos ficar com o velho complexo de vira-lata, como dizia o Presidente Lula. Nós queremos democracia. Nós queremos direitos. Nós queremos um país desenvolvido, com um desenvolvimento sustentável, que preserve o meio ambiente. Nós queremos recuperar a ciência e a educação. Nós queremos que as empresas estratégicas deste País sejam preservadas. Portanto, liberdade, democracia, direitos e soberania é o que queremos. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO. Fase Ordem do Dia. (AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Bíblia diz: “Elevo os meus olhos para os montes; de onde me virá o socorro? O meu socorro vem do Senhor, que fez os céus e a terra”. Eu uso esta tribuna para demonstrar minha preocupação com os motoristas e cobradores de ônibus da Bahia, principalmente da Capital, Salvador. Eles vêm sendo desrespeitados, vêm tendo seus direitos negados e são eles os responsáveis, sempre, por conduzir as nossas famílias. É claro que o metrô, o VLT e o BRT são importantes para a sociedade e que precisamos melhorar a mobilidade urbana em Salvador, mas não podemos desconhecer o trabalho prestado por esses importantes profissionais do transporte rodoviário, os motoristas e cobradores. Vejo por aí ônibus sem cobrador, empresas demitindo pessoas, deixando um único trabalhador, o motorista, com duas funções, ganhando salário miserável, num momento de tanto desemprego. E o Governo permite tal exploração da mão de obra. O motorista ou se preocupa em dirigir ou cobra a passagem de ônibus. Mas eu estou vendo essa situação no Brasil inteiro. Estarei preparado para não permitir que isso aconteça em Salvador de forma nenhuma. Peço que tenhamos mais atenção com a necessidade de manter o trabalho dos nossos motoristas e cobradores, porque precisamos deles. Com ou sem VLT, com ou sem BRT, precisaremos sempre desses profissionais. Outra queixa que eu tenho é relativa aos vanzeiros, ao pessoal das vans. Esse é um trabalho alternativo, e os transportes alternativos estão sendo ameaçados de extinção. O que propõe o Governo? Ele propõe que todos os pais de família forçadamente se envolvam com o crime? Fome tem cara feia, Sr. Presidente. E, quando se trabalha de forma a tirar o emprego das pessoas... Persegue-se camelô em tudo quanto é canto e agora se vai perseguir motoristas de vans, que fazem um trabalho útil à sociedade. Portanto, eu quero fazer o meu protesto. Em relação à ideologia de gênero, quero dizer ao Presidente Jair Bolsonaro que ele pode, inclusive, procurar projeto meu nesta Casa que proíbe o uso de recursos públicos municipais, estaduais e federais para iludir nossas crianças, dizendo ao menino que ele pode ser menina e à menina que ela pode ser menino. Isso é ledô engano. Deus criou macho e fêmea. Homem e mulher criou o Senhor Deus e os abençoou. Homem com homem não faz filho. Mulher com mulher também não faz filho. O que passa disso... (Desligamento automático do microfone.)

10/09/2019

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO. Fase Pequeno Expediente. (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a educação é uma ferramenta que influencia na redução das desigualdades

sociais e dá um norte, afastando os jovens dos perigos da marginalidade e da violência. O Governo não apresenta um projeto sequer para a educação. Em vez de defender escolas em tempo integral, vemos avançar o ensino domiciliar. Em vez da valorização do professor, vemos o combate à ideologia de gênero e a tonteira do projeto Escola Sem Partido. Em vez de fortalecer a expansão do ensino médio em tempo integral, com educação profissionalizante, vemos a ênfase que pretendem dar na expansão das escolas cívico-militares. Defendemos, Sra. Presidente, uma educação de qualidade em todos os níveis. Esta é uma das bandeiras do nosso partido, o PDT. Queria que V.Exa. autorizasse a divulgação deste pronunciamento principalmente no programa A Voz do Brasil.

O SR. IVAN VALENTE. Fase Ordem do Dia. (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero dar como lido nosso pronunciamento. Doria e Crivella se unem na boçalidade e no autoritarismo a Bolsonaro. Os dois, neste final de semana, deram uma demonstração cabal de que hoje no Brasil se louvam torturadores, se faz censura e se destrói a democracia. Crivella mandou fazer censura na Bienal do Livro e foi repudiado amplamente, e o Governador de São Paulo, João Doria, mandou recolher material didático de ciências para adolescentes de 13 anos, porque, segundo ele, fazia apologia da ideologia de gênero. Imbecil, ignorante, não é nada disso! Mais do que isso, não esperávamos nada criativo ou promissor de nenhum dos gestores aqui citados, mas nós repudiamos essas atitudes de censura.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em tempos de louvação a torturadores, de elogio ao malfadado golpe de 64 e de destruição da democracia no Brasil, o Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, e o Governador do Estado de São Paulo, João Doria, deram exemplos que confirmam o cenário de retrocesso político que domina o cenário nacional. Marcelo Crivella, do Republicanos, publicou um vídeo nas redes sociais em que dizia ter ordenado o recolhimento do livro Vingadores: a Cruzada das Crianças na Bienal do Livro. Um beijo entre dois jovens era o motivo. Já sobre o Governador de São Paulo, publica O Estado de S.Paulo: “João Doria (PSDB), mandou recolher no início de setembro material didático de Ciências para adolescentes de 13 anos da rede paulista que, segundo ele, fazia apologia à ‘ideologia de gênero’. A apostila tratava de diversidade sexual e explicava termos como ‘transgênero’ e ‘bissexual’”. Não que se espere algo de criativo ou promissor na gestão de ambos, nem que prevaleça o bom senso e a defesa da diversidade. Ao contrário, como diria o Barão de Itararé: “De onde não se espera nada, nada vem”. É o caso dos dois gestores em questão. Motivados por interesses diferentes, ambos deram uma lição de atraso político, de incapacidade de conviver com o diverso e de apelo execrável à censura, que deveria ser rejeitada por todos os que defendem uma sociedade plural e participativa. Crivella é prefeito de sua igreja apenas. Elegeu-se apoiado na crença de que seria um defensor da Tradição, Família e Propriedade. Esqueceu-se de que, como prefeito, deve prestar contas a toda a sociedade, e não apenas a sua bolha. Age menos como prefeito e mais como tuitador. Doria, por sua vez, procura, de forma oportunista, se distanciar do Governo Bolsonaro, cujo colapso parece cada vez mais iminente. O Governador se junta a Crivella no panteão dos gestores boçais e falsos moralistas, tão em voga hoje. A sociedade deve repudiar com toda intensidade medidas como essas, que mais se aproximam de um passado já superado pela maioria do povo brasileiro, porém resistente em

nichos de atraso e reacionários. Todo apoio à liberdade de expressão. Todo apoio à diversidades social. Todo apoio as mais diferentes formas de amor. Abaixo os falsos moralistas trajados de um purismo estúpido e destituído de bases sociais e morais sustentáveis. Doria e Crivella são parceiros de um modo de gestão calcado numa visão unitária de mundo, onde só existe espaço para os que a eles são semelhantes. O fascismo começa assim, e nós sabemos como ele termina. Muito obrigado.

17/09/2019

O SR. IVAN VALENTE. Fase Grande Expediente. (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dar como lido o nosso pronunciamento sobre Aras, o novo “Engavetador-Geral da República”. Nós sabemos que o Bolsonaro já havia expressado o desejo de ter na PGR alguém que rastejasse, algum capacho, alguém que não fosse xiita ambiental, que não atrapalhasse o andamento de obras, que não supervalorizasse as minorias. E ele achou! Para isso, renegou dez candidatos da lista tríplice. Mais do que isso: ele está montando uma equipe de ultraconservadores, como Eitel Santiago Pereira, que defendeu o golpe de 64 e se mostrou favorável aos Atos Institucionais; como Guilherme Schelb, que é um franco defensor da tal ideologia de gênero, ou seja lá o que for essa picaretagem, e do Escola sem Partido. Não há nada mais retrógrado e repugnante. Estamos em vias de ter um péssimo Procurador-Geral da República.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Jair Bolsonaro escolheu, no início de setembro, o nome de Augusto Aras para comandar a Procuradoria-Geral da República entre setembro de 2019 e setembro de 2021. Bolsonaro havia expressado que desejava um nome que tivesse alinhamento com as posições do Governo: não deveria “apenas combater corrupção” e não poderia ser um “xiita ambiental e atrapalhar o andamento de obras públicas”. Além disso, não deveria “supervalorizar as minorias”. O perfil indicado apontava para um Procurador que se submetesse ao Executivo, ou seja, alguém sem independência suficiente e distância necessária para exercer seu papel de fiscalizar a própria Presidência da República. Ao optar por Aras, o Presidente ignorou a lista tríplice enviada por integrantes do Ministério Público, rompendo uma prática em curso desde 2003. A lista tríplice não garante, necessariamente, a independência do órgão em relação ao poder político do Gabinete da Presidência da República, mas permite, sim, uma ampliação da participação do segmento na escolha, através de votação do colegiado. Esse processo foi adotado no Governo Lula e teve continuação no Governo Dilma. Ambos acataram a sugestão dos primeiros colocados da lista. Temer escolheu Raquel Dodge, a segunda colocada. Neste ano, a votação teve dez nomes em disputa, com a participação de 82% dos Procuradores com direito a voto. Fernando Henrique Cardoso havia sido o último a ignorar a indicação, quando manteve Geraldo Brindeiro no comando da PGR. Basta lembrar que o apelido de Brindeiro era “Engavetador-Geral da República”, em função das suas posições recuadas diante de denúncias que chegavam às suas mãos. Bolsonaro deseja recuperar a lógica do “engavetador”, a começar pelo próprio interesse em relação ao cabeludo caso da relação da família com as milícias e com Queiroz, além da caixinha da assessoria. Mas as polêmicas vão além. Posso citar as queimadas que devastam a Amazônia e o futuro da

Lava-Jato, cujas denúncias vazadas pelo The Intercept mostram evidentes abusos cometidos. Diante de alguém que louva o golpe de 64 e as mortes e torturas provocadas pelo regime de exceção; de alguém que tem Ustra como ídolo; de alguém que pretende transformar o Brasil numa caserna; a indicação de Aras parecer ser um mal menor, mas não é. O gabinete que se esboça mostra isso com inequívoca evidência. Eitel Santiago Pereira, que foi convidado para ser Secretário-Geral, já declarou que o golpe de 64 foi uma “revolução” e se mostrou favorável aos Atos Institucionais. Outro nome cotado é o de Guilherme Schelb, um franco defensor da “ideologia de gênero” e do “Escola sem Partido”. Nada é mais retrógrado e repugnante! O Senado deveria recusar o nome de Aras. Seria o mais sensato que poderia acontecer nesta novela burlesca e patética, em que exaltam o combate à corrupção nos discursos, mas criam mecanismos de amortecimento na prática. Flávio Bolsonaro e as milícias cariocas agradecem imensamente a escolha. Ganha o filho, perde a Nação. Muito obrigado.

24/09/2019

O SR. ALEXANDRE FROTA. Fase Pequeno Expediente. (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos estão falando hoje sobre o discurso do nosso Presidente da República, Jair Bolsonaro, praticamente iniciando a campanha dele de 2022. Foi um discurso em que deixou a desejar. Ele falou exatamente o que aqueles que o acompanham — aquela bolha toda que o acompanha — queriam ouvir. E aí deixou de falar sobre os inúmeros assassinatos, a Amazônia queimando, a falta de dinheiro para cultura, para educação, para saúde e, principalmente, para ciência e tecnologia. Ainda disse que não tinha viés ideológico, tratou de ideologia de gênero, direitos humanos, ou seja, Bolsonaro iniciou, no dia de hoje, a campanha de 2022. Muito obrigado.

15/10/2019

A SRA. ALICE PORTUGAL. Comissão Geral. (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, gostaria de cumprimentar os Magníficos Reitores e Magníficas Reitoras aqui presentes, a ANDIFES, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — CONIF, a representação do Ministério da Educação, a representação dos estudantes — Pedro Gorki nos brindou com uma grande fala em nome dos estudantes brasileiros, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES, a União Nacional dos Estudantes — UNE, os estudantes, razão de existir da educação brasileira, Daniel Cara. Senhores e senhoras, hoje é o Dia do Professor. Ainda no período do Império, nós tivemos o decreto que impôs ao Brasil, depois de muitos anos de ocupação portuguesa, a garantia da escola de primeiras letras, que obrigava que, em cada vilarejo, em cada cidade deste Brasil, houvesse uma escola com parâmetros curriculares na busca da unificação e da forma de pagar o salário dos professores, onde se ensinaria a natureza deste Brasil que se formava e onde os homens aprenderiam álgebra e geometria, mas as mulheres, prendas domésticas. Mas foi o primeiro decreto que nacionalizou a educação, justo no dia do nascimento de Teresa D'Ávila, grande educadora. Seu coração está exposto em todo mundo em nome da educação e do envolvimento da mulher na educação. Desde lá, do Império, a luta tem sido grande para a valorização do professor e para a compreensão de que a educação liberta. Eu quero abraçar

todos os professores e professoras brasileiros, que esperam o cumprimento da implementação do seu piso salarial, do qual tenho a honra de ser uma das autoras; que esperam a garantia de que se paguem os 10% do PIB, mesmo um pibinho, para a educação; que aguardam os 75% do Fundo Social do pré-sal, que nunca foram cumpridos, para a educação brasileira; e que rejeitam a aprovação da reforma do ensino médio, que garantiu o desfalcamento das licenciaturas e a valorização de um suposto notório saber, para colocar professores terceirizados nas escolas públicas brasileiras, assim como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, que obriga apenas o ensino de Português e Matemática. Nós esperamos que isso não se consolide em lei para a escola pública. E as demais questões serão possivelmente colocadas como opções e apenas obrigação do setor privado. A BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Essa é a realidade da educação brasileira. O que acontece hoje com o contingenciamento, ou melhor, com os cortes — os cortes na educação —, e nós tivemos, durante esse período, 30% dos recursos de custeio e investimentos cortados em março deste ano, com a devolução apenas de 1,9 bilhão de reais em setembro, que não resolveram o problema das universidades e dos institutos federais. Esse corte é consequência de uma opção política que vem se arrastando desde o Governo Temer e que agora tem o coroamento nefasto neste Governo do Sr. Jair Bolsonaro, que odeia a educação, que ideologiza a universidade, como um centro de educação marxista, com uma educação que permeia a ideologia de gênero. Na verdade, o que nós temos no Brasil é uma visão apedeuta, é uma visão terraplanista, é uma visão lamentavelmente de afastar o desenvolvimento científico e tecnológico das prioridades deste País, reduzindo o Brasil, de grande potencial científico, tecnológico e educacional para desenvolver o seu povo a uma colônia de quinta categoria, completamente genuflexa aos interesses das potências do Norte. Srs. Deputados, Srs. Reitores, Sras. Reitoras, eu gostaria, Deputado Bacelar, de, primeiro, exaltar a iniciativa de V.Exa. de realização desta Comissão Geral. Depois, quero dizer que é fundamental que dela saiam indicações para o trabalho das bancadas, porque o Presidente da ANDIFES, Reitor da Universidade de onde sou oriunda, Prof. João Carlos Salles, que nos brindou com a primeira fala, relatou para nós o caos financeiro que vivem as universidades. Nós precisamos este ano colocar emendas de todas as bancadas para custeio, e não para investimento; precisamos rejeitar a fusão da CAPES com o CNPq; precisamos garantir que a pós-graduação no Brasil não seja privatizada como um todo. E, para além da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2019, que garante que fiquem nas universidades os recursos arrecadados por elas, precisamos retirar toda educação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, porque o contingenciamento deste ano já se deu sobre um contingenciamento de 20 anos em todo o investimento público brasileiro. Portanto, é a situação mais difícil que nós já vivenciamos nas universidades nos últimos tempos. É a situação em que voltamos para o Orçamento de 2010, mas com muito mais alunos e com muito mais gastos. A educação foi o grande legado que tivemos nos Governos de centro-esquerda em nosso País, iniciados em 2003, mas que, infelizmente, estão sendo demonizados, afastados, desconstruídos por este momento de atraso, de fundamentalismo e de obscurantismo em relação ao futuro da ciência, da educação, da tecnologia e da inovação em nosso País. Parabéns pela Comissão Geral. A nossa luta é pela recuperação do tecido educacional brasileiro. Viva o professor! (Palmas.)

O SR. IVAN VALENTE. Ordem do Dia. (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria aproveitar este momento para saudar todos os professores e professoras do Brasil que lutam, resistem e conseguem até hoje alavancar o Brasil para o futuro e garantir aos nossos jovens, com muito esforço, a educação. Quero aproveitar para dar como lido nosso pronunciamento que traz uma análise intitulada: “BolsoDoria” e a destruição planejada da educação brasileira com ideologia. Na semana em que se comemora o dia do mestre, as notícias que chegam dos governantes não são nada alvissareiras, ao contrário. Nossos educadores sabem que o magistério é um exercício diário de resistência, persistência, e é dessa resiliência que nasce a esperança de mudança no nosso País. Para completar, Presidente... (Desligamento automático do microfone.) DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE. “BolsoDoria” e a destruição planejada da educação Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a ascensão recente da ultradireita no Brasil trouxe consequências deletérias e profundas à construção da cidadania no Brasil. A educação é uma das principais vítimas deste movimento político, que conta com vários protagonistas emergentes e oportunistas. Embora não pensados conjuntamente, os ataques são orquestrados e respondem a uma lógica de desvalorização da escola como espaço democrático, de criação do saber e do pensamento crítico. Em São Paulo o desmonte da escola pública é um projeto que se efetiva há ao menos duas décadas, período em que os tucanos governam o Estado. Doria é a mais nova síntese desta tragédia, que deixará sequelas em larga escala. O Governador não negocia reajustes salariais nem melhorias nas condições de trabalho para os docentes da rede, além de aplicar as contenções orçamentárias. Henrique Meirelles, Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, é um digno representante do capital financeiro, e seu papel é o de valorizar papéis e desmontar escolas. Doria, na linha do gestor durão com professores e de fala mansa com empresários e banqueiros, além de não negociar as demandas da categoria, age no sentido de precarizar ainda mais as condições de trabalho. Ele pretende picotar as férias dos docentes em quatro períodos, ampliando o tempo de trabalho e impossibilitando a recuperação do desgaste sofrido com o magistério. Sua última ação foi a Portaria nº 6, de 2019, que versa sobre novos critérios para a atribuição de classes e de aulas para 2020 na rede estadual de São Paulo. Trata-se de mais uma medida autoritária, elaborada sem nenhuma discussão com a categoria, e injusta, pois obriga os profissionais a aderirem à jornada integral e a permanecerem mais tempo na escola, mas sem aumento proporcional de salário, prejudicando a carreira e contribuindo para o achatamento salarial. Isso segue a mesma lógica que infesta as mentes mais retrógradas de que os problemas centrais da educação se limitam ao maior tempo de aula, ou seja, o quantitativo se sobrepõe ao qualitativo. O autoritarismo de Doria se mostra latente e se expressa, por exemplo, no projeto Escola em Tempo Integral no Ensino Médio. Sem nenhuma discussão com a comunidade e distante dos anseios de uma escola de qualidade, ainda desconsidera os problemas de infraestrutura nas unidades. E aquelas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade, onde a necessidade de trabalho é mais premente, serão diretamente afetadas. Não se trata de ser contra escola em tempo integral, proposta que defendemos, mas, sim, de reconhecer que o projeto nasce falido, pelo componente autoritário que o distancia das reais demandas da comunidade escolar. Há ainda outros projetos em curso que merecem a crítica profunda pelos princípios que os movem. A criação de grades curriculares móveis aponta para a flexibilização dos componentes curriculares básicos e a introdução de disciplinas técnicas e práticas. Esse é o caso do Programa

Inova Educação, que é feito em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Em outras palavras, trata-se da decretação da educação como geradora de mão de obra barata e do abandono de seu papel estruturante na formação de nossos jovens. Na onda reacionária, uma das maiores sínteses do atraso na educação é o projeto Escola Sem Partido, que busca criminalizar docentes, inibir o debate democrático e a liberdade de cátedra. Seus resultados apontam para uma escola disciplinada pelo discurso único e pautado pela história oficial. A ideologia de gênero e a militarização das escolas seguem a mesma linha de obstrução da pluralidade. A primeira se dá pela transformação de um pensamento abstrato e sem fundamento em uma prática de censura ao trabalho dos docentes. O segundo é um desdobramento direto da louvação ao golpe de 1964 pelos tresloucados saudosistas que enxergam virtudes no autoritarismo e na ditadura. A rigor, o que existe de discussão ideologizada sobre o gênero vem exatamente do grupo que faz apologia do pretenso sexismo escolar. Movimentos conservadores que nasceram na sociedade embalam as políticas públicas projetadas por Bolsonaro e o Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Mas a destruição segue em outro plano. Bolsonaro aplica o ajuste fiscal promovendo cortes orçamentários que estrangulam o pleno desenvolvimento da pesquisa e do ensino. As universidades federais estão arrochadas, e os órgãos de fomento à pesquisa vivem à beira da insolvência. A mesma política coloca em xeque o FUNDEB e sua manutenção. No Parlamento ganha força a proposta de ampliar a parcela de contribuição do MEC dos 10% atuais para 40%. O Ministro Weintraub se opõe visceralmente a isso, dado o seu compromisso com o estado mínimo e a privatização da educação. Tornar o FUNDEB permanente e promover aportes sucessivos e crescentes é absolutamente necessário para se resgatar a educação brasileira da crise que a cerca. As recentes rugas públicas entre Doria e Bolsonaro se limitam à disputa de espaço político, de olho nas eleições. Não são diferenças de projetos, ao contrário, ambos navegam no mesmo espectro da política nacional: a ultradireita, reacionária e neoliberal. Na semana em que se comemora o dia dos mestres, as notícias que chegam pelas mãos dos governantes não são nada estimulantes, ao contrário. Mas nossos educadores sabem que o magistério é um exercício diário de resistência e persistência, e é dessa resiliência que nasce a esperança de mudanças. Os educadores estão em luta. No dia 11 de outubro fizeram uma grande manifestação na Avenida Paulista em defesa da educação e dos direitos e contra o autoritarismo. Vamos juntos. Paulo Freire é nossa referência. Muito obrigado.

26/11/2019

A SRA. BENEDITA DA SILVA. Fase Breves Comunicações. (PT - RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu estou hoje aqui muito emocionada por continuar a fazer parte da história do serviço social, da assistência social e da seguridade social, reconhecidos como políticas públicas na Constituição de 1988.

O debate acerca da assistência social no Brasil vem ganhando destaque no momento atual, suscitado pelos brutais indicadores que demonstram que estamos voltando para o mapa da fome, com aumento da pobreza, do racismo, da intransigência religiosa e as profundas desigualdades que o desemprego gera neste País. Sob esses eixos temáticos, articula-se uma rede de questões que traz à tona a relação do Estado com a sociedade e do Estado com o mercado, num contexto no qual predominam, de um lado, políticas econômicas voltadas para

a estabilização da moeda e o ajuste estrutural da economia e, de outro, a complexa relação entre democracia política e democracia social.

A Conferência Nacional Democrática de Assistência Social está acontecendo aqui em Brasília, respaldada pela UnB, onde encontrou abrigo. Houve uma resistência, porque não houve, por parte do Governo, a indicação de que faria com certeza essa Conferência. No momento em que este País sofre com a miséria, nós encontramos neste Governo políticas que não são igualitárias e que não fortalecem a democrática. Pelos números de assassinatos, de genocídios e de homicídios, com a população indígena e negra sofrendo e com o feminicídio aumentando neste País, é indispensável o trabalho dos profissionais da assistência social e também da seguridade social, garantida pela Constituição brasileira. Nestes tempos sombrios, com este retrocesso que o País está sofrendo, nós devemos avançar na consolidação de um projeto, Sr. Presidente, de sociedade inclusiva. Nós não queremos mais conviver com gente morrendo na rua como barata, embora o Governo diga: “Os caras vão morrer na rua igual barata, pô”. Assim como diz: “Ideologia de gênero é coisa do capeta”; “Sou o capitão motosserra”; “Todo mundo gostaria de passar a tarde com um príncipe. Principalmente vocês, mulheres”; “Quilombola não serve nem para procriar”. Um Governo que pensa dessa maneira e diz essas coisas não pode ser responsável pela política social neste País. Essas frases trazem impacto, colocam o brasileiro para baixo. Este Governo não tem auxiliado para que se crie uma perspectiva de continuarmos a ter um Brasil mais ordeiro com inclusão. Sr. Presidente, a encruzilhada está traçada. Ou nós atendemos à democracia brasileira, na qual existe a liberdade para as manifestações, ou nós vamos viver uma barbárie. Se acabarem com os Conselhos, que significam a participação popular no controle social das políticas governamentais, como é o caso do esvaziamento do Conselho Nacional da Assistência Social, se acabarem também com o direito de registro dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e também do serviço social, será impossível, Sr. Presidente, conviver em sociedade. Eu peço a publicação nos Anais da íntegra do pronunciamento que fiz na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social e sua divulgação nos meios de comunicação da Casa.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

Matéria referida:

– Discurso proferido na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

04/12/2019

O SR. BIBO NUNES. Fase Ordem do Dia. (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssima Presidente Geovania de Sá, nobres colegas, está bastante polêmico o assunto. Eu quero deixar aqui bem claro, antes de qualquer coisa, que o Governo Bolsonaro é a favor da cultura em todas as instâncias, mas uma cultura sadia, uma cultura que não use política, uma cultura que não use ideologia de gênero, uma cultura que, acima de tudo, apoie os menores produtores — repito: uma cultura que apoie os menores produtores. O que nós vemos hoje é o setor de cultura apoiando grandes nomes do meio artístico, que não precisam de apoio. Nós temos é que desenvolver a cultura. E neste projeto nós não temos contrapartidas e nós não temos controle.

Nós não pretendemos obstruir. A nossa posição é contrária a esta matéria e temos que marcar posição. Tenham certeza de que o Governo Bolsonaro fará pela cultura deste País o que nenhum Governo fez. Mas nós queremos uma cultura séria, uma cultura sem politicalha, uma cultura que não venha a pegar dinheiro para fazer filmes como Lula, o Filho do Brasil, que foi um fracasso de bilheteria, ou fazer filme sobre Marighella. Não é para isso a cultura. Peguem esse dinheiro, já que têm tanto prestígio, na iniciativa privada, se é que têm competência para isso. Nós somos a favor do setor privado sempre, em qualquer situação. Mas, por favor, deixo bem claro que somos a favor de todos os tipos de cultura, em qualquer momento e em qualquer lugar. Mas ninguém vai usar dinheiro público para fazer politicalha! Muito obrigado, nobre Presidente.

17/12/2019

O SR. IVAN VALENTE. Fase Ordem do Dia. (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria dar como lido o nosso pronunciamento intitulado O educador Paulo Freire e o presidente energúmeno. O Presidente não se dignou a ir ao dicionário e ver o que significa energúmeno: endemoniado, possesso, fanático e louco, exatamente o contrário do que é Paulo Freire, uma figura delicada, culta, conciliadora e, mais do que nunca, uma pessoa que prestou enormes serviços ao povo brasileiro, reconhecida internacionalmente com 29 títulos de Doutor Honoris Causa pelas universidades norte-americanas e europeias, que passou pelo mundo todo e teve seu método consagrado. A Pedagogia do Oprimido é o segundo livro mais vendido do mundo. Esse é Paulo Freire. Vivam Paulo Freire, a Pedagogia do Oprimido e a liberdade!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de conhecimento da nossa Nação, e das demais, que Jair Bolsonaro tem fortes e significativas limitações cognitivas, produto direto de sua deliberada falta de intimidade com as letras, do seu desprezo pelos livros e da sua ojeriza pela cultura. Não é o caso de se lamentar seu passado de dificuldades e carências. Ao contrário, seu padrão de vida, com 8 mandatos de Deputado Federal, possibilitaria — a ele e a seus filhos — outro destino quando o assunto é conhecimento. Mas não foi a opção da família. Decidiram canalizar suas energias vitais para a ignorância desavergonhada, a manipulação e ostentação de armas de fogo e a manifestação reiterada de ideias esdrúxulas e descabidas. Não passa nem um dia sequer sem que alguém da família professe alguma ideia fora do lugar ou manifeste alguma forma de preconceito — que deveria ser inibida, ao menos, pelo protocolo do cargo. Mas ocorre exatamente o contrário: a condição de Presidente da República colocou um megafone gigante em sua boca, dando potência às bobagens ditas antes apenas em churrascos familiares e em reuniões com as milícias cariocas. E o mais espantoso ainda é que o Capitão se supera dia a dia. As expressões baixas e chulas nem chegam a esfriar e lá vem outra em cima, como foi o caso da foto com um torcedor do Flamengo ornado com a camisa do time e que recebeu a alcunha de ladrão por isso: “Se sumir a carteira, já sei quem é”, disse, sem nenhum constrangimento aparente. Dia após dia, o destempero verbal ganha novos verbetes. É uma fábrica de besteiras em ritmo industrial. O mais recente e talvez um dos mais significativos impropérios (se é que é possível classificá-los) foi o ataque a Paulo Freire. Na manhã da segunda-feira, 16 de dezembro de 2019, Jair Bolsonaro conversa com populares que se

posicionam à frente da moradia presidencial, o Palácio da Alvorada. Entra no assunto da TV Escola e diz que a programação era “totalmente de esquerda, ideologia de gênero; dinheiro público para ideologia de gênero”. Como se não bastasse, completa o roteiro do infortúnio apontando para os presentes e diz que “tem muita gente ali formada por essa ideologia do Paulo Freire, esse energúmeno”. Em míseros segundos, três grandes asneiras ganham corpo. A primeira é sobre ideologia de gênero. Trata-se de uma criação fantasiosa que objetiva hipervalorizar a educação familiar, ou *homeschooling*. Opera-se a conversão entre valorizar as diferenças típicas de uma sociedade diversa e fazer um debate raso e falso focado em escolas que estimulam o homossexualismo. A segunda é que, se ideologia de gênero funcionasse exatamente como ele imagina, as pessoas que estavam a sua volta o estariam vaiando, e não aplaudindo, pois ele mesmo se refere a elas como vítimas deste sistema de ensino. Uma contradição. Mas a terceira é a mais relevante de sua miséria intelectual: ele se refere a Paulo Freire como energúmeno. Na sua tibieza oceânica, deposita na conta do educador a responsabilidade pela crise da educação brasileira, pelos resultados do PISA e pela ideologização das escolas. Tenta, de toda maneira, reconstruir a narrativa de seu legado, culpando-o pelas mazelas da educação brasileira, quando ocorreu exatamente o contrário: não fosse Paulo Freire, o buraco escolar desta Nação seria ainda maior. Nem é necessário fazer menção à produção intelectual do pensador pernambucano, à sua grandeza teórica, às citações, prêmios e resultados práticos obtidos na alfabetização de nosso povo. Paulo dispensa apresentações e seu nome navega pelo mundo da academia, das escolas, dos debates pedagógicos acalorados e entre os alfabetizados por seu método popular. O valor de seu trabalho continua a ser debatido mais de 20 anos após a sua morte. Bolsonaro, ao contrário, será lembrado por sua despudorada e reprovável ignorância. Energúmeno significa sujeito sem conhecimento; imbecil; descontrolado; possuído pelo demônio; possesso. Paulo Freire era exatamente o contrário disso: sua delicadeza no trato pessoal, respeito ao pobre, dedicação ao trabalho e compromisso em educar o impediam de vociferar adjetivos fartamente repetidos pelo Presidente da República. Bolsonaro poderia ser, no mínimo, um republicano, discordando dos que pensam diferente dele, mas respeitando-os. Existem intelectuais de direita, centro e esquerda no Brasil e no mundo, mas ele prefere a prática da agressão verbal e da exaltação da figura do macho alfa. Tal postura evidencia quem é o verdadeiro energúmeno. Na verdade, se este comportamento bestificado e raso ratifica a condição de mito para um quarto dos brasileiros, os demais três quartos vão consolidando a ideia de que temos à frente do Poder Executivo brasileiro uma pessoa que não está à altura do cargo, que opera cotidianamente para esgarçar o tecido social e que nos faz passar vergonha, aqui e lá fora, cada vez que abre a boca. O Presidente mede o mundo por sua régua, que, de tão pequena e insignificante, pretende, por inveja ou incapacidade, reduzir brasileiros notáveis a figuras minúsculas e desprezíveis como ele. Não conseguirá. Viva Paulo Freire! Muito obrigado.

18/12/2019

O SR. EDUARDO BOLSONARO. Fase Pequeno Expediente. (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Se possível, Presidente Marcel Van Hattem, gostaria que fossem acumulados os dois tempos. Este será meu último discurso neste plenário, neste ano. Partilho do mesmo sentimento do Deputado Giovani de melhoria econômica do País. Vale a pena

também dizer que o Governo Temer foi um governo de transição, que tinha pautas econômicas muito positivas, muito boas. Para o Brasil que nós queremos, a economia é muito importante, mas ela, por si só, não vai conseguir segurar a onda para que continuemos colocando adiante o Brasil que nós queremos. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que nós temos, sim, que prestar atenção na pauta cultural. Essa é a pauta mais cara para o pessoal da Esquerda. Prova disso foi a recente onda criada por uma parte da imprensa para tentar derrubar o Ministro Abraham Weintraub. Ele ficou um mês sob fogo intenso, porque é exatamente ele que barra ideologia de gênero e que coloca adiante as escolas cívico-militares, que são os colégios que os alunos que lá estudam e os pais desses alunos mais querem, porque trazem disciplina. Esse Ministro conseguiu garantir um ENEM de qualidade, sem ideologização. Lembrem-se de que, no passado, a prova do ENEM citava feminismo e o dicionário dos travestis. Pela primeira vez, temos uma prova, vamos dizer assim, normal. Esses dias, até fiz um post falando um pouco sobre o Japão, um país que tem, sem sombra de dúvida, umas das melhores educações do mundo. Lá eles estavam experimentando drones que carregam componentes pesados. Ou seja, é o desenvolvimento tecnológico que vem das universidades. Enquanto isso, nas nossas universidades, o que fazem? Fazem teatrinho. Era “Fora, Temer!”, agora é “Fora, Bolsonaro!” É a professora que defeca na foto do Presidente no meio da rua. É um grupo teatral que encena a morte do Presidente na escola. Isso daí vai sair... Se estiver no rural, vai para o MST; se estiver na cidade, vai para o black bloc. Então, nessa pauta cultural, não podemos repetir o erro que ocorreu durante o regime militar, quando houve o milagre econômico. Houve boas pautas econômicas, principalmente no começo do regime. O Brasil saltou da 48ª para a 6ª posição na economia mundial, mas, prezada Rebeca Gusmão, esqueceu a pauta cultural. Eu sei que agora é muito fácil apontarmos os erros, é muito confortável. Naquela época, obviamente, os militares não tinham tanta consciência disso, e a ideologia gramscista invadiu as universidades. Nesse trabalho, a longo prazo, de conta-gotas, eles acabaram formando militantes, que hoje são chefes de redação, juízes, promotores, outros estão aqui dentro do Congresso. Onde eles entram, dizem-se agentes transformadores da sociedade, sem o menor pudor de ter que prestar atenção na ética da sua profissão, na ética do jornalismo, por exemplo, e militam contra aqueles que elegem ser os seus opositores — no caso, um Governo liberal, um Governo que preza pelas pautas conservadoras. Sr. Presidente, isso da pauta cultural é o que também me move a, no ano que vem, girar o Brasil inteiro. Ontem, lançamos dentro do PSL uma rede chamada Brasil acima de Tudo, uma frente, na verdade, um movimento intrapartidário que dá o tom para o próximo ano, que é o de girar o País levando as pautas conservadoras, dizendo como esse atual movimento feminista, que muitos chamam de “feminazi”, apossou-se da bandeira das mulheres. Tentam colocar adiante pautas ideológicas, não pautas genuinamente das mulheres. Basta lembrar que quando o ex-Presidente Lula falou “mulheres de grelo duro”, isso não comoveu ninguém. Quando a Karol Eller agora tomou uma surra, o movimento feminista não falou nada. Então, não prestam serviço às mulheres, prestam serviço à sua ideologia. Nesse movimento que vai começar no ano que vem, pretendo girar pelo Brasil, como eu falei no meu discurso, em que informei que não tentaria mais ir para a Embaixada brasileira em Washington. Pretendo aproximar o Governo Bolsonaro e as pautas conservadoras por todo o Brasil, no ano que vem. E eu gostaria de aproveitar, Presidente... Estou até mal-acostumado com o tempo de Líder. É tanto tempo! Eu estava até esquecendo! O Deputado Marcel Van Hattem comentou, e eu falei: “É mesmo, eu sou Líder! Esqueci!” Esse negócio do PSL é tão dinâmico, não é? É

golpe em cima de golpe, é lista em cima de lista! Depois vou até falar um pouquinho sobre a atuação do único dia de Líder da Deputada Joice Hasselmann e qual foi o tratamento dela com aqueles seus subordinados. Eles mesmos brincam entre eles, um chama o outro de orelha seca. Qual é o tratamento da Joice com os “oreia”? Escorraçando a galera lá dentro do PSL, que não tinha nada a ver com a vingança que ela quer contra mim. Mas, enfim, eu queria aproveitar a presença do Deputado Hildo Rocha, do Maranhão, e falar um pouquinho sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, Sr. Presidente. Acho que é uma das melhores marcas do Governo Bolsonaro este ano, e teve o Deputado Hildo Rocha como Relator do acordo. Nesta Casa, Deputado Giovani, nós somos muito criticados por levarmos adiante as pautas de maneira demorada. Contudo, esse acordo que foi assinado em março, já em dezembro tinha sido aprovado aqui, tanto pela Câmara quanto pelo Senado. E os debates mais intensos foram tratados na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Eu fiz questão, sim, de dar-lhes celeridade. Quando o projeto chegou à minha mão, designei Relator o Deputado Hildo Rocha, que fez o relatório. Compramos boas brigas, não é, Deputado Hildo Rocha? Mas valeu a pena. Vale lembrar que esta Presidência aqui, Deputado Boca Aberta, conversou com a Oposição. Antes do recesso de julho, fizemos o acordo: “Olha, vamos colocar mais duas audiências públicas, e os Deputados ainda terão o recesso para estudar a matéria”. Não adiantou muito não, não é, Deputado Hildo? Eles protelaram, depois deram uma de João sem braço. “Tem ou não tem acordo?” Quando o projeto chegou aqui ao Plenário, o pessoal do PT, tentando colocar questão de ordem, atrasou ainda mais o projeto. Inclusive, esse é o único projeto que vai dar uma esperança ao sofrido povo de Alcântara, no Maranhão. Se há uma oportunidade para que aquela população quilombola saia da pobreza e tenha uma vida mais confortável, é esta, e só haverá com o Centro de Lançamento de Alcântara, só se for feito lançamento de satélite e uso comercial daquela base. É o que o nosso vizinho, a Guiana Francesa, fez em Kourou. Kourou é essa cidade que tem centro de lançamento e hoje experimenta a maior renda per capita da América Latina. É lamentável que Deputados venham aqui se dizer defensores dos quilombolas, tentando atrasar esse projeto, que já ficou parado por mais de duas décadas! E valia tudo — não é, Deputado Hildo Rocha? —, até falar que o Brasil ia perder a soberania! O exemplo clássico vem do Brigadeiro Baptista Junior, um dos maiores entendidos nessa área aqui no Brasil. Ele falava o seguinte, Rebeca Gusmão e Deputado Vinicius Poit, meu irmão gêmeo: “Olha, se o Brasil tiver essa base, vai haver áreas para as quais o brasileiro não vai conseguir olhar. Isso é um atentado à nossa soberania”. Mas o Brigadeiro Baptista Júnior nos ensinou o quê? Quando a Fórmula 1 vem para o Brasil, ninguém pode olhar o boxe da Ferrari, não! Só pode olhar o boxe da Ferrari quem a Ferrari assim permitir, porque ali existem segredos industriais, existem tecnologias que não podem cair em mãos erradas. Não pode uma tecnologia dessas, que é capaz de lançar uma matéria a mil quilômetros de distância, cair na mão de um grupo terrorista. Isso é o acordo de salvaguardas tecnológicas. Os Estados Unidos só queriam que o Brasil falasse o seguinte: “Olha, nós brasileiros nos comprometemos a resguardar toda a tecnologia e todos os segredos industriais que existirem nesses satélites”. E como 80% do que vai para o espaço tem tecnologia americana, é óbvio, se você não tiver esse acordo, não vai conseguir fazer o uso comercial da Base de Alcântara. Portanto, parabéns, Deputado Hildo Rocha! Parabéns a todos os Deputados, inclusive os do Maranhão, Deputados Pedro Lucas Fernandes, Léo Moraes e Aluisio Mendes, que deu uma contribuição importante para o projeto. Parabenizo a todos! Certamente, os

maranhenses estão muito felizes. Terminando, Sr. Presidente, nesses 3 minutos que me faltam, eu queria comparar um pouquinho este primeiro ano do Governo Bolsonaro com Governos anteriores. Eu também postei uma média das invasões de terra que houve nos primeiros anos de Governo Lula, Dilma, Temer e FHC, e quantas invasões houve agora no primeiro ano de Governo Bolsonaro. Há Governos que passaram a marca de 400 invasões por ano, em seu primeiro ano de mandato. No Governo Bolsonaro, sabe quantas foram, Presidente? Cinco invasões, cinco invasões o ano inteiro! Isso é uma prova de que a torneirinha do MST está acabando. Eles ainda têm uma gordura para queimar, eles têm algum dinheirinho na fonte. Ou você acha que, por exemplo, só do Mais Médicos, por meio do qual era enviado 1,3 bilhão de reais para Cuba, uma parte disso não volta para cá? Ou você acha que o Porto de Mariel em Cuba, que a Odebrecht construiu, não foi superfaturado? Ou você acha que há um TCU forte em Cuba, que faz um controle, fiscaliza e pune os governantes que cometem crimes? E eu citei só um exemplo! Há o metrô de Caracas, há hidrelétrica na Nicarágua, há aqueles perdões das ditaduras africanas, só para citar alguns exemplos. Mais do que isso, o que o Brasil experimentava em 2003? O Brasil experimentava o desarmamento e uma política que só beneficia o bandido. É o que eu chamo de direitos humanos deturpados. Nunca se viram advogados de direitos humanos correrem para a delegacia para amparar uma viúva, para prestar auxílio psicológico ou uma assessoria jurídica para uma família que, de repente, tivesse direito a pensão. Nunca vi isso. Só iam para lá para proteger o vagabundo, para dizer que tem direito constitucional, que tem isso e tem aquilo. Agora estamos em tempos de audiência de custódia, que solta muitos presos em 24 horas. É por isso que a violência só cresce no Brasil, porque aqui bandido tem torçozeleira, prisão domiciliar, visita íntima. Progride com 1/6 da pena e tem uma série de benefícios e regalias. O cara fica confortável para delinquir! Agora, aqui, flexibilizamos as leis de acesso às armas de fogo e demos urgência ao Projeto do CACs — colecionadores, atiradores e caçadores. O Presidente fez vários decretos nessa área. O Ministro Sergio Moro dá um apoio incrível para a Polícia, que não para de bater recorde de apreensão de drogas! Pela primeira vez no Brasil estamos tendo uma guerra contra as drogas. Antes mentiam para você, dizendo que existia uma guerra contra as drogas. O que existiam eram diálogos cabulosos com os criminosos. O que existia era muita convivência. E agora temos verdadeiramente um Ministro que honra o seu cargo e um Presidente que faz aquilo que prometeu em campanha. Portanto, Presidente Giovani Cherini, Deputado Marcel Van Hattem, colegas aqui presentes, Deputados Boca Aberta e Hildo Rocha, o Brasil vai melhorar muito no ano que vem, com a força de todos nós juntos. Um abraço! Fiquem com Deus! (Palmas.)

28/04/2020

O SR. ELI BORGES. Fase Ordem do Dia. (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Quero agradecer ao nosso democrático Líder Zé Silva e parabenizá-lo pelo nascimento do seu netinho ou netinha — ainda não temos informação. Ele hoje é um vovozão feliz! Faço um comentário, neste Dia Mundial da Educação. Sempre defendi que a educação é o instrumento de desenvolvimento da sociedade. Uma sala de aula é o local propício para o debate, para as discussões, para o aprendizado, etc., mas dentro de um viés de respeito ao ser humano como pessoa. Nós tivemos um tsunami de

ideologias que foram trazidas em tempo pretérito, tentando-se fazer da escola um caminho para que grupos de ativistas perpetuassem as suas intenções, os seus projetos e a sua visão diferenciada de mundo, a sua visão diferenciada da ciência e a sua visão diferenciada do pensamento da maioria, no caso do Brasil. São dias difíceis para fazermos valer dentro das escolas os valores da família, a compreensão de que a escola não pode ser um local de contraponto àquilo que se aprende em casa. Pelo contrário, ela deve ser o local de ampliação dos conhecimentos adquiridos dentro da família como célula basilar da sociedade, na visão da Constituição e, repito, da biologia, da ciência. Mas alguns grupos entenderam que isso não deveria ser dessa forma, e nós vivemos longos anos nesse debate. Por fim, se provou que o ser humano existe dentro da visão da ciência e da biologia e, naturalmente, precisa ser respeitado como tal, quer seja dentro da sua casa, quer seja dentro da escola. Portanto, eu tenho muito a comemorar neste Dia Mundial da Educação. Graças a ela, nós crescemos como seres humanos. As grandes descobertas do mundo vieram pela educação. Os cientistas que trabalham no enfrentamento desta pandemia vieram das escolas, começaram lá, no seu á-bê-cê. Mas é preciso compreender que toda liberdade tem limite. Dessa forma, eu defendo, com certeza, que o Dia Mundial da Educação seja também um dia de reflexão, que a escola seja efetivamente um lugar do português, da matemática, da física, da química, e nunca um local de pretensão de grupos. Quero lamentar também, Presidente, uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Em sessão da semana passada, o Supremo disse ser ilegal uma (falha na transmissão) de Brasília, ou de alguma região de Brasília, falando que a ideologia de gênero pode ser ensinada nas escolas. Aquele Município fez uma lei dizendo que isso seria proibido, e o Supremo, que nos deu a alegria de retirar, nos termos da convivência religiosa, a possibilidade de aborto por zika, nos deu também, na mesma semana, a decepção de, por unanimidade, dizer que aquela lei que não permite a ideologia de gênero nas escolas é ilegal. Isso é lamentável num País em que a maioria dos brasileiros defende que a escola seja um lugar de princípios, mas não de ideologias. Dessa forma, quero parabenizar todos que entendem ser o Dia Mundial da Educação um momento especial para crescimento, mas quero lamentar esse episódio. Faço-o como cristão. Desejo que Deus possa abençoar o Brasil e a consciência das pessoas, para que elas entendam que não estou discriminando ninguém, mas a intimidade deve ser vivida na intimidade, e a escola nunca pode ser uma fábrica de pretensão de grupos. Muito obrigado, Presidente.

04/05/2020

O SR. ELI BORGES. Fase Ordem do Dia. (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo um tempo extremamente atípico no Brasil, devido ao coronavírus, nosso inimigo comum, que tem trazido para a sociedade brasileira um mal-estar muito grande, sobretudo para aqueles que estão perdendo os seus queridos, os seus parentes, todos brasileiros. Esta questão tem me angustiado, Sr. Presidente: as forças políticas brasileiras não têm conseguido se encontrar numa convergência, numa unidade, numa percepção de que esse tempo é extremamente difícil mesmo. Eu tenho ouvido, por exemplo, muitos ataques ao Supremo. Eu tenho minhas dificuldades de relacionamento com o Supremo, mas digo às pessoas que me acompanham que, para resolver o problema do Supremo, a solução está na Câmara Federal. Nós temos, por exemplo, a PEC da Bengala, que trata da aposentadoria dos Ministros aos 70 anos de idade, a

fim de que haja naturalmente uma renovação no Supremo. Isso não seria um problema para que alguém trouxesse como uma máxima o fechamento do Supremo, porque, nesse caso, a democracia vai sendo ameaçada. É claro que eu discordo daquilo que o Supremo faz. Recentemente, votou uma lei dizendo que é ilegal qualquer medida para proibir ideologia de gênero nas escolas. Isso é um absurdo, porque escola é lugar de se estudar português, matemática, física, química. Mas o remédio é simples. Mantemos, portanto, esta medida, que vai nos trazer uma percepção de que a renovação é praticável, assim como outras medidas importantes, como a prisão em segunda instância, etc. Há um barulho muito grande e um cenário muito vitimista no contexto político brasileiro, e o remédio é fácil: está na própria democracia, no próprio ordenamento jurídico brasileiro, na própria legislação. Salvo maior juízo, nós estamos votando e priorizando as matérias que tratam de assuntos da pandemia. É claro que temos de priorizar isso, mas o debate político se aflora a cada dia, com lances que não esperamos. Acho que é o momento de o Parlamento brasileiro trazer à baila medidas nesse nível, para dar uma acalmada nos ânimos políticos e o Brasil retomar a visão num tempo em que a máxima é o combate a essa pandemia, salvando-nos de outros debates políticos que, a meu ver, não têm construído nada para o futuro do Brasil neste momento. O Parlamento pode ser, à frente, com estas proposituras que já estão dentro da sua tramitação normal, uma resposta efetiva para o Brasil. Terminando dizendo, Presidente, da necessidade de a Câmara Federal divulgar de forma mais ampla, mais maciça aquilo que ela está fazendo pelo Brasil. Eu sou Deputado e tenho que ouvir pessoas me questionarem. Poxa, quantas matérias, quantos projetos, quantas medidas! Então, o Parlamento vai cumprindo, sim, o seu papel. E eu acho que é hora de rediscutirmos uma forma de propagar tudo isso, Presidente. No mais, que Deus lhe abençoe neste momento difícil da Nação brasileira. Muito obrigado.

27/10/2020

O SR. EROS BIONDINI. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PROS - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham por todo o Brasil, primeiramente gostaria de agradecer a indicação para compor o quadro de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional. Essa confiança me foi depositada, primeiro, com a indicação para Vice-Líder do Governo na Câmara. Agora muito me honra também ter essa confiança para ajudar na condução dos rumos do Brasil no Congresso Nacional. Sr. Presidente, eu venho aqui trazer a indignação de milhões de famílias do Brasil e, ao mesmo tempo, pedir urgência em pautar o Projeto de Lei nº 4.754, de 2016, do qual sou um dos autores, que tipifica como crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo. A ADI 5.668, impetrada no STF, quer voltar a assombrar o Brasil com a famigerada ideologia de gênero. Isso é algo que afronta as nossas famílias, a nossa sociedade, no momento em que passamos por uma pandemia e devemos ter da parte dos Três Poderes o foco em salvar vidas. É descabida essa ADI, porque pretende implantar a ideologia de gênero em todas as escolas. Não é possível que o STF ainda não se tenha dado conta do desejo soberano da nossa sociedade! Volta e meia, o Supremo vem com julgamento de liberação das drogas, liberação do aborto, ideologia de gênero. Parece que nós não escutamos a nossa sociedade, que já se manifestou inúmeras vezes contra as drogas no Brasil — pelo amor de Deus! —, contra o aborto no Brasil, contra a sexualização das nossas

crianças de 5 anos de idade. Nós não temos outros assuntos mais urgentes e importantes, com prerrogativas próprias, para discutir? A democracia caracteriza-se pela independência e harmonia entre os Poderes. Um deles, Sr. Presidente, V.Exa. preside. Nós temos que respeitar as prerrogativas de cada Poder. Por isso, pedimos urgência na votação do PL 4.754, que tipifica como crime de responsabilidade dos Ministros do STF a usurpação da prerrogativa do Poder Legislativo. Nós não podemos aceitar que venham a interferir nas nossas famílias, sexualizando as nossas crianças tão cedo, e, com isso, expondo-as ainda mais à pedofilia, aos riscos de abuso. Eu venho aqui, hoje, falar não apenas em nome da Frente Parlamentar Católica, da qual sou Vice-Presidente, e da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, que estão lutando para salvar nossos adolescentes e nossos jovens, os quais, ao entrarem precocemente na vida adulta, têm maior contato com as drogas e outras relações. Eu estou falando aqui em nome das milhões de famílias no Brasil que já se manifestaram contra a implantação da ideologia de gênero nas escolas. Digo mais, Sr. Presidente: não é omissão desta Casa. Esta Casa tem votado todas as matérias para as quais ela tem a prerrogativa. A Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional não se omitem em discutir o aborto, em discutir as drogas, em discutir a pedofilia, em discutir a ideologia de gênero. Portanto, não há sentido em um Poder usurpar a competência de outro. “Não” à ADIN 5.668 e “sim” à urgência ao Projeto de Lei nº 4.754, de 2016! São as famílias do Brasil, as comunidades, os movimentos pró-vida e pró-família que hoje gritam, aos quais nós emprestamos a voz neste plenário para que possam se manifestar. Que o Supremo Tribunal tenha essa sensibilidade! Vamos pedir aos Deputados e Deputadas que façam um coro conosco, para que esse importante projeto, que garante a soberania, a independência e a prerrogativa do Poder Legislativo, possa ser apreciado e votado com urgência nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

03/11/2020

O SR. BIBO NUNES. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, nobre Presidente e digníssimos colegas. É uma satisfação falar na abertura desta sessão plenária virtual. Hoje o mundo está preocupado com as eleições nos Estados Unidos da América. Os Estados Unidos, cujo Governo hoje é o grande parceiro do Governo Jair Bolsonaro, a maior nação do mundo em todos os sentidos, em muito têm ajudado o Brasil. A expectativa de nossa parte é a de que Donald Trump saia vencedor, mas, caso Joe Biden saia vencedor, não teremos grandes problemas, porque o Brasil é uma das maiores nações do mundo e interessa muito aos Estados Unidos. Portanto, a nossa soberania estará garantida sempre. Quanto à Amazônia, a Amazônia é nossa, e ninguém vai tentar dar alguma sombra no sentido de que a Amazônia não pertence aos brasileiros. Não tente nada contra a Amazônia ou qualquer governo do mundo. Quero também deixar bem clara a minha posição com relação à ideologia de gênero. Tenho recebido manifestações de pessoas de todo o Brasil, preocupadas com a discussão que faremos na Câmara dos Deputados daqui a um tempo, com relação à ideologia de gênero. Ideologia de gênero é algo inconcebível, inacreditável. Como pode um ser humano imaginar que o sexo é um desenvolvimento social, que, com o tempo, a pessoa vai definir se é homem ou mulher, que, ao chegar a uma escola, uma criança de 5 ou 6 anos de idade vai escolher se quer ser homem ou mulher? Não tem fundamento isso. Cerca de 2 anos atrás, a revista *Veja* estampou em sua capa a foto de um pai, de costas, junto com uma menininha

sorridente, bonitinha. Só que aquela menininha era um menino, cujos pais, quando viram o menino brincar de boneca, pensaram: “Quer ser menina”. Resolveram botar vestido na criança e por aí afora. Esses pais, do meu ponto de vista, deveriam ser interditados e perder a guarda do filho ou da filha, como eles queriam. Então, fica registrado para todo o Brasil, para as pessoas que me perguntam, que sou totalmente contra a ideologia de gênero. A Esquerda, baseada no Decálogo de Lênin, quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião, quer, com o mundo todo separado, e a sociedade aos frangalhos, tomar conta. O comunismo e o socialismo nivelam tudo por baixo. É o “quanto pior, melhor”. E os grandes estão aí viajando na primeira classe dos aviões, enquanto os seus seguidores, no máximo, andam num “jegue turbinado”. Essa é a verdade. Sou contra a ideologia de gênero sempre e a favor da família, a favor do Brasil. Grato, nobre Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL. Fase Breves Comunicações. (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. É um prazer revê-lo. Boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. É com muita satisfação que, neste momento, em nome da Minoria, comunico que continuaremos em obstrução nesta sessão. Estamos em obstrução porque é necessário votar a Medida Provisória nº 1.000, que trata do auxílio emergencial. O Sr. Presidente da República surfou numa popularidade efêmera a partir de um ato que nós da Oposição fizemos ao lutar por um auxílio emergencial, durante a pandemia do novo coronavírus, no valor de 600 reais e, para famílias monoparentais, de 1.200 reais. De maneira unilateral, o Governo corta ao meio o auxílio emergencial, mas os preços só aumentam. O gás de cozinha está na estratosfera. Infelizmente, a PNAD Contínua do IBGE, divulgada na última sexta-feira, deu conta de que 14,4% é o índice do desemprego no País, batendo recorde ao atingir 13,8 milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, as demissões não param de crescer no Brasil. É o aumento da desocupação, inclusive com o desalento. Nós já passamos dos 20 milhões de brasileiros entre desempregados, desocupados e desalentados. E o Sr. Bolsonaro procura fazer espuma, fazer graça com as mais de 160 mil vítimas do novo coronavírus — ele não se condeou de uma morte sequer, de uma família enlutada sequer. Ele faz piadas homofóbicas no Maranhão, atingindo o povo maranhense, o Governador do Maranhão; procura fazer intervenções, como hoje, nos grandes jornais, sobre interferências estrangeiras ameaçarem a eleição dos Estados Unidos. O que Bolsonaro tem a ver com isso? Lambe-botas de Trump! Procure saber da fome em nosso País, Bolsonaro! Procure saber do desemprego, que o Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística mostrou aos brasileiros no último dia 30. Governe para o País, Bolsonaro! Enfim, é uma falta de vergonha, e ainda vêm os representantes do extremismo de direita falar sobre ideologia de gênero, sobre questões que disfarçam, com uma falsa moral, o problema real dos brasileiros, que é fome, desemprego, desalento. Acima de tudo, o Governo dá um péssimo exemplo ao dizer que as vacinas são ideologizadas. É uma vergonha o que o Brasil passa diante dos olhos do mundo. Obstrução é a resposta, MP 1.000 é uma necessidade! Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. GENERAL GIRÃO. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas e população brasileira que nos assiste, boa tarde. Eu queria dizer para os senhores e para as senhoras que estão nos assistindo que lamentamos muito o discurso e, mais ainda, a atitude da Oposição de fazer obstrução nas nossas sessões plenárias. Já estamos há quase 2 meses sem sessões simplesmente porque acontece esse capricho de

obstrução, impedindo que nós possamos exercer o nosso direito democrático e o nosso dever como Deputados Federais de votar e de discutir aqui assuntos que dizem respeito à população brasileira. A Câmara dos Deputados tinha que estar votando, indo para o embate nas votações, porque é assim que se caracteriza o regime democrático. Se houver obstrução, não se vota nada. Eu me pronunciei na última sessão dizendo estar envergonhado, e digo isso mais uma vez. Por isso, peço desculpas à população brasileira, àqueles que votaram em nós e aos que não votaram, mas que hoje sabem que a Câmara dos Deputados está desse jeito. Isso é um absurdo! Outro posicionamento nosso, Sr. Presidente: é lamentável que o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Edson Fachin, coloque em votação agora, no dia 11, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.668, para que passe a ser obrigatório nas escolas o ensino da ideologia de gênero. Ora, esta Casa já negou isso! O Congresso Nacional, tanto Câmara quanto o Senado, já disse que não quer isso. A população brasileira não quer isso. O Ministro Fachin tinha toda a condição possível de negar de ofício esse requerimento do PSOL, essa ADI do PSOL, ele não fez isso. Não fez com que intenção? Eu não sei. O Supremo Tribunal Federal tem alguns Ministros que realmente tentam, às vezes, usurpar o poder do Congresso Nacional. Legislar é tarefa desta Casa, não é do Supremo! Não existe inconstitucionalidade. Tentou-se passar uma proposta aqui, e foi negada. Nós precisamos ter capacidade de reagir a isso. Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar as minhas palavras dizendo que a Polícia Federal fez hoje uma operação em alguns Estados, em algumas capitais, especialmente em Fortaleza, no Ceará, para combater o “Covidão”. Espero que ela chegue rapidamente também ao Rio Grande do Norte, porque esse consórcio do Nordeste é algo que nos envergonha, e muito. O dinheiro que foi desviado tem que ser cobrado, e as pessoas que participaram desses atos criminosos têm que ser presas. Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, desculpas à população brasileira!

A SRA. DRA. SORAYA MANATO. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSL - ES) - Obrigada pela concessão da palavra. Boa tarde a todos os Parlamentares e a todos os ouvintes. Sr. Presidente, como todos sabem, sou uma Parlamentar de direita, conservadora, cristã, e há dois importantes assuntos a respeito dos quais eu quero falar hoje neste plenário, para que as pessoas tenham ciência do que está acontecendo. Primeiro, quero deixar registrado o meu repúdio a uma ação absurda, prevista para ser decidida no dia 11 de novembro, como já disse hoje o meu colega Deputado General Girão. Essa ação, apresentada pelo PSOL, trata do ensino de ideologia de gênero nas escolas. É um verdadeiro absurdo. Sou totalmente contra essa violação dos valores da família. Espero que essa ação seja rejeitada pelos Ministros do Supremo. Tenho certeza de que essa proposta não representa a vontade da maioria do povo brasileiro. Outra coisa importante é que o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública para implementação no meu Estado, o Espírito Santo, de dois serviços de referência para aborto: um, no Hospital Infantil de Vila Velha, no Município de Vila Velha, e o outro, no Hospital São José no Município de Colatina. Esses dois hospitais se preparam para ser referência em aborto — o aborto é permitido até 22 semanas de gestação, de acordo com a Justiça —, inclusive em gestações com 25, 27, 28, 30, 32 semanas. Basta a paciente chegar à porta do hospital e falar que não quer mais aquele filho. Isso é mais do que um verdadeiro absurdo. Isso é um assassinato! Nós da direita, cristãos, não vamos permitir esse tipo de coisa. Isso é um absurdo! A população brasileira tem que estar ciente do que essa esquerda nefasta está fazendo com o povo brasileiro. Sobre esses dois assuntos eu queria falar, para que as

peessoas saibam, leiam sobre o tema e se posicionem nas redes sociais, para que isso não possa ser permitido no Brasil e no meu Estado, o Espírito Santo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

22/12/2020

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Ordem do Dia. (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC orienta “não” a esse requerimento de urgência. Na verdade, Sr. Presidente, ele é mais um jabuti na árvore. Tentam colocar aqui a questão da ideologia de gênero, buscando equiparar a doenças crônicas. Eu acho temerário o empregador ser obrigado a contratar alguém sem ter o direito de optar. Por exemplo, quanto à religião, o empregador não quer contratar alguém que seja evangélico. É um direito. Ele não quer contratar alguém que seja mulher. É um direito. Ele não quer contratar um gay. É um direito. Portanto, o PSC, em nome da democracia e da liberdade, encaminha “não” ao requerimento de urgência.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre este requerimento eu havia conversado com o Presidente Rodrigo Maia. Não há consenso. Não é que a bancada evangélica esteja a favor de discriminação. Aliás, ela se cala quando provocada por líderes políticos aí do Congresso que dizem que nós discriminamos. Basta buscar nos discursos que são feitos na Câmara Federal para se perceber que no Brasil há muito mais cristofobia que homofobia. Mas nós sempre nos calam. Nós sempre evitamos fazer o contraponto. É preciso haver um respeito maior, inclusive de políticos que, quando chegam as eleições, ficam tão alegres com o povo evangélico e vão atrás de votos, mas agora fazem esse discurso, que eu considero, aí, sim, discurso de ódio. Eu não tenho discurso de ódio. Eu não discrimino ninguém. Eu só acho que a intimidade deve ser vivida na intimidade. Este projeto é muito ideologizado. Ele fala de tantas coisas. Eu discuti isso com o Presidente Rodrigo Maia e disse a ele: “Presidente, é um projeto com poucas linhas que fala de cor, de etnia, de religião, de estado civil, de identidade de gênero, de HIV, de orientação sexual, matérias que já estão no Código Penal brasileiro, que já têm regras definidas no Código Penal brasileiro”. Aí alguém diz: “Não, mas nós estamos discutindo apenas a urgência”. Todos sabem que, depois que é votada a urgência de uma matéria, vira um deus nos acuda neste Parlamento. O Relator pega o projeto — e nós o analisamos —, faz a leitura do seu voto final aí no plenário, e nós, às vezes, não temos tempo nem de fazer alteração. Tem funcionado assim neste ano de sessões virtuais em função do coronavírus. Eu não sei por que apresentam matéria como essa. Eu não vejo nenhum padrão discriminando funcionário que tenha competência. De repente, se o cidadão tiver que escolher entre uma pessoa com competência e alguém que tem uma cor diferente ou tem uma orientação sexual diferente, ele vai sofrer um processo judicial. Este é um país que trabalha muito esses detalhes. Eu estou desafiando e perguntando em que lugar do Brasil há algum pastor expulsando homossexual da igreja ou em que lugar do Brasil há padrão expulsando homossexual competente do seu emprego. Eu conheço centenas de líderes religiosos que têm nas suas empresas homossexuais que trabalham com muita competência e não são discriminados. Agora querem invadir as empresas e, em tudo o que acontecer, colocar o nome de discriminação e criar uma punição? Está na hora, Presidente, de esse tipo de projeto nem ir a votação em sessão a distância, com votação virtual. É claro que ele está ideologizado! É claro que está inserida nele ideologia de gênero e muito mais! Então, não funciona a votação

desse jeito, a distância. Este projeto não pode ir a votação. “É só a urgência!” Urgência é um passo decisivo para se chegar aonde se quer, já que as Comissões não estão funcionando. Esse jogo está muito claro neste ano do coronavírus. Estão aproveitando essa situação e jogando para o plenário esse tipo de matéria, porque é uma forma de avançar nessas pautas ideologizadas. E, por favor, eu tenho me calado, mas quero dizer que nós não trabalhamos com ódio. Nós somos odiados por muitos Deputados deste Parlamento. Nós não trabalhamos com homofobia. E nós convivemos calados com a cristofobia porque somos pacíficos. Se V.Exas. não gostam de igrejas, por favor, também não as procurem em períodos eleitorais, não criem segmentos nos seus partidos para dizerem que os evangélicos são bonzinhos, como alguns têm criado. É preciso nos respeitar como um povo que, praticamente a custo zero para o Erário, leva alegria, leva esperança, leva paz e acolhe milhares — por que não dizer milhões — de homossexuais neste Brasil, sem discriminar. As igrejas os acolhem, orientam e ajudam. Nós não concordamos com as práticas, mas não os discriminamos. Recebemos nas nossas igrejas. Eu tenho desafiado LGBTs e vou desafiá-los para o Brasil todo ouvir. Nós acolhemos muito mais do que vocês!

03/03/2021

O SR. CARLOS JORDY. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSL entende a importância das relações comerciais do Brasil com o Chile, entende que a economia entre os dois países será fomentada com esse acordo, mas libera a bancada por termos alguns jabutis no acordo, envolvendo questões como ideologia de gênero e feminismo. Iremos apresentar uma emenda com uma cláusula interpretativa para que esses trechos não sejam interpretados como se nós estivéssemos adotando a ideologia de gênero e o feminismo. Obrigado.

16/03/2021

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE. Fase Ordem do Dia. (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso País está sofrendo. Milhões e milhões adoecem e morrem com esse vírus, e nós, nesta noite, discutimos a Lei do Gás. O nosso povo está morrendo em razão do colapso em que está toda a rede hospitalar, de todo o País, e estamos aqui discutindo algo que não tem razão de ser. O colapso do sistema de saúde, a negligência, os péssimos exemplos e os sinais invertidos da Presidência da República fazem com que a nossa sociedade não compreenda o que está acontecendo no atual momento. Há também aqueles e aquelas, cidadãos e cidadãs que, sem emprego e renda, sem a proteção do Estado neste momento difícil, passam fome, e não conseguem ter as suas contas em dia, arriscam-se na exposição em busca da sobrevivência, e o Governo diz que vai dar uma ajuda emergencial de 150 reais. Creio, Presidente, que será o vale-gás. O Brasil quer mais e mais vacina, quer superar este momento trágico de nossa sociedade, e o Presidente da República e os seus próximos estão preocupados com armas, com aborto, com ideologia de gênero, com os absurdos que o “gabinete do ódio produz, com destruição, com garimpo em terra indígena e, nesta noite, com a Lei do Gás, que nós poderíamos deixar para um momento propício. Não há priorização das vidas, e tem prevalecido uma política negacionista. São quase 300 mil mortes, e dia após dia, a cada dia, está pior. Temos o pior momento da pandemia, 1 ano depois de ela

ter começado, sem os esforços de uma coordenação nacional e sem saída pela ciência. Em 16 de março perdemos 2.798 pessoas, computadas até a presente hora. Ainda em janeiro, estudo que analisou as respostas de 98 países mostrou que, quanto à COVID-19, o Brasil já tinha o pior desempenho entre todas as nações do grupo. Avalia-se o total de casos e mortes por COVID em cada nação, a oferta de testes, o percentual da população afetada pela pandemia. Agora somos uma vergonha com relação à compra e à viabilização das vacinas necessárias. Assistimos ao Presidente da República desfazer um contrato com o qual teríamos 46 milhões de doses de Coronavac. Este País está desgovernado, este País tem o quarto Ministro da Saúde. O País não tem um Ministro da Economia nos moldes indicados pela nossa Constituição, tem uma pessoa imbuída de fazer a entrega, de vender o País, como está acontecendo esta noite. Quanto mais entregar, melhor. Mas há esperança. O restabelecimento dos direitos políticos do Presidente Lula já demonstrou efeito positivo. É possível termos um estadista, um líder com visão de país que defenda vacina, ciência, SUS, emprego e renda. No pronunciamento do último dia 10, o Presidente deu exemplos inúmeros de como o Brasil pode enfrentar a crise e de como devolver o Brasil aos brasileiros. O eixo é justamente o de colocar os problemas do povo brasileiro na conversa com os vários setores da sociedade, dos mais simples aos que mais produzem, priorizar a saúde, priorizar vidas, e não alimentar o apetite dos bancos, do setor financeiro, dos que mais ganharam durante a pandemia. Quando o povo morre, alguém está ganhando. Querem entregar as nossas empresas, o nosso patrimônio nacional, enquanto a nossa população, os serviços públicos e os servidores estão sendo destruídos. Há meses o povo sofre com a doença e suas consequências, sem o auxílio emergencial, sem emprego e renda, e neste momento com fome, e o Presidente não se dedica a enfrentar essas questões. A nossa Casa poderia estar debruçada, noite adentro, sobre a discussão da vacina, do auxílio emergencial, de vida digna para o nosso povo. É muito claro e evidente que, se o Governo tivesse uma postura diferente diante da doença, nós já estaríamos em outra situação, teríamos outras pactuações, agilidade naquilo que mais precisamos. O último discurso do Presidente Lula nos lembra que é possível o brasileiro ter alimentação, comer dignamente, comprar gás, ter dignidade, ter emprego, ter sua vida conforme a Constituição brasileira reza, sobre os direitos de todos e todas. Nós nos empenhamos como Parlamento, em alguns momentos, para aprovar a compra mais célere de vacinas, aprovamos saída para que crianças tivessem merenda escolar, aprovamos o FUNDEB, aprovamos projetos para garantir maior proteção e atendimento a mulheres vítimas de violência, aprovamos a Lei Assis Carvalho, para ajudar os agricultores, infelizmente com o veto do Presidente da República. Muito este Parlamento fez, mas muito há que fazer. Estamos no momento mais tenso, mais difícil. Precisamos enfrentar o que está acontecendo. Morrer não é a sina do nosso povo. Precisamos ter, como Parlamento, responsabilidade e necessitamos de estadistas à frente da Câmara dos Deputados. Temos aí uma Mesa eleita, Presidente Arthur Lira, que deve pegar a frente, porque, infelizmente, o Presidente da República assim não o faz. Por fim, mas não menos importante, aproveito para falar do mês de março, do Março Mulher. Queremos aprovar a pauta das mulheres. Queremos reforçar as denúncias de que persiste uma série de situações que mantêm as diferenças discriminatórias de gênero, o que continua desafiando as sociedades na efetivação das relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Entre 174 países do mundo, o Brasil ficou na 154ª posição em relação à participação da mulher no Parlamento. Nesse sentido, haveremos de tomar medidas determinantes para que o Brasil, que tem 51,8% de população feminina — e os

demais são nossos filhos —, possa mudar o rumo e colocar as mulheres no devido lugar, onde elas merecem, com as lutas que elas sempre fizeram. Nós avançamos, nós conquistamos espaços, nós tivemos, nas últimas eleições, 15% de mulheres neste Parlamento, nós tivemos mais candidatas a Prefeito e a Vereador na última eleição, mas ainda não é o suficiente para termos paridade nesta Casa, no Senado, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas. Neste momento de pandemia, vemos como estão sofrendo as mulheres, as mães de família que fazem a lista de compras, que vão ao supermercado e que veem que o dinheiro que têm não dá para comprar alimento para os filhos. Sabemos que muitas vezes o companheiro está do lado, mas muitas vezes não está. É a mulher sozinha, chefe de família, que está a sofrer fortemente nesta pandemia. Neste mês de março, peço aos Deputados desta Casa que rechacem quando as mulheres Parlamentares forem agredidas. Nós já ouvimos Parlamentares serem chamadas de “deputéricas”, já ouvimos alguns dizerem: “Mulher, a sua fala é estridente”; “As mulheres são histéricas”. E muitas vezes os nossos companheiros ficam calados. Agradeço muito aos homens que ajudam a carregar as bandeiras feministas. Vocês são parceiros. Precisamos de mais, precisamos dos companheiros que reconhecem a nossa luta, que reconhecem o que escrevemos durante a história, o nosso papel e, de forma muito digna, dos que se emocionam e têm solidariedade com a questão da mulher neste momento do País, da mulher professora, da mulher enfermeira, da mulher dona de casa, da mulher mãe, da mulher cidadã, da mulher que está na política, da mulher que quer espaço para trabalhar, junto com os companheiros, e fazer este País mais digno. Não adianta usar a tribuna da Câmara e do Senado para dizer que nós temos um Presidente da República que quer vacinar a população. Se assim fosse, neste ano o povo que está morrendo estaria vacinado, a maioria das mortes teria sido evitada em 2021. Infelizmente, essa atitude não foi tomada a tempo. Sr. Presidente, agradeço muito por este momento de fala. Agradeço a todas as mulheres desta Casa, ao Líder Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores, que abraço e a quem agradeço, e a V.Exa., Sr. Presidente, pelo espaço. Precisamos salvar as pessoas, precisamos de vacina para todos já, precisamos confiar na ciência, precisamos de auxílio digno, não de 150 reais, precisamos de mulheres protegidas, respeitadas e em espaços de poder, precisamos de outro Governo, precisamos sonhar alto e lutar muito mais, precisamos de um presidente como foi o Presidente Lula, que respeitou as mulheres e a população brasileira, que desde o primeiro dia disse que haveria café da manhã, almoço e jantar, e assim o fez. Nós queremos estadistas na Câmara, no Senado, nos Governos dos Estados e, especialmente, na Presidência da República.

28/04/2021

O SR. ELI BORGES. Breves Comunicações. (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.) - Presidente Rosângela, sempre admirei a sua competência, o seu espírito democrático, e é minha alegria perceber que V.Exa. está comandando este Parlamento. Presidente, hoje eu quero trazer à baila um assunto que me inquieta desde quando eu fui Vereador em Palmas e Deputado Estadual e que continua a me inquietar agora que sou Deputado Federal. Eu estava fazendo uma pesquisa e vou me aprofundar nela. Depois da edição da Constituição Federal, o Brasil, em âmbito federal, estadual e municipal, conseguiu editar em torno de 5,4 milhões de normas até o ano de 2017. A Constituição Federal já foi alterada aproximadamente 100 vezes depois da sua edição, em 1988. O Brasil, só no âmbito federal, fez em torno de 164 mil edições

e alterações; os Estados, quase 2 milhões; os Municípios, quase 3,9 milhões. Eu fico muito preocupado quando o Parlamento discute o dia todo, gasta muito dinheiro da Nação com Deputados indo e vindo — eles vão e voltam toda semana, em aviões cruzando o céu do Brasil. Há muita despesa, mas o resultado é muito pequeno, Presidente. Há debate que se alarga por 6 horas para votar uma matéria pequena. É preciso começar a discutir um País que efetivamente resolva os seus problemas. Hoje eu vou citar um problema: a educação, desde o ano passado. Os alunos precisam de aula. Nós temos a pandemia, que é um fato real. Não sabemos quanto tempo ela ainda vai durar. E o Parlamento já deveria ter dado para o Brasil, minha querida Deputada Rosângela, um modelo híbrido de educação, por inserção dos pais no ensino. Lembro-me como hoje de que questionei antigo Ministro da Educação de Governo anterior, porque os livros atuais, de alguma forma, excluíram a presença dos pais no ensino dos seus pimpolhos, têm um modelo que não envolve a família. A verdade é que hoje os pais precisam se inserir, porque as aulas, muitas vezes, são virtuais. Então, esse é um debate que se alonga neste Parlamento, que, eu acho, minha querida Deputada, precisa criar uma Comissão e discutir um modelo híbrido de educação, até porque nós não sabemos quanto tempo esta pandemia ainda vai durar. Que Deus abençoe V.Exa. com muito sucesso. Peço que coloque esta fala no programa A Voz do Brasil. Muito obrigado.

05/05/2021

O SR. CORONEL TADEU. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSL - SP) - Perfeito. Sr. Presidente, destaco que hoje é o Dia Nacional do Expedicionário. Há 76 anos, 25 mil pracinhas, 25 mil brasileiros entraram em território italiano, onde combateram o nazismo, o fascismo e foram vitoriosos. Este é um dia de homenagem aos expedicionários. Gostaria de saudar todos eles, os poucos que ainda estão vivos, e os seus familiares, que mantêm viva essa história para todo o povo brasileiro. Agora vou falar um pouco a respeito do Governo Bolsonaro, que é muito importante. Hoje, temos 71 milhões de doses de vacinas distribuídas por todos os Estados — 71 milhões. Mas, infelizmente, o nosso vacinômetro indica que temos apenas 44 milhões. A diferença é muito grande. Não quero crer que Governadores estejam fazendo estoque de vacinas em seus palácios, em suas secretarias. O povo precisa ser vacinado. Há um esforço muito grande do Governo Federal, do Governo Bolsonaro, do próprio Presidente, em avançar com essa vacinação, mas, como eu já tinha dito desta tribuna um tempo atrás, o Presidente rema num sentido, e alguns Governadores remam em outro sentido. Isso é muito grave para nós. Isso é muito grave porque o Governo Bolsonaro é um Governo que trabalha, é um Governo que atua para o bem da população. A Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, apreendeu ontem 300 quilos de drogas — 300 quilos de drogas. Essa é a maior apreensão do ano, no Rio de Janeiro. A Polícia Federal desmontou uma quadrilha que movimentou mais de 700 milhões de reais. Lavagem de dinheiro! E por aí vai. Estas duas polícias federais, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, estão trabalhando muito bem. E o que dizer do Ministério de Minas e Energia? Foram investidos 350 milhões para se levar energia elétrica para os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia. Em relação à área de infraestrutura, basta citar apenas dois dados: 2 mil quilômetros de estradas asfaltadas Brasil afora e 2.500 quilômetros de ferrovias. A nossa infraestrutura ficará um brinco! O Ministro Tarcísio está fazendo um excelente trabalho. O Governo Bolsonaro, com 58 milhões de reais, aumentou em 1.200 o

número de leitos de UTI, em UTIs para adultos e em UTIs pediátricas, em 19 Estados. Não vou citar os 19, mas vou destacar a Bahia, o Ceará, o Maranhão, o Pará, Estados que são governados por verdadeiros opositores do Presidente Bolsonaro. Para os aposentados, fará a antecipação do décimo terceiro salário: agora em maio, a primeira parcela, junto com o benefício; em junho, a segunda parcela. Sabe o que isso significa? Serão 52 bilhões de reais injetados na economia, porque essas pessoas não fazem poupança. Elas vão comprar seu arroz, vão comprar seu feijão e vão ajudar o comerciante, que vai ajudar toda uma cadeia econômica, que vários Governadores estão tentando bloquear. Mas o Governo vem dando respostas práticas para fazer a nossa economia não parar, mesmo que esses Governadores queiram fazer o Brasil parar. Por isso Bolsonaro é odiado pela esquerda. Eu costumo dizer que o cristianismo é a maior pedra no sapato do comunismo — o cristianismo —, e Bolsonaro é a pedra no sapato da esquerda brasileira. Por isso todo dia ele é achincalhado; todo dia, a cada 5 minutos, ele sofre uma ofensa; a cada 5 minutos, todos os dias, ele é desrespeitado por imprensa, por políticos, por toda sorte de pessoas que o odeiam. Por quê? Porque ele é cristão? Provavelmente, sim. Porque ele é contra o aborto e contra a ideologia de gênero. Porque ele não é ladrão, ele não é corrupto. Ele tem princípios, ele tem valores. Esses valores fizeram com que no domingo acontecessem manifestações em mais de 3 mil Municípios deste Brasil. Aqui em São Paulo, na Avenida Paulista, eu fui testemunha da bela manifestação que os brasileiros, que a família brasileira fez em apoio ao Presidente Bolsonaro, em reconhecimento a todos esses dados que eu acabei de passar. Provavelmente muitos brasileiros estão me ouvindo e precisam saber que isso acontece, que o Brasil faz, que o Governo Bolsonaro realiza. E não tiro o mérito de muitas votações e muitos projetos que nós, Deputados e Senadores, aprovamos, em total sintonia com o Governo, em total harmonia com o Governo, sem provocar nenhuma desavença. O Governo Bolsonaro, neste momento de CPI da COVID, está sendo verdadeiramente achincalhado. Mas eu tenho absoluta certeza de que, diante de tantas mentiras que serão ditas naquela CPI por várias pessoas, por vários interlocutores, o Presidente vai aguentar. Tenho toda a certeza. Ele já provou que é forte, já provou que é determinado, já provou que tem o couro grosso na política. Foram 20 anos dentro desta Casa aguentando poucas e boas. Mas ele se viabilizou, candidatou-se e ganhou a confiança do povo. Neste momento em que ele é alvo de inúmeras acusações, ao final desta CPI — cujo destino todo o mundo já sabe qual é — teremos que ver muito provavelmente o Senado concedendo ao Presidente Bolsonaro um atestado de bons antecedentes. Obrigado.

19/05/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Ordem do Dia. (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu quero manifestar desta tribuna a minha tristeza, em nome de todas as famílias que desejam que a escola pública, que a escola particular seja um lugar de conhecimento didático, e não de doutrinação esquerdista. Eu lamento profundamente a lei sancionada no Estado do Rio de Janeiro, lei esta que teve o nome de “Escola Sem Mordça”. Na verdade, esta tal Escola Sem Mordça é a antítese da Escola Sem Partido, só que feita e fabricada por aqueles que têm interesse em transformar o palco escolar, onde deveríamos celebrar a didática e o conhecimento, em um show de horrores, de lavagem cerebral de nossas crianças e de nossos adolescentes. Com a aprovação desta lei no Estado do Rio de Janeiro, nossos filhos e nossas

filhas estão entregues, oficialmente e legalmente, à ideologia de gênero e à doutrinação esquerdista. É mentira, cariocas e fluminenses e povo do Brasil, que o sancionar desta lei vai transformar a escola em um ambiente mais democrático. Por quê? Porque a doutrinação esquerdista de nossas crianças e de nossos adolescentes não prevê o contraditório aos professores esquerdistas. Não! É só ver vídeos que estão na Internet, de professores, aos gritos, sem admitir o contraditório por parte de nenhum aluno, porque esta é a característica da Esquerda quando entra em sala de aula para pregar os seus valores e os seus princípios antifamília. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu tomo a decisão, em defesa da liberdade educacional... Sim, a escola é o lugar de debate. Sim! Mas o que nós teremos com o sancionar desta lei não é um debate, é uma imposição ideológica. Por isso, estamos entrando com uma ação na Justiça para derrubar, para tentar corrigir este erro que foi o sancionar desta lei aprovada pela ALERJ. Infelizmente, o Estado do Rio de Janeiro se tornou o primeiro Estado da Federação a transformar em lei o direito da Esquerda de fazer uma lavagem cerebral em nossos filhos e de ensinar a eles princípios antivalores da família, como a ideologia de gênero. Isso não vai ficar assim. Nós vamos reagir.

24/06/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Subo a esta tribuna, Srs. Deputados, Sr. Presidente Marcelo Ramos, para manifestar, em primeiro lugar, o meu respeito — e não poderia ser diferente — a todos os cidadãos homossexuais neste País, a todos! O desrespeito ao cidadão por sua orientação sexual precisa ser combatido com veemência, principalmente por aqueles que se dizem cristãos. Entretanto, uma coisa é o cidadão homossexual, que não tem menos e não tem mais direitos do que eu, que sou heterossexual. Outra coisa é o movimento político LGBTI, que manipula angústias e sentimentos do cidadão homossexual, fazendo da orientação sexual, que é uma particularidade de cada indivíduo, um palco político e financeiro. Eu venho denunciar desta tribuna uma ação covarde patrocinada pelo movimento LGBTI junto à empresa Burger King. Eles fizeram um vídeo, que eu estou mostrando agora na minha rede social, em que usam crianças, manipulam mentes infantis a seu bel-prazer. Sr. Presidente, ensinar uma criança a respeitar a todos é um dever dos pais. Entretanto, a manipulação da mente dessas crianças nós temos que reprimir, temos que combater. O Pastor Silas Malafaia, que é psicólogo, diz que a criança não sabe discernir, não sabe a diferença entre orientação, mandamento e sugestão. Por isso, diante da criança, todo adulto está falando a verdade. A grande covardia do Burger King é usar a criança justamente na sua fase cognitiva, quando ela absorve tudo. É nesta fase que ela forma o seu caráter e sua compreensão de mundo. A fase da formação é entre 0 e 7 anos para alguns, e entre 0 e 12 anos para outros. A única intenção da empresa Burger King é causar confusão na cabeça de nossas crianças. A ideologia de gênero afirma que não existem diferenças sexuais entre os seres humanos e que, com o passar do tempo, cada ser humano vai decidir o que ele quer ser na vida, negando a essência biológica criada por Deus de cada um. O objetivo da empresa Burger King, aliado com o movimento LGBT, é criar um sistema educativopedagógico dentro do qual a pessoa não se sinta reconhecida nem como homem nem como mulher, mas ela simplesmente, com o passar do tempo, tomará esta decisão. Só que essa suposta decisão vem acompanhada de um aniquilamento o ser humano, porque a pessoa não

tem identidade. Portanto, fica aqui o meu protesto, em nome das famílias brasileiras, contra a empresa Burger King, por sua covardia.

30/06/2021

O SR. ELI BORGES. Fase Breves Comunicações (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós precisamos ter uma compreensão econômica do Brasil acerca do bairrismo respeitoso e inteligente. Eu tenho percebido que no âmbito da comunicação, sobretudo na forma como a ANATEL trabalha esse tema, não tem havido respeito àquilo que considero patrimônio nosso. As grandes empresas internacionais que investiram no Brasil na comunicação não têm tido muito interesse na zona rural, porque o custo é mais alto e o retorno é menor; não têm tido muito interesse nos pequenos Municípios, onde o investimento é mais alto e o retorno é menor. Assim, esse trabalho tem sido feito de maneira muito objetiva e respeitosa aos irmãos brasileiros pelas pequenas empresas provedoras de Internet. Eu estava analisando esses dados, Sr. Presidente. Eles têm em torno em 2 milhões de quilômetros de fibra ótica no Brasil, em torno de 11 mil provedores instalados sobretudo nesses rincões menos favorecidos. Dão para o caixa do Governo Federal, para o Brasil, mais de 6 bilhões de reais em impostos e ainda geram quase 1 milhão de empregos. A dificuldade que eles enfrentam quando vão tratar com a ANATEL é muito grande, o lobby das grandes empresas é muito forte. E nós estamos agora entrando na era do 5G. Eu faço este pronunciamento para que a Câmara Federal desta vez possa compreender a importância desse bolo e respeite mais, dentro da legalidade, dentro da moralidade e da coerência, aqueles que efetivamente são nossos, investem no Brasil e já geram emprego e divisas. Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu registro. Lembro a V.Exa. e aos demais Parlamentares que este debate, que se torna forte no mundo, mas com muito bairrismo, nós temos que fazer aqui finalmente. Trata-se da comunicação. Qualquer país não abre mão demais da sua comunicação, e para aquilo que é nosso, dos brasileiros, teríamos também mais segurança. Vou fazer um requerimento para que a Comissão competente chame esse segmento para um debate, juntamente com a ANATEL. Assim, poderemos valorizá-los, até porque eles estão respondendo a muito mais do que imaginamos e precisam muito mais do nosso respeito, precisam participar mais desse bolo da comunicação, nada em detrimento das empresas que vieram para cá, mas porque todos precisam ser tratados de igual modo. Outro ponto, Sr. Presidente, chama-se Burger King. Uma criança não sabe discernir entre orientação, mandamento e sugestão. Quando qualquer adulto fala com ela, sobretudo os pais, a criança se rende e tem isso como verdade. Essa busca desesperada da ideologia de gênero, esse desrespeito a mais de 80% da população brasileira, que é conservadora, precisa de ser rediscutido... (Desligamento automático do microfone.)

01/07/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Minha amiga Deputada Rosângela Gomes, quero saudar V.Exa. na Presidência desta Casa. Srs. Deputados, povo brasileiro, eu votei em Bolsonaro e não me arrependo. Votei em Bolsonaro para ele acabar com o financiamento público das ONGs abortistas, e ele acabou. Eu votei em Bolsonaro, porque não aguentava mais ver terras invadidas pelo MST, que era

financiado pelo PT, e ele cumpriu. Eu votei em Bolsonaro para acabar com a ideologia de gênero em nossas escolas, eu não queria mais ver material do MEC treinando nossos filhos a entenderem um mundo que não existe, e ele acabou com isso. Votei em Bolsonaro para acabar com a mamata da Lei Rouanet, e ele cumpriu. Votei em Bolsonaro para que o BNDES não mais financiasse, com o nosso dinheiro, obras em países comunistas, e ele cumpriu. Votei em Bolsonaro para que as empresas estatais, antes destruídas pelo Governo do Lula ladrão e do PT, passassem a dar lucros, e elas já estão dando, e ele cumpriu. Votei em Bolsonaro para que ministérios, bancos estatais e as empresas estatais não fossem mais usadas aqui nesta Casa como barganha de voto, e ele cumpriu. Votei em Bolsonaro para acabar com o ativismo esquerdista que está destruindo as nossas universidades públicas, e ele está cumprindo, trocando os seus reitores. Votei em Bolsonaro na expectativa de que o nosso dinheiro, o dinheiro público, não iria mais para os grandes conglomerados de comunicação como o Grupo Globo, e ele cumpriu. Votei em Bolsonaro para que o sentimento patriótico e de amor à Pátria voltasse a reinar nesta Nação, e ele cumpriu. Agora, eu sempre soube que, em 4 anos, Bolsonaro não ia conseguir consertar todas as roubalheiras e a destruição do PT e do Lula ladrão. Ainda mais com uma máquina cheia de petistas ainda. Bolsonaro é falho. Bolsonaro é gente. Bolsonaro é humano. Mas Bolsonaro é verdadeiro. Bolsonaro é honesto e transparente. Da primeira vez que o Brasil votou em Bolsonaro foi para tirar Lula e sua quadrilha do poder. Desta vez, voltaremos às urnas para não permitir a volta do candidato do STF, da grande mídia, dos artistas da Lei Rouanet, do candidato do MST, da ideologia de gênero, do FHC, o candidato dos artistas da Globo, o candidato dos maconheiros, dos traficantes, dos inimigos de Israel. Por isso, Lula ladrão debocha dos cristãos, porque sabe que, ao conhecer a verdade, a verdade nos liberta.

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicados. (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Rosângela Gomes, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, povo brasileiro, subo a esta tribuna hoje para fazer um alerta: estamos diante da maior ditadura da opinião de todos os tempos, com um discurso falacioso de minoria, com manipulação de dados estatísticos de violência, com mentiras — eu digo mentiras —, dizendo que o Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo, sem apresentar um dado sequer de uma Secretaria de Segurança Pública de qualquer Estado. Ora, se se matasse, seria aterrorizante, mas isso não é verdade. Com o apoio do Supremo Tribunal Federal, da grande mídia, dos grandes conglomerados globalistas mundiais, o movimento político e ditatorial dos ativistas LGBTI vai impondo seus valores goela abaixo da população brasileira. Agora jogadores de futebol foram obrigados — eu digo obrigados — a usar uniformes que promovessem a causa LGBTI, pois, se não usassem, poderiam ter seus contratos rescindidos. Sim, agora, pasmem V.Exas.: eles estão questionando a CBF por que não usa o número 24 nas camisas. O jogador que não quiser usar o número 24 — e é o jogador que escolhe o número quer usar — agora será obrigado. Pelo amor de Deus! Seria a mesma coisa se religiosos obrigassem jogadores a rezar o pai-nosso ou a fazer o sinal da cruz obrigatoriamente quando entram em campo. Fizeram agora o apresentador da RedeTV Sikêra Júnior se retratar, por ter criticado um comercial do Burger King que usou a imagem de crianças e ter chamado essa turma de raça desgraçada. Ele não chamou disso nenhum cidadão homossexual, que merece o nosso respeito; ele está chamando disso os ativistas do movimento político LGBTI. Mas o ponto principal da minha denúncia, Sra. Presidente, é que eles avançam

para cima de nossas crianças. No Rio de Janeiro, conseguiram, na ALERJ, votar um projeto de lei para liberar o ensino de ideologia de gênero para as nossas crianças. Em São Paulo, o Vereador Suplicy colocou um jabuti, uma emenda que nada tinha a ver com o projeto, e a Câmara de Vereadores de São Paulo engoliu mosca e votou a aprovação da ideologia de gênero nas escolas paulistas. Eles avançam covardemente sobre as nossas crianças. Para quê? Para tentarem jogar sobre elas os princípios do ativismo gay, mas as famílias brasileiras estão em alerta. Desta tribuna, eu digo: não vamos nos calar! Nós respeitamos, sim, o direito do cidadão homossexual. Ele tem direito, sim. Ele é um cidadão, sim, não de primeira ou de segunda classe, como qualquer outro cidadão, mas vamos repudiar veementemente a tentativa do ativismo gay de doutrinação de nossas crianças. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY. Fase Breves Comunicações. (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, na verdade, eu começo a minha fala parabenizando todo o movimento LGBTQIA+, porque traz um direito de ser numa sociedade que nos quer coisa; traz o direito de amar numa sociedade em que o ódio virou metodologia política, bem como a mentira — este é um Governo que estabeleceu o ódio e a mentira também como metodologia de atuação política; e traz o direito à cidade, o direito para que a cidade possa abarcar todas as cores, porque todas as cidades têm todas as cores, para que os afetos não sejam negados, porque a afetividade nos faz humanos. Nós nos reconhecemos na nossa humanidade e na afetividade. E esses que buscam impedir que os direitos sejam assegurados — o direito à identidade de gênero, o direito à liberdade de orientação sexual — são aqueles que buscam criar conceitos inexistentes, como ideologia de gênero, para poder esconder sua LGBTfobia, que já é crime neste País. Com isso, começo dizendo que tivemos o dia 28, o Dia de Stonewall, o dia da revolta, para construir o orgulho de ser como se é. E dizia Leminski, com razão: “Isso de quer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além”. E digo, para que nós possamos trilhar o caminho de justiça, sem qualquer tipo de discriminação: é preciso também fazer com que nós arranquemos a faixa presidencial, que está no peito estufado da LGBTfobia, que está no peito estufado da misoginia, do racismo, que está no peito estufado do fascismo e que hoje está manchado com tantas denúncias de corrupção. Eu costumo dizer que o discurso de moralidade do Governo Jair Bolsonaro tem os pés de Barros! Pelo menos, quatro ações do Líder do Governo na Câmara denotavam a sua intenção de favorecer a contratação dessa vacina da Covaxin em condições absolutamente irregulares e que, agora, mostra-se em condições de propina — propina! Chegou-se até a colocar 1 real em outro caso pelo Ministério ou por pessoas do Ministério da Saúde, para se estabelecer uma propina para as vacinas. Isso é um crime! É um crime que este Governo está cometendo, um Governo corrupto! É preciso que o Presidente da Casa dê vazão ao superpedido de impeachment que foi protocolado no dia de ontem, para dizer que este Brasil precisa respirar! Este Brasil não pode ter a corrupção da conta de um Queiroz, que municia a Primeira-Dama; a corrupção de mais de 2 milhões de reais do Erário público gastos com as férias do Presidente; a corrupção no Ministério do Meio Ambiente; e agora a corrupção na vacina. É fora, Bolsonaro! Todos juntos no dia 3!

01/09/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, a Presidente do PT, Deputada Gleisi Hoffmann, resolveu agora atirar e apontar a sua metralhadora desesperada de calúnias contra pastores e padres, líderes religiosos. Circula um vídeo na rede social em que a Deputada Gleisi Hoffmann compara pastor com traficante e milicianos, dizendo que é tudo a mesma coisa. S.Exa. acusa pastor de usar dízimo para atividades políticas, pastor sendo acusado por S.Exa. e pelo PT de enriquecimento ilícito, e ainda ameaça, caso Lula chegue ao Governo, rever o direito das Igrejas Católica e Evangélica da imunidade tributária. É isso mesmo! Mas por que Lula não tem o apoio das Igrejas, Deputada Gleisi Hoffmann? Eu vou dizer por quê. Porque Lula é a favor do aborto. Porque Lula é a favor de as Igrejas serem obrigadas a casar pessoas do mesmo sexo. Porque Lula é a favor da ideologia de gênero. As Igrejas não apoiam Lula, Deputada Gleisi Hoffmann, porque ele sempre financiou atividades, com empresas estatais, nas paradas do orgulho LGBT. A Igreja não apoia Lula porque Lula sempre apoiou a Marcha das Vadias, quando se enfiava crucifixo no ânus e se profanavam imagens da Igreja Católica. A Igreja não apoia Lula, Deputada Gleisi Hoffmann, porque Lula sempre foi a favor da doutrinação de nossos filhos nas escolas. Lula disse que, se for Presidente, vai regular a liberdade de padres e pastores e, abre aspas, “vai colocar essa gente no seu lugar”. Lula não vai governar sozinho, ele vai governar com Zé Pilintra das Almas! Lula é ladrão! É por isso que a Igreja não apoia Lula, Deputada Gleisi Hoffmann! Agora estou entrando, Sr. Presidente, com ação contra a Deputada Gleisi Hoffmann, que terá de dizer qual pastor, padre ou Igreja usa o dízimo para atividades políticas e qual pastor ela conhece que teve enriquecimento ilícito. A Igreja está ao lado de Bolsonaro porque Bolsonaro é honesto! A Igreja está ao lado de Bolsonaro por ideologia!

15/09/2021

O SR. LUCAS GONZALEZ. Fase Breves Comunicações. (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna porque está nas mãos do Governador de Minas Gerais, o Sr. Romeu Zema, por quem tenho grande admiração, a possibilidade de vetar integralmente o Projeto de Lei nº 2.316, de 2020, aprovado recentemente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um PL que tenta cravar no Estado a ideologia de gênero. Nós mineiros e nós brasileiros não aceitaremos esse tipo de ideia sendo propagada em nosso Estado e em nossa Nação. Nós somos uma Nação que valoriza a família, que valoriza a criança, que valoriza a ideia e o conceito original de que homem é homem e mulher é mulher. “Não” à ideologia de gênero em Minas Gerais! “Não” à ideologia de gênero no Brasil! Esperamos que o Governador Romeu Zema, daqui a poucos dias, vete integralmente esse projeto.

29/09/2021

O SR. HEITOR FREIRE. Breves Comunicações (PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e nobres colegas, eu subo a esta tribuna neste dia para corroborar e ratificar o meu apoio à nota de repúdio da Frente Parlamentar Evangélica quanto à decisão do Ministro Luís Roberto Barroso na ADPF 709, na qual emitiu uma medida cautelar proibindo que missões religiosas entrem em território indígena. Lendo toda a fundamentação e o que o Ministro disse quando fundamentou essa proibição, claramente vejo ali: primeiro, uma perseguição religiosa;

segundo, um entendimento errado de preceitos, de direitos constitucionais. Essas missões já existem há muitos anos. E não só há o quesito religioso nessas missões mas também a questão humanitária, porque essas missões religiosas levam direitos fundamentais, como o acesso à educação e à saúde. Durante essa pandemia da COVID, as missões religiosas, sejam evangélicas, sejam católicas, levaram muito apoio a essas comunidades indígenas. Com uma medida cautelar dessas, eu vejo uma perseguição religiosa aos evangélicos e às missões católicas que estão presentes lá. Nós vemos como errado esse entendimento do Ministro Barroso. Venho aqui também manifestar o meu apoio a todos esses religiosos, sejam evangélicos, sejam católicos, que estão trabalhando diuturnamente não somente na propagação do Evangelho, mas no apoio, ao levarem educação, saúde, comida, às terras indígenas, onde muitos não têm acesso a esses direitos fundamentais, e as missões religiosas, com muito afinho, vêm trazendo isso. E eu me pergunto e reflito: a decisão do Ministro proíbe missões religiosas, proíbe a propagação do Evangelho, mas não proíbe a propagação de ideologia de gênero e não proíbe que outras aberrações adentrem as terras indígenas. Mas missões religiosas ele proíbe. Fica aqui o meu repúdio a essa decisão do Ministro Barroso, e o meu total apoio a todos esses homens e mulheres de Deus, que vêm orando e propagando o Evangelho, ajudando todos os indígenas e levando as boas novas para esse povo. Sr. Presidente, peço que, se possível, o meu discurso seja disponibilizado no programa A Voz do Brasil. Muito obrigado.

30/09/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Nobre amigo Deputado Josivaldo Jp, do Maranhão, folgo em vê-lo nessa cadeira. Quero agradecer a Deus pela sua vida e pelo brilhante trabalho que V.Exa. tem feito aqui na Câmara. O tabloide da Esquerda CartaCapital diz: “Maioria dos bolsonaristas arrependidos votaria em Lula no 2º turno, diz Datafolha”. (Risos.) Eles não cansam de mentir, são viciados em mentira. Por que quem votou em Bolsonaro não votará jamais em Lula? Porque há um abismo que separa Bolsonaro de Lula. A maioria dos bolsonaristas, daqueles que confiam no Presidente, confiam nele porque ele é um cristão conservador. E por que cristãos conservadores não votarão em Lula? Porque não vamos votar em quem já disse que, se voltar ao poder, a pauta do aborto voltará a ser tema no Brasil. Não podemos votar em Lula porque não votaremos em quem defende a ideologia de gênero nas escolas de nossos filhos. Não! Cristãos e conservadores não votarão em um homem que sempre feriu o sexto mandamento: não roubarás. Lula foi ladrão. Lula é ladrão. Nós jamais votaremos em Lula porque ele sempre ameaçou — e voltou a ameaçar agora — padres e pastores, dizendo que, se voltar ao poder, vai enquadrá-los, vai colocá-los no seu devido lugar. Cristãos e conservadores que votam em Bolsonaro não votarão em Lula jamais, porque não votaremos em quem faz aliança com comunistas. É o comunismo a ideologia que mais persegue e mata cristãos no mundo inteiro. Nós não votaremos em Lula porque não votaremos em quem já disse que vai governar com Zé Pelintra das Almas este País. Há um abismo que separa Bolsonaro de Lula. Eu peço mais 30 segundos, Sr. Presidente, para me dirigir ao povo cristão do meu País. O Brasil é o último forte a ser vencido pelos inimigos da fé. O Brasil é o último forte a ser vencido por aqueles que odeiam o

cristianismo. Portanto, estar ao lado do Presidente Bolsonaro é estar ao lado daquele que comunga com os nossos princípios e os nossos valores. Por isso, jamais seremos Lula.

13/10/2021

O SR. LUIZ LIMA. Fase Breves Comunicações. (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Silva, é uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa. Hoje o destaque do meu pronunciamento é a falta de compostura do Presidente da CCJ do Senado Federal, o Senador Davi Alcolumbre. Essa história começou durante a campanha do Presidente Bolsonaro. O Presidente já sabia que iria indicar dois nomes ao Supremo Tribunal Federal: um, para substituir o então Ministro Celso de Mello, indicado por José Sarney em 1989 — viria a ser indicado, e o Senado aprovaria a indicação —, o Ministro Kassio Nunes; e há 3 meses foi indicado o futuro Ministro André Mendonça. Infelizmente, o Senador Davi Alcolumbre trancou essa pauta referente ao futuro Ministro André, que substituiria o Ministro Marco Aurélio Mello, indicado em 1990 pelo então Presidente Collor de Mello. Aonde eu quero chegar? Existe um ativismo judiciário — isso é fato em nosso País. E existem pautas pelas quais os 11 Ministros têm preferência. É verdade que esses 11 Ministros, infelizmente, não refletem os anseios da maioria da população brasileira. Esse ativismo judiciário é facilmente percebido. Neste Parlamento há 513 Deputados e 81 Senadores. Caso queiramos que seja aprovado algum projeto de lei, ele tem que passar pelas Comissões das duas Casas, ser apreciado pelos 513 Deputados e 81 Senadores, até ser sancionado pelo Presidente. Há certos movimentos e certos momentos em que, por meio do ativismo judiciário, tudo isso é decidido por apenas 11 Ministros. O Ministro André, indicado pelo Presidente Bolsonaro, não é só terrivelmente evangélico — eu, particularmente, não gosto de misturar religião com política — mas também é terrivelmente honesto, é terrivelmente contra o aborto, é terrivelmente contra a ideologia de gênero nas nossas escolas. Eu tenho certeza de que a democracia é o melhor caminho para o nosso País. Mas a democracia é engraçada: um Senador do Amapá, cuja capital tem menos habitantes do que Belford Roxo, no Rio de Janeiro, com menos eleitores do que Duque de Caxias, com menos eleitores do que Nova Iguaçu, com apenas 130 mil votos se elegeu Senador da República, tranca a pauta de um Presidente eleito com 57 milhões de votos. Presidente Ricardo, eu, que estou com 43 anos, espero em vida que os Presidentes da República não venham mais a indicar... O Senado é responsável pela sabatina de indicado; o Senado é responsável pelo impeachment; os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que deveriam investigar e que deveriam apreciar pautas verdadeiras, investigar até mesmo o Senado, ficam como cachorro correndo atrás do rabo, e o Brasil não se torna um país transparente e digno. Senador Davi Alcolumbre, faça justiça e faça honrar os votos de todo o povo brasileiro! Obrigado.

O SR. BIBO NUNES. Fase Breves Comunicações. (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sou grato, digníssimo Presidente Ricardo Silva, nobres colegas, pois é uma honra estar participando desta sessão aqui no meu ringue, onde eu luto a favor do Brasil. Atenção, vocês! Espantem-se! Apavorem-se! Olhem as palavras que eu vou falar e as atitudes: ideologia de gênero, gênero neutro, pedofilia, incesto, aborto. Em relação a essas palavras, a essas atitudes, à maioria delas, é impossível haver unanimidade, porque são um absurdo. Ideologia de gênero: a maioria da

Esquerda defende e prega a ideologia de gênero. Isso é um caos. Eu não acredito que um Parlamentar que tenha filha, filho, apoie ideologia de gênero. Ideologia de gênero é quando a criança, com 4, 5, 6 anos, escolhe se vai ser homem ou mulher. Acreditem! Acreditem! Apoiam esse tipo de coisa. Gênero neutro: quer dizer que não há mais ela nem ele. Em vez de “ela”, bota “elo” ou coisa assim, ou “elos”. Não há mais homem, nem mulher. No banheiro, entra quem quer. Colocariam a seguinte placa: entra quem quer, sai quem pode; ou melhor ainda, peça para entrar e reze para sair. É a gandaia generalizada. Pedofilia — olhem o que eles dizem da pedofilia: é direito sexual das crianças. Pedofilia é uma criança estuprada por um adulto. Eles dizem que é um direito sexual das crianças, que têm que experimentar o sexo. Incesto: é quando o pai faz amor com o filho e vice-versa. Dizem que é amor geracional. Eu ouvi, eu vi Deputadas favoráveis ao incesto. Aborto: a lei brasileira permite, em certos casos, o aborto. Mas querem aborto por qualquer coisa: transou, namorou, mata e não tem problema. Olhem: pedofilia, direito sexual das crianças; incesto, amor geracional. Eu falo isso, eu não estou generalizando, porque eu não acredito, é impossível que a maioria da Esquerda apoie esses absurdos! Isso seria o caos, o fim da sociedade, o fim da família! E eu prezo pela família, defendo a sociedade. Então, estou chamando a atenção de vocês que muitas vezes ficam criticando: “Ah, a gasolina está cara!” Todo mundo fala que está cara. Mas vejam o que a Esquerda prega! Vai acabar com a sociedade, com a sua família. Falo isso para chamar a atenção para o fato de que o bem tem que se sobrepor ao mal, ou, então, não tem sentido. Grato, nobre Presidente.

14/10/2021

O SR. OTONI DE PAULA. (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Eu subo a esta tribuna, neste dia, para manifestar o meu respeito pelo Deputado Professor Israel Batista, do PV do Distrito Federal, meu colega desta Casa. O Deputado Professor Israel Batista é homossexual e, na semana passada, resolveu declarar publicamente a sua opção sexual, ou a sua sexualidade. E a esse respeito ele fez um pronunciamento ontem, aqui nesta Casa, muito emocionado. E por que eu subo aqui para manifestar o meu respeito pelo Deputado Professor Israel Batista? Não porque ele é gay — não; o meu respeito não pode ser tributado a alguém por suas escolhas sexuais. Isso fica no íntimo de cada pessoa —, mas sim pelo seu caráter, pela sua seriedade na condução da sua vida pública e também, por que não, pela sua coragem de vir a público falar sobre a sua opção sexual. Embora eu tenha os meus preceitos e o meu entendimento sobre o tema, entendo que, acima do que eu penso, está o respeito, que, segundo o próprio Deputado Professor Israel Batista, seus pais, que são de fé evangélica, têm quando tratam seu filho Israel na sua condição e na sua sexualidade, perguntando-se o que Jesus faria no lugar deles. Com certeza, eles dão amor ao Deputado Professor Israel Batista, que é filho desde antes de ser Deputado, como Jesus também faria. Portanto, a questão aqui não é de concordar. Ninguém precisa concordar com ninguém. A questão aqui é de respeitar. Nós precisamos respeitar. Assim como eu quero que respeitem a minha fé, eu preciso respeitar as opções sexuais de cada pessoa. Embora eu seja contra a ideologia de gênero em nossas escolas, não sou contra a conscientização das nossas crianças quanto ao respeito ao próximo. Termino meu pronunciamento com a seguinte declaração de Jesus: “E como vós quereis que os homens vos façam, da mesma maneira fazei-lhes vós também”. Meu respeito sincero e de coração ao

Deputado Professor Israel Batista e o meu respeito e consideração a qualquer cidadão, independentemente da sua sexualidade, da sua preferência, da sua manifestação sexual. O que eu penso não pode ser imposto a você e o que você pensa não pode ser imposto a mim.

26/10/2021

A SRA. GEOVANIA DE SÁ. Fase Encerramento. (PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Presidente, mas essa cadeira está ocupada com alguém muito competente como V.Exa., Deputado Charles. Cumprimento V.Exa., também todos os nossos colegas Deputadas e Deputados. Presidente Charles, que ora preside esta sessão, muitas vezes, as pessoas não sabem o que faz um Deputado nesta Casa, mas eu sei o que vim fazer aqui: defender princípios e valores que trago desde o berço. Esses valores, para mim, são inegociáveis. As minhas origens são inegociáveis. Desde o meu primeiro ano de mandato, em 2015, sempre deixei claro nesta Casa quais são esses princípios e esses valores: sou contra o aborto, contra a ideologia de gênero, a favor da família, sempre com muito respeito, mas também sou contra a linguagem neutra e contra a legalização das drogas. Não negocio qualquer dessas pautas. E quero aqui dar um exemplo da minha defesa. Eu dei entrada no Projeto de Lei nº 2.650, de 2021, que proíbe a linguagem neutra nas escolas públicas e privadas do Brasil. Tal linguagem quer destruir palavras consagradas em acordos internacionais para promover um contrassenso linguístico histórico, além de ferir a Língua Portuguesa. Não vamos aceitar essa agressão às nossas crianças e adolescentes, que estão em formação, porque esses conceitos de falsas igualdades promovem somente confusão. É hora de dar um basta a tantas ideias e a propostas que querem ferir nossos princípios e prejudicam os nossos valores! Por isso, Presidente, precisamos de representantes aqui no Congresso Nacional que venham defender princípios, vida, família. Por isso, eu quero dizer que podem contar comigo! Que Deus abençoe o nosso Brasil! Aproveito também a oportunidade para aqui deixar registrado os 90 anos de história da Assembleia de Deus na cidade de Blumenau, que é presidida pelo meu amigo, Presidente da Convenção das Assembleias do Estado de Santa Catarina, Pastor Nilton dos Santos, que também é Presidente da Assembleia de Deus lá em Blumenau. Falar de igreja muito me emociona. Ela é uma organização que alcança a todos e vai a lugares em que, muitas vezes, o poder público não chega, na forma de levar fé, esperança, carinho e palavra de Deus, que conforte os corações. A Igreja, como um todo, cumpre um papel fundamental na sociedade. Por exemplo, casas de reabilitação de drogas e álcool, levam a diversos lugares assistência odontológica, médica, assistência social, dentre outras atividades. E lá em Blumenau, através de um missionário vindo da Alemanha, Wilhelm Dreffurt, que pouco sabia falar a língua portuguesa, mas tinha alegria e disposição para falar do amor de Deus aos colegas de trabalho em uma metalúrgica. E lá na Rua João Pessoa, em 1930, ele inicia a Igreja Assembleia de Deus em Itajaí e, após, veio até Blumenau. É impossível calcular o número de vidas alcançadas e almas resgatadas para o Reino. Quero aqui homenagear todos lá na cidade de Blumenau que fazem parte desta maravilhosa história. Eu sou assembleiana há 49 anos, que é a minha idade. Estou nesta igreja, permanecerei nesta igreja, porque esta igreja construiu a minha história, o meu caráter e os meus valores. Parabéns à Igreja Assembleia de Deus na cidade de Blumenau, através do meu Presidente e amigo, Pastor Nilton dos Santos! Por favor, peço o registro dos dois discursos no programa A Voz do Brasil. Obrigada, Sr. Presidente.

03/11/2021

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR. Fase Breves Comunicações. (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Arthur Lira. A PEC 23, que vamos votar daqui a pouco, é necessária e importante para o Brasil. A prorrogação dos precatórios, em parte, em até 60% deles, cria regras para a negociação mas garante a criação do Auxílio Brasil, que vai beneficiar, com 400 reais por mês, quase 30 milhões de brasileiros que estão passando necessidades. É muito importante criar esse auxílio. Além disso, a desoneração da folha, que hoje ocorre e que gera quase 6 milhões de empregos, também vai ser mantida em virtude dessa situação da prorrogação dos precatórios. Eu vou votar a favor. Isso é bom para o Brasil. Presidente, eu quero também parabenizar a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar de Minas Gerais. Aqueles 26 assaltantes, bandidos, que foram mortos em combate com a polícia, iam fazer novamente o que já haviam feito em Criciúma e em Uberaba. Como nos outros assaltos, eles iam matar pessoas, usar escudos humanos, amarrar reféns nos carros, explodir agências bancárias, atirar nos policiais. Esses bandidos foram executados em combate com a polícia. Eles tinham um arsenal de guerra! Portanto, parabéns à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Militar de Minas Gerais! É triste ver a Esquerda reclamando dessa situação. Da mesma forma, Presidente, eu quero me solidarizar com o jogador de vôlei Maurício Souza, que foi indevidamente atacado pela militância de esquerda e por essas pessoas que defendem a ideologia de gênero. Ele fez um comentário, deu a sua opinião. Disse que era ruim essa questão de o filho do Super-Homem ficar beijando outra pessoa, pelo fato de ele ter influência em crianças e adolescentes. Ninguém é contra a corrupção sexual de ninguém. Isso é uma liberdade e um direito. Respeita-se. Ele queria falar do exemplo que isso era para adolescentes e foi indevidamente perseguido por militantes. Infelizmente a Fiat, em âmbito mundial, veio

04/11/2021

O SR. ELI BORGES. (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, neste curto espaço de tempo, eu pretendo fazer três registros. O primeiro deles é acerca da pergunta; Por que o Deputado Eli Borges votou a favor da PEC dos Precatórios? Eu tenho três respostas básicas. A primeira é porque se preservou o menor, até 60 mil reais aproximadamente, um pouco mais do que isso, e ele terá prioridade de recebimento dos seus valores. A segunda é que houve um tratado com os professores, e eles não ficaram na mão. A terceira, Sra. Presidente, é que eu não poderia negar a minha posição parlamentar em favor de 17 milhões de brasileiros que precisam do Auxílio Brasil. O grito do menos favorecido, o grito do pobre, é muito forte no meu coração e nas minhas ações neste plenário. E aquela PEC é um resgate disso. O segundo registro, Sra. Presidente, é um breve relatório dos meus 30 anos de mandato. Hoje, apresentei uma revista dos primeiros 2 anos de Deputado Federal. Já tive 3 mandatos como Vereador de Palmas e 4 como Deputado Estadual do Tocantins. Na condição de Vereador, Presidente, busquei muito o que eu chamo de liberdade religiosa de todas as matizes. Não existem menos de 500 igrejas instaladas em Palmas, Tocantins, que não sejam fruto do meu trabalho, quer seja aprovando projetos de doação de áreas, quer, depois que isso foi questionado, mudando a legislação para atender as demandas dos segmentos religiosos de todas as matizes. Em outro ângulo, por volta de 2002, uma lei ambiental percorria o Brasil e

queriam calar a nossa voz por causa dos decibéis. Lá estava eu de novo fazendo mais de 20 alterações à lei, para que pudéssemos continuar tendo liberdade de gritar no Brasil, no caso, em Palmas, Tocantins, acerca dos valores da fé. Não diferente disso, Sra. Presidente, também, eu segui a minha caminhada e consegui impedir que uma lei muito maligna entrasse no ordenamento jurídico da capital, que era a autorização de impacto da vizinhança. Aquilo seria para nós um convite a não termos mais uma instituição dentro da nossa capital, a partir daquele momento. Em outro ângulo, Sra. Presidente, virei Deputado Estadual. Não tenho tempo para comentar mais de 3 mil proposições, mas fiz um resgate muito forte na legislação estadual. Trabalhei em 100 dos 139 Municípios, zerando toda questão de ideologia de gênero no Tocantins, para a glória de Deus. Chego a Brasília — e V.Exa. me ajudou muito —, junto com esse grupo de pessoas. Estou concluindo. Trabalhando muito forte, acredito que já conseguimos mudar umas 20 leis que vinham em detrimento da família, em detrimento da vida, em detrimento da nossa liberdade religiosa, contra a liberação do plantio de maconha no Brasil. Agora, Presidente, apresento esta revista onde provo que enviei mais de 100 milhões em recursos para o Tocantins. Portanto, tenho procurado fazer a minha caminhada como Parlamentar. Termina com isso, Sr. Presidente, no viés de recursos para o meu Estado, acredito que dei respostas. No viés das bandeiras que defendo, acredito que dei respostas como Vereador, como Deputado Estadual e agora como Deputado Federal, de tal maneira que escrevi uma frase aqui: “Assim como fui no Tocantins, serei em Brasília”. Estou honrando isso. Que Deus possa ser glorificado na minha vida! No próximo debate, já que não deu tempo hoje, eu quero falar sobre o perigo da cristofobia, quando começam a perseguir pessoas que lutam contra ideologia de gênero, sobretudo esportistas, no Brasil. Que Deus a abençoe, querida irmã! Muito obrigado. Parabéns pelo seu comando à frente desta Casa. pressionar a matriz no Brasil e pressionou o Minas Tênis Clube para que ele fosse demitido. Isso está errado. Isso não se faz. Por último, quero parabenizar o Presidente Bolsonaro pela atuação no G-20 na Itália. Ele deu um show de compromisso com o mundo, foi muito bem recepcionado e orgulhou a todos os brasileiros. Muito obrigado, Presidente.

09/11/2021

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR. Breves Comunicações. (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento. Eu queria abordar hoje a questão da fala do Secretário-Geral da OMS — Organização Mundial da Saúde, o etíope Tedros Adhanom. Ele elogiou muito o programa de vacinação do Brasil como um exemplo para o mundo, pela quantidade de vacinas que nós já conseguimos: 400 milhões de vacinas entregues a Estados e Municípios. Praticamente toda a população adulta já está vacinada com duas doses, quase toda a população. Estamos agora entrando na fase de vacinação dos adolescentes. O Secretário-Geral elogiou também o programa de vacinação de indígenas e de pessoas que necessitavam de maior atenção, de maiores cuidados; ou seja, é um sucesso a vacinação no Brasil. Genocida é aquele pessoal da Esquerda que queria que a pessoa ficasse em casa sofrendo e só fosse ao hospital quando estivesse com falta de ar e não tivesse um tratamento precoce, quando nem existia vacina. Esse pessoal é mentiroso, manipulador. A Esquerda só atrapalha e prejudica o País. Chega a dar nojo essas pessoas. De qualquer forma, o que nós temos hoje a comemorar também, no dia 9 de novembro, é a queda do Muro de

Berlim. Ali foi um marco, foi o fim da mentira do socialismo e do comunismo. A Alemanha, 32 anos atrás, derrubou o Muro de Berlim, e vocês viram a tristeza do povo alemão que vivia sob o regime socialista e comunista, o quanto sofria, a pobreza, a falta de liberdade. E é isso que esse pessoal ainda, com essa mentalidade atrasada, quer para o Brasil. Basta que vejamos aqui ao nosso lado a Argentina, que está sofrendo, e a Venezuela. Nós vemos também a Bolívia. É um atraso de vida essa mentalidade de querer um regime socialista ou comunista, não só em termos econômicos, mas em termos de liberdade. Implantação de ideologia de gênero para crianças, fim da família: há tanta coisa ruim que eles defendem! Esse pessoal da esquerda é ruim, é o que há de ruim para o Brasil. Presidente, eu queria pedir que a minha fala fosse para o programa A Voz do Brasil e a todos os demais órgãos de divulgação desta Casa. Muito obrigado.

10/11/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Eu quero me dirigir, neste momento, à Nação brasileira e ao cidadão de bem, que entende o que o Governo Bolsonaro representa para este País, de onde foi varrida a lama da corrupção — a corrupção sistematizada, a corrupção entranhada na máquina pública. Estamos indo para o 4º ano do Governo Bolsonaro sem corrupção. O que temos é a narrativa esquerdista, a narrativa da velha imprensa tentando construir, na verdade, uma realidade que não existe. Não tem como colar corrupção em Bolsonaro. Bolsonaro prometeu nos entregar um país onde os valores seriam respeitados, onde nossas crianças seriam respeitadas. No ano que vem, o MEC estará limpo — limpo! — didaticamente, seus livros estarão livres das concepções satânicas da ideologia de gênero patrocinada por eles. Eu quero que você compreenda o seguinte: está havendo uma discussão e estão dizendo que o Presidente Bolsonaro está indo para o PL. “É o partido do Valdemar Costa Neto, aquele ladrão, aquele corrupto. Bolsonaro falou dele ontem e está indo agora para o partido dele” — assim como você falou mal do seu cunhado no Natal passado e, neste Natal, vai estar com ele. Por quê? Porque é família. Isso aqui é política. Ciro Nogueira estava com Lula ontem. Hoje, ele está ao lado do Presidente Bolsonaro. Na verdade, o que rege isso aqui é o pragmatismo. Precisamos entender que, nesse mundo de lobos — como disse Jesus —, nós só sobreviveremos sendo prudentes como a serpente. Nós vamos ser devorados se nos comportarmos como uma pombinha. E é isso o que eles querem. O Presidente Bolsonaro vai precisar de um partido que banque a estrutura da sua campanha, os seus deslocamentos. Embora Presidente da República, ele tem que custear o avião e toda a estrutura presidencial durante a campanha. Isso vai ter um gasto em torno de 10 milhões de reais. Quem patrocina isso? O Presidente Bolsonaro precisará de tempo de TV. Por quê? Ele precisará contar a verdade sobre o seu Governo, pois a imprensa não quer contar, e a Esquerda quer deturpar. Então, pelo amor de Deus, não vamos tratar o Presidente como se ele estivesse errado em fazer política! Pelo contrário, vamos entender que, nesse jogo do poder, só sobrevivem aqueles que entendem que política se faz com política. Eu quero Bolsonaro Presidente! Para isso, eu estou ao lado dele no PL, no PP, onde ele estiver. Ele só não pode estar no PT. (Manifestação no plenário.)

18/11/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Ordem do Dia. (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin resolveu suspender uma decisão do Estado de Rondônia que proibia a linguagem neutra. Será que eu deveria chamar Edson Fachin de “Ministre do Supreme”? Talvez ele goste mais dessa expressão. Então, o “Ministre do Supreme” Edson Fachin resolveu ir ao Estado de Rondônia e dizer que lá haverá linguagem neutra. Segundo o “Ministre do Supreme” Edson Fachin, abre aspas, “a linguagem neutra visa combater preconceitos”, fecha aspas. (Risos.) Bem, se o Ministro Fachin quiser propor uma nova e ampla correção ortográfica, que proponha isso ao MEC, porque cabe ao MEC avaliar se é necessário ou não fazer correção ortográfica no Brasil. Senhoras e senhores, a linguagem neutra, além de ser a revolução dos idiotas, não promove a inclusão social. É mentira! Ela consegue apenas evitar o uso do gênero masculino genérico no idioma. Esse dialeto, que eu chamo de, entre aspas, “viadesco” e “feminesco”, atrapalha pessoas, por exemplo, com dislexia, confunde a leitura labial de surdos e atrapalha cegos que leem através de softwares. Então, em que a linguagem neutra é inclusiva? Vou explicar o que, na verdade, é a dita linguagem neutra e a quem ela serve. A linguagem neutra é mais uma tática de destruição da família e seus valores. Aí me perguntam: “Como?”. Movimentos antifamília tradicional, como o movimento LGBTQI+ e o feminismo, querem impor à sociedade uma destruição de valores que passa também pela linguagem, que, ainda que não seja adotada pela sociedade, poderá ser adotada pela geração que foi idiotizada pela Esquerda. Aí está o alvo. Esses movimentos antifamília e anticristo querem atingir a nova geração. É por isso que o PT destruiu a educação de base e transformou as universidades em um campo de formação política e ideológica hostil aos conservadores, a fim de formar profissionais de educação militantes e tão idiotizados quanto a geração que a eles cabe idiotizar. Esses canalhas sabem que não conseguem enganar a geração dos mais de 45 anos. Então, qual é a tática? Sufocar pais, mães, avós, sufocar-nos com uma Justiça aparelhada com membros ligados ao movimento, como é o caso do Sr. Edson Fachin, transformando crítica a comportamento em discriminação racial, como se alguém nascesse gay, assim como se nasce com melanina na pele, se utilizando da mídia como forma de lavagem cerebral e dos grandes conglomerados financeiros que colocam dinheiro na pauta LGBT. Assim, eles vão sufocando e impondo os seus valores sodomitas à sociedade mais velha e, repito, idiotizando os mais novos. Eles vão avançando no seu intento de destruição da família e dos valores judaico-cristãos. É para esse fim a linguagem neutra, é para atingir em cheio as nossas crianças e adolescentes, que, devido à fase de construção de conhecimento e à fase psicológica, estão propícios ao sequestro pela geração “mimizenta”, pois não conseguem julgar que a geração coitadinha e vitimista é diabólica e “gayzista”, quando quer estabelecer a ditadura gay. Quando eu denuncio a ditadura gay, eu sou contra o cidadão homossexual? Não, de forma nenhuma! Sempre defendi a liberdade de escolha. Cada um faz da sua vida o que quiser. O que eu estou denunciando é o movimento político LGBT, que finge proteger o cidadão homossexual. Homossexuais sempre existiram, desde que o mundo é mundo. Aliás, eles não são contra a família tradicional, porque delas eles vieram. Eles são contra a ideologia de gênero em nossas escolas; eles são contra a erotização de nossas crianças. Assim como Fachin aproveitou a pandemia para dar uma forcinha aos traficantes do Rio de Janeiro, impedindo que a polícia entrasse naquelas comunidades, ele agora está dando uma

forcinha ao movimento LGBTI. Parabéns pelo desserviço prestado à educação brasileira, Ministro Fachin, ou, eu diria, “Ministre do Supreme”.

24/11/2021

O SR. AROLDO MARTINS. Fase Ordem do Dia. (REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de chamar a atenção dos pares para seguinte: a questão da universalidade dos atendimentos que está em questão agora não se refere à questão de gênero. Gênero é uma coisa interior, é algo que a pessoa escolheu por razões que a ela competem. E ela pode ter uma ideia diferente, fora da raiz daquilo que nós conhecemos. O fato de que não haverá discriminação não quer dizer que nós vamos permitir que pessoas que tenham uma ideia diferente dos demais acerca do gênero ou do grupo de que fazem parte procurem encontrar, dentro de uma comunidade terapêutica, uma maneira, uma forma de se encaixar. Não há como isso acontecer. Isso seria a mesma coisa que, dentro de uma prisão do sistema prisional, por razão de gênero, alguém participar da cela ou da prisão do sexo oposto. A questão não pode ser tratada assim porque criaria um problema social pior dentro do sistema prisional por questão de gênero. Nas comunidades terapêuticas, lugares onde a aceitação é muito grande, a universalidade já existe, porque o conceito das comunidades terapêuticas é em cima da aceitação exatamente. Pelo fato de o Estado não ter competência, na área espiritual e da psicologia, de prestar o trabalho necessário a dependentes químicos, toda pessoa é aceita de bom grado em todas as comunidades dentro da raiz da fé, seja ela católica, seja ela espírita, seja ela evangélica. No entanto, a questão da ideologia de gênero vai criar conflitos. Eu compreendo muito bem a questão da universalidade da coisa, e ninguém está negando isso. Mas, quando se age em cima da ideologia de gênero, criam-se dentro de comunidades terapêuticas choques, devido à possibilidade de uma pessoa pensar de forma diferente na sua maneira de se identificar com um gênero, pensar algo contrário àquilo que os demais do grupo, em sua maioria, confessam. Então, não há discriminação. Há uma forma de o grupo dentro de uma comunidade poder viver melhor, de uma maneira mais harmônica. Eu creio que aqueles partidos que votaram pelo "sim" fizeram sua opção fora do conceito daquilo que realmente é a universalidade de atendimento, da qual a ideologia de gênero não deve ser parte predominante. Isso foi tirado de contexto e foi mal entendido. Sr. Presidente, eu quero trazer para vocês algo que não tem sido muito falado nesta tribuna. No pior momento da pandemia recente que nós estamos vivendo, o Governo Federal levou alimento à mesa de mais de 68 milhões de pessoas por meio do auxílio emergencial. No ano de 2021, esse benefício alcançou 39,4 milhões de pessoas, segundo documento elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social, ligada ao Ministério das Comunicações. No âmbito do enfrentamento à COVID-19, entre as medidas utilizadas, houve distribuição de 363 milhões de equipamentos de proteção individual, como máscaras, aventais, óculos e protetores. Além disso, somente neste ano, vale ressaltar, foram habilitados mais de 23 mil leitos de UTI, no momento mais difícil, no ápice da pandemia, que nós vivemos neste ano e que, graças a Deus, já superamos. Na vacinação, vale lembrar, já foram distribuídas mais de 270 milhões de doses. Dessas, 250 milhões de doses já foram aplicadas nos braços dos brasileiros, fazendo com que mais da metade da população já esteja devidamente imunizada. A lista de realizações destacadas pelo Governo inclui ainda 1 milhão de cestas básicas entregues, desde o início da pandemia, a mais de 200 mil famílias indígenas.

É muito relevante trazermos assuntos como este agora, quando nós estamos vendo a folga que os números de contaminações e mortes da pandemia têm nos trazido. Na área do meio ambiente, o documento ressalta a antecipação, de 2060 para 2050, do compromisso do Brasil feito durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima. E, diante das tintas carregadas em cima do desmatamento na Amazônia, os números demonstram exatamente o contrário daquilo que até mesmo a COP 26 trouxe. Isso deixa claro que, nos 2 últimos anos, os piores anos da humanidade moderna, o Governo demonstrou, de uma forma sábia, como reagir perante as adversidades, mesmo que o Presidente Bolsonaro seja grandemente criticado pela sua maneira direta de falar. Muito obrigado, Presidente.

25/11/2021

O SR. OTONI DE PAULA. Ordem do Dia. (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - É impressionante como no meu Estado, o Rio de Janeiro, quando a polícia age e nesta ação mais de dois ou três vagabundos são mortos, nós ouvimos neste plenário Deputados da Esquerda do meu Estado criarem a narrativa da chacina, como se os policiais em sua ação tivessem premeditado a morte de pessoas inocentes. O que aconteceu na comunidade do Salgueiro, em São Gonçalo, foi uma ação precisa do BOPE ali naquela região. Eles, os bandidos, os vagabundos, os marginais mataram um policial militar naquela região. Então, o 7º Batalhão de Polícia Militar, que deveria agir contra esses criminosos que mataram esse policial, foi retirado da ação, porque estava envolvido sentimentalmente com a ação devido à morte de seu colega. Esse território, que é uma região pantanosa, que o tráfico costuma usar para esconder armas, esse campo de ação era mais propício para uma operação feita por um grupo especializado, como o BOPE, do que pelo próprio 7º Batalhão de Polícia Militar em São Gonçalo. Então, o BOPE agiu. Eu quero garantir à população do Rio de Janeiro que todos os que tombaram ali naquele pântano, naquele lugar arenoso, foram marginais, que só morreram porque ousaram trocar tiros com o BOPE. Não tem conversa: trocou tiro com o BOPE, vai para a vala! Aliás, o que o meu Estado lamentaria seria se um soldado do BOPE ou se mais um policial militar tombasse no campo de batalha. O que houve ali não foi chacina. Essa narrativa é sempre feita pela imprensa progressista, é sempre feita pelos Deputados esquerdistas. Sim, eles querem criar um distanciamento entre a população e a Polícia Militar ou a Polícia Civil. É claro que podem existir algumas ações que extrapolem, é claro! Mas para isso existe o belo trabalho da Corregedoria, que está ali para justamente tratar esses casos de excessos, que, garanto, são isolados. Aliás, esses casos, mesmo isolados, devem ser tratados com total repúdio tanto pela Polícia Civil quanto pela Polícia Militar, porque nós queremos que os policiais venham a agir dentro dos limites legais. Foi o que aconteceu no Salgueiro. Foi o que aconteceu em outras ações do BOPE e da Polícia Militar. Portanto, provem a morte de um inocente no Salgueiro! Aí dizem: “Mas e as armas?” Pelo amor de Deus, vá procurar as armas naquele solo arenoso, naquele lugar pantanoso! Procure, que vai achar. Aliás, os vagabundos do Salgueiro costumam esconder as suas armas ali. Portanto, registro o meu apoio e a minha solidariedade à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que têm feito um trabalho seriíssimo. Eu garanto uma coisa: ser policial no meu Estado não é para amador. É para gente que ama. É para gente corajosa. Esses policiais têm colocado a sua vida em risco para salvar a população e, inclusive, para proteger a população do Salgueiro também.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar estes minutos que me restam para dizer, desta tribuna, que a narrativa que tentam criar de que a população ou o eleitorado evangélico estariam se distanciando do Presidente Bolsonaro é a narrativa mais ridícula que possa existir, mas eles criam essa narrativa. Usam até falsas pesquisas para criar essa narrativa. É importante que os Deputados aqui saibam — e o povo do Brasil entende isso — que o voto da comunidade cristã, tanto evangélica quanto católica, em Bolsonaro é um voto ideológico, é um voto por princípios. Esse voto jamais será de quem apoia abertamente o aborto. Esse voto jamais será de quem apoia abertamente ideologia de gênero. Esse voto jamais será de quem apoia a liberação das drogas. Ou seja, tudo isso nós encontramos em Lula e na Esquerda. Por isso, jamais um cristão conservador caminhará fora do entendimento político do Presidente Bolsonaro. Peço mais 30 segundos, Presidente, só para encerrar. Portanto, o importante é que se entenda que Bolsonaro é hoje o muro de arrimo, o muro de segurança entre a desgraça que está vindo por aí, que nós vencemos em 2018, e aquilo que nós queremos para o País. Por isso, o povo cristão deste País caminha ideologicamente com Bolsonaro.

12/04/2022

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (MDB - RJ. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em plena Semana Santa nós vemos de forma assombrosa como está crescendo uma espécie de “cristofobia” neste País. Sim, em plena Semana Santa, nós vimos Lula criticar Bolsonaro porque esteve no STF e, ao se encontrar com o Ministro Fux, rezou o Pai Nosso, como se isso fosse um crime. Em plena Semana Santa, circula um vídeo em que a cantora Daniela Mercury resolve dizer de forma despuída que Jesus era gay. Permitam-me usar a expressão vulgar que ela mesma usou: “Jesus era veado, muito veado”. Em plena Semana Santa, a Folha de S. Paulo resolve fazer uma publicação dizendo que, antes da crucificação, Jesus Cristo foi violentado sexualmente. O que está acontecendo não é algo que deveria nos espantar, apesar de nos espantar tamanhas manifestações de falta de respeito com Cristo. Mas o que nós estamos vendo é um maquinário, é uma engenharia do mal patrocinada pelos movimentos esquerdistas que veem na Igreja um obstáculo, que veem na Igreja um problema para o avanço do marxismo, do progressismo, da ideologia de gênero e de tantas outras aberrações às quais nós cristãos somos contra. Então, vêm os ataques. Mas isso não vai ficar barato. Nós já movemos o nosso jurídico, que já preparou uma ação contra a cantora Daniela Mercury, e ela vai ter que responder sobre esse vilipêndio ao nosso Senhor Jesus Cristo. Já preparamos também, junto com o nosso jurídico, uma representação na PGR e na primeira instância de São Paulo contra a Folha S. Paulo e essa matéria tão degradante, que diz que Jesus Cristo foi violentado sexualmente antes da crucificação. Vou usar de todas as minhas possíveis prerrogativas parlamentares, porque fui eleito pelos cristãos do Rio de Janeiro. Nós não vamos permitir que esses monstros, esses inimigos da fé se levantem contra a imagem e a pessoa de Jesus Cristo, e isso fique barato. Nós nos levantaremos contra isso, usando todos os meios legais para colocar esses inimigos da fé em seus devidos lugares. Viva Jesus! E vivam aqueles que o respeitam e o adoram!

13/04/2022

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO. Fase Breves Comunicações. (AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, a paz do Senhor! A Bíblia diz que o diabo é o pai da mentira e que todo mentiroso ou mentirosa é filho ou filha de Satanás. Como pastor e Parlamentar, oro por todos e respeito a todos, independentemente de religião. Buscando a verdade, votei contra a mentira, hoje chamada de fake news, e não contra a liberdade de expressão. Hoje, discursaria mais uma vez contra a cantora Daniela Mercury, porém, ao investigar vídeo adulterado com ofensas a Jesus, filho de Deus, descobri que era uma fake news. Na defesa da palavra de Deus, sairia daqui algemado, cassado e até morto, caso fosse verdade a ofensa ao meu Jesus, ao nosso Jesus. Contra quem ofende a nossa fé, seja ele ou ela quem for, como a Folha de S.Paulo, que criou um Jesus estuprado... Tivesse o desgraçado ou a desgraçada o tamanho ou o poder que fosse, eu não me calaria na defesa do meu Deus, desta palavra, e os descreveria como safados, safadas, canalhas, cafajestes, pessoas de mau caráter, frescos e frescas, endemoniados, inimigos de Deus e filhos de Belial. Conforme já constatado pelo Judiciário, por peritos federais, por órgãos oficiais da imprensa e por mim, que fui averiguar, ao contrário da mentira que espalharam no meio do povo cristão, da sociedade brasileira, a cantora, com quem inclusive já tive litígio, se referia ao cantor Renato Russo quando disse: “Meu amigo Renato Russo era gay, gay, muito gay, muito bicha, muito veado”. Ela se referia ao cantor Renato Russo, não ao Senhor Jesus, nesse episódio. Nesse episódio, ela, portanto, não estava chamando Jesus de gay, de veado e de bicha. Fomos olhar o vídeo verdadeiro e vimos que era uma montagem mentirosa. E o Evangelho não combina com mentira. Eles podem ser inclusive muito gays, muito bichas, muito veados, como a própria Daniela disse, só que eu não aceitaria, de jeito nenhum, desrespeito ao nosso Deus, ao nosso Jesus ou às nossas religiões, sejam elas quais forem. Sou amigo de lulistas e bolsonaristas, independentemente de serem de esquerda ou de direita. E não são gados, vacas, cavalos nem jegues. Foram criados à imagem e semelhança de Deus e têm o direito de votar em quem quiserem. Sou grato a Deus, ao povo e aos governantes do PT pelo apoio ao trabalho que a Fundação Dr. Jesus desenvolve na Bahia, socorrendo famílias vitimadas pelas drogas. Defenderei, até o fim da minha vida, a ideologia de Gênesis: homem mais mulher é igual a filho. Pregarei contra a ideologia de gênero, o casamento homoafetivo, o aborto, a liberação de drogas ou armas, a corrupção, respeitando sempre a religião e a individualidade de todos. Jesus me libertou, Sr. Presidente, do alcoolismo, das drogas, do feiticismo, do homossexualismo. Estou há 28 anos no Evangelho e há 15 anos como pastor nas minhas queridas Assembleias de Deus. A minha vitória espiritual e política é fruto das orações do povo de Deus espalhado por toda a Bahia. A Deus, toda a honra, toda a glória e todo o louvor! Quero também dizer ao povo brasileiro, principalmente aos nossos irmãos cristãos, que não podemos ficar brigando, debatendo uns com os outros por causa de política. O sistema é democrático. Não podemos, de forma nenhuma, tratar os eleitores de Bolsonaro como vaca, como gado, tratar os eleitores de Lula como jegue, como cavalo, porque, se o fizermos, nós estaremos rasgando a Bíblia. O Deus a quem eu sirvo não é o Deus que dizem que está acima de tudo apontando, talvez, “arminha”, querendo violência. O Deus a quem eu sirvo diz que os eleitores de Bolsonaro, os eleitores de Lula ou de qualquer outro candidato foram criados à imagem e à semelhança de Deus. Portanto, quando, nesse confronto absurdo, desrespeitando a democracia, dizemos que o eleitor de Bolsonaro é vaca ou gado, que o eleitor de Lula é jegue ou cavalo, nós estamos ofendendo a imagem do próprio Deus. Eu tenho amizade nos dois lados, tanto na Esquerda quanto na

Direita. Eu tenho amigas e amigos sérios e honestos na Esquerda, na Direita, em tudo que é partido, até porque, se partido fosse bom, era inteiro. O nome já está dizendo que é partido. Essa miséria é partido. Partido de trabalhador, partido socialista, partido comunista, partido de liberal, tudo é partido! Só existe um inteiro, que é Jesus. Nós não podemos continuar fazendo desavença, fazendo contenda, não podemos continuar permitindo essa desunião.

10/05/2022

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Ordem do Dia. (MDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente General Peternelli, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna para usar o tempo de Liderança do Governo neste momento e denunciar as fake news oficiais. Sim, as fake news da imprensa, que tenta colocar na cabeça do povo brasileiro que o Presidente Bolsonaro estaria perdendo apoio da comunidade cristã evangélica. Muito bem. O IG diz: “Pesquisa: Bolsonaro perde apoio de evangélicos e reprovação supera aprovação”. Fake news! Mais uma fake news da Exame: “Bolsonaro perde apoio entre evangélicos, sua base mais fiel”. Outra fake news! Fake news do UOL: “Bolsonaro perde apoio evangélico por violência e antipatia, diz pastor”. Fake news! Mais uma fake news do Extra, do Grupo Globo: “Bolsonaro perde apoio entre eleitorado evangélico, segundo pesquisa”. Fake news! Fake news da ISTOÉ: “Relação de evangélicos com o bolsonarismo só aumenta aversão aos crentes”. Fake news! Vocês ainda não entenderam por que a comunidade cristã evangélica, na sua maioria esmagadora, está com o Presidente Bolsonaro? Porque Bolsonaro é a garantia de que as pautas conservadoras serão respeitadas neste País. Os cristãos evangélicos e católicos praticantes votam em Bolsonaro, porque Bolsonaro é a garantia de que não teremos a aprovação da lei do aborto neste País, como o Lula e a Esquerda querem. Bolsonaro é a garantia de que o MEC não voltará a ser sequestrado pela ideologia de gênero. Cristãos evangélicos e católicos estão com Bolsonaro, porque Bolsonaro é a garantia de que brevemente teremos a aprovação da lei que trata da Escola sem Partido, que visa libertar o ambiente escolar da doutrinação esquerdista. A escola voltará a ser o lugar de ensino, e não um ambiente de imposição partidária. Estamos com Bolsonaro, cristãos evangélicos e católicos deste País, porque Bolsonaro é a garantia de que não teremos a linguagem neutra nos livros escolares. Bolsonaro é a garantia de que a liberdade religiosa será preservada em nosso País, de que líderes religiosos, como padres e pastores, não serão constrangidos pelo Governo Federal, como ameaçou Lula. Bolsonaro é a garantia de que a propriedade privada, tão celebrada pela palavra de Deus, será respeitada. Nós cristãos evangélicos e católicos estamos, sim, apoiando o Presidente Bolsonaro, porque ele é a garantia de que o MST nunca mais invadirá terras produtivas e provocará o terrorismo agrário neste País. Bolsonaro é a garantia de que não teremos apoio do Governo Federal para a liberação das drogas. Cristãos evangélicos e católicos estão com Bolsonaro, porque ele é a garantia de que o dinheiro público não mais servirá àquilo que não é público, como, por exemplo, aos interesses particulares do movimento LGBT. Sim, Bolsonaro é a garantia de que o SUS — Sistema Único de Saúde não será usado para operação de mudança de sexo, ocupando leito de cidadãos realmente necessitados do socorro da saúde pública. Bolsonaro é a garantia de que os pais terão apoio para educar os seus filhos, através do *homeschooling*, a educação domiciliar. Bolsonaro é a garantia de que a cultura judaica cristã, que é a base da nossa formação cultural como sociedade, continuará sendo respeitada. Por isso, nós cristãos evangélicos e católicos estamos

com Bolsonaro. Não entenderam? Bolsonaro é a garantia de que nunca mais veremos membros da Esquerda profanarem imagens de santos católicos, rasgarem ou atearem fogo em Bíblias Sagradas ou introduzirem crucifixo no ânus, com a cumplicidade do Governo Federal. Lula disse que a pauta da família é uma pauta ultrapassada. Bolsonaro é a garantia de que os valores da família serão respeitados pelo Governo Federal. Entenderam? É por essas e outras razões que a comunidade cristã evangélica e os católicos, em sua maioria, apoiam a reeleição do Presidente Bolsonaro. Bolsonaro é a representação da resistência conservadora; é o Brasil acima de tudo e é Deus acima de todos.

18/05/2022

O SR. GUIGA PEIXOTO. Fase Breves Comunicações. (PSC - SP. Sem revisão do orador.) - Cara Presidente Rosângela Gomes, hoje é um dia muito importante no planeta. Hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. E eu queria aqui parabenizar as pessoas que atuam nesse combate, sejam da sociedade civil, sejam das forças de segurança pública. Não posso deixar de citar aqui o nome do Dr. Gustavo Mesquita, delegado de polícia que está nesse combate em defesa das crianças e suas vulnerabilidades. Quero dizer aos Parlamentares daquele outro lado, o lado da Esquerda, que estão inventando uma linguagem neutra — uma linguagem que não existe — e querendo implantar nas escolas a ideologia de gênero: deixem nossas crianças em paz. Deixem nossas crianças viver em paz! Por favor, deixem nossas crianças em paz! Para encerrar, eu quero mandar um grande abraço a dois Vereadores por quem fui agraciado com os títulos de Cidadão Conchense e Cidadão Rio-Pedrense. São eles respectivamente: Vereador Cidinho Antonelli e Vereadora Vanessa Botam.

A SRA. ALICE PORTUGAL. Fase Ordem do Dia. (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de lembrar a cada Deputado e cada Deputada que é mãe, que é pai, qual é o dia mais feliz de uma criança de 3 aninhos que põe o uniforme da escola, a merendeira, e vai alegremente para o encontro dos seus coleguinhas na sua primeira presença na vida que socializará aquela construção, aquela arquitetura de pessoa. A escola é um centro de vivência. A escola não é somente um espaço de repasse de conteúdo. A escola é o momento de compartilhar histórias, de desenvolver empatias, de gerar todo o processo em que o cognitivo e o emocional se realizam, em que a possibilidade de trocas, de conhecimento do outro se realiza. O que está sendo feito com esse projeto, mesmo com voz mansa, é roubar a infância, é isolar crianças, é construir não sei que tipo de pensamento ou de redoma, porque aqui o que o Deputado vociferou em alto em bom tom foi que a escola brasileira repassa ideologia de gênero, induz orientações sexuais. Ou seja, o que se discute aqui é o velho e arcaico conceito da escola com partido. Nós não podemos afirmar, e eu desafio quem aponte o caso de uma orientação pedagógica. Claro, anomalias e excepcionalidades têm que ser tratadas como crime. Mas, na verdade, a escola é majoritariamente plural, majoritariamente generosa com o processo de elaboração do cognitivo e do emocional, onde se aprende a ganhar e a perder, onde se aprende a construir um caráter socializado. Não é possível roubar-se a infância. Não é possível ideologizar a criança e, numa redoma, construir uma visão fundamentalista da vida. É necessário abrir as janelas, para que aos 15 anos seus filhos não sejam revoltados com o isolamento que foi imposto, com o isolamento que foi manietado para a construção de cérebros

quadrados diante da Terra, que é inexoravelmente redonda. E a vida dá voltas. Crianças, a Terra é redonda! Na escola, vocês vão estudar isso. Talvez lhes digam que a Terra é plana. Mas é preciso dizer que ela é redonda. A vida dá voltas. A matemática é plural, tem letras, e é possível ter um mundo luminoso e colorido com a escola.

A SRA. CAROLINE DE TONI. Fase Ordem do Dia (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Presidente Arthur Lira, estamos neste momento apenas querendo autorizar o ensino domiciliar às famílias que já o praticam, para que tenham legitimidade perante o Estado, porque legitimidade e direito elas já têm. É um direito natural, um direito que é a base de todas as famílias. No entanto, a Esquerda vive dizendo que não quer autorizar o ensino domiciliar como se o modelo de educação brasileira fosse um exemplo, quando, na verdade, os números da educação brasileira são alarmantes. A universalização do ensino não resolveu o problema do analfabetismo funcional. Se nós pegarmos os índices do PISA — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, verificaremos que o Brasil sempre tira os piores lugares do mundo. Há para a educação investimento de 6% do PIB, mas isso não impede que nós tenhamos os piores números e as piores posições nos testes internacionais. Isso não impede que tenhamos o analfabetismo funcional no Brasil. Isso não impede que as crianças, mesmo reprovadas, passem de ano, nessa ficção de que estão aprendendo alguma coisa quando isso acontece. O que falar do bullying nas escolas? O que falar da violência dentro de sala de aula entre os próprios alunos? E, às vezes, há violência de alunos contra os professores. Nem sempre a escola é esse ambiente paradisíaco como a Esquerda quer fazer acreditar. A escola brasileira tem muitos problemas. Mas nós estamos querendo falar aqui sobre os conteúdos. Muitas vezes há ideologia de gênero e doutrinação político-partidária dentro das escolas. Mas aqui eles não querem falar desse problema na escola brasileira. Vale tudo para poder dizer que as famílias que querem praticar uma modalidade diferente — e são uma minoria no Brasil — não podem exercer esse direito. Nós estamos aqui, em essência, para legitimar uma prática que já está autorizada em 85% dos países signatários da OCDE. Há ao redor do mundo mais de 60 países que já regulamentaram essa prática, como Estados Unidos, África do Sul, Austrália, Rússia, Reino Unido, Chile, Paraguai e Colômbia. Em todos esses países, o ensino domiciliar já é autorizado. Mas, no Brasil, há um verdadeiro tabu. Eu digo para V.Exas. que o ensino domiciliar é para poucos. Poucos querem se dedicar a essa arte, a essa virtuosa atividade, que é educar os filhos em casa. Quero parabenizar os pais, as crianças, os filhos, enfim, as famílias que resolveram encarar o Estado brasileiro... (Desligamento automático do microfone.)

A SRA. SÂMIA BOMFIM. Fase Ordem do Dia. (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Em primeiro lugar, o Deputado que me antecedeu disse que esse projeto garante que a opção dos pais seja respeitada. Ora, Deputado, a opção dos pais não pode estar acima dos direitos das crianças. Nossa Constituição coloca as crianças como prioridade máxima em matéria de legislação no País. Aqui não se trata, de fato, de uma nova modalidade da educação. Trata-se de uma opção política e ideológica de algumas famílias brasileiras, de 15 mil famílias brasileiras, em detrimento de um direito fundamental das nossas crianças, que é a socialização, a experiência da escola, a experiência da sala de aula. É muito lamentável que Parlamentares brasileiros venham à tribuna recriminar as escolas brasileiras, ofender professoras e professores, ao mesmo tempo em que acobertam o Governo que utiliza o MEC para organizar

grandes esquemas de corrupção. Aham mesmo V.Exas. que esse MEC tem condições de fiscalizar e de disponibilizar tutores para verificar se as famílias estão garantindo o ensino do currículo a seus filhos? O MEC está muito mais preocupado em garantir orçamento do FNDE para kits superfaturados de robótica, para superfaturamento na compra de veículos ou de material escolar. Ou, então, para ficar trocando de Ministros obscurantistas. Em segundo lugar, definitivamente, ideologia de gênero não existe. É uma grande invenção já repetida de forma enfadonha neste Parlamento, sem nenhuma comprovação científica. Ideologia de gênero é espantalho criado por V.Exas. para esconder o verdadeiro ódio e a intolerância que têm àquelas pessoas que vivem como querem, que praticam a sexualidade como querem e que são exatamente aquilo que elas são ou querem ser. Por que lhes incomoda tanto o direito e a diversidade de pessoas que, supostamente, são diferentes e têm práticas diferentes das de V.Exas.? Aqueles que falam em ideologia de gênero, na verdade, colocam sua digital para, indiretamente, aprofundar a violência e os abusos contra as nossas crianças, os quais são identificados na escola. E não é verdade que nas escolas é que eles acontecem. Na maioria dos casos, é dentro de casa, e são profissionais de educação que os descobrem e acolhem essas crianças. Pois bem, esse é um grande retrocesso histórico na educação brasileira. O MEC, que deveria estar muito mais preocupado em garantir a qualidade da educação, na verdade, está impondo um retrocesso gravíssimo, vergonhoso. Por isso, o PSOL vota “não”.

19/05/2022

A SRA. SÂMIA BOMFIM. Ordem do Dia. (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Ontem, infelizmente, foi aprovado o projeto do *homeschooling*, que regulamenta o ensino domiciliar no Brasil. Nós já apresentamos, em primeiro lugar, o quão absurdo é, em um contexto em que há tantas urgências para a educação pública brasileira, o Governo priorizar um projeto que atinge somente 15 mil famílias, que são aquelas que hoje fazem uso dessa modalidade. Mas quais são essas famílias? São famílias, em geral, de alta renda, porque são aquelas que têm possibilidade de pagar por professores ou tutores particulares para cada uma das disciplinas que os seus filhos teriam se estivessem frequentando as escolas. O povo brasileiro, o povo trabalhador, sinceramente, quer mais é que seu filho possa ir para a escola. Aliás, quer que o seu filho tenha a possibilidade de concluir os seus estudos, porque hoje a evasão escolar afeta 5,5 milhões de jovens. Muitos deles precisaram deixar a escola para trabalhar, para gerar renda, para complementar a renda dos seus familiares — ou seja, nós estamos falando aqui de trabalho e de exploração infantil. Neste contexto em que essa realidade é brutal no Brasil é que se apresenta o *homeschooling*, ancorado em um pensamento absolutamente conservador. Os que querem o *homeschooling* são os mesmos que há alguns anos lutavam pelo Escola sem Partido ou que vociferam a mentira da tal ideologia de gênero, como se houvesse um grande complô e uma grande disposição de se ensinarem práticas relativas à orientação sexual ou à identidade de gênero, sendo que esse comportamento e essa orientação sexual em nenhum momento podem ser transmitidos ou sequer ensinados, muito menos por educadoras ou educadores. Criou-se um grande fantasma, um grande espantalho, o que, infelizmente, ouvimos ontem na tribuna do Congresso Nacional. Ideologia de gênero não existe. O que existe é o respeito, a diversidade, o direito de ser, o direito de amar. Quando se cria esse preconceito, esse desrespeito com os educadores e com a escola, enfraquece-se o ensino público e estimula-se

uma sociedade cada vez mais intolerante. Não é à toa que o Brasil é o país que mais mata — mata! — a população LGBTQIA+ no mundo. Esse discurso preconceituoso e intolerante tem isso como consequência. A expectativa de vida da população trans é de cerca de 32 anos de idade. Esse grande espantinho do *homeschooling* é uma opção dos pais de alta renda. Não é a preocupação real da população brasileira. É mais uma cortina de fumaça para tentar disfarçar os reais problemas da população relativos às crianças e é algo conservador, retrógrado, absurdo. Por isso, somos favoráveis à retirada de pauta. (Desligamento automático do microfone.)

A SRA. DRA. SORAYA MANATO. Fase Ordem do Dia. (PTB - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PTB, Sr. Presidente, orienta “sim”. Há pouco nós ouvimos alguém da Esquerda dizer que o *homeschooling* é um desrespeito à criança. Nós da Direita conservadora achamos que desrespeito às crianças é a ideologia de gênero na escola, é um menino de 6 anos ir para casa com batom na boca porque a professora disse que meninos e meninas podem usar batom. Isso é desrespeito! Desrespeito é o banheiro unissex para os nossos filhos. Portanto, os pais têm que ter a liberdade de querer ou não isso para os filhos. Eles têm que ter a liberdade de escolher se vão educar as crianças em uma escola tradicional ou em casa. Portanto, o PTB é “sim”.

01/06/2022

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Ordem do Dia. (MDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu uso primeiro o tempo de Liderança do Governo. Eu uso o tempo de Liderança do Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para dar uma boa notícia ao povo brasileiro, boa notícia essa que a imprensa não vai lhes dar. Sim, porque a imprensa e o sistema político não desejam que a verdade chegue até o povo brasileiro. O Governo Bolsonaro aumentou os subsídios para auxiliar famílias de baixa renda a adquirirem sua casa própria. O Presidente Bolsonaro decidiu que o Programa Casa Verde e Amarela terá maiores subsídios, o que vai facilitar a aquisição da casa própria para as famílias de baixa renda e ampliar o número de moradias entregues. A medida passará a valer já agora, a partir do mês de junho, e irá até o dia 31 de dezembro deste ano. O acréscimo, para que a população saiba, será de 12,5% a 21,4%, variando conforme a região, a renda familiar e o tamanho da população daquele Município. Vou dar o exemplo de uma família que mora na minha querida João Pessoa, terra da minha esposa querida, a Silvana. Para essa família de João Pessoa, com uma renda mensal média bruta de 1.800 reais, o subsídio médio, ou seja, aquilo que o Governo vai aportar para essa família ter a sua casa própria, será de 29.900 reais a 34 mil reais. Só para se ter uma ideia, nos primeiros 4 meses deste ano, o programa já possibilitou a contratação de 100 mil unidades habitacionais. Com o aumento do subsídio, a meta do Governo Bolsonaro é chegar a 400 mil unidades habitacionais até o final do ano. Só em 2021, cerca de 350 famílias já tiveram acesso a sua casa própria através do Programa Casa Verde e Amarela. É o Governo do Presidente Bolsonaro cuidando das famílias brasileiras e garantindo a dignidade da casa própria. Sr. Presidente, uso o tempo da Liderança do Governo Bolsonaro, como Vice-Líder do Governo, para dizer algo sobre verdade. O Brasil está debatendo os sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis, o que não é apenas um fenômeno brasileiro, mas também um fenômeno mundial. Isso está preocupando o Presidente Bolsonaro. É importante nós entendermos — para isso eu quero

chamar a atenção do povo brasileiro — a raiz deste grande problema do aumento de preços. A raiz do problema não começa agora com o aumento mundial do preço dos combustíveis. Não! A raiz do problema começa com o petrolão, que foi um esquema bilionário de corrupção da PETROBRAS ocorrido nos Governos de Lula e Dilma, que envolvia cobrança de propina, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, superfaturamento de obras contratadas para abastecer o PT e toda a sua quadrilha. Povo brasileiro, se o Brasil fosse autossuficiente no refino de petróleo, o impacto do aumento do preço dos combustíveis seria bem menor. Mas por que não somos autossuficientes no refino do petróleo? Por que não temos grandes refinarias que poderiam baratear o preço dos nossos combustíveis? Por causa de Lula e de seus amigos ladrões! Vou citar dois exemplos. Nós poderíamos ter a grande Refinaria Abreu e Lima, mas sabem quanto Lula e seus amigos ladrões roubaram só de Abreu e Lima? Mais de 14 bilhões de reais! No Rio de Janeiro, nós teríamos duas grandes refinarias, formando um grande polo petroquímico chamado COMPERJ. Mas sabem por que não saiu esse polo petroquímico que iria produzir 320 mil barris de petróleo por dia? Seria produzido cerca de 1 milhão e meio de barris de combustível por mês no meu Rio de Janeiro! Mas isso só produziu um prejuízo de mais de 12 bilhões e meio de reais. Então, povo trabalhador do meu País, todas as vezes que você, trabalhador, for abastecer o seu carro e vir a gasolina cara, o diesel caro, saiba que a culpa por esse aumento excessivo de preço não é do Governo Bolsonaro, mas da roubalheira através do petrolão, que Lula e sua quadrilha impuseram a este País. Vocês estão pagando o preço da corrupção do PT! Agora, a hipocrisia deles é terrível. Sim, é tão grande a hipocrisia que eles acusam os acionistas da PETROBRAS. Mas sabem em quais governos a PETROBRAS foi vendida aos acionistas? Nos Governos FHC e Lula. E agora eles vêm apedrejando os acionistas da PETROBRAS, que na verdade colocaram dinheiro na PETROBRAS para recuperar a mesma empresa que eles quebraram. Outra coisa: quem indexou os preços de combustíveis ao dólar não foi Bolsonaro. Foi Temer! E agora querem que o Presidente Bolsonaro não honre contratos, que é o que eles fazem, que é o que o comunismo faz, que é o que a Esquerda socialista faz! Estamos diante de uma crise inflacionária mundial, com aumento de preços dos combustíveis em esfera mundial. E eles sabem disso, mas criam uma narrativa para colocar na conta do Presidente Bolsonaro o que é resultado do petrolão e da corrupção petista. Vamos vencer tudo isso, mas sem devolver o País a essa corja, sem devolver o País a esses que querem pegar a PETROBRAS novamente, para causar novamente roubalheira neste País. Portanto, vamos passar por esta via-crúcis, vamos! O aumento dos preços dos nossos combustíveis está exagerado. Ninguém aguenta mais. Mas nós não vamos cair nessa narrativa de agora, por conta disso, devolver o poder a quem só usurpou e só roubou este País. Sr. Presidente, eu quero usar o tempo do MDB neste momento para me dirigir ao Estado do Rio de Janeiro. Foi publicada esta semana uma nova resolução pelo Governador Cláudio Castro, que permitirá que policiais militares da reserva remunerada possam requisitar o acautelamento de armas de fogo pertencentes ao Estado do Rio. Ora, que boa notícia! A Polícia Militar fluminense conta hoje com cerca de 10 mil veteranos, que estão na reserva remunerada. E agora esses bravos veteranos, esses bravos policiais militares, que, durante tantos anos, serviram ao nosso Estado do Rio de Janeiro, poderão pedir armas aos seus batalhões para as usarem e as portarem próximo às suas residências. Cada policial poderá receber 1 pistola, até 3 carregadores e, no mínimo, 50 munições. Agora, por que a importância disso? Porque, na verdade, o argumento usado pelo Governador Cláudio Castro — e que nós aplaudimos — é que os veteranos que

estão na reserva possuem responsabilidades que os policiais da ativa também possuem. Portanto, eles devem ter o direito de portar uma arma concedida pelo Estado. Além disso, policial uma vez é policial para sempre, agente de segurança uma vez é agente de segurança para sempre. Parabéns ao Governador Cláudio Castro por essa decisão, que honra os nossos veteranos da Polícia Militar! Agora, Governador, continua a luta pela paridade dos pensionistas e dos inativos. Continua, Governador, a luta pela justiça. E os militares ainda acreditam no bom senso do seu Governo. Sr. Presidente, o último assunto que me traz a esta tribuna é para denunciar ao povo brasileiro um absurdo. A Mattel, empresa detentora das bonecas Barbie, resolveu agora lançar uma boneca Barbie com pênis. É isso mesmo, povo brasileiro, uma boneca Barbie com pênis! A boneca Barbie, que durante anos esteve no imaginário de nossas meninas, de nossas filhas, de nossas netas, de nossas sobrinhas, agora está sendo usurpada por aqueles que defendem a ideologia LGBT ou quantas letras ainda mais tiver esse movimento contra a família. É um absurdo tão grande pegar uma boneca histórica e, agora, fazer dela um ativismo do movimento LGBT para influenciar e colocar na mente de nossas crianças a ideologia de gênero! Eu já entrei com um requerimento, Sr. Presidente, na Comissão de Seguridade Social e Família, para que os donos da Mattel venham a esta Casa responder e explicar sobre esse absurdo. Não temos nada contra o cidadão homossexual, mas temos que defender o direito de nossas crianças serem crianças e não vamos nos curvar diante do absurdo da doutrinação do movimento LGBT. Não vamos! Não vamos! Deixem nossas crianças em paz! Deixem nossas crianças serem crianças! Obrigado.

07/06/2022

O SR. OTONI DE PAULA. Fase Breves Comunicações. (MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, esta semana eu fui atacado por vários meios de comunicação por ter conseguido, na Comissão de Seguridade Social e Família, a aprovação da convocação dos representantes da Mattel, donos da boneca Barbie, que lançaram uma aberração: a boneca Barbie trans. Agora, o que me espanta é a crítica que eu sofri pelo ativista de direita Nando Moura. Bem, as críticas de Nando Moura foram um questionamento a mim: se eu não teria nada mais importante para tratar nesta Casa. Nando, realmente existem temas importantes nesta Casa, mas, para mim, em particular, não existe tema mais importante do que aquele que envolve o futuro do Brasil, o futuro das nossas crianças. Você sabe, Nando, que um adulto pode decidir o que fazer com o seu corpo, mas a criança não. Nando, você é um ativista de direita. Você e eu sabemos que as escolas estão sendo um verdadeiro campo de concentração da ideologia gay contra a mente de nossas crianças. Crianças de 5, 6 e 7 anos estão sendo enxovalhadas em sua mente pela ideologia de gênero. Ora, negar a biologia é, no mínimo, ir contra a ciência. E eu não creio que esse seja o papel da escola e acredito que você também não crê nisso. O Amazon Prime Video trouxe agora o lançamento de Cinderela com o ator gay Billy Porter como “fado madrinho”, em versão desconstruída dos contos de fada. A Mulher Maravilha agora aparece como bissexual. O novo Capitão América é um jovem gay da periferia. Por fim, a Disney lança coleção de roupas LGBT para as nossas crianças. Em nome da causa de uma minoria, a Esquerda brasileira julga-se no direito de impor as regras à maioria da população cristã e conservadora. Nando Moura, eu espero que o seu ódio ao Presidente Bolsonaro não cegue o seu entendimento e não cegue aquilo que você sempre acreditou. John

Kennedy disse: “Se as crianças tiverem de ser vítimas do destino, que jamais sejam por nossa omissão e negligência”.

06/07/2022

O SR. DANIEL SILVEIRA. Breves Comunicações. (PTB - RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, demais integrantes da Casa. Eu subo mais uma vez a esta tribuna para falar de uma bandeira de que eu trato há muito tempo, Deputado Coronel Tadeu: o ativismo judicial. Eu fui preso por um ativismo muito exagerado do Alexandre de Moraes, Ministro que não deveria estar no STF — vou sempre reverberar isso, à exaustão —, mas vou me ater ao Estado do Rio de Janeiro, o meu Estado. O Vereador Douglas Gomes teve uma ordem de prisão decretada por uma juíza militante por ter debatido na tribuna e na Câmara Municipal de Niterói a ideologia de gênero. A militante pede a prisão do Vereador. O Deputado Estadual Rodrigo Amorim também estava na tribuna, em plenário, debatendo, mais uma vez, a ideologia de gênero. O MP — que eu vou chamar de “Mistério Público”, porque é um mistério o que acontece lá dentro, já que não mais fiscaliza as leis e age de forma a aplicar o direito penal do inimigo — pede também a prisão preventiva do Deputado Rodrigo Amorim. Ora, se eu fosse promotor, procurador, eu saberia o mínimo: a ADI 5.526 preconiza, após julgado da Suprema Corte, que prisão preventiva não se aplica, em hipótese alguma, a Parlamentares. Eu vou frisar: em hipótese alguma! Ainda assim, as duas militantes que ocupam o “Mistério Público” pedem a prisão preventiva de um Parlamentar estadual. É claro que a ADI 5.526 fala de prisão preventiva de Deputados Federais e Senadores e, por analogia, de Deputados Estaduais e Vereadores, que também detêm a prerrogativa de função. Mas, ainda assim, eles avançam. Ao mesmo tempo, Otoni de Paula, Deputado Federal, tem suas redes sociais censuradas, o que é vedado pelo art. 220 da Constituição Federal. Mas, ainda assim, ele foi censurado também pelo Ministro Alexandre de Moraes. É um caso de ativismo judicial muito claro. Vemos também a Ministra Rosa Weber solicitar explicações à Câmara dos Deputados, ao Senado e também ao Presidente da República sobre a PEC. Ou seja, função precípua dos representantes do povo está sendo questionada por uma única Ministra do STF, que não tem poder para isso. Mas, ainda assim, o ativismo avança. Ao mesmo passo, um Vereador do PT/PCC — segundo as informações do nosso amigo Marcos Valério, que acabou delatando, e ficaram muito confusos esses diálogos cabulosos do PT e PCC e Hezbollah, entre outras coisas — que invadiu uma igreja, ferindo a liberdade a cultos religiosos durante uma missa, teve o mandato cassado pela Câmara Municipal de Santa Catarina, que tem a competência para isso, mas uma desembargadora devolveu-lhe o mandato, anulando aquela sessão, feita pelas pessoas que têm competência para julgar o caso. O Vereador teve o mandato devolvido de forma arbitrária. Isso, sim, foi arbitrariedade, porque a desembargadora praticou um ato contra os legisladores. Se nós não abrímos os olhos para o que está acontecendo no Brasil, observando quem são as pessoas que estão sendo perseguidas, anuladas, canceladas pelo Judiciário, e para a prerrogativa que tem a Câmara dos Deputados de legislar e manter a coerência e o equilíbrio entre os Poderes, nós realmente cairemos nas mãos de um totalitarismo, através do Judiciário. Parafraseando Rui Barbosa — parece até clichê —, “a pior ditadura é a do Poder Judiciário. Contra ela, não há a quem recorrer”. Obrigado, Presidente.